



organizações
& sociedade

77





A revista *Organizações & Sociedade (O&S)* é uma publicação trimestral, que tem como principal propósito disseminar pesquisas no campo dos Estudos Organizacionais e trabalhos de outras áreas que dialoguem e possuam claras implicações sobre as organizações. Acolhendo trabalhos de amplo espectro epistemológico, assim como que tangenciem o *mainstream* em Administração, a O&S veicula contribuições com alta consistência teórica e elevado rigor metodológico. São bem-vindos artigos sobre organizações públicas, privadas e do terceiro setor, e que articulam dialeticamente as organizações no contexto da sociedade contemporânea.

Editora Executiva

Ariadne Scalfoni Rigo

Editor Executivo

Sandro Cabral

Secretária Executiva

Tamires Lordelo

Logomarca O&S

Rosa Ribeiro (Cateto Design)

B. F. Maia Neto

Projeto Gráfico

Boaventura F. Maia Neto

Editoração Eletrônica

IBEPES - Flávia Vianna

Revisão e Normalização

IBEPES - Thaisa Socher

Capa

Fotografia de Iago Itã Almeida Pereira

Indexadores e Diretórios:

Catálogo Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Directorio Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

DOAJ - Directory of Open Access Journals

e-revist@s - Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas

Periódicos CAPES - Portal Brasileiro da Informação Científica

Periódicos Eletrônicos da UFBA

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe

SPELL - Scientific Periodicals Electronic Library

Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras

Ulrich's Periodicals Directory

Organizações & Sociedade: O&S / Universidade Federal da Bahia, UFBA : Núcleo de Pós-graduação em Administração, NPGA/Editora da Universidade Federal da Bahia, EDUFBA. - vol. 1, n. 1 (1993)- . - Salvador: UFBA: NPGA/EDUFBA, 1993-
v. il. : 26cm

Trimestral, 2005-
Quadrimestral, (1997 - 2004).
Semestral (1993 - 1996).
ISSN 1413-585x

1. Administração - Periódicos. 2. Organizações - Periódicos.
I. Universidade Federal da Bahia. Núcleo de Pós-graduação em Administração, NPGA/Editora da Universidade Federal da Bahia, EDUFBA. II. Título: O&S

CDD 658



A revista O&S está licenciada sob a Licença Creative Commons Attribution 3.0 em todos os trabalhos publicados, exceto quando houver indicação específica de detentores de direitos autorais.

Conselho Editorial

- Alexandre Carrieri – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil
- André Carvalhal – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
- Anielson Barbosa da Silva – Universidade Federal de Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil
- Decio Zylbersztajn – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil
- Eugene Enriquez – Université Paris VII, Paris, França
- Fabio Chaddad – University of Missouri, Missouri, EUA
- Graziela D. Alperstedt – Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianópolis, SC, Brasil
- Jean Louis Laville – Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), Paris, França
- José Antonio Gomes de Pinho – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil
- Mozar Brito – Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, MG, Brasil
- Omar Aktouf – École des Hautes Études Commerciales (HEC), Montreal, Canadá
- Osmar Siena – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, RO, Brasil
- Otávio R. Medeiros – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil
- Pedro Lincoln Mattos – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil
- Peter Spink – Fundação Getulio Vargas (FGV/EAESP), São Paulo, SP, Brasil
- Reginaldo Souza Santos – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil
- Renato Sproesser – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MT, Brasil
- Ricardo C. Gomes – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil
- Roberto Fachin – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil
- Sandro Cabral – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil
- Sérgio G. Lazzarini – Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), São Paulo, SP, Brasil
- Sylvia Constant Vergara – Fundação Getulio Vargas (FGV/EBAPE), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
- Tânia Fischer – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

Comitê de Avaliadores 2015

- Airton Cardoso Caçado (UFT)
- Alceu Camargo Junior (USP)
- Alessandro Enoque (UFU)
- Alexandre Carrieri (UFMG)
- Alexnaldo Rodrigues (UFBA)
- Allan Claudius Barbosa (UFMG)
- Almiralva Gomes (UESB)
- Amon de Barros (UFMG)
- Ana Claudia Capella (Unesp)
- André Luiz Maranhão Souza Leão (UFPE)
- André Torres Urdan (Uninove)
- Andréa Vasconcelos Carvalho (UFRN)
- Andrea Oltramari (UFRGS)
- Andrea Ventura (UFBA)
- Anielson Barbosa da Silva (UFPB)
- Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (UFBA)
- Antônio Domingos Padula (UFRGS)
- Antonio Eduardo de Albuquerque Junior (Fiocruz)
- Antonio Francisco Silva Junior (UFBA)
- Antonio Gelis Filho (FGV)
- Armando Alexandre de Castro (UFRB)
- Armindo dos Santos de Sousa Teodósio (PUC Minas)
- Ary José Junior (USP)
- Bernardo Buarque de Hollanda (FGV-RJ)
- Bruno de Paula Rocha (UFABC)
- Camilo Aggio (UFBA)
- Carlos Leonardo Klein Barcelos (UnB)
- Carlos Melo (INSPER)
- Cecilia Bergamini (FGV/EAESP)
- Christiano França da Cunha (Unimep)
- Cicero Roberto Pereira (UFPB)
- Cintia Rodrigues Medeiros (UFU)
- Claudia Cristina Bitencourt (Unisinos)
- Cristina Amélia Carvalho (UFRGS)
- Dale Krane (Universidade de Nebraska, Omaha)
- Daniela de Carvalho (UFRPE)
- Dany Flávio Tonelli (UFL)
- Denilson Bandeira Coelho (UnB)
- Denise Clementino de Souza (UFPE/CAA)
- Diógenes Bido (Universidade Presbiteriana Mackenzie)
- Diogo Helal (UFPB)
- Dirceu da Silva (Uninove)
- Eduardo Diniz (FGV)
- Elinaldo Leal Santos (UESB)
- Elisa Ichikawa (UEM)
- Elizabeth Loiola (UFBA)
- Eloise Helena Dellagnelo (UFSC)
- Eloisio Souza (UFES)
- Eloy Eros Nogueira (Universidade Positivo)
- Elsa Kraychete (UFBA)
- Ernani Coelho Neto (UFBA)
- Evaldo Sampaio da Silva (UnB)
- Fabiana Besen Santos (IFSC)
- Fabiane Louise Bitencourt (Governo do Estado da Bahia)
- Fabio Ferreira (UFBA)
- Fábio Klein (FGV-SP)
- Fabio Vizeu (Unigranrio)
- Fernando Lefevre (USP)
- Fernando Luiz Viana (Unifor)

Fernando Tenório (FGV/EBAPE)
 Filipe Sobral (FGV)
 Flávia de Souza Costa Neves Cavazotte (IAG/
 PUC-Rio)
 Francisco Marton Gleuson Pinheiro (UNEB)
 Gazi Islam (Insper)
 Gilberto Wildberger de Almeida (UFBA)
 Graziela Alperstedt (Udesc)
 Hironobu Sano (UFRN)
 Irene Troccoli (Universidade Estácio de Sá)
 Isabella Vasconcelos (FGV/EBAPE)
 Isleide Fontenelle (Fundação Getúlio Vargas,
 EAESP)
 Jairo Dornelas (UFPE)
 Janice Janissek (UFBA)
 Jean Henrique Costa (UERN)
 José Arimatés de Oliveira (UFRN)
 José Celio de Andrade (UFBA)
 José Maria Nóbrega Júnior (UFCEG)
 Jose Antonio Gomes de Pinho (UFBA)
 José Raimundo Cordeiro Neto (Univasf)
 José Roberto Pereira (UFLA)
 Joyce Mariella Cavalcanti (UFBA)
 Júlio César Casarin Barroso Silva (Unifesp)
 Kettle Paes (UFSC)
 Ladislau Dowbor (PUC-SP)
 Lauro Pinheiro (UFBA)
 Leonardo Secchi (UESC)
 Leticia Maia (Banco Central)
 Lidiane Carvalho (Unirio)
 Lilians Furtado (FGV-RJ)
 Lindomar Pinto da Silva (Unifacs)
 Luciana de Oliveira Miranda Gomes (UnB)
 Luciana Mesquita Ferreira (Insper)
 Luciana Rodas Vera (UFMG)
 Ludmilla Montenegro (UFS)
 Luiz Carlos Honório (Unihorizontes)
 Luz Fernandes (UFBA)
 Manuel Portugal Ferreira (Uninove)
 Marcello Zapelini (Udesc)
 Marcelo da Silveira Campos (UFGD)
 Marcelo de Rezende Pinto (PUC Minas)
 Marcelo Gattermann Perin (PUCRS)
 Márcio Simeone Henriques (UFMG)
 Marco Aurélio Marques Ferreira (UFV)
 Marcus Alban Suarez (UFBA)
 Marcus Vinícius Peinado Gomes (FGV/EAESP)
 Maria Ceci Misoczky (UFRGS)
 Maria Elisabete Pereira dos Santos (UFBA)
 Maria das Dores Guerreiro (ISCTE-IUL)
 Maria Luisa Teixeira (Mackenzie)
 Maria Priscilla Kreitlon (Unicamp)
 Maria Regina Baracuhy Leite (UFPB)

Maria-Fatima Santos (UC Berkeley)
 Marta Ferreira Santos Farah (FGV-SP)
 Mauro Cardoso Simões (Unicamp)
 Monica Aparecida da Rocha (UFT)
 Mozart José de Brito (UFLA)
 Neusa Rolita Cavedon (UFRGS)
 Nobuiuki Costa Ito (USP)
 Norberto Hoppen (Unisinós)
 Núbia Cristina da Silva (UFMG)
 Pablo Aurélio Monje-Reyes (Universidad
 Alberto Hurtado)
 Pamela Brandão (UFRN)
 Paulo Du Pin Calmon (UnB)
 Paulo Ferraresi Pegino (Unicesumar)
 Pedro Bendassolli (UFRN)
 Rebeca Grangeiro (UFCA)
 Rebecca Neaera Abers (UnB)
 Reed Elliot Nelson (Uninove)
 Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco
 (FGV-SP)
 Reginaldo Souza Santos (UFBA)
 Renata Rossi (UFBA)
 Ricardo Alonso Gonzalez (UFBA)
 Ricardo Gomes (UnB)
 Ricardo Coutinho Mello (UFBA)
 Robert Wilson (University of Texas at Austin)
 Rodrigo de Souza Filho (UFJF)
 Rogério Mâsih (UFC)
 Sandro Trescastro Bergue (UFRGS)
 Sonia Gondim (UFBA)
 Sueli Goulart (UFRGS)
 Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo (Unb)
 Taisa Dias (Unisul)
 Takeyoshi Imasato (UFRGS)
 Tatiane Paschoal (UnB)
 Thiago Dias Pimentel (UFRN)
 Thomaz Wood Junior (FGV)
 Tomás Guimarães (UnB)
 Uajará Pessoa Araújo (UFLA)
 Valderí Alcântara (UFLA)
 Valdir Fernandes (UTFPR)
 Valentina Gomes Haensel Schmitt (FGV/
 EBAPE)
 Vânia Gisele Bessi (FEEVALE)
 Vera Lúcia Mendes (UFBA)
 Victor Corrêa Silva (PUC Minas)
 Vinicius Andrade Brei (UFRGS)
 Viviane Salazar (UFPE)
 Walid Abbas El Aouar (UnP)
 Walter Meucci Nique (UFRGS)
 Wesley Xavier (UFV)
 Wilson Aparecido Costa de Amorim (USP)
 Yákara Leite (Ufersa)

SUMÁRIO – VOL 23 / N° 77

A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA NAS PRÁTICAS CULINÁRIAS DE
UMA ORGANIZAÇÃO GASTRONÔMICA

Ana Sílvia Rocha Ipiranga
Luma Louise Sousa Lopes
Elnivan Moreira de Souza

191

FLUXOS E CONTRAFLUXOS: A RELAÇÃO GLOBAL E LOCAL
MEDIADA PELO MERCADO NA CULTURA GAÚCHA

Marlon Dalmoro
Walter Meucci Nique

211

A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO
PARA OS ESTUDOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E
LEGITIMAÇÃO DO CONHECIMENTO DO CAMPO CIENTÍFICO

Celso Machado Júnior
Maria Tereza Saraiva de Souza
Iara Regina dos Santos Parisotto
Angelo Palmisano

231

“ÁGUA DE LONA” E “SANGUE DE SERRAGEM” NOS
DISCURSOS DE SUJEITOS CIRCENSES

Ana Rosa Camillo Aguiar
Alexandre de Padua Carrieri

247

ADMINISTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: PERCEPÇÕES E
PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE CIENTÍFICA DA ANPAD

Elinaldo Leal Santos
Reginaldo Souza Santos
Vitor Braga

263

MOTIVOS DE REJEIÇÃO DOS ARTIGOS NOS PERIÓDICOS DE
ADMINISTRAÇÃO

Christian Falaster
Manuel Portugal Ferreira
Renata Canela

285

VALORAÇÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES:
AS CONCEPÇÕES DOS INDIVÍDUOS NO CONTEXTO DO
TRABALHO

Andréa Cherman
Sandra Regina da Rocha-Pinto

307

MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL: A
CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA À LUZ DA ABORDAGEM
NEOGRAMSCIANA

Yuna Fontoura
Flávia Naves

329

THE AESTHETIC EXPERIENCE IN CULINARY PRACTICES OF
A GASTRONOMIC ORGANIZATION

Ana Sílvia Rocha Ipiranga
Luma Louise Sousa Lopes
Elnivan Moreira de Souza

191

FLOWS AND COUNTER-FLOWS: MARKET MEDIATED
GLOBAL AND LOCAL RELATIONS IN GAÚCHO CULTURE

Marlon Dalmoro
Walter Meucci Nique

211

THE CONTRIBUTION OF SOCIOLOGY OF KNOWLEDGE
FOR THE STUDIES OF INSTITUTIONALIZATION AND
LEGITIMATION OF THE KNOWLEDGE SCIENTIFIC FIELD

Celso Machado Júnior
Maria Tereza Saraiva de Souza
Iara Regina dos Santos Parisotto
Angelo Palmisano

231

“WATER BAG” AND “BLOOD SAWDUST” IN THE
DISCOURSES OF CIRCUS SUBJECTS

Ana Rosa Camillo Aguiar
Alexandre de Padua Carrieri

247

THE MANAGEMENT OF DEVELOPMENT: THE ANPAD’S
PERCEPTIONS AND PERSPECTIVES

Elinaldo Leal Santos
Reginaldo Souza Santos
Vitor Braga

263

MOTIVES FOR REJECTION IN MANAGEMENT JOURNALS

Christian Falaster
Manuel Portugal Ferreira
Renata Canela

285

VALUING OF KNOWLEDGE IN ORGANIZATIONS:
CONCEPTIONS OF THE INDIVIDUALS AT
THE WORK CONTEXT

Andréa Cherman
Sandra Regina da Rocha-Pinto

307

THE AGROECOLOGICAL MOVEMENT IN BRAZIL: CRAFTING
RESISTANCE IN THE LIGHT OF A
NEO-GRAMSCIAN APPROACH

Yuna Fontoura
Flávia Naves

329

Editorial



Caríssimos leitores,

Nesta segunda edição de 2016, número 77, da nossa revista *Organizações & Sociedade*, chamamos a atenção para informações importantes direcionadas principalmente aos autores. Os que têm acompanhado nossos editoriais sabem que a O&S vem passando, paulatinamente, por mudanças relevantes, como as relacionadas a processos de comunicação com autores e avaliadores, fluxos e prazos de avaliação e publicação, entre outras. Nesta edição, chamamos a atenção para mudanças na política editorial e no formato das submissões. Essas mudanças e outras, que serão implementadas ao longo de 2016, são fruto da reflexão da equipe editorial ao longo de 2015, visando o aprimoramento contínuo da nossa revista.

Dentre as mais recentes mudanças na política editorial, destacamos que a O&S passa a restringir o número de submissões por autor dentro de um período de 12 meses. Os autores interessados em submeter trabalho para a O&S devem, a partir de então, estar cientes de que autores ou coautores com artigos aceitos em *desk review* somente poderão submeter outro trabalho após 12 meses da data da última submissão. O intuito é estimular autores a enviarem seus melhores trabalhos, bem como otimizar o valioso trabalho dos nossos avaliadores.

Sobre as condições para submissão, a O&S passa a solicitar um formato mais padronizado dos textos, que facilitará o trabalho dos avaliadores e todo o processo de edição. Sendo assim, explicitamos que o texto deve ser redigido utilizando os editores de texto de maior difusão, com espaço 1,5 entre linhas, fonte Times New Roman tamanho 12 e não exceder 30 páginas (incluindo todos os elementos, como figuras, quadros, tabelas e referências). As citações e referências do texto devem obedecer às normas da ABNT.

Além dessas, outras informações foram incorporadas no nosso website. Solicitamos a todos os autores que, antes da submissão, leiam atentamente itens pertinentes à nossa Política Editorial, tais como Foco e Escopo, Política de Publicação, Condições de Submissão e Guia para Autores.

Esta segunda edição do ano de 2016 é composta por artigos de assuntos variados, que traduzem certa ousadia pertinente ao campo dos estudos organizacionais. Prática culinária e experiência estética; resistência e agroecologia; relações global-local; identidade e circo; editores e revisores; pesquisa em administração e Administração do Desenvolvimento; sociologia do conhecimento; valorização do conhecimento; institucionalização e legitimação; comunidade científica e ANPAD são algumas palavras-chave que representam essa diversidade do campo e nossa edição 77 de 2016.

Em "A experiência estética nas práticas culinárias de uma organização gastronômica", Ana Sílvia Rocha Ipiranga, Luma Louise Sousa Lopes e Elnivan Moreira de Souza apresentam a prática culinária como um ato cultural em uma organização gastronômica, investigando sentidos como paladar, visão, tato, entre outros, na composição e construção social da organização.

"Fluxos e contrafluxos: a relação global e local mediada pelo mercado na cultura gaúcha", com autoria de Marlon Dalmoro e Walter Meucci Nique, provoca um movimento dialético entre fluxos globais e as estratégias locais de preservação. Nos resultados, os autores apresentam diferentes fluxos globais e "contrafluxos" para representar a interação global-local, a construção de uma relação híbrida e os conflitos entre os diferentes fluxos.

O terceiro texto, intitulado "A contribuição da sociologia do conhecimento para os estudos de institucionalização e legitimação do conhecimento do campo científico", de Celso Machado Junior, Maria Tereza Saraiva de Souza, Iara Regina dos Santos Parisotto e Angelo Palmisano, contribui com uma revisão teórica que identifica, na abordagem da sociologia do conhecimento, os elementos que possibilitam sua utilização nos estudos de institucionalização e legitimação do conhecimento do campo científico.

Os autores Ana Rosa Camillo Aguiar e Alexandre de Pádua Carrieri, em "Água de lona" e "Sangue de serragem" nos discursos de sujeitos circenses", apresentam a construção dos discursos sobre a identidade social de circenses em 31 circos itinerantes, com o intuito de apreender essas organizações que têm se reproduzido no tempo e no espaço da contemporaneidade. Em suas análises, os autores identificam dois percursos semânticos: o da origem circense e o da tradição, que denominam o "sangue de serragem" e, também, o percurso do modo de existência em "água de lona".

No quinto texto desta edição, intitulado "Administração do desenvolvimento: percepções e perspectivas da comunidade científica da ANPAD", os autores Elinaldo Leal Santos, Reginaldo Souza Santos e Vitor Braga objetivam refletir sobre o que pensa, entende e espera a comunidade científica da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) a respeito do campo disciplinar da administração do desenvolvimento. Usando técnicas de estatística descritiva, os autores concluem que a administração do desenvolvimento constitui-se em um saber disperso e fragmentado, que sobrevive em campos de conhecimento, cujo fenômeno do desenvolvimento é objeto de análise.

Ainda sobre campos de conhecimento, "Motivos de rejeição dos artigos nos periódicos de administração", de Christian Falaster, Manuel Portugal Ferreira e Renata Canela, apresenta os motivos que levam editores e revisores a rejeitarem artigos submetidos em periódicos de administração, ciências contábeis e turismo no Brasil. Eles mostram as lacunas mais frequentes nos artigos submetidos aos periódicos e que podem conduzir à sua rejeição. Os resultados revelam que a contribuição científica é um dos principais fatores para conseguir a publicação do artigo, e que o método é a seção que tende a apresentar mais problemas.

O sétimo artigo desta segunda edição de 2016, de Andréa Cherman e Sandra Regina Rocha-Pinto, é intitulado "Valoração do conhecimento nas organizações: as concepções dos indivíduos no contexto do trabalho". As autoras analisam os diferentes modos pelos quais os membros organizacionais percebem e experimentam a valoração do conhecimento no contexto do trabalho. Os achados revelam a multidimensionalidade do fenômeno; os diferentes níveis de interação social que influenciam as concepções de conhecimento de valor; os mecanismos de identificação, identidade organizacional e de poder e o encaixe da concepção de valoração do conhecimento do indivíduo ao tipo de organização.

O último artigo da edição, denominado "Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana", de Yuna Fontoura e Flávia Naves, reconhece a importância de pesquisas sobre movimentos sociais no campo dos estudos organizacionais. Partindo de uma abordagem de discurso neogramsciana em resistência, as autoras indagam de que forma o movimento agroecológico no município de Araponga (MG) promove resistência à hegemonia do agronegócio, a partir da reconstrução de diferentes aspectos da realidade social na região. Para elas, o movimento agroecológico resiste ao agronegócio por meio da articulação de uma identidade contra-hegemônica, desenvolvida a partir de aspectos como a associação e o engajamento com outros movimentos sociais e agentes não governamentais, que refletem em mudanças nas relações de poder.

Desejamos a tod@s uma excelente leitura!

Ariadne Scalfoni Rigo
Sandro Cabral



Artigos

A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA NAS PRÁTICAS CULINÁRIAS DE UMA ORGANIZAÇÃO GASTRONÔMICA

Ana Sílvia Rocha Ipiranga*
Luma Louise Sousa Lopes**
Elnivan Moreira de Souza***

Resumo

A prática culinária é um ato cultural, no qual o mundo sensível torna-se *locus* do conhecimento por meio da experiência estética. Nesse contexto de discussão, este estudo teve como objetivo compreender como a experiência estética imbuída nas práticas culinárias influencia a organização gastronômica investigada. O delineamento metodológico seguido foi o proposto pela compreensão empática para compor o *corpus* empírico. Desse modo, os pesquisadores lançaram mão das técnicas da entrevista, da imersão e das anotações no diário de campo. Esse caminho revelou uma intensa experiência estética a partir da ativação das faculdades sensoriais do paladar, da visão, do olfato, da audição, do tato e de juízo estético dos atores participantes da vida organizacional. Com isso, delineou-se uma teia de categorias estéticas, entre elas o belo e o sublime, o *kitsch*, o feio, o grandioso e o grotesco, o pitoresco, o gracioso e o sagrado, propiciando diferentes interpretações sobre a construção desse social.

Palavras-chave: Experiência estética. Prática culinária. Gastronomia.

THE AESTHETIC EXPERIENCE IN CULINARY PRACTICES OF A GASTRONOMIC ORGANIZATION

Abstract

The culinary practice is a cultural act, in which the sensible world becomes locus of knowledge through aesthetic experience. In this context of discussion, this study aimed to understand how the aesthetic experience imbed in the culinary practices reflected in a gastronomic organization investigated. The methodological procedures were based on the principle of empathic understanding to compose the empirical corpus. Thus, the researchers resorted to the techniques of interview, immersion and notes in a field diary. This path revealed an intense aesthetic experience from activation of sensitive faculties of taste, vision, smell, hearing, touch and aesthetic judgment of the participating actors of organizational life. With this, was outlined a web of aesthetic categories among them the beautiful and the sublime, the kitsch, the ugly, the grand and the grotesque, the picturesque, the beautiful and the sacred, providing different interpretations of this social construction.

Keywords: Aesthetic experience. Culinary practice. Gastronomy.

*Doutora em Psicologia do Trabalho e da Organização pela Università degli Studi di Bologna (Itália). Professora-adjunta do PPG em Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: ana.silvia@pq.cnpq.br

**Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora na Faculdade de Tecnologia do Nordeste (Fatene). E-mail: lumalouise@gmail.com

***Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: elnivan@hotmail.com

Introdução

A prática de alimentar-se, além da natureza biológica, é um ato cultural, que envolve imaginários, símbolos, representações, escolhas e classificações que organizam as diversas visões de mundo no tempo e no espaço. Focadas na interpretação da coletividade, as investigações sobre alimentação argumentam que o ato de comer faz parte de um conjunto de práticas capaz de expressar a cultura de um grupo (GOMES; RIBEIRO, 2011; MACIEL, 2004; 2005).

O simbolismo presente no ato de se alimentar também é encontrado no ato de preparar o alimento. Lévi-Strauss (1991) já alegava que o ato de cozinhar é universal, mas as cozinhas são diversas. A leitura da cozinha é uma viagem na consciência que as sociedades têm delas mesmas. Nesse sentido, a forma de preparar a comida, ou seja, a prática culinária de um dado grupo envolve um determinado estilo de vida, que produz uma mudança não só de estado, mas de sentido (MACIEL, 2004).

A prática culinária pode ser entendida como um conjunto de aromas e sabores específicos de uma determinada cultura, enquanto resultado da interação do ser humano com o seu contexto, envolvendo diferentes dimensões, como a cultura, as sensações, as emoções e as lembranças, despertadas tanto pelos atos de preparar como de consumir alimento (DE PAULA, 2002; MACIEL, 2001; MINTZ, 2001).

Certeau, Giard e Mayol (1996) realçaram que os hábitos alimentares constituem um domínio em que a tradição e a inovação têm a mesma importância, em que o presente e o passado se entrelaçam, satisfazendo as necessidades do momento. Os autores também enfatizam o alto grau de ritualização e o considerável investimento afetivo, sendo as atividades culinárias consideradas por quem as pratica como um lugar de felicidade, de prazer e de invenção.

Nesse sentido, as percepções sensoriais e emotivas proporcionadas pelas práticas de alimentação e da culinária imprimem no indivíduo conhecimentos sobre as ações que estão sendo realizadas. Trata-se de um processo em que o mundo sensível e corpóreo torna-se instrumento e *locus* do conhecimento (GHERARDI, 2001). Dessa maneira, compreender os aspectos subjetivos concernentes à experiência estética por meio da qual os sujeitos adquirem o conhecimento sensível se faz necessário, como uma forma de ampliar a compreensão das ações dos sujeitos e seus reflexos no contexto em que estão inseridos, entre estes as organizações (EWENSTEIN; WHYTE, 2007).

Fine (1996) enfatizou a conjunção entre as práticas do preparo e da alimentação ao estudar as cozinhas e o mundo da culinária, evidenciando que as práticas dos restaurantes são julgadas esteticamente, sobretudo pela faculdade sensorial do paladar, assim como pelas faculdades da visão, do olfato e do tato. Para o autor, essa intensa diversidade estética possibilita uma ampla liberdade de escolhas nas práticas culinárias, envolvendo a sociabilidade e a organização dos restaurantes, assim como na composição dos cardápios e na preparação dos alimentos.

Alexander Gottlieb Baumgarten (1993), que cunhou o termo "estética" em 1735, enfatiza a estética como a teoria do saber sensível, sinônimo do conhecimento obtido por meio dos sentidos. Em 1790, a estética foi tratada por Kant (1987) no âmbito filosófico e artístico como uma experiência aprendida enquanto intuição, sentimentos, emoções, produzindo um efeito de prazer, de caráter desinteressado, que o autor caracteriza como experiência estética.

Para Strati (1992), a estética é entendida como a sensibilidade do ser humano ampliada para melhor observar os elementos da vida cotidiana. Isso implica em um esforço de ativação das faculdades sensoriais, no intuito de produzir uma experiência sensível na qual a estética diz respeito a toda complexidade de experiências humanas.

Na vida organizacional, a estética é compreendida por Strati (2007) como uma forma de conhecimento originado pelas faculdades perceptivas da audição, da visão, do tato, do olfato e do paladar, e pela capacidade de fazer um juízo estético. Nesse sentido, a estética está impregnada no dia a dia organizacional, sendo composta por nuances de histórias recontadas pelos atores organizacionais e suas interpretações. A dimensão estética contribui, portanto, para a análise organizacional em uma abordagem que lida com a complexidade, a ambiguidade e a sutileza presente nas organizações

(STRATI, 1996; 2007). Igualmente para Ottensmeyer (1996), o entendimento da estética enquanto dimensão da vida organizacional é pertinente por constituir-se em uma parte inegável da produção de experiências organizacionais.

Os primeiros debates sobre a estética nas organizações estabeleceram diferentes articulações, como, por exemplo, as discussões sobre o processo de desconstrução do discurso organizacional oficial (GRAFTON-SMALL; LINSTEAD, 1985); a questão da relação entre a estética e a ética (BRADY, 1986); o estudo da identidade organizacional repassada por meios gráficos, levando em conta as imagens que transitam no interior (BOLOGNINI, 1986); e no meio externo às organizações (SCHNEIDER; POWLEY, 1985); e, ainda, a experiência estética e os sentimentos no trabalho (SANDELANDS; BUCKNER, 1989). Outros estudos, como o de Taylor e Hansen (2005), sugerem que as experiências estéticas não só transformam as organizações, mas as lentes que utilizamos para visualizá-las e, por fim, Witz, Warhurst e Nickson (2003) analisaram a estética no trabalho, discernindo formas nas quais a estética pode ser reconhecida e imbuída na organização.

No Brasil, ainda são poucas as pesquisas que focalizaram a discussão da experiência estética nas organizações. Entre essas se relevam os estudos ensaísticos desenvolvidos por Leal (2000; 2002; 2007) e Wood e Csillag (2001). Por outro lado, Tavares e Kilimnik (2007), Oliveira (2012) e Schiavo (2010) desenvolveram investigações focalizando de forma específica algumas dimensões organizacionais e sua relação com a experiência estética que, conforme Ottensmeyer (1996), permeia a organização como um todo. Recentemente, as investigações de Ipiranga et al. (2013), Lopes (2014) e Lopes, Souza e Ipiranga (2014) têm se dedicado aos estudos da estética em diferentes restaurantes, sejam de gastronomia popular ou especializados na culinária contemporânea.

No intuito de contribuir para o avanço dessa agenda de pesquisas e considerando, segundo Fine (1996), que a comida envolve mais dimensões sensoriais do que qualquer outra forma de atividade, este estudo focaliza a compreensão da experiência estética nas práticas culinárias de um pequeno restaurante de cultura italiana, localizado em Fortaleza, Ceará. Além disso, a escolha dessa organização gastronômica se deu pela observação do crescente número de restaurantes na cidade que, segundo pesquisas do setor, atrelado ao turismo regional, tem se mostrado um setor economicamente importante para o Estado.

Tendo como base essas discussões, este estudo tem como objetivo compreender como a experiência estética imbuída nas práticas culinárias influencia a organização gastronômica investigada.

O estudo de natureza qualitativa teve como base os três princípios metodológicos para o desenvolvimento de pesquisa empírica sobre o tema da estética nas organizações, entre estes, o princípio da compreensão empática, que consiste em se imaginar no lugar do outro, de *connoisseurship* de suas faculdades sensoriais, e o princípio de observação das categorias estéticas, que são expressas pelos sujeitos organizacionais (STRATI, 2007). Com base nesses princípios, a pesquisa percorreu o itinerário proposto pela compreensão empática para compor o *corpus* empírico (BAUER; GASKELL, 2008; STRATI, 2007).

Dessa forma, durante visitas realizadas à organização gastronômica no período entre outubro de 2012 e março de 2013, procedeu-se à imersão dos pesquisadores no papel do outro, a partir da ativação de suas faculdades sensoriais e de seu juízo estético, utilizando-se dos "sinais distintivos" (STRATI, 2007, p. 272) que manifestavam os humores, as impressões e as avaliações dos atores organizacionais. De forma a reviver a experiência na imaginação, lançou-se mão dos métodos da auto-observação e do exercício das faculdades intuitivas e da analogia (STRATI, 2007). Além das anotações no caderno de campo, foram entrevistados a partir de um roteiro aberto e relacional o *chef* e a gestora do restaurante.

O processo de interpretação e escrita foi constituído na forma de "texto aberto" (STRATI, 2007, p. 116), como um produto constante do reexame da experiência vivida. Nesse sentido, a descrição baseou-se no processo heurístico da evocação por meio da participação imaginada dos pesquisadores na situação organizacional descrita,

estabelecendo uma relação entre os pesquisadores (leitores), a descrição que se faz e seus autores (STRATI, 2007).

Este trabalho está estruturado de maneira que as duas primeiras seções abordam a fundamentação teórica na qual se embasa a pesquisa; na sequência, versa-se sobre o desenho metodológico utilizado; a seção posterior traz a descrição e a discussão, seguidas das considerações finais.

A experiência estética e a estética nas organizações

As origens da discussão sobre a estética a partir da categoria do belo se encontram no pensamento pré-socrático da Grécia Antiga e da Magna Grécia. Seu berço se deu nas polêmicas travadas por sofistas e céticos acerca da transformação da beleza, equivalente da estética, em uma das numerosas categorias da estética na filosofia europeia no final do século XVIII e início do século XIX, destacando-se: o Livro III de *A república*, de Platão (século IV a.C.), sobre as modalidades do estilo narrativo, graciosidade, ritmos, melodias e harmonias que acompanham o discurso; os capítulos I a XII da *Poética*, de Aristóteles (registrada entre os anos 323 a.C. e 335 a.C.), que trata da poesia e da arte em sua época. Com Platão e Aristóteles a estética era estudada fundida com a lógica e a ética. O belo, o bom e o verdadeiro formavam uma unidade. Sobressai-se ainda a obra *Do padrão do gosto*, de Humes (1737-1740).

Ainda nessa linha de discussão, relevam-se as pesquisas que discutem uma crítica do conceito de estética a partir da história do pensamento ocidental moderno, centrado nas complexas relações entre estética, ética e política. Destacam-se os trabalhos de Eagleton (1993), que trata a estética no contexto gramsciano da "hegemonia", como um instrumento para sustentação do poder por meio do "consentimento". A tradição estética "de esquerda" de Schiller (*Sobre a educação estética do homem em uma sequência de cartas*, 1795), passando por Marx (os trechos de *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, e na introdução de *Para a crítica da economia política*, de 1859) até Adorno (*Teoria estética*, 1982), tem muito a dizer da arte como crítica da alienação ao considerar o modernismo como um dos herdeiros dessa estetização radical.

Etimologicamente, a palavra estética origina-se do grego *aisthesis*. A raiz grega *aisth*, no verbo *aisthanomai*, significa sentir com o coração ou com os sentimentos, evocando sensações, percepções sensíveis, conhecimento sensível ou dos fatos e objetos sensíveis, opondo-se à noética, traduzida por conhecimento intelectual ou teórico (PLATÃO, 1993).

O uso corrente da estética, enquanto ciência filosófica, foi introduzido pelo filósofo alemão Alexander Gottlieb Baumgarten em 1735, na sua tese denominada *Meditationes philosophicae de nonnullis ad poema pertinentibus* (Reflexões filosóficas sobre algumas questões pertencentes à poesia). Nesse trabalho, a estética foi definida pelo autor enquanto a ciência da percepção em geral. Por volta de 1750, no livro intitulado *Aesthetica*, Baumgarten (1993) constrói uma teoria estética sistemática, a que chama também, pela primeira vez, com nome de Estética, definindo-a enquanto uma teoria do saber sensível tomada como sinônimo de conhecimento pelos sentidos.

Em 1790, Kant atribuiu uma nova conotação à forma e ao conteúdo da estética na sua obra *Crítica do julgamento* (1987), na qual a noção de existência de uma beleza absoluta e paradigmática será substituída pela prioridade do juízo do gosto, e o belo (*kalós*) é considerado uma finalidade sem fim. A estética para Kant trata do estudo da experiência aprendida enquanto intuição, sentimentos, emoções, produzindo um efeito de prazer, de caráter desinteressado, que o autor denomina como experiência estética. O belo (*kalós*) é a condição de objeto da experiência estética.

A estética transcendental é definida como a ciência de todos os princípios da sensibilidade *a priori*, parte integrante no conjunto que é denominado por Kant (1987) de teoria do conhecimento. Nesse sentido, enfatiza o autor que na compreensão estética da realidade há, toda vez que nós transmitimos nossos pensamentos, dois modos (*modi*) de compô-los, um dos quais se chama maneira (*modus aestheticus*) e o outro método (*modus logicus*). Esses modos se distinguem entre si pelo fato de

que o primeiro modo não possui nenhum outro padrão que não o sentimento de que há unidade na apresentação (dos pensamentos), ao passo que o segundo segue em tudo princípio indeterminado (KANT, 1987, p. 181-88).

O *modus aestheticus* de compreender a realidade é uma tendência de ultrapassar a impossibilidade de *insights* teóricos (logos) que só pode ser recuperada pelo raciocínio imaginativo (ou pela compreensão abdutiva ou intuitiva). A imaginação é uma faculdade humana impregnada de sensibilidade (*pathos*) e é responsável por várias funções, entre elas: o reconhecimento dos conceitos; a produção de representações e suas sínteses; a identificação da consciência como lugar das figuras; a esquematização das figuras e os processos criativos e simbólicos (PARRET, 1997).

A intuição (*pathos* do sensível) vem oposta ao conhecimento conceitual (logos – racional), que abstrai, generaliza e argumenta, uniformizando e imobilizando as realidades. A intuição, ao contrário, é imediata e não discursiva e dá conta daquilo que há na realidade de único e original, assim como a sua continuidade, sua mobilidade, sua atividade e a contingência do seu futuro. A intuição recorre a imagens, a comparações, a metáforas e a símbolos para veicular seus conteúdos. Há uma analogia entre a imagem ou metáfora presente e o objeto da intuição. A analogia define a compreensão abdutiva ou intuitiva (PARRET, 1997).

Nesse sentido, enquanto Baumgarten enfatiza a dimensão da sensibilidade do conhecimento estético, Kant concentra-se em sua subjetividade. Esse retorno à sensibilidade é um retorno a Aristóteles (sensação aristotélica – *aisthêsis*), em combinação com o sentimento (*Gefühl* kantiano) de Kant. Esse entrelaçamento possibilita a apreensão abdutiva e/ou intuitiva da realidade. Sobressai-se ainda a ênfase colocada por Croce (1990) para a experiência estética, enquanto resultante da expressão de uma intuição não formulada anteriormente (PARRET, 1997; STRATI, 2007).

A estética foi inserida no campo dos estudos organizacionais no final dos anos 1980, por meio da publicação de diversos estudos que traziam em seu bojo uma inspiração estética. Dentre esses trabalhos, destacam-se os estudos da gestão enquanto prática artística (DEGÖT, 1987); da discussão sobre a elegância das organizações (RAMIREZ, 1987a) e da divergência entre o que as organizações de fato são e a imagem que projetam de si mesmas (RAMIREZ, 1987b).

Todavia, foi no trabalho seminal de Strati (1992) que a estética foi compreendida como uma metáfora epistemológica apropriada para compreender a beleza como um elemento intrínseco às organizações. Para o autor, a discussão sobre a experiência estética constitui a corrente principal na qual a abordagem estética contemporânea das organizações se desenvolveu (STRATI, 2007). A estética na vida organizacional diz respeito a uma forma de conhecimento humano e, especificamente, ao conhecimento fornecido pelas faculdades perceptivas da audição, da visão, do tato, do olfato e do paladar, e pela capacidade de fazer um juízo estético (STRATI, 1992; 1996; 2007; TAYLOR; HANSEN, 2005).

A compreensão da dimensão estética da organização exige formas de entendimento intuitivas. Strati (2007, p. 72) enfatiza que a “estética na vida organizacional é o motor da organização e não uma maquiagem dela [...]”, seja qual for a informação dada aos sujeitos pela estética organizacional, isso é feito por meio de processos contínuos de construção, desconstrução e reconstrução simbólica. Nesse sentido, a estética apresenta-se como uma parte irrefutável da produção de experiências e da realidade organizacional, dado que as experiências estéticas perpassam a organização em sua totalidade. Além disso, a estética não está encerrada em um ou outro departamento, mas é algo intrínseco a qualquer sujeito organizacional (OTTENSMEYER, 1996; STRATI, 1996).

Gagliardi (2009) discutiu sobre a influência que a dimensão estética exerce sobre a organização, enfatizando três dimensões da experiência estética nos estudos organizacionais: (i) enquanto forma de conhecimento sensível diferente e em contraposição ao conhecimento intelectual; (ii) enquanto forma de expressão da ação desinteressada, sem uma finalidade instrumental explicitada; e (iii) enquanto forma de comunicação, diferente da conversa ou diálogo que pode expressar sentimentos que não são explicitados ou codificados nas bases até então conhecidas.

Ainda para Gagliardi (1990), a análise da estética nas organizações problematiza a fisicalidade dos elementos não humanos que marcam a vida organizacional. Nesse sentido, os artefatos são fenômenos culturais primários, algo resultante da ação humana e, dessa forma, percebidos por nossos sentidos.

Igualmente, Hatch e Jones (1997) e Ottensmeyer (1996) destacaram em seus trabalhos a influência da estética na compreensão da vida organizacional. Taylor e Hansen (2005) acrescentam que, além da relação da estética com o conhecimento que é criado a partir de nossas experiências sensoriais, se inclui também como nossos pensamentos, sentimentos e a razão em torno deles comunicam-se às nossas cognições.

Alguns recentes estudos focalizando a estética nas organizações relacionam-se com as questões da criação de estratégia (FILIPPI; TANNERY, 2009); das pessoas e do estilo de trabalho nas organizações (STRATI, 2010); do controle das ações por meio dos artefatos (SORENSEN, 2010); sobre o papel da estética na regulação da identidade e no rompimento com padrões culturais (WASSERMAN; FRENKEL, 2011). Outros trabalhos abordaram a discussão do conhecimento estético como elemento de ligação entre a gestão e o design (STEPHENS; BOLAND, 2011); o debate da beleza que perpassa as práticas de gestão, tornando possível a investigação da estética organizacional (TAYLOR, 2012) e a relação entre a ética e a estética, por meio da análise da noção de *beau geste* no âmbito da liderança (BOUILLOUD; DESLANDES, 2013).

No Brasil, após as publicações da literatura ensaística que ratificou a contribuição da estética para o estudo das organizações (p. ex. LEAL, 2000; 2002; 2007; WOOD; CSILLAG, 2001), as pesquisas empíricas começaram a despontar no sentido de formar um corpo coeso de estudos. É possível destacar as articulações envolvendo temáticas entre o conhecimento tácito e a estética (TAVARES; KILIMNIK, 2007); as discussões sobre a estética no contexto da construção civil (SCHIAVO, 2010) e no setor de móveis projetados (OLIVEIRA, 2012); as questões da estética e corporeidade (BERTOLIN; BRITO, 2012; FIGUEIREDO, 2012). E, por fim, destacam-se os estudos que iniciaram a agenda de pesquisas e têm como foco a estética e as práticas culinárias em diferentes tipos de cozinhas contemporâneas (IPIRANGA et al., 2013; LOPES; SOUZA; IPIRANGA, 2014) e em restaurantes de um mercado popular (LOPES, 2014). Ensaio recentes (p. ex. BASSO; PAULI; BRESSAN, 2014) se propõem a associar a discussão da estética com as relações de gênero, com ênfase na cultura e no desempenho organizacional.

Observa-se que a recente discussão da estética nos estudos organizacionais vem crescendo amplamente em razão da busca por métodos alternativos de construção de conhecimento e, mais especificamente, por conta da crise de representação no contexto da pesquisa nos estudos organizacionais (STRATI, 1992; 2007).

Strati (2007) cita Croce (1990) para iluminar o papel exercido por Vico (1725) na ênfase anticartesiana radical realizada por este último autor, ao propor o conceito de estética no século XVIII. Vico opunha-se à explicação racional cartesiana e enfatizava o pensamento mítico, enquanto fantasia, metáfora e imagem, e a conexão direta entre esse pensamento e os sentimentos baseados nas faculdades sensoriais dos indivíduos e de seus corpos. O pensamento mítico é, portanto, uma maneira de ver e conhecer o mundo que não tem relação direta com análise, explicação ou razão, operando com base em uma ciência empírica que não é exata e nem verdadeira, mas baseada na participação dos indivíduos na construção do social (STRATI, 2007).

Na discussão sobre a estética se reconhece, por exemplo, que a utilização da categoria do belo privilegia a faculdade perceptiva da visão. Essa característica tem origem na Grécia Antiga, na qual se dava prioridade aos sentidos da visão e da audição. Esses eram os sentidos "públicos" (STRATI, 2007, p. 286), ao passo que os outros – olfato, paladar e tato – não o eram. Primeiro por que produziam percepções nas quais o princípio da comensurabilidade não podia ser aplicado, ao contrário da visão e da audição; segundo, porque eram sentidos muito mais pessoais ou mesmo íntimos, como o paladar, por exemplo, que provoca percepções sensoriais no interior do corpo (STRATI, 2007). É essa característica idiossincrática da estética que possibilita o desabrochar do conhecimento a partir de dimensões racionalmente desconhecidas.

Com efeito, a imagem predominante transmitida pela literatura organizacional até meados da década de 1970 era a de que as organizações eram baseadas em ideias que se encontram e se fundem no plano racional; ideias, portanto, desprovidas de erotismo, de sensações belas ou feias, de perfumes e odores, de atração e repulsão. A teoria da organização e os estudos de gestão representavam as organizações de forma idealizada, privando-as de suas características terrestres de materialidade e corporeidade.

Essa discussão sobre a “organização idealizada” (STRATI, 2007, p. 14) sofreu uma série de mudanças a partir dos anos 1970, quando a atenção dos estudiosos da organização começou a se voltar para a dimensão estética da rotina cotidiana nas organizações. Essas mudanças foram igualmente estimuladas pelo debate entre modernos e pós-modernos, que também envolveu estudos sobre a organização. Esse debate, mesmo quando se argumentou que a modernidade não havia sido substituída pela pós-modernidade, mas por uma modernidade reflexiva, considerou o recurso à dimensão estética.

Para Strati (2007), tais discussões no contexto organizacional elevaram o juízo estético à categoria de sexto sentido que seria integrado aos demais, informando-nos sobre como a pessoa que expressa o juízo representa e constrói a organização para si mesma. O juízo estético tem como característica particular representar para o pesquisador uma relação em que tanto o sujeito que julga quanto a organização julgada estão sempre presentes e, para tanto, utilizam as categorias estéticas, envolvendo as faculdades sensoriais.

Desde Aristóteles as categorias estéticas são os principais instrumentos do juízo classificatório. As categorias do belo (*kalós*) e do sublime foram pensadas por Hume e Kant na segunda metade do século XVIII. Após isso, uma imensa diversidade de categorias estéticas expandiu-se rapidamente (PARRET, 1997).

Nesse contexto, o filósofo francês Souriau (1892-1979) propôs o famoso diagrama das categorias estéticas, incluindo 24 ramos classificatórios, no qual a categoria do sublime, ao estar ligada ao sentimento de transcendência e de excesso, é uma categoria que converge variadas emoções estéticas, podendo modificar qualquer valor estético, inclusive o belo (PARRET, 1997).

Além das categorias do belo e do sublime, comumente citadas nos clássicos estudos filosóficos sobre estética, Strati (2007) destaca a multicategorialidade da estética para a compreensão estética da vida organizacional. As categorias estéticas podem ser compreendidas como dimensões que compõem uma teia de interpretações expressa por um repertório de linguagens que manifesta o juízo estético elaborado pelos sujeitos a respeito da vida na organização. Autores como Taylor e Hansen (2005) e Strati (2007) evidenciaram as categorias estéticas do grandioso, do heroico e monstruoso, do trágico, do pitoresco e do cômico, do gracioso e do sagrado, entre outras, as quais refletem diferentes formas de experiências vivenciadas pelos sujeitos nas organizações.

Enfatiza-se ainda que as categorias estéticas sugerem e demarcam caminhos específicos para a análise da vida organizacional. Esses caminhos não dependem da estética filosófica e/ou da teoria da arte, mas de uma hibridação da estética com a teoria da organização na compreensão da vida organizacional. Nessa linha de discussão, se enfatiza que há um entrelaçamento entre a vida organizacional, a faculdade de julgamento como sexto sentido do sujeito e as categorias estéticas. Essa articulação revela a compreensão subjetiva da vida organizacional cotidiana ao pesquisador que utiliza a abordagem estética, colocando diferentes questões no debate acerca do método nas ciências sociais ao iluminar o “*pathos* do sensível” (STRATI, 2007, p. 187).

A partir da apreensão da experiência vivida pelas pessoas quando agem, a compreensão estética da vida organizacional é considerada uma metáfora epistemológica, baseada no fato de que o conhecimento do sensível distingue de modo mais nítido as ciências sociais das ciências naturais e seus métodos de investigação. A forma de conhecimento aqui envolvida não se baseia no indício ou na prova, mas na imaginação ou na intuição. Essa experiência ocorre na imaginação do sujeito, e mesmo assim é uma experiência vivida (STRATI, 1992; 2007).

O fio condutor desta pesquisa mostra que é possível adquirir conhecimento sensível, em vez de lógico-racional, da vida na organização, e que essa compreensão diz respeito às culturas, aos artefatos e aos símbolos organizacionais, bem como à estética criada, reconstruída ou destruída nas negociações organizacionais cotidianas (STRATI, 2007).

A estética e as práticas culinárias

Lévi-Strauss (1991) já alegava que o ato de cozinhar é universal, mas as cozinhas são diversas. Para o autor, a cozinha é uma linguagem a partir da qual cada sociedade codifica mensagens que lhe permitem significar. Certeau, Giard e Mayol (1996) coadunam ao evidenciar que ao considerarmos a história das práticas culinárias nos surpreende a sua abundante diversidade, de uma sociedade a outra, estando os hábitos alimentares de uma dada sociedade ligados por coerências internas invisíveis, mas reais. Para os autores, a língua falada no decorrer da produção da prática culinária abrange quatro domínios distintos de objetos e ações: (i) dos ingredientes que são a matéria-prima; (ii) dos utensílios e recipientes; (iii) das operações, verbos de ação e descrições do hábil movimento das mãos; (iv) dos produtos finais e da nomeação dos pratos obtidos. Releva-se ainda a fase do consumo do produto final, envolvendo um léxico "saboroso", expressando o gosto dos pratos, o prazer da degustação, as etapas da beatitude do comer e beber bem (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 288).

Os autores se referem não apenas ao prazer de saborear bons pratos, mas ao prazer secreto e tenaz de cozinhar envolvido na manipulação e associação do inventário dos ingredientes, de modificar, inventar, organizar, combinar, aquela sequência de gestos entrelaçados que constituem a teia indefinida das práticas culinárias na intimidade das cozinhas: "na cozinha é preciso saber organizar-se, ter memória e bom gosto" (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 269).

Os hábitos alimentares são, portanto, veículos de profunda emoção, e as práticas culinárias, enquanto conjunção dos atos de preparo e de alimentar-se, expressam relações pessoais, sociais e culturais envolvidas nessas ações, abrangendo o sentido do prazer ao satisfazer as dimensões emocionais, psicológicas e estéticas do ser humano (FIGUEIREDO et al., 2010; FINE, 1996; GARCIA; CASTRO, 2011; LEONARDO, 2009; MACIEL, 2004).

DaMatta (1986) compara o alimento a uma grande moldura e a comida ao quadro, representando aquilo que foi devidamente escolhido dentre os alimentos e que deve ser visto e saboreado com os sentidos. A comida, segundo o autor, é tudo aquilo que se come com prazer, observando-se as regras da comunhão e comensalidade. É tudo aquilo que se refere a uma prática cotidiana e que auxilia a construir identidades (CANESQUI, 2005).

Tanto o ato de alimentar-se como a prática culinária envolvem experiências sensoriais que geram algum tipo de conhecimento. A comida, conforme coloca Maciel (1996, p. 8), não é apenas "boa para comer, mas também boa para pensar", pois ao se pensar em comida pensa-se, também, em simbolismos, pois a prática culinária compreende, além do preparo e da ingestão de nutrientes, a absorção de símbolos, ideias, imagens e sonhos que permitem uma vivência em coletividade. A alimentação está transida pela cultura e pela sociedade e compreendê-la exige a análise de várias dimensões, como as históricas, culturais, sociais e estéticas.

As sensações despertadas tanto pelo ato de preparar como de consumir o alimento são tão intensas que alguns autores enfatizam que o gosto e o prazer se sobrepõem às questões nutricionais. O conjunto da cor, aroma, textura e sabor de um alimento faz alusão às mais longínquas lembranças de experiências e emoções vivenciadas em sucessivas épocas. Nesse contexto da alimentação, essas lembranças assumem valores simbólicos, intangíveis e de difícil interpretação, uma vez que cada ser humano apresenta experiências de vida singulares e não quantificáveis (DE PAULA, 2002; LEONARDO, 2009; MACIEL, 2001; MINTZ, 2001).

Dada a concepção de sistema alimentar como um conjunto de práticas culturais que vão desde o preparo do alimento até a composição de um cardápio, observa-se a presença dos sentidos como meio pelo qual acontece a experiência sensorial da ação de alimentar-se. Os sentidos são como códigos que transmitem mensagens, e no caso da prática culinária o registro dessa experiência sensorial é o resultado de um conjunto de sensações geradas pelo gosto, aroma, temperatura e textura que são julgados esteticamente (SUTTON, 2010).

Destarte, a escolha dos alimentos pelas pessoas está ligada a um complexo estético e cultural, e por ser uma decisão a ser apreciada com os sentidos, logo se relaciona a comida ao paladar, por ser o sentido mais óbvio de ser ativado no ato de alimentar-se. Segundo Cascudo (1983), o paladar é tido como um elemento complementar à alimentação, sendo culturalmente construído. Pelo paladar são definidas as preferências alimentares humanas, além de estar profundamente arraigado nas normas culturais, consistindo em uma identidade por meio da qual os indivíduos e os grupos se assemelham ou se diferenciam (GONÇALVES, 2004).

O gosto, a sensação experimentada pelas papilas gustativas, está relacionado de forma íntima ao olfato. A percepção a partir desses sentidos desempenha um papel essencial na prática culinária de escolha e preparo das comidas. O sabor experimentado, seja pelo gosto ou pelo aroma, constrói um conhecimento, remetendo o sujeito a diversas e diferentes memórias (MACIEL, 2001).

O paladar, segundo Brillat Savarin, em sua obra *A fisiologia do gosto*, editada em 1848, promove três diferentes sensações: (i) no momento de contato da comida com a boca ocorre o que o autor chama de sensação direta; (ii) a sensação completa se dá quando o alimento passa para o fundo da boca, liberando seu gosto e perfume; (iii) por último se dá a sensação refletida, que consiste no juízo interior a respeito das impressões geradas ao ingerir a comida. Aqui se enfatiza o reviver de experiências no momento em que se degusta a comida.

This (2007) considera o gosto uma sensação muito mais ampla do que aquela proporcionada pelos órgãos envolvidos. Para o autor, os demais sentidos auxiliam na percepção e interpretação do gosto, associando a essa sensação atributos baseados nas experiências relacionadas às lembranças, emoções e aprendizados memorizados pelos indivíduos. O gosto pela culinária, tanto para quem prepara como para quem degusta, é uma forma de obter um prazer estético e sensorial (GARCIA; CASTRO, 2011).

Fischler (1995) assinala que não são apenas o paladar e o olfato que colaboram para a apreciação dos alimentos. Ainda que com diferentes graus, os cinco sentidos humanos contribuem para tal, construindo a emissão de um juízo a respeito das práticas culinárias envolvidas. A audição, ainda que seja o sentido menos utilizado, auxilia na preparação dos alimentos por meio da sonoridade e de ruídos percebidos pela cocção ou na atividade de comer. Com o tato é possível reconhecer a densidade dos alimentos, sua temperatura e textura. Esse conhecimento obtido com o tato não se coloca somente pelo contato manual com os alimentos, mas com a própria boca, ao se mastigar um alimento o tato também está atuando, sendo imprescindível para uma boa degustação.

Para Tempass (2007), a visão é um sentido particularmente importante, a ponto de ser utilizada a expressão "comer com os olhos". Além disso, e já se associando ao prazer gustativo do saborear, os produtos da prática culinária devem ser bem apresentados aos olhos. Conforme anteriormente colocado por Lévi-Strauss (1991) e Certeau, Giard e Mayol (1996), as lógicas das linguagens associadas à prática culinária se baseiam, entre outras experiências, naquelas relacionadas aos produtos finais, como, por exemplo: a nomeação dos pratos obtidos e o consumo do produto final, que se estende à apreciação visual da forma como a comida está esteticamente apresentada, e aos arranjos dos utensílios, pratos, talheres e recipientes utilizados para tal. O sentido da visão também está associado à disposição, maneiras e sociabilidade das pessoas de estarem na mesa (TEMPASS, 2007).

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa trilhou o percurso metodológico proposto por Strati (1992; 2007) para o desenvolvimento da pesquisa empírica sobre estética organizacional. Tal caminho se mostrou alicerçado em três princípios que nortearam o fazer empírico.

O primeiro princípio da compreensão empática consiste em se imaginar no lugar do outro, cujos propósitos, motivos e sentidos se pretende explicar (STRATI, 2007). Isso possibilita ao pesquisador o reconhecimento de humores, pensamentos e sentimentos estéticos intimamente ligados à ação dos atores organizacionais. Nesse sentido, evidencia-se o *pathos* com que um evento ou uma ação é enfatizada pelos informantes, consistindo “No que diz e como diz, este não só fornece ao pesquisador informações sobre processos, como também comunica uma emoção, uma sensação, um sentimento” (STRATI, 2007, p. 272).

Assim, a ênfase recai sobre o compartilhamento entre sujeitos e pesquisadores da sensação de prazer ou desprazer causada por algum evento organizacional, proporcionando o “sinal distintivo” (STRATI, 2007, p. 272) para orientar a investigação. O sentimento caracteriza, portanto, o estudo estético da vida organizacional cotidiana por ser a qualidade expressiva intrínseca aos fenômenos estéticos, este é “um modo de as coisas, as situações e as formas se oferecerem” (STRATI, 2007, p. 272). Buscou-se, portanto, apreender o sentimento em seu “ser-em-uso” (STRATI, 2007, p. 145), enquanto manifestação de estilo e de uma atitude intencional tanto no interior dos eventos como na relação entre os membros da organização e os pesquisadores.

O segundo princípio refere-se à ideia de *connoisseurship* – de suas faculdades sensoriais e de juízo estético –, que vem demonstrado por todos os participantes da vida organizacional, incluindo aqui aqueles que a estudam, em relação aos elementos não humanos e também às relações interpessoais:

É o *connoisseurship* – com seu conhecimento tácito e, não explícito, com sua compreensão antes empática-estética do que analítico-racional – que possibilita que as pessoas afirmem a legitimidade organizacional de suas diferentes interpretações da construção social que participam (STRATI, 2007, p. 280).

E, por fim, para a compreensão estética da vida organizacional, enfatiza-se o princípio de observação das categorias estéticas que emergem e são ditas, bem como os termos de uso corrente na vida organizacional cotidiana, inerentes à linguagem habitual dos atores organizacionais. Para Strati (2007), são os próprios sujeitos selecionados para a pesquisa que expressam e nos chamam a atenção para essas categorias e que, por outro lado, os pesquisadores podem igualmente convidar os sujeitos a utilizarem categorias estéticas ao descreverem suas rotinas.

Tendo como base esses princípios, esta pesquisa percorreu o itinerário proposto pela compreensão empática para compor o *corpus* empírico (BAUER; GASKELL, 2008; STRATI, 2007). Dessa forma, durante visitas realizadas à organização gastronômica sob estudo no período entre outubro de 2012 e março de 2013, procedeu-se à imersão dos pesquisadores no papel do outro, a partir da ativação de suas faculdades sensoriais e de seu juízo estético, utilizando-se dos “sinais distintivos” (STRATI, 2007, p. 272) que manifestavam os humores, as impressões e as avaliações dos atores organizacionais.

Para isso, e visando reviver a experiência na imaginação, foram combinados os métodos da auto-observação (o pesquisador se observa enquanto se põe no lugar de outrem); do exercício das faculdades intuitivas (a fim de assumir o papel do ator organizacional); e da analogia (possibilitando que o pesquisador estabeleça uma relação dinâmica com o que pensa e sente o ator organizacional e, assim, com a ação intencional em exame) (STRATI, 2007).

Os sinais observados e constatados pelos pesquisadores nesse processo de coleta de conhecimentos foram descritos no caderno de campo a partir dos humores provocados, das emoções sentidas, dos pensamentos secundários que surgiram e das categorias estéticas formuladas nas ações e na sua organização, revelando como o pesquisador se interpreta nos detalhes e no decorrer dos estágios da ação intencional sob estudo.

Além disso, e de forma auxiliar, utilizou-se de um roteiro de entrevista relacional com questões abertas formuladas a partir da leitura crítica da base teórica, sendo este aplicado ao *chef* e à gestora da organização gastronômica. Esse tipo de entrevista, segundo Spink (2004), é compreendida como fruto da interação entre sujeitos ativos, incluindo nessa interação os próprios pesquisadores. O uso da entrevista somado aos métodos anteriormente mencionados possibilitou a triangulação a favor do enriquecimento da interpretação (SPINK, 2004).

Tendo como base os princípios da compreensão empática, o processo de interpretação foi constituído como um produto constante do reexame da experiência vivida, construindo dessa forma uma compreensão da experiência estética inerente às práticas culinárias cotidianas da organização gastronômica sob estudo. Nesse sentido, a descrição baseou-se no processo heurístico da evocação por meio da participação imaginada dos pesquisadores na situação organizacional, estabelecendo uma relação entre os pesquisadores (leitores), a descrição que se faz e seus autores (STRATI, 2007).

Em relação ao estilo da descrição e considerando essas diferentes vozes, utilizou-se do "texto aberto" (STRATI, 2007, p. 116), enfatizando o mesmo que se aplicou à maneira de **ver** no como **escrever** sobre os fenômenos, sem lhes retirar a principal dimensão, qual seja, a da estética. Diante da grande quantidade de anotações nos cadernos de campo, relatos e narrativas gravadas em horas e horas de observações e entrevistas que compuseram o "texto aberto" (STRATI, 2007, p. 116), para a apresentação da descrição optou-se pela organização em forma de "fragmentos da vida organizacional" (STRATI, 2007, p. 274).

Fragmentos da experiência estética imbuídos nas práticas culinárias da organização gastronômica sob estudo

Considerando as práticas culinárias um artefato capaz de nos contar alguma coisa sobre a organização gastronômica, e com o intuito de lançar luzes sobre a ação intencional dos atores organizacionais envolvidos nesta pesquisa, foram recortados do "texto aberto" (STRATI, 2007, p. 116) alguns fragmentos da vida organizacional que iluminaram as experiências estéticas durante o processo interpretativo deste estudo.

Durante os primeiros contatos com o *chef* do restaurante, este iniciou sua narrativa revivendo as lembranças de sua infância ao lado da mãe na cozinha da família (MACIEL, 2001; MINTZ, 2001). Os fragmentos referentes a esses episódios possibilitaram aos pesquisadores o compartilhamento empático dos pensamentos e sentimentos ligados a esses eventos, proporcionando o "sinal distintivo" (STRATI, 2007, p. 272) para orientar a investigação propriamente dita. Ao revivermos de forma empática essas lembranças, emergiram fragmentos que iluminaram a "estética dominante" (STRATI, 2007, p. 121), articulada das experiências de vida do *chef*, sendo essa posteriormente ativada no organizar das práticas culinárias do pequeno restaurante.

"[...] Antigamente se era acostumado a fazer tudo dentro de casa, tudo se passava na cozinha, eu via a minha mãe cozinhando e a ajudava. [...] Pegar, tocar o tomate, a cebola, cortando alguma coisa, saboreando. [...] Então a gente começa a ter esse amor pela cozinha, essa paixão pela comida, a desenvolver o tino." (fragmentos dos relatos do *chef*).

O fragmento descrito revela o *modus aestheticus* de compreender a realidade, ao evidenciar o conhecimento obtido por meio do sentimento de ser capaz de fazer determinada coisa a partir das faculdades sensoriais que foram vivenciadas. Há uma analogia entre a imagem metafórica presente e o objeto de intuição: os sentimentos de amor pela cozinha e a paixão pela comida foram aflorados pela imaginação ao reviver a imagem da mãe na cozinha; e pelo uso dos sentidos da visão, do tato e do paladar ao tocar e provar os alimentos, ao desenvolver o tino; e ainda do juízo estético ao informar sobre como essas lembranças imaginativas foram representadas, sintetizadas e reconstruídas (KANT, 1987; STRATI, 2007; THIS, 2007; PARRET, 1997).

Além disso, o trecho anterior evidencia a relação entre experiência sensível e conhecimento tácito, qual seja, o conhecimento que o *chef* é capaz de pôr em prática, por que ele sabe por si mesmo o que fazer (STRATI, 2007; TAVARES; KILIMNIK, 2007).

Autores como Strati (1992), Gagliardi (1990) e Sutton (2010) ressaltaram que a estética na vida organizacional diz respeito a uma forma de conhecimento originado pelas faculdades perceptivas da audição, da visão, do tato, do olfato e do paladar, e pela capacidade de fazer um juízo estético. Por outro lado, Fine (1996) ressaltou que existe uma intensa diversidade estética nos restaurantes que possibilita uma ampla liberdade de escolhas nas práticas culinárias, envolvendo a sociabilidade e a organização dos restaurantes, assim como a composição de cardápios e a preparação dos alimentos. Essa diversidade estética revela nos fragmentos a seguir a categoria do **sublime**, ao convergir variadas emoções estéticas, transitando entre sentimentos transcendentais e de excessos (PARRET, 1997):

"[...] no dia a dia a criação e montagem dos cardápios e a preparação dos pratos, a estética dos arranjos de como a comida ficará no prato interfere 100%. Os nossos clientes comem com os olhos, então o belo é importante. Eu uso pratos que favoreçam a visão do que está sendo servido. Tem uma sobremesa de sorvete com morango flambado que não serve para colocar em prato fundo, pois, esconde o visual da sobremesa que é muito bela. Outro dia a cozinheira me fez uma abobrinha, não refogou muito, aí ficou com uma cor branquela muito feia. Eu a joguei no lixo. Tem que refogar e deixa dourar lentamente, tem os tempos de cozimento, assim, deixa um colorido natural e bonito. [...] O olfato na cozinha? Não preciso nem enfatizar a importância. Se usa o olfato antes, durante e depois de todo o processo culinário para julgar se está bom ou ruim, juntamente ao paladar. O bom *gustare* é aquele que chega até lá, naquela perfeição ali. [...] O tato é a mão do cozinheiro, na textura, na diferença do cozido da massa *al dente*, por exemplo, se pega na massa, usa o tato, o tino para julgar o ponto certo." (fragmentos dos relatos do *chef*).

Os sentidos são como códigos que transmitem mensagens, e no caso da prática culinária o registro dessa experiência sensível é o resultado de um conjunto de sensações geradas pelo olhar, gosto, aroma, temperatura, textura, cores, sonoridades, tempos e ritmos que são julgados esteticamente a partir da relevância da categoria do **belo**, modificando-se e envolvendo, conforme constatado, a diferença complementar do **feio** (FISCHLER, 1995; GONÇALVES, 2004; KANT, 1987; SUTTON, 2010).

Segundo Parret (1997) e Strati (2007), na pesquisa empírica as categorias do sublime e do belo modificam os valores estéticos ao se ligarem às outras categorias e, nesse sentido, alguns fragmentos que transitaram entre a tradição e a inovação das práticas culinárias sob estudo se entrelaçaram com elementos da cultura italiana de origem do *chef*, dando conta do que há nessa realidade de único e original. Esses fragmentos revelaram as experiências estéticas entremeadas pela invenção, criatividade, simbolismos, ritualização, prazer e desprazer e pelas categorias **agógicas**¹. Nas práticas culinárias os ritmos e os movimentos são essenciais para a coordenação dos fluxos de trabalho, trazendo à luz os desdobramentos acerca das decisões organizacionais (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996; STRATI, 2007).

"[...] Temos que simplificar no sentido de não lotar o restaurante, estou fazendo o primeiro prato, já inicia o segundo prato. No fogo tem uma lagosta grelhando e um camarão flambando, se o cliente me solicita cinco pedidos diferentes não tem como eu fazer por que as bocas de gás estão ocupadas, então é preciso pensar e organizar os fluxos e movimentos da cozinha. [...] Por outro lado, em Roma, na minha terra, com o clima do verão a comida é leve com peixes, a massa, refoga e já está pronto, os ritmos são rápidos. Você organiza os pedidos de acordo com grupos de proximidades. É uma forma de organização e isso vem da experiência e da prática. [...] Muitas receitas nós inventamos, nunca foram feitas, combinamos os ingredientes. Nesses experimentos se renovam os pratos e a lógica é a da experiência do paladar. Eu tenho que gostar do resultado. Quando eu gosto tudo acontece com um sentimento diferente." (fragmentos dos relatos do *chef*).

1 Etimologicamente, o termo *agógica* tem as suas raízes no verbo grego *ágo*, que significa *conduzir, andar, levar*. O significado do termo provém da *cinética musical* (do grego *kine* = movimento), também chamada de *agógica* (ou *agoge*), é a parte da música que estuda a velocidade ou o andamento com que cada peça musical deve ser executada.

Considerando o princípio do *connoisseurship* e no intuito de apreender o sentimento em seu “ser-em-uso” (STRATI, 2007, p. 145), foram recortados do “texto aberto” alguns fragmentos que emergiram do reexame dessa experiência estética (Quadro 1), vivida e revivida na memória pelos pesquisadores ao recorrerem a imagens, comparações, metáforas e símbolos, veiculando uma compreensão intuitiva, conotando diferentes categorias estéticas imbuídas na organização gastronômica sob estudo (CROCE, 1990).

Esses procedimentos interpretativos indicaram os sinais distintivos referentes à arquitetura e ao ambiente do restaurante, que transitaram entre os significados das categorias estéticas que evocaram a elegância do **gracioso**, a originalidade do **pitorresco** e a artificialidade embelezadora do **kitsch**, ao ressaltarem o que a arte evoca em código, causando um efeito imediato, um gosto específico, uma sensibilidade sobre o observador (STRATI, 2007; TAYLOR; HANSEN, 2005).

Conforme Strati (1996), não é apenas a decoração e/ou o embelezamento da vida organizacional que constituem a esfera privilegiada da abordagem estética das organizações. Para o autor, o foco principal seriam os elementos que ligam as pessoas às organizações e aos seus trabalhos. Nesse sentido, releva-se que os fragmentos articulados, envolvendo a materialidade e não materialidade da estética organizacional, se referem também ao espaço como metáfora do tempo organizacional. Enfatizou-se, ainda, a influência na experiência estética de artefatos humanos e não humanos que representam eventos organizacionais em termos da cultura, dos simbolismos e da identidade dessa organização, assim como da identificação dos atores, dos pesquisadores e dos clientes com essa organização (CASCUDO, 1983; GAGLIARDI, 1990).

Quadro 1 – Fragmentos acerca do reexame da experiência vivida pelos pesquisadores.

A fachada, o paisagismo, o mobiliário, a iluminação, o tratamento do teto e das paredes, os revestimentos dos pisos, o uso das cores e das formas, as exposições de quadros, o grande arco de tijolo aparente construído e que divide, por cima, o salão ao meio, o fundo musical, enfim, a decoração do restaurante esforça-se para se aproximar da cultura e do estilo arquitetônico italiano. [...] A cozinha muito limpa, bem equipada com diferentes tipos de fogão, congeladores e refrigeradores, bancadas e suportes para acomodação dos ingredientes, matéria-prima para as operações da cozinha: óleos, vinagres, manteigas, azeites, variados tipos de temperos e ervas, etc., utensílios como as tábuas e colheres de madeira de várias formas e tamanhos, talheres, conjunto de facas, recipientes, artefatos, elementos não humanos e quando não em uso bem arrumados nas diversas prateleiras, como por exemplo: frigideiras, panelas e caçarolas de diferentes formas e tamanhos e cinco visíveis escorredores de macarrão de formatos de plástico colorido e/ou inox, utensílio típico para a operação culinária de escorrer a água do *spaghetti* após cozido *al dente* e que bem caracteriza as massas enquanto prato típico da cultura gastronômica italiana. [...] As cores brancas dos aventais acompanhados pela simbologia da altura do chapéu do cozinheiro e seus auxiliares, os hábeis e ligeiros movimentos coordenados e em sequência das mãos e do olhar do *chef* na manipulação, combinação e associação dos diferentes ingredientes, utensílios e recipientes. A espera pelos tempos, da inclinação da cabeça para sentir o aroma transportado pelo vapor das panelas, da rotação dos corpos nos espaços da cozinha ao observarem, por exemplo, o prazer auditivo do vinho flambando o peixe quase cozido na frigideira tomada pelo fogo alto. [...] Os pratos saboreados, por nós pesquisadores, despertaram os nossos sentidos do olhar, através das cores, o olfato pelo aroma suculento, a visão, pelo conjunto harmonizado de comidas no menu degustação, e por fim, o paladar. [...] No salão, observou-se que entre os murmúrios das conversações cruzadas, os clientes primeiro saboreiam a comida com os olhos, questionam e falam entre si, expressando ao fim sorrisos e exclamações de prazer e bem-estar à mesa.

Fonte: Diários de campo.

A partir do exercício da evocação do processo heurístico realizado pelos pesquisadores, outros trechos recortados do “texto aberto” referiram-se ao exame da prática da fotografia exercida anteriormente pelo *chef*, antes de ingressar na atividade gastronômica. Esses relatos foram conotados por uma forte emoção de um sentimento de orgulho, evocando a categoria do **grandioso** e do **heroico** (PARRET, 1997).

Considerando, segundo Strati (2007), que o sentimento é a qualidade expressiva intrínseca aos fenômenos estéticos, o modo de as coisas, as situações e as formas se oferecerem, esses “sinais distintivos” orientaram a investigação, possibilitando inferências relacionadas à conjunção entre artes – fotografia e gastronomia. Essas conjunções terminaram por influenciar a “organização enquanto arte” (STRATI, 2007, p. 265) colocada em ato criativamente por um *chef* – gestor-artista. Esses fragmentos relevam o conhecimento (*modus aestheticus*) obtido pelos sentidos como ponto de partida para: (i) a criatividade do *chef* no desenvolver das práticas culinárias; (ii) para a gestão dessa organização gastronômica praticada pelo *chef* e pela gestora, que se engajam em atividades relacionadas com a arte; e (iii) para as práticas organizacionais cotidianas, como aquelas referentes à culinária, que tem a ver com a arte (JONES; MOORE; SNYDER, 1988).

Diversos fragmentos recortados do “texto aberto” relacionam-se com o evidenciado por Certeau, Giard e Mayol (1996), Lévi-Strauss (1991) e Tempass (2007) referentes aos domínios das maneiras na mesa e da fase do consumo do produto final. O *chef* e a gestora do restaurante sublinharam as orientações recebidas pelo pessoal do atendimento às mesas, no sentido de oferecer um serviço com elegância, assim como do conhecimento necessário dos itens do cardápio. Contudo e apesar do ágil balé dos atendentes no salão, alguns deles não conheciam o significado de algumas nomeações do cardápio do restaurante, sobretudo as informações técnicas referentes ao cardápio dos vinhos. Essas observações inferem, segundo Strati (2007), que os estágios das negociações organizacionais cotidianas referentes à estética criada, reconstruída ou destruída ainda é incipiente. Por outro lado, essa evidência da pesquisa, ao iluminar as categorias do **feio**, do **trágico** e do **grotesco** no contexto organizacional, ressalta a necessidade de se refletir criticamente sobre o conceito de estética, segundo Eagleton (1993), enquanto um instrumento para sustentação do poder por meio do “consentimento” e/ou da “resistência” a esse poder.

Contudo, essa incipiência negocial era frequentemente compensada pela intensa sociabilidade do *chef* ao transitar da cozinha ao salão com seu alto e branquíssimo chapéu de cozinheiro, descrevendo minuciosamente aos seus clientes os ingredientes utilizados no *menu degustation* de mais de 15 porções mínimas e experimentais, refletindo sobre o ato de cozinhar e justificando de forma efusiva, e para a alegria dos seus convivas, o vinho adequado para melhor degustar e saborear o prato desejado.

Nesse sentido, infere-se que a categoria do **belo**, enquanto a condição de objeto da experiência estética (KANT, 1987), se manifesta na sociabilidade do *chef*, ligando o indivíduo à organização gastronômica, significando o prazer que ele sente de pertencer àquela organização em particular.

Ao revivermos essa experiência de participação na imaginação, o sentimento e as imagens que nós, pesquisadores, vislumbramos enquanto tradução do pensamento sensível foram da experiência comunal e da categoria estética do **sagrado** (TAYLOR; HANSEN, 2005; STRATI, 2007), da beatitude do comer e beber bem e da celebração da organização como festa (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996; STRATI, 2007).

Considerações finais

No desenvolvimento desta pesquisa, considerou-se que o *modus aestheticus* de compreender a realidade delineou a compreensão estética da vida organizacional, indo além de *insights* teóricos (logos), caracterizando a qualidade expressiva intrínseca do fenômeno estético (*pathos*).

Nesses termos, o percurso de análise aqui apresentado procurou articular, por meio do princípio da compreensão empática, os sentimentos em seu “ser-em-uso”

subjacentes aos eventos, aos estilos e à ação intencional dos atores organizacionais, e entre estes e os pesquisadores participantes do estudo.

Esse caminho possibilitou a manifestação das faculdades sensoriais e de juízo estético (*connoisseurship*) dos atores participantes acerca da vida organizacional sob estudo, delineando diferentes representações, imagens, comparações, metáforas e símbolos na construção e interpretação desse social.

Para isso, as práticas culinárias cotidianas da organização gastronômica, enquanto unidade de análise da presente pesquisa, foram consideradas um artefato, no sentido de que elas nos dizem alguma coisa sobre essa organização.

Como resultados, releva-se que, ao descrevermos esteticamente as práticas culinárias, algumas categorias referentes ao trabalho e à própria organização gastronômica foram observadas e expressas pelos atores participantes, significando um conjunto de sensações e experiências geradas pelo: gosto, aroma, temperatura, textura, formas, movimentos, cores, conteúdos, arquiteturas, sonoridades e julgadas esteticamente. Embasando essa evidência, percebeu-se que ocorreu um entrelaçamento entre a vida organizacional cotidiana, a faculdade de julgamento e as categorias estéticas, iluminando o *pathos* do sensível na compreensão do organizar das práticas culinárias.

Subsequentemente, relevou-se da pesquisa que as categorias do sublime e do belo, ao modificarem e desvelarem outras categorias que se manifestaram entrelaçadas com elementos da cultura culinária, delinearão a experiência estética dos sujeitos, entremeada pela invenção, criatividade, simbolismos, memórias, ritualização e ritmos, prazer e desprazer, trazendo à luz implicações acerca da coordenação dos fluxos e movimentos do trabalho e das decisões organizacionais.

A consciência do *modus aestheticus* para a compreensão da vida organizacional busca dirigir a atenção do pesquisador para os aspectos sensíveis da organização, para a construção e redefinição da experiência sensível e para a experiência revivida na memória. Essa postura metodológica indicou os "sinais distintivos" referentes às formas e aos conteúdos das práticas do restaurante estudado, que transitaram entre os significados das categorias estéticas do gracioso e do pitoresco, causando uma sensibilidade sobre o observador; da artificialidade embelezadora do *kitsch*, da categoria do sagrado atribuído à beatitude do estar bem à mesa e da experiência comunal emersa com a sociabilidade do *chef* e seus convivas.

Em termos de implicações desses resultados, entende-se que as percepções sensoriais e emotivas emersas das práticas culinárias, a partir da observação participante imaginada, imprimiram nos atores organizacionais e em nós pesquisadores conhecimento sensível sobre os eventos, ações e decisões organizacionais, ampliando, em consequência, a compreensão dos reflexos dessas dimensões do *modus aestheticus* para além de uma compreensão lógico racional do contexto organizacional. Nesses termos, inferiu-se da pesquisa que sentir, compreender e saber estão entremeados em seu ser-em-uso na organização gastronômica, constituídos pela prática das habilidades culinárias e pela prática da ação intencional dos atores organizacionais.

Conclui-se que, a partir das descrições das sensações dos entrevistados e das observações dos pesquisadores, foi possível iluminar, imbuído nas práticas culinárias, o *modus aestheticus* como forma de se obter conhecimentos a respeito da organização gastronômica. A perspectiva subjacente com a qual a organização foi analisada revela que há muito mais a ser conhecido do que a racionalidade instrumental pode revelar. O processo conjunto do ato de alimentar-se e do ato culinário em si é permeado por sensações e emoções despertadas pelos sentidos e que, consequentemente, promovem um juízo estético nos sujeitos, construindo conhecimento sensível sobre a organização. Quase como em uma prática artística, propriamente dita, é impossível dissociar a dimensão estética da prática culinária.

Como limitação do estudo, releva-se que cada categoria estética emersa em si mesma não exauriu o conhecimento sensível da organização. E, nesse sentido, o "texto aberto" observado, imaginado, vivido, revivido, lido e reconstruído, por meio do processo evocativo para a aquisição de conhecimentos, não é o único possível que possa servir de base para a compreensão estética da organização gastronômica estudada.

Conforme Strati (2007, p. 35), essas considerações baseiam-se na natureza complexa e paradoxal do conhecimento organizacional enquanto processo “agente em vez de existente, enquanto concebido como uma construção social coletiva”.

Por outro lado, a abordagem estética inspira-se nessa rede de interpretações intertextuais quando explora as categorias do sublime e do belo, do gracioso e do pitoresco, do *kitsch*, do feio e do trágico, do grandioso e do heroico, do agógico, do sagrado, e de como elas se manifestaram no decorrer da pesquisa. Enfatizamos, juntamente com Strati (2007), que essas categorias, apesar de se originarem da filosofia estética e da teoria da arte, não são meramente reaplicadas à vida organizacional, elas fazem parte da linguagem usual dos atores e dos pesquisadores e, assim, emergiram da análise e são inerentes à vida organizacional específica que foi estudada.

Em termos de estudos futuros, sugere-se melhor aprofundar a questão inferida nesta pesquisa, relacionada aos estágios incipientes das negociações cotidianas entre os diferentes atores e fazeres organizacionais referentes à estética criada, reconstruída ou destruída. Outra sugestão de estudos diz respeito às discussões relativas à questão do feio, do trágico e do grotesco, do embaraçoso e do gosto execrável existentes na rotina e na vida cotidiana das pessoas nas organizações. Esses pontos sugerem a necessidade de aprofundar a reflexão crítica do conceito de estética aplicado às organizações.

Por fim, releva-se que esses caminhos de pesquisa baseiam-se na hibridação que funde as diferentes interpretações filosóficas e/ou artísticas nas interpretações fornecidas pelo conhecimento do sensível de cada sujeito cognitivo – atores e pesquisadores – na organização sob estudo. **A arte não coincide com a estética**, a observação dos pesquisadores do trabalho do *chef* e da gestora **na arte de organizar** se distingue por um **de** que a liga a uma atividade em particular, colocando em evidência o componente sensível da compreensão da ação intencional nessa organização (STRATI, 2007).

Referências

- ADORNO, T. W. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 1982. p. 11-24.
- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril, 1975. cap. I a XII, p. 241-252. (Os Pensadores).
- BASSO, K.; PAULI, J.; BRESSAN, V. P. Relações de gênero e estética organizacional: sugestões para estudos sobre relações, cultura e desempenho. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 12, n. 3, p. 688-705, jul./set. 2014.
- BAUER, M; GASKELL, G. (Ed.). *Pesquisa qualitativa com imagem texto e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guarechi. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 39-63.
- BAUMGARTEN, A. G. *Meditationes philosophicae de nonnullis ad poema pertinentibus*. Halle: Grunert, 1735. [Em português: *Estética: a lógica da arte e do poema*. Tradução de M. S. Medeiros. Petrópolis: Vozes, 1993. 191 p.].
- BERTOLIN, R. V.; BRITO, M. J. de. Corporeidade e estética na aprendizagem organizacional: insights emergentes. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 7., 2012, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPAD, 2012. 1 CD-ROM.
- BOLOGNINI, B. Images as identifying objects and as organizational integrators in two firms. *Dragon*, v. 1, n. 3, p. 61-75, fev. 1986.
- BOUILLOUD, J. P.; DESLANDES, G. From negativity to creativity: about the aesthetics of “Beau Geste” in leadership. In: EUROPEAN GROUP FOR ORGANIZATIONAL STUDIES COLLOQUIUM, 29., Montreal. *Proceedings...* Montreal: [s. n.], 2013.
- BRADY, F. N. Aesthetic components of management ethics. *Academy of Management Review*, v. 11, n. 2, p. 337-344, 1986.

- CANESQUI, A. M. Comentários sobre os estudos antropológicos da alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 23-42.
- CASCUDO, L. da C. *História da alimentação no Brasil*. v. 2. São Paulo: Itatiaia, 1983.
- CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996. 372 p.
- CROCE, B. *Estetica come scienza dell' espressione e linguística generale*. Milano: Adelphi, 1990.
- DAMATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986. 128 p.
- DEGÒT, V. Portrait of the manager as an artist. *Dragon*, v. 2, n. 3, p. 13-50, dez. 1987.
- DE PAULA, N. M. Introdução ao conceito de hospitalidade em serviços de alimentação. In: DIAS, C. M. et al. (Org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.
- EAGLETON, T. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 327 p.
- EWENSTEIN, B.; WHYTE, J. Beyond words: aesthetics knowledge and knowing in organizations. *Organization Studies*, v. 28, n. 5, p. 689-708, 2007.
- FIGUEIREDO, S. M. de et al. Oficina de culinária: saberes e sabores dos alimentos. *E-Scientia*, v. 3, n. 1, p. 39-48, ago. 2010.
- FIGUEIREDO, M. D. de. O artesanato enquanto prática e materialidade: argumento para pensar a dimensão estética e a perspectiva do embodiment nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. 1 CD-ROM.
- FILIPPI, M.; TANNERY, F. Aesthetics drama and strategy creation. In: EUROPEAN GROUP FOR ORGANIZATIONAL STUDIES COLLOQUIUM, 25., Barcelona. *Proceedings...* Barcelona: [s. n.], 2009.
- FINE, G. A. *Kitchens: the culture of restaurant work*. Berkeley: University of California Press, 1996. 320 p.
- FISCHLER, C. *El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Anagrama, 1995.
- GAGLIARDI, P. (Ed.). *Symbols and artifacts: views from the corporate landscape*. Berlin; New York: W. de Gruyter, 1990. 428 p.
- GAGLIARDI, P. Explorando o lado estético da vida organizacional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. *Handbook de Estudos Organizacionais*. 1. ed.. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2. p. 127-146.
- GARCIA, R. W. D.; CASTRO, I. R. R. de. A culinária como objeto de estudo e de intervenção no campo da alimentação e nutrição. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 91-98, jan. 2011.
- GHERARDI, S. From organizational learning to practice-based knowing. *Human Relations*, v. 54, n. 1, p. 131-139, jan. 2001.
- GOMES, P. C. da C.; RIBEIRO, L. P. Cozinha geográfica: o propósito da transformação de natureza em cultura. *Espaço e Cultura*, n. 29, p. 69-81, jan./jun. 2011.
- GONÇALVES, J. R. S. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luís da Câmara Cascudo. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 33, p. 40-55, 2004.

- GRAFTON-SMALL, B.; LINSTED, S. Bricks and bricolages: deconstructing corporate images in stone and story. *Dragon*, v. 1, n. 1, p. 8-27, 1985.
- HATCH, M. J.; JONES, M. O. Photococylore at work: aesthetics, collective criativity and the social construction of the organizations. *Studies in Cults, Orgs. and Socs.*, v. 3, p. 263-287, 1997.
- HUME, D. *Do padrão do gosto*. São Paulo: Abril, 1980. 329 p. (Os Pensadores).
- IPIRANGA, A. S. R. et al. A experiência estética em uma organização gastronômica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 1., 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. 1 CD-ROM.
- JONES, M. O.; MOORE, M.; SNYDER, R. (Ed.). *Inside organizations: understanding the human dimension*. Newbury Park: Sage, 1988.
- KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 410 p.
- LEAL, R. S. A estética como elemento para compreensão da criatividade organizacional. *Organizações & Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 67-82, jul./set. 2007.
- LEAL, R. S. Contribuições da estética para a análise organizacional: a abordagem de uma dimensão humana esquecida. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 1., 2000, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPAD, 2000. 1 CD-ROM.
- LEAL, R. S. Razão, práxis e estética: integração de diferentes dimensões de análise organizacional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 26., Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.
- LEONARDO, M. Antropologia da alimentação. *Revista Antropos*, v. 3, n. 2, p. 1-6, dez. 2009.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O cru e o cozido*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LOPES, L. L. S. *Sabores do cotidiano: a experiência estética nas práticas culinárias de uma organização gastronômica*. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração)–Universidade Estadual do Ceará, 2014.
- LOPES, L. L. S.; SOUZA, E. M.; IPIRANGA, A. S. R. Desvelando as categorias estéticas na organização de um pequeno restaurante. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 3, n. 1, p. 207-222, jan./abr. 2014.
- MACIEL, M. E. Churrasco à gaúcha. *Horizontes Antropológicos*, v. 29, n. 4, p. 34-48, jan./jun. 1996.
- MACIEL, M. E. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? *Horizontes Antropológicos*, v. 7, n. 16, p. 145-156, dez. 2001.
- MACIEL, M. E. Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 49-55.
- MACIEL, M. E. Uma cozinha à brasileira. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 33, p. 25-39, jan./jun. 2004.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Abril, 1975. p. 17-21. (Os Pensadores).

- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril, 1975. p. 130-131. (Os Pensadores).
- MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *RBCS*, v. 16, n. 47, p. 31-41, out. 2001.
- OLIVEIRA, L. Y. M. de. *A arquitetura dos processos de aprendizagem à luz da teoria da estética organizacional*. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração)–Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- OTTENSMEYER, E. J. Too strong to stop, too sweet to lose: aesthetics as a way to know organizations. *Organization*, v. 3, n. 2, p. 189-194, maio 1996.
- PARRET, H. *A estética da comunicação*. Além da pragmática. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 204 p.
- PLATÃO. *A república*. Tradução de M. H. R. Pereira. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. 518 p.
- RAMIREZ, R. An aesthetics theory of social organization. *Dragon*, v. 2, n. 3, p. 51-64, dez. 1987a.
- RAMIREZ, R. The relationship between the aesthetics theory of social organization and some theories of organizational symbolism. *Dragon*, v. 2, n. 3, p. 65-84, dez. 1987b.
- SANDELANDS, L. E.; BUCKNER, G. C. Of art and work: aesthetic experience and the psychology of work feelings. *Research in Organizational Behavior*, v. 11, p. 105-131, 1989.
- SCHIAVO, S. R. *As práticas de trabalho e o processo de aprendizagem de trabalhadores da construção civil à luz da estética organizacional*. 2010. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração)–Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SCHILLER, J. C. F. Sobre a educação estética do homem em uma sequência de cartas – n. XXII a XXIV. In: DUARTE, R. *O belo autônomo*. Textos clássicos de filosofia. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997. p. 123-134.
- SCHNEIDER, S. C.; POWLEY, E. The role of images in changing corporate culture: the case of A.T. & T. *Dragon*, v. 1, n. 2 p. 5-44, jan. 1985.
- SORENSEN, B. M. St Paul's conversion: the aesthetic organization of labour. *Organization Studies*, v. 31, n. 3, p. 307-326, mar. 2010.
- SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 296 p.
- STEPHENS, J. P.; BOLAND, B. Legitimizing convergence: aesthetics as a bridge between managing and designing. In: EUROPEAN GROUP FOR ORGANIZATIONAL STUDIES COLLOQUIUM, 27., Gothenburg. *Proceedings...* Gothenburg: [s.n.], 2011.
- STRATI, A. Aesthetics understanding of organizational life. *Academy of Management Review*, v. 17, n. 3, p. 568-581, jul. 1992.
- STRATI, A. Aesthetics understanding of work and organizational life: approaches and research developments. *Sociology Compass*, v. 10, n. 4, p. 880-893, 2010.
- STRATI, A. *Organização e estética*. Tradução de Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 320 p.
- STRATI, A. Organizations viewed through the lens of aesthetics. *Organization*, v. 3, n. 2, p. 209-218, maio 1996.

SUTTON, D. E. Food and the senses. *Annual Review of Anthropology*, v. 39, p. 209-223, 2010.

TAVARES, M. das G. P.; KILIMNIK, Z. M. O conhecimento estético pode ser uma forma de explicação do conhecimento tácito? Reflexões a partir de dados empíricos. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO, 1., 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

TAYLOR, S. S.; HANSEN, H. Finding form: looking at the field of organizational aesthetics. *Journal of Management Studies*, v. 42, n. 6, p. 1211-1231, set. 2005.

TAYLOR, S. S. Little beauties: aesthetics, craft, skill, and the experience of beautiful action. *Journal of Management Inquiry*, v. 20, n. 2, p. 1-13, 2012.

TEMPASS, M. C. O belo discreto: a estética alimentar Mbyá-Guarani. *Espaço Ameríndio*, v. 1, n. 1, p. 170-194, jul./dez. 2007.

THIS, H. *A ciência na cozinha*, 2: Hervé This e os fundamentos da gastronomia molecular: corpo, máquina de comer. Scientific American. São Paulo: Duetto, 2007.

WASSERMAN, V.; FRENKEL, M. Organizational aesthetics: caught between identity regulation and culture jamming. *Organizational Science*, v. 22, n. 2, p. 503-521, mar./abr. 2011.

WITZ, A.; WARHURST, C.; NICKSON, D. The labour of aesthetics and the aesthetics of organization. *Organization*, v. 10, n. 1, p. 33-54, 2003.

WOOD, T.; CSILLAG, P. Estética organizacional. *Organização & Sociedade*, v. 8, n. 21, p. 35-44, maio/ago. 2001.

Submissão: 02/04/2014

Aprovação: 12/12/2014

FLUXOS E CONTRAFLUXOS: A RELAÇÃO GLOBAL E LOCAL MEDIADA PELO MERCADO NA CULTURA GAÚCHA

Marlon Dalmoro*
Walter Meucci Nique**

Resumo

Este estudo adota uma perspectiva dialética na análise dos fluxos globais e das estratégias de preservação local frente às influências externas. Com o objetivo de analisar os diferentes fluxos (globais e locais) que transitam no mercado local, focou-se na dinâmica resultante dos fluxos globais que rezuem no mercado local e a utilização do mercado para a emissão de fluxos locais. Para isso, adotou-se uma abordagem etnográfica no mercado existente em torno da cultura gaúcha. Os resultados apresentam diferentes fluxos globais e “contrafluxos”, termo criado para definir fluxos locais que emergem como forma alternativa ou em contraposição aos fluxos globais. Observa-se, como resultado da interação global-local, a construção de uma relação híbrida e de conflitos entre os diferentes fluxos. O mercado demonstrou ser um local alternativo para a disseminação de contrafluxos em resposta aos fluxos globais, visando à preservação da cultura local.

Palavras-chave: Relação global-local. Fluxos globais. Fluxos locais. Mercado. Cultura gaúcha.

FLOWS AND COUNTER-FLOWS: MARKET MEDIATED GLOBAL AND LOCAL RELATIONS IN GAÚCHO CULTURE

Abstract

This study adopts a dialectic perspective to analyze the global flows and strategies performed by local agents to preserve their culture face the external influences. We look for distinct flows (global and local) those transits in the local market, aiming to understand the dynamic between global flows that glisten in the local market and resistance practices promoted by local agents. For this, we conduct an ethnographic approach in the emergent market based on gaucho culture exploration. Results indicates distinct global flows and “counter-flows”, our term to define local flows that emerges as an alternative or in opposition to the global ones. Describing the global-local interactions in the local market, we observe the construction of a hybrid and conflictual relation between different flows. Market reveals to be an alternative location for counter-flows dissemination, addressing local culture preservation against global influences.

Keywords: Global-local relations. Global flow. Local flow. Market. Gaúcho culture.

*Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Programa de Pós-graduação em Sistemas Ambientais Sustentáveis na Univates. E-mail: marlon.dalmoro@univates.br

**Doutor em Ciências da Administração pela Université Pierre Mendès. Professor do Programa de Pós-graduação em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: walter.nique@ufrgs.br

Na história, gaúcho é o termo usado para designar o lendário *cowboy* sul-americano que, com o seu cavalo, vagava pelo isolado pampa, representando uma imagem de liberdade em relação ao controle colonial e suas incumbências na região do pampa (JACOB; JAKSIC, 2011). Contudo, ao longo da história, é possível encontrar evidências de fluxos globais que colocavam aquele gaúcho em contato com um cenário global. A chegada dos imigrantes alemães (a partir de 1824) e italianos (a partir de 1875) e a Guerra do Paraguai (de 1865 a 1870) são exemplos disso. A antiga quadrinha popular demonstra as transformações locais provocadas pelos fluxos globais: “a gaita matou a viola; a fósforo matou o isqueiro; a bombacha, o chiripa; e a moda, o uso campeiro”.

Esse primeiro parágrafo contextualiza a compreensão disseminada pela literatura das ciências sociais acerca da intensificação dos fluxos globais e a eliminação das fronteiras regionais, em que os elementos da cultura local perdem espaço pela emergência de uma cultura global (FIRAT, 1997; NASH, 2001; CANCLINI, 2003; HALL, 2006; entre outros). Entretanto, é justamente na contemporaneidade – quando a cultura global parece atingir a local com maior força – que a cultura gaúcha demonstra estar mais viva do que nunca. O interessante aqui é o fato de que pessoas inseridas em uma economia global, com traços cosmopolitas e urbanizados, têm se articulado para preservar aspectos da cultura local nas práticas cotidianas (OLIVEN, 2006).

A criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) instituiu um agente formal responsável pela difusão de aspectos culturais locais, reforçando a cultura gaúcha a partir de bases próprias. A existência de um movimento organizado para o cultivo das tradições locais proporciona um modelo único na manutenção (com destaque para ações de resgate e criação) da cultura local. Com a criação do MTG surge um amplo mercado local que explora signos oriundos principalmente do pampa e de um modo de vida pastoril, que se espalha por todo o território rio-grandense, solidificando uma cultura gaúcha e seus aspectos tradicionais em práticas de mercado (DALMORO, 2013).

Associado à perspectiva de cultura do mercado está o entendimento de que a sociedade contemporânea segue uma tendência inevitável à cultura global (APPADURAI, 1990; GER; BELK, 1996; KJELDGAARD; ASKEGAARD, 2006). No entanto, ao passo que o mercado contribui para solidificar uma cultura global, entende-se que este também pode ser o local de formulação de perspectivas alternativas, distinções que se tornam visíveis nas diferentes formas de reapropriação, ressignificação e rejeição dos significados globais no âmbito local. Assim, por mais que a temática da globalização já tenha sido alvo recorrente de estudos nas últimas décadas, ela consiste em um pano de fundo elementar para a compreensão dos processos culturais, especialmente aqueles que envolvem ações de afirmação da cultura local.

Este artigo utiliza uma perspectiva dialética de análise do mercado local, envolvendo fluxos globais e as estratégias de preservação local frente às influências externas. O tema está relacionado com o fato de que, ao mesmo tempo em que práticas de mercado são usadas para solidificar uma cultura global, também desempenham um papel importante nos movimentos de resistência para preservar as estruturas locais (KARABABA; GER, 2011; BÖHM; BREI, 2008). Movimentos esses denominados, neste estudo, de contrafluxos, ou seja, fluxos locais que emergem no mercado como forma alternativa ou em contraposição aos fluxos globais.

Aqui, entende-se que a globalização não deve ser compreendida como um fenômeno dado, mas como fluxos que transitam por uma relação dinâmica entre o local e o global. Consequentemente, reflexões sobre a globalização perpassam também a análise das práticas dos agentes locais. Compartilhando da posição de Canclini (2003), a globalização é mais do que uma ordem social ou um processo único. É resultado de múltiplos movimentos, em parte contraditórios, com resultados abertos, que implicam diversas conexões locais-globais. As práticas de mercado – que emergem a partir da interação entre pessoas (JARZABKOWSKI, 2005) – envolvem tanto agentes globais quanto locais na tentativa de estabelecer suas posições no mercado. Ao mesmo tempo

em que media o trânsito de fluxos globais, promulgado por agentes que distribuem por todo o globo uma cultura global de consumo, o mercado pode ser utilizado, como em um contraponto, para mediar contrafluxos.

Para dar conta de analisar empiricamente os temas apresentados nesta introdução, este artigo tem como objetivo analisar os diferentes fluxos (globais e locais) que transitam no mercado local. Especificamente, busca-se compreender a dinâmica resultante dos fluxos globais que reluzem no mercado local e a utilização deste para a emissão de fluxos locais (contrafluxos). Para isso, adotou-se uma abordagem etnográfica no mercado existente em torno da cultura gaúcha, identificando – neste artigo em específico – de modo dialético os fluxos locais e globais que permeiam a cultura gaúcha, os conflitos e o hibridismo resultante dessa relação.

A adoção de uma perspectiva dialética para analisar a cultura gaúcha em relação à cultura global vem ao encontro de uma série de questões dicotômicas recorrentes da história do estado do Rio Grande do Sul em relação ao resto do mundo. Primeiro, mesmo que processos de reafirmação cultural sejam recorrentes em outras regiões, o caso do Rio Grande do Sul é peculiar, pois, ao passo que o estado assume um caráter socioeconômico cada vez mais urbano e industrializado, pessoas que nunca tiveram contato com a vida no campo buscam preservar aspectos simbólicos ligados a ele e desenvolvem um apego pela tradição gaúcha por meio de práticas de mercado (OLIVEN, 2006; DALMORO, 2013). Esse desejo de afirmar elementos que diferenciam o Rio Grande do Sul do resto do país, buscando preservar um passado pastoril em um ambiente urbano e globalizado, forma um contraponto com demarcações bem definidas entre os fluxos globais e contrafluxos locais. Em segundo lugar, este artigo apresenta uma posição única ao tomar o mercado como lócus de análise da cultura gaúcha. Diferentemente de análises anteriores, que buscaram analisar os processos socioculturais de reafirmação local perante o global (OLIVEN, 2006), este estudo foca na descrição da intersecção do local com o global no âmbito do mercado, permitindo, assim, compreender as ações de afirmação e assimilação cultural dentro de um lócus específico. Os resultados permitem compreender a dinâmica dos fluxos de mercado na formação cultural de uma região.

As partes que seguem esta introdução apresentam inicialmente uma reflexão teórica. Em seguida, aspectos metodológicos descrevem a operacionalização do trabalho de campo, e o capítulo de análise dos dados apresenta o relato etnográfico. Por fim, as considerações finais do estudo são apresentadas.

Referencial teórico

A perspectiva teórica assumida neste estudo reconhece que, na sociedade contemporânea, a globalização se tornou o principal processo histórico a impactar na cultura, ao ponto de consistir atualmente na substância central da cultura contemporânea (WATERS, 2001). Assim, a análise cultural em um contexto pós-colonial remete à compreensão das influências externas, especialmente aquelas atreladas à globalização e à cultura global do consumo.

Globalização

De modo expresso, a globalização pode ser entendida como o processo que promove trocas além das fronteiras e uma atuação de maneira transterritorial por parte dos seus agentes. Esse fenômeno possui registros antigos, mas tem se intensificado na sociedade contemporânea (HIRST; THOMPSON, 2001). As alterações na forma como a globalização ocorre têm sido compreendidas de diferentes formas. Uma das perspectivas diz respeito à globalização como um processo de ruptura histórica, reconhecendo descontinuidades (rupturas) nas estruturas e práticas sociais nacionais e locais decorrentes da globalização. Um dos atores-chave nessa perspectiva, associado a uma posição neoliberal, Ohmae (1996) entende que a globalização é uma

realidade inevitável e incontrolável, eliminando fronteiras nacionais por meio da liberalização de mercados. Ainda dentro de uma perspectiva de ruptura, mas fugindo do determinismo e neoliberalismo de Ohmae (1996), estão os autores que reconhecem a emergência de uma nova realidade social e econômica, com relações multilaterais entre os atores e que implicam efeitos sociais diversos (CASTELLS, 1999; GIDDENS, 1991; BECK, 1999). Assim, os atores sociais passariam a orientar-se com base em referências globais, fruto das tecnologias de informação e comunicação (CASTELLS, 1999), mudanças na organização social (GIDDENS, 1991) e das relações de poder político e econômico (BECK, 1999).

Por outro lado, uma segunda perspectiva trata a globalização dentro de um processo de continuação histórica e não de ruptura. Essa perspectiva reconhece ajustes e adaptações no processo de globalização ao longo do tempo, mas que, de modo geral, representa uma continuidade nas estruturas e práticas sociais nacionais e no discurso de países desenvolvidos e de agentes econômicos internacionais interessados na eliminação das barreiras econômicas nacionais (HIRST; THOMPSON, 2001). Nesse ponto, as corporações multinacionais seriam o traço principal da dinâmica global dos mercados em detrimento das empresas locais.

Além da divisão dos estudos de globalização em perspectivas de ruptura e continuidade, a revisão do fenômeno de globalização envolve o entendimento da globalização como um processo unilateral e homogeneizador. Essa percepção é expressada por Firat (1997) como a presença dos mesmos estilos de vida, produtos, padrões de consumo e experiências culturais em todo o globo, sejam países economicamente influentes ou países economicamente pobres. Dessa forma, a globalização reproduz o mercado e os produtos encontrados nas grandes cidades do mundo, especialmente a cultura e o estilo de vida encontrados no Ocidente – mais especificamente nos Estados Unidos. Nessa mesma linha, Belk (2009) adiciona o colonialismo e o industrialismo moderno originário da Europa. Para o autor, o consumismo originado na Europa e nos EUA tem se difundido por meio da globalização e tem sido incorporado por outras culturas como uma simples imitação do modelo euro-americano. Alinhados com essa perspectiva, autores como Hannerz (1992) e Askegaard e Csaba (2001) analisaram o paradigma da homogeneização global a partir da troca dos produtos locais por produtos de massa internacionalmente comercializados. Esse novo tipo de formato comercial é chamado pelos autores de Coca-Colonização. Essa denominação deriva da observação de que a marca consiste em um metassímbolo da dominação simbólica existente na homogeneização global. Ritzer (1993) conceituou essa homogeneização global por meio de metassímbolos como *McDonaldization*.

A compreensão do tema globalização deve considerar ainda o reconhecimento ou não de uma diferença entre centro e periferia, que, por sua vez, vai impactar em uma definição adequada de globalização à realidade brasileira. Para Canclini (2003) – um autor-chave na compreensão da globalização em uma perspectiva periférica e latino-americana –, a globalização se apresenta como um objeto fugidio e não trabalhável. Por meio de estruturas institucionais e mercados de bens materiais e simbólicos difíceis de identificar, a globalização acentua a dependência econômica e cultural em relação aos centros globalizadores. O resultado desse processo é a crescente “americanização” da cultura na América Latina (CANCLINI, 2003).

A consequência desse processo homogeneizador, em uma perspectiva periférica, é o enfraquecimento e a destruição dos produtores pouco eficientes, e a alternativa de sobrevivência para as culturas periféricas é a possibilidade de se encapsularem em suas tradições locais (CANCLINI, 2003). Assim, a compreensão da globalização passa pela análise de como o global se faz presente no local e como os agentes locais se reestruturam para sobreviver, e talvez tirar algum proveito das trocas que se globalizam. Para isso, é necessário investigar aquilo que a globalização exclui para se construir (CANCLINI, 2003).

Assim, em uma perspectiva dialética, o processo de globalização demonstra duas tendências extremas: uma da abertura da periferia em resposta ao centro, aceitando o seu processo homogeneizador, e outra do fechamento a partir daqueles

que rejeitam o contato com o centro para manter a tradição. Já Appadurai (1996) ressalta a existência de uma hibridização das culturas por meio de sobreposições e contatos entre periferias. A proposta de Appadurai (1996) consiste em um dos entendimentos de globalização mais aceitos atualmente, dada sua complexidade na análise do fenômeno, que não se limita ao reconhecimento de uma relação de poder entre agentes globais e locais.

Para Appadurai (1996), a globalização transita por fluxos globais carregados com distintivos recursos culturais que percorrem trajetos não isomorfos. Especificamente, o autor destaca cinco fluxos: *ethnoscapes*, *financescapes*, *technoscapes*, *mediascapes* e *ideoscapes*.

O fluxo global denominado de *ethnoscapes* é resultante do fluxo de pessoas: turistas, imigrantes, refugiados, exilados, operários que se instalam em outros países. Já os *technoscapes* tratam dos fluxos de maquinaria e de instalações industriais produzidas pelas corporações multinacionais e nacionais e por agências governamentais. Os *financescapes* são produzidos pelo fluxo rápido do dinheiro nas agências financeiras e nas bolsas de valores. Já os *mediascapes* referem-se aos repertórios de imagens e de informações. O fluxo produzido é distribuído pelos jornais, revistas, televisão e pelos filmes. Por fim, os *ideoscapes* estão vinculados ao fluxo de imagens associadas às ideologias do movimento pró ou contra o estado e que são inseridas nos elementos de mundo-evidência do Iluminismo do Ocidente – democracia, liberdade, bem-estar, entre outros.

Em adição aos fluxos propostos por Appadurai (1996), Ger e Belk (1996) desenvolveram o conceito de *consumptionscapes*. Esse conceito refere-se a padrões de consumo organizados em um sistema de significados compartilhados globalmente. Ao envolver vasto fluxo econômico, tecnológico e cultural, esses fluxos conectam de maneira complexa diferentes culturas de consumo espalhadas pelo mundo. Já Thompson e Arsel (2004) cunharam o fluxo *brandscape*s para analisar a cultura global do consumo, ou seja, as influências culturais de um ícone cultural produzido a partir de uma marca que influencia nas experiências de consumo. Nesse entendimento, destaca-se o papel das grandes marcas globais na formulação de padrões globais hegemônicos, pois elas consistem em uma estrutura oblíqua no consumo global, ou seja, perpassam de maneira transversal os diversos mercados (THOMPSON; ARSEL, 2004).

Assim, diante dos diversos fluxos globais, Appadurai (1990) considera que a globalização é composta por forças de homogeneização e heterogeneização. Forças que coexistem e criam uma tensão entre si. Tensão que, nas palavras de Canclini (1995), consiste em uma interação complexa entre forças hegemônicas e de resistência que, de maneira negociada, agem na configuração das identidades culturais. Por sua vez, a velocidade e o impacto dos fluxos globais no local vão depender do poder das instituições, agências e grupos de interesses em canalizar (fechar ou abrir) as fronteiras culturais para esses fluxos. Já a cultura é um dos principais campos de batalha em que esse conflito ocorre, uma vez que ela funciona como camuflagem ideológica para justificar os interesses dos grupos locais ou globais (BELK, 2009).

Dessa forma, a globalização tem proporcionado, no âmbito do consumo, uma tendência em direção à homogeneização global, especialmente por meio da criação de metassímbolos que representam padrões e modos de vida globais. Contudo, diante de algumas incompatibilidades de assimilação de alguns desses metassímbolos, fragmentações culturais afloram a partir de estilos de vida e experiências que não se ajustam entre si (FIRAT, 1997). No âmbito do consumo, a fragmentação dos processos globalizantes é resultado da existência de movimentos locais que reforçam o discurso de resistência e promulgam a adoção de estratégias para competir com produtos globais (BELK, 1996; HOOPER, 2000). Assim, mesmo que a globalização consista em um processo que conduz a uma homogeneização, sua compreensão não está somente na análise das formas como ela atinge o local e os seus efeitos, mas na análise de múltiplos movimentos (fluxos e contrafluxos).

Cultura global do consumo

A cultura, quando elevada a nível global, passa a ser entendida como uma entidade cultural não associada a um país, mas sim a um grande grupo de culturas extranacionais que compartilham significados culturais (CLEVELAND; LAROCHE, 2007). Nessa perspectiva, a cultura global do consumo é, ao mesmo tempo, uma ideologia e um processo social, algo continuamente feito e refeito por meio de constantes mudanças nas relações, práticas e tecnologias de mediação de mercados (ARNOULD, 2010).

Assim, a cultura global do consumo passa pela adesão dos consumidores a uma sociedade sem fronteiras geográficas, em que o capital global substitui o estado-nação e as instâncias locais de identificação, reconhecidas como cosmopolitas (BECK, 1999; HANNERZ, 1990). A assimilação da cultura global pode ocorrer de maneira consciente, a partir da adoção proposital dos elementos globais na construção da identidade, mas também pode ser assimilada inconscientemente, se apresentando como algo inerente à cultura local. Essa alternativa foi descrita por Wilk (1995) como "estruturas globais de diferenças comuns", e representa a relação entre a reprodução das particularidades locais sob constante influência de elementos externos. Para o autor, a globalização pode ser vista em um paradoxo no qual o global ocorre no local, visto que os agentes locais investem significados únicos nos elementos globais a partir do contexto histórico local. Belk (2009) complementa que, diante desse fenômeno, consumidores de várias culturas adaptam superficialmente os mesmos produtos globais e ainda os interpretam como ajustados às culturas locais, como se houvesse grandes diferenças em relação ao que consumidores de outras culturas fizeram.

Outro conceito que busca descrever o processo de assimilação da cultura global no âmbito local consiste na chamada "creolização" do consumo (GER; BELK, 1996; KJELDGAARD; ÖSTBERG, 2007). O conceito de creolização aparece ligado ao tema de globalização como sinônimo de algo híbrido, não no sentido de mistura, mas de efeitos adaptativos frente a mudanças no ambiente. Quanto ao consumo, o termo ilustra como atores locais absorvem produtos globais e alteram seu significado original em um processo de domesticação e recontextualização (MILLER, 1995).

A visão de que a integração entre o global e o local no âmbito da cultura resulta em uma forma híbrida também é representada pelo termo "glocal". Esse termo é descrito por Askegaard e Csaba (2001) como a presença de dimensões locais em uma cultura global e, ao mesmo tempo em que consiste em resistências locais ao global, versa em contribuições locais para o processo de globalização. Assim, enquanto a "creolização" consiste em um processo de adaptação do global pelo local, o "glocal" refere-se às contribuições que o local oferece ao global, transformando-o em um fenômeno híbrido.

No entanto, ao passo que a globalização produz novas identidades globais por fluxos que atravessam e reatravessam fronteiras, ela também estimula reações locais em prol da manutenção da cultura local (HALL, 2006). O regionalismo cultural busca regenerar a comunidade local por meio da criação, preservação ou fortalecimento da identidade cultural de um povo que se sente ameaçado (CASTELLS, 2008). O terreno cultural consiste em um espaço contraditório, em que forças opostas atuam, tanto por meio de ações homogeneizadoras e aculturadoras de agentes globais como por meio de forças de resistência locais. Enquanto a cultura global do consumo caminha em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a diferença, um interesse pelo local. A globalização, ao mesmo tempo em que produz novas identidades globais, produz novas identidades locais (HALL, 2006). Assim, entender a cultura global do consumo também passa por entender as estratégias adaptativas frente às influências externas (GER; BELK, 1996; HOOPER, 2000), especialmente aqueles fluxos que seguem sentidos contrários à globalização.

Procedimentos metodológicos

Ao abordar aspectos culturais locais, o desenvolvimento empírico do estudo requer uma profunda imersão no campo de pesquisa, tornando o pesquisador apto a compreender os significados culturais a partir das suas dinâmicas internas. Esse entendimento é baseado na concepção de que, dentre as diversas formas de análise da cultura de um determinado grupo, uma compreensão profunda de seus significados só pode ser alcançada pelo uso de material antropológico (BOAS, 2004). Para isso, um olhar interpretativo e etnográfico é requerido, pois permite a análise dos participantes em uma situação, e explora os significados pelos quais esses constroem suas realidades nos seus próprios termos (GEERTZ, 1989).

O estudo etnográfico foi conduzido no âmbito do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), Rio Grande do Sul, Brasil, durante um período de três anos (2009-2012). A abordagem etnográfica adotada neste estudo está alinhada com aquela proposta por Marcus (1995), denominada *multi-sited ethnography* (etnografia multilocalizada). No âmbito dos estudos de marketing, abordagens multilocalizadas são estimuladas, pois permitem descrever os fenômenos de mercado de maneira interligada com o mundo social (KJELDGAARD; CSABA; GER, 2006). A imersão formal no campo de pesquisa ocorreu no dia 12 de agosto de 2009, na sede do Movimento Tradicionalista Gaúcho, em Porto Alegre. Nesse momento, além de uma apresentação dos pesquisadores e dos objetivos do estudo, formalizou-se a intenção de realizar uma etnografia acerca da cultura e do tradicionalismo gaúcho. No início do terceiro ano do trabalho de campo, constatou-se uma saturação em termos de obtenção de novos dados. Dessa forma, após o acompanhamento das atividades da Semana Farroupilha em setembro de 2012 – período em que a cultura gaúcha é mais exaltada simbolicamente – o trabalho de campo foi encerrado.

Destaca-se que a cultura gaúcha foi analisada na sua relação com a cultura tradicionalista gaúcha, visto que o tradicionalismo é responsável pelo reforço da cultura gaúcha no imaginário dos rio-grandenses. Essa relação se faz presente especialmente no contexto urbano, já que é no âmbito da cidade que a figura do gaúcho é vivida em seu caráter simbólico. Isso porque seus elementos de origem, como, por exemplo, a lida com o gado, no contexto urbano não se fazem presentes. Limitou-se, assim, o trabalho de campo à cultura gaúcha associada ao tradicionalismo, no âmbito do estado do Rio Grande do Sul e em um contexto urbano.

A coleta e a produção de dados durante o trabalho de campo visou dar conta das diversas vozes que envolvem a cultura gaúcha, valorizando, assim, um caráter polissêmico. Para isso, diferentes técnicas de coleta de dados foram utilizadas:

- Observação participante: realizada em dois tipos de locais, aqueles explicitamente associados às atividades tradicionalistas (Centro de Tradições Gaúchas – CTG, Acampamento Farroupilha, Rodeios, entre outros), e outros de caráter genérico (lojas de produtos gaúchos, churrascarias, exposições locais, entre outros). No total, as observações participantes ocorreram em cerca de 40 locais, em dez diferentes cidades. As observações foram registradas em diários de campo, totalizando cerca de 114 páginas em formato eletrônico, acervo fotográfico, perfazendo cerca de 1.500 fotografias e 390 arquivos gravados em vídeos.
- Entrevistas: conduzidas com 37 pessoas com diferentes níveis de envolvimento com a cultura gaúcha, divididas em quatro grupos diferentes: (i) consumidores – pessoas que se envolvem com a cultura gaúcha por meio da aquisição de produtos ou participação em eventos; (ii) organizadores – pessoas que possuem cargos executivos no Movimento Tradicionalista Gaúcho ou em outras entidades, responsáveis por desenvolver atividades relacionadas com a cultura gaúcha; (iii) produtores – pessoas que desempenham

atividade profissional explorando o mercado tradicionalista gaúcho; e (iv) especialistas – pessoas com conhecimento acadêmico sobre a cultura gaúcha e que serviram para balizamento e confirmação dos dados. Para a condução das entrevistas formais, foram elaborados diferentes roteiros, relacionando elementos conceituais com o perfil dos respondentes. Para a seleção dos informantes, foi utilizada a técnica de *snowball sampling* (amostragem do tipo bola de neve). Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente, inteiramente gravadas e posteriormente transcritas na íntegra para a sua análise, totalizando 275 páginas de transcrições. Além das entrevistas formais, foram realizadas diversas entrevistas informais, ou seja, conversas e trocas de e-mails com pessoas durante o trabalho de campo.

Artefatos: consistiu-se em 110 materiais impressos coletados durante o trabalho de campo, textos e notícias publicados em jornais, publicações ligadas ao tradicionalismo – como *Jornal do Nativismo*, *Jornal Eco da Tradição* –, fôlderes, panfletos, materiais publicitários, entre outros. Os artefatos foram agrupados de acordo com sua origem e revisitados durante a análise e categorização dos dados.

A coleta e a produção de dados foi se complementando com idas e vindas ao campo, por meio de um trabalho de observação e análise, buscando suporte de entendimento nos conceitos teóricos. O trabalho de campo não levou em consideração, inicialmente, nenhum tipo de classificação, mas foi se moldando a partir da compreensão dos fluxos da vida social dos diferentes agentes e da compreensão simbólica da cultura analisada por meio de fontes de dados diversos e complementares.

O processo de análise dos dados e construção do texto etnográfico seguiu as convenções ligadas às pesquisas interpretativas e as orientações oferecidas por Lofland e Lofland (1995). Iniciou-se com a organização do material por tipo de fonte e, em seguida, dividido quanto ao seu emissor (organizadores, consumidores, produtores ou especialistas). Posteriormente, foi adotado um sistema de classificação formado por códigos, códigos axiais e categorias, com o auxílio do *software* MaxQDA. No processo de categorização foi possível observar a eminência de cinco fluxos locais, reconhecidos como pertencentes à cultura local; e seis fluxos globais, elementos que, apesar de transitarem no mercado local, não são identificados como gaúchos.

Em seguida, partiu-se para a construção do relato etnográfico. Ressalta-se que, apesar de o relato como um todo ter sido elaborado em primeira pessoa, neste artigo optou-se pela utilização da impessoalidade, pois se trata de um recorte da pesquisa e do relato etnográfico. Contudo, é importante destacar que o trabalho de campo foi conduzido pelo primeiro autor do estudo, habitante do estado do Rio Grande do Sul, mas que não possuía contato prévio com o tradicionalismo gaúcho.

Fluxos e contrafluxos na cultura gaúcha

O tradicionalismo gaúcho é utilizado para definir um movimento cultural existente no Rio Grande do Sul que, por meio de iniciativas individuais e coletivas, visa preservar e cultivar elementos ligados à cultura gaúcha. O tradicionalismo se articula para propor no contexto urbano um contraponto ao modo de vida cosmopolita e sem identificação local, oferecendo os elementos da vida do campo como uma forma de contato com a cultura gaúcha. Essa dicotomia entre viver em um ambiente cosmopolita e valorizar as tradições ligadas a um passado rural é ressaltada pelo entrevistado Cesar:

“Mesmo se a gente pensar na ideia de ser cosmopolita, ou seja, eu vivo na cidade e vou ter hábitos urbanos, uma coisa não invalida a outra, primeiro o sujeito tem uma cultura urbana, mas no final de semana, no mês do acampamento [Acampamento Farroupilha] ele vai largar o que está fazendo e vai para lá. Pode nunca ter montado num cavalo, mas vai tá lá.” (Cesar, especialista).

Entender a cultura gaúcha exige reconhecer que ela migrou do campo para a cidade, onde foi ressignificada e incorporada também pelos cidadãos. A criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) foi um marco nesse processo, pois essa entidade atua como um agente institucionalizado na preservação da cultura gaúcha. Com o crescimento do MTG e de adeptos ao tradicionalismo, este passou a permear aspectos políticos, sociais e ideológicos do Rio Grande do Sul, inclusive com o surgimento de vertentes de pensamento paralelas ao MTG, como o Movimento Nativista. Contudo, indiferente à corrente de culto à tradição, as práticas de produção e consumo em torno dos significados reconhecidos como típicos do gaúcho têm fomentado um amplo mercado. A construção desse mercado proveu novas formas de distribuição dessa cultura, atingindo locais em que até então não estava presente, especialmente consumidores urbanos, que além das ofertas globais, passaram a ter contato com elementos simbólicos do passado pastoril do gaúcho por meio de práticas de consumo. Assim, a cultura gaúcha encontrou nos fluxos locais que trouxeram o campo para a cidade um caminho para reeditar a tradição e a vida rural em um estado urbanizado, moderno e industrializado. Essa relação será aprofundada a seguir, com a descrição dos diferentes fluxos globais e locais (contrafluxos) no mercado.

Os fluxos globais no mercado

Dentre os fluxos globais observados no trabalho de campo, destacam-se inicialmente os fluxos culturais. Os aspectos culturais transmitidos por uma cultura global permeiam o mercado local e se naturalizam nesse ambiente. Essa incorporação de um *ethos* global é observada nos entrevistados quando eles demonstravam dificuldade de distinguir o que pertence à cultura global no seu cotidiano. O entrevistado Cesar destaca o caráter impeditivo que os fluxos culturais globais possuem, impedindo ou reduzindo o espaço das manifestações culturais locais. Para exemplificar, ele cita o caso das culturas locais ligadas ao homem do campo, como o caso da gaúcha, que tem sido ocupada pela cultura americana, e passa a incorporar esse modelo em detrimento do local. Nesse processo, os próprios habitantes locais passam a assumir uma cultura *country* americana.

Um segundo fluxo global observado consiste na questão étnica. A formação étnica plural existente no estado, ao mesmo tempo em que promove uma riqueza em termos de diversidade cultural, provoca a incorporação de elementos oriundos de outras culturas. Destacam-se aqui, principalmente, as influências étnicas alemã e italiana, que são incorporadas pelos gaúchos como sendo naturais.

O terceiro fluxo global observado consiste em um conjunto de elementos que foi denominado "financeiros e empresariais". Durante o trabalho de campo, era evidente a lógica impressa pelo sistema financeiro global e pelas multinacionais dentro do mercado local. Durante a participação em eventos, era comum a utilização de cartão de crédito, mesmo se tratando de um ambiente tradicionalista. Também era possível observar caixas eletrônicos de bancos multinacionais.

Em complemento, esse fluxo também destaca a participação de empresas multinacionais no mercado local, inclusive suportando atividades tradicionalistas. Empresas como Nestlé, Oi, TIM e Souza Cruz participam de eventos tradicionalistas com recepcionistas utilizando roupas que remetem à indumentária gaúcha e incorporando aspectos locais para criar uma proximidade com o público local. Ao mesmo tempo, essas estratégias de relacionamento proporcionam o ingresso dessas companhias globais no mercado local por meio de uma naturalização da imagem de marca com os consumidores locais.

O ingresso de empresas multinacionais no mercado gera fluxos de produtos globais, ou seja, o consumo dentro do mercado local de produtos globais. Dentro de qualquer Centro de Tradição Gaúcha (CTG), mesmo que o MTG busque regulamentar o que pode ou não ocorrer dentro dos CTGs, é possível encontrar refrigeradores de

marcas globais, como Coca-Cola. Os consumidores locais adotam produtos globais cotidianamente, na sua grande maioria já naturalizados e assim não são percebidos como uma ameaça à cultura local. Os entrevistados destacam que a incorporação de produtos globais nos hábitos de consumo consiste em um processo natural, pois não se consegue viver 100% do tempo como gaúcho e consumindo somente produtos ligados a essa cultura. O modo de vida atual acaba gerando formas de consumo ligadas a produtos globais, estimulando o ingresso desses produtos no seio da cultura gaúcha pelo próprio capitalismo moderno em que o estado está inserido (BELL, 1972).

Diretamente ligadas aos produtos globais, marcas internacionais possuem um fluxo intenso dentro do mercado local. Durante os eventos, empresas realizam um intensivo trabalho de divulgação de suas marcas, distribuindo brindes e fôlderes. Interessante é o fato de que essas marcas foram incorporadas no cenário e já não causam estranheza aos consumidores, como, por exemplo, materiais publicitários da Coca-Cola ou da Sky em eventos tradicionalistas. Para essa naturalização, é eminente a utilização de aspectos locais, como as cores da bandeira na logotipia, buscando uma forma de naturalização.

Outro fluxo evidente que contribui para a distribuição de elementos globais no mercado local consiste nos fluxos midiáticos. Esse fluxo é relevante no Rio Grande do Sul, pois a população recebe uma programação televisiva produzida principalmente no Rio de Janeiro e, portanto, carregando significados externos à cultura gaúcha. Em adição, outras formas midiáticas, como o cinema, a música e a própria televisão são predominantemente externos. Um exemplo dos fluxos midiáticos observado foi, durante o Acampamento Farroupilha, grande parte dos galpões possuírem televisão e antena para recepção de canais de televisão via satélite.

O último fluxo global observado consiste nos elementos tecnológicos, como internet e computadores. A entrada de novos recursos tecnológicos no mercado local é o principal tópico de discussão no MTG, pois consiste na antítese da tradição. Os tradicionalistas mais ortodoxos consideram que a adoção de avanços tecnológicos representa abrir mão da tradição. Para eles, os fluxos tecnológicos permitem desenvolver novos hábitos e modos de vida, que diferem, na sua essência, daqueles tradicionais. Da mesma forma que o ingresso de fluxos globais deturpa a cultural local, esse processo apresenta limitações, permitindo a emergência de expressões contrárias denominadas fluxos locais (contrafluxos).

Os fluxos locais no mercado

Ao passo que os fluxos globais avançam sobre o mercado local, os agentes locais promulgam práticas de contrafluxo, ou seja, fluxos locais que carregam no seu bojo reforço de uma posição local. Mesmo que não impeçam a entrada dos fluxos globais, os agentes disseminadores dos contrafluxos contribuem para reforçar os elementos da cultura gaúcha dentro do mercado. Para uma melhor descrição dos fluxos locais, eles foram classificados em cinco diferentes grupos, sendo o primeiro denominado fluxo de proteção. Esse fluxo envolve movimentos que reforçam a tradição e o orgulho de ser gaúcho. Para os entrevistados, enquanto o gaúcho tiver condições de exaltar sua identidade local, a cultura gaúcha estará preservada, pois em algum momento as pessoas vão tirar aquela "roupa da modernidade" e buscar na cultura gaúcha algum aspecto para a sua construção identitária.

Os entrevistados destacam, dentro dessa perspectiva de fluxos de proteção, as normas publicadas pelo MTG. As ações que visam definir o que pertence e o que não pertence à cultura gaúcha fornecem uma linha de proteção para alguns de seus aspectos. Os produtores locais também geram fluxos de proteção, especialmente por meio de ações que estimulem o orgulho gaúcho e reforcem a identidade de produtos ligados ao Rio Grande do Sul. A Figura 1 retrata uma ação realizada por uma rede de televisão que exaltava produtos locais em detrimento de símbolos globais:



Figura 1 – Fluxos de proteção e valorização de elementos locais.

Fonte: Coleta de dados.

Quanto aos consumidores, estes estimulam os fluxos de proteção, primeiramente reconhecendo ou institucionalizando as normas divulgadas pelo MTG e, posteriormente, aderindo às ações dos produtores por meio do suporte aos produtos (e produtores) locais em detrimento dos globais. A capacidade dos agentes em manter essa dinâmica gera um fluxo de proteção em torno da cultura gaúcha frente às ameaças externas.

O segundo fluxo local identificado foi denominado fluxo cultural. A circularidade dos aspectos da cultura gaúcha promove uma distribuição dessa cultura entre os habitantes do estado. Com destaque para as ações do MTG, que proporcionam uma distribuição por todo o estado daquele conjunto de elementos ditos como formadores da cultura gaúcha. As ações são passadas de geração em geração por meio de atividades que visam atrair principalmente jovens e crianças. A entrevistada Melina reforça esse entendimento, destacando a transmissão da cultura de pai para filho:

“É uma coisa que faz parte do ser gaúcho e vai passando de geração em geração, por isso que não se perdeu... claro, se tu não investir nos jovens, mostrar que tem muita coisa divertida aí no meio, eles não vão se interessar, aí vai morrer. Mas como se investe bastante na questão de pai para filho, a gente consegue manter vivo, por mais que avance a globalização.” (Melina, consumidora).

Os fluxos culturais locais contam, ainda, com o auxílio das expressões artísticas para uma ampla distribuição da cultura gaúcha. A incorporação dos aspectos locais em textos culturais, como a música e a literatura, contribui para uma disseminação cultural no âmbito local. Indiferente do nível de envolvimento com o tradicionalismo, de uma forma ou de outra, os gaúchos mantêm contato com algum tipo de obra literária, como é o caso da trilogia *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo, que contribuiu na demarcação do que é o gaúcho.

O terceiro fluxo identificado consiste na transferência cultural promovida pela migração. As últimas décadas foram marcadas por intenso fluxo de gaúchos para outros estados e países, o que ocasionou a distribuição cultural por outras regiões, ao mesmo tempo em que reforçou suas bases. Os gaúchos, mesmo aqueles que não demonstravam alto envolvimento com a cultura local quando habitavam no Rio Grande do Sul, carregaram seus elementos quando migraram, inclusive adotando a cultura gaúcha nas suas construções de identidade. Hábitos como o chimarrão já estão enraizados em outras regiões do país, como Santa Catarina e Paraná. Além disso, existem entidades tradicionalistas em todos os estados da federação, sendo que a maior entidade do Brasil está situada na Bahia, e o Paraná é o estado com maior número de CTGs, promovendo, assim, uma distribuição de produtos ligados à cultura gaúcha para além das fronteiras locais:

“As pessoas que não estão mais vivendo no RS levam consigo algumas coisas daqui... qualquer coisa dessas que represente uma possibilidade do gaúcho se sentir menos afastado do seu solo, pois independente do local onde ele está hoje, ele tenta buscar algo que lembre os momentos vividos aqui no RS.” (Clairton, consumidor).

O quarto item que atua como um contrafluxo diz respeito aos fluxos de consumo local. Mesmo diante da exposição dos consumidores às ofertas globais, os entrevistados comentam que o envolvimento com a cultura gaúcha automaticamente gera um desejo de aderir a formas de consumo associadas à cultura local. O entrevistado Gustavo acredita que, à medida que se envolveu mais com o tradicionalismo, seus hábitos de consumo e o grupo social de convívio acompanharam essa mudança: "*Quando tu compra uma bombacha tu automaticamente deixa de comprar uma calça jeans... comprei um colete, coisa que não usaria no dia a dia, boina e chapéu... automaticamente deixei de comprar um boné, uma calça jeans.*" (Gustavo, consumidor).

Os fluxos de consumo local também são alimentados pelos desejos dos gaúchos de chegar mais próximo da sua cultura e pelo orgulho de participar do universo gaúcho. Ao optar pelo consumo de produtos locais, os consumidores encontram uma forma de manter contato com a cultura gaúcha. A entrevistada Melina ressalta uma passagem interessante nesse sentido: "*Entre dois produtos bons, um é gaúcho o outro não, fico com o gaúcho... esse é meu, vem pra cá, esse é meu... aí fico com o daqui... é aquela coisa: bah, é daqui, vamos valorizar.*" (Melina, consumidora).

Assim, os fluxos de consumo local são alimentados por um desejo dos consumidores locais de se aproximarem da cultura gaúcha por meio de ações de consumo e de valorização dos produtos locais. Os entrevistados mencionam ainda que esse fluxo é estimulado pelas ações de produtores que se comunicam exclusivamente com o consumidor local, criando uma conexão entre produtores e consumidores. Diante da emergência de fluxos locais, é estabelecida uma posição própria em relação aos fluxos globais, resultante de uma forma híbrida, destacada a seguir.

Hibridização entre o global e o local

A dinâmica entre os fluxos globais e locais resulta em formas híbridas, que mesclam aspectos da tradição com modernidade a partir da identificação simultânea de elementos culturais distintos (CANCLINI, 1995). Essa forma híbrida de proteção da cultura gaúcha pode ser observada no Acampamento Farroupilha, um reduto da cultura gaúcha, marcado pela simplicidade das suas construções, mas instalado no meio de prédios ligados a uma arquitetura moderna. Um imaginário da vida do campo que tenta ganhar espaço no meio do contexto urbano.

Outro aspecto que remete ao hibridismo da relação global e local diz respeito às adaptações que as empresas globais fazem para interagir com os consumidores locais. Produtores sem vínculo identitário local desenvolvem ações de marketing que incorporam aspectos da cultura gaúcha, como o caso do grupo varejista francês Carrefour (que patrocina a Escola do Chimarrão); da empresa de telefonia Oi (que distribui materiais); ou da Tim (que distribui erva-mate para o chimarrão, para criar uma aproximação identitária).

Em termos de consumo, a relação ambígua entre o global e o local é entendida como um *blend* entre opções de consumo global e local, ou seja, nunca é completamente centrada em uma ou outra opção. Um exemplo observado durante o trabalho de campo são aqueles consumidores que escutam música pop internacional durante a semana e nos finais de semana optam por escutar música gaúcha. Outros exemplos observados consistem naqueles consumidores que usam bombacha com tênis Nike ou camisa Lacoste durante um rodeio, enquanto conversam em um iPhone; meninas que, utilizando vestido de prenda durante um evento tradicionalista, usavam também óculos de sol de grifes internacionais; ou mesmo a fila de peões e prendas para comprar *milk-shake* dentro do congresso tradicionalista.

Essas práticas são relatadas com naturalidade pelos entrevistados. Como o entrevistado Marco diz, um jovem pode participar de um rodeio e no final do dia comer um McDonald's, pois uma coisa não impede a outra. Outros entrevistados também compartilharam esse entendimento:

"A gente não é uma ilha e a gente não pode se afastar de todo o resto... a gente vai ter sempre influência externa. Eu acredito que o diferencial é o conhecimento de saber até onde essa influência pode te afetar. Não tem porque tu te isolar e manter cegamente na cultura gaúcha, até porque daqui a pouco a cultura gaúcha vai ser muito restrita para ser oferecida." (Joice, consumidora).

"O pessoal quer experimentar coisas novas, a galera é jovem, não é assim: agora nesse momento eu sou gaúcha eu não consumo nada das outras coisas... não é assim... o pessoal consome outras coisas, mas ele gosta da cultura gaúcha, então ele tenta unir as duas coisas." (Melina, consumidora).

Outro ponto de destaque em termos de hibridização global e local é visível nas incorporações do global pelos agentes para a distribuição da cultura gaúcha. Conforme ressaltado quando descritos os conflitos entre o global e o local, a utilização de ferramentas tecnológicas para a disseminação de aspectos ligados à cultura gaúcha resulta em uma fragmentação dos fluxos globais, que passam a carregar nas suas dinâmicas aspectos ligados à cultura local. Contudo, o hibridismo é um modelo genérico e, mesmo buscando contemplar diferentes fluxos em um modelo cultural, não esconde conflitos em razão da origem distinta dos fluxos que fomentam esse modelo. Esses conflitos são destacados a seguir.

Conflitos entre os diferentes fluxos no mercado

A relação de fluxo e contrafluxo resulta em uma dinâmica de conflito entre o global e o local no mercado. Nesse sentido, destacam-se cinco diferentes conflitos observados no mercado local.

Conflitos tecnológicos. Durante o trabalho de campo, chamava atenção o contraste entre o ambiente rústico dos galpões e das lojas tradicionalistas e ferramentas tecnológicas avançadas, como *notebooks* e *tablets*. Ao questionar pessoas ligadas ao MTG sobre esses conflitos tecnológicos, a resposta seguia um entendimento de que quaisquer recursos que auxiliem na divulgação do tradicionalismo são úteis: "*o progresso tecnológico nunca para e então devemos usar essas ferramentas para disseminar a cultura gaúcha.*" (Oscar, organizador).

O conflito tecnológico gerou um fato curioso durante o trabalho de campo: durante a semana farroupilha, as *head tags* que faziam alusão à cultura gaúcha – #20desetembro e #gaúchos – apareceram entre os dez *trending topics* brasileiros comentados no Twitter. Mesmo se tratando de uma ferramenta de distribuição global, os gaúchos se apropriam dessas ferramentas para manifestar sua identidade cultural. Ainda que na sua essência o tradicionalismo negue a incorporação de novas tecnologias, a sua utilização permite uma distribuição e expressão cultural mais ampla.

Conflitos ideológicos. Neste estudo focou-se principalmente nas práticas e na estrutura do tradicionalismo. No entanto, é necessário mencionar os conflitos ideológicos que a assimilação dos fluxos globais e locais gera. O entrevistado Cícero é bem enfático nesse sentido, exemplificando que as pessoas passam a ter contato com elementos externos, como a literatura internacional, em detrimento daquela regional, e acabam se identificando com aqueles personagens e não mais com os personagens locais. Assim, os conflitos ideológicos são inevitáveis, especialmente em termos de distribuição de uma cultura de massa global que acaba repercutindo também no mercado local. O entrevistado Cesar complementa esse entendimento quando menciona que a construção de um projeto identitário brasileiro também gera conflitos com o modelo identitário gaúcho. Para ele, quando se estabelece uma concepção de brasileiro centrada no samba, no futebol, no estilo de vida carioca, ela passa a representar todos os brasileiros, mesmo sendo específica de alguma região. As distinções entre a imagem do brasileiro e do gaúcho formam um conflito ideológico de assimilação e resistência ao "ser brasileiro".

Em termos de comportamento, esse conflito ideológico exalta um sentimento de defesa regional, acusado, por quem observa de fora, de bairrista ou de excessivo. Assim, enquanto para alguns as práticas de valorização da cultura local representam uma vitória em defesa da cultura gaúcha, para pessoas externas a ela esse fenômeno é compreendido como algo segregativo e que deveria ser superado para que a sociedade possa se desenvolver integrada com o Brasil e com a cultura global.

Conflitos simbólicos. Observando as práticas cotidianas da cultura gaúcha e a sua construção simbólica, emergem conflitos simbólicos compreendidos a partir da relação entre as práticas cotidianas e o significado original dos símbolos locais. Como comentado anteriormente, o fato de a região se apresentar como moderna, industrializada e urbana, mas ao mesmo tempo buscar uma afirmação local a partir da preservação de valores do campo, da tradição e de um passado pastoril, consiste em um desses conflitos simbólicos. Consequentemente, ao falar dos elementos do campo, os entrevistados mesclam símbolos ligados ao pampa, mesmo sem ter vivido naquele ambiente. O resultado é a construção de um “nós gaúcho” que mescla símbolos distintos, oriundos de diferentes referenciais, mas que quando ressignificado na cidade assume um caráter homogêneo.

Esses conflitos também ocorrem nos espaços que buscam reviver a tradição no contexto urbano, como é o caso do acampamento farroupilha. Enquanto os galpões buscam exaltar um estilo rústico, construídos com pau-a-pique, a sua estrutura é reforçada com materiais modernos, como solda e concreto. Os telhados de palha escondem telhas de amianto, que garantem maior conforto aos frequentadores. Ou seja, recursos modernos são buscados para auxiliar na exibição dos símbolos ligados à tradição. Uma busca de reviver o passado, mas com o suporte da modernidade. Mesmo com o objetivo de reviver a tradição nas suas grandes linhas, os símbolos de uma cultura material global permeiam o cotidiano local. Afinal, no bolso da bombacha está o celular e a chave do carro estacionado na porta do galpão.

Conflitos entre produção e consumo. Quando analisada a relação entre produtores, organizadores e consumidores, fica evidente um conflito entre as práticas de produção e consumo em relação ao tradicionalismo. Quanto aos consumidores, estes, por diversos momentos, não demonstram uma clareza dos significados da sua agência, reproduzindo no seu cotidiano práticas promulgadas pelos organizadores e pelos produtores. Um exemplo claro nesse sentido diz respeito à introdução de novos produtos pelos produtores, como no caso dos passadores de lenço (pingentes de metal que substituem o nó do lenço para a sua fixação no pescoço), um produto criado recentemente e que atualmente já faz parte dos objetos de consumo ligados ao tradicionalismo, incidindo assim em uma demonstração da influência dos produtores na demarcação das práticas de consumo.

Por outro lado, a eminência de conflitos entre consumidores e organizadores é promovida quando os primeiros adotam práticas de consumo que diferem daquelas promulgadas pelo MTG. Durante o trabalho de campo, observou-se um conflito desse tipo no que dizia respeito ao uso de bombachas justas ao corpo, oriundas da Argentina e diferentes daquelas consideradas tradicionais pelo MTG (bombachas largas em relação ao tamanho da perna do peão). Inclusive, alguns consumidores passam a usar essas bombachas justas com tênis, fugindo da forma pregada pelo MTG, que deveria ser botas ou alpargatas.

Os conflitos entre produtores e organizadores podem ser observados no estilo musical denominado *tché music*, amplamente criticado pelo MTG, inclusive sendo proibida a sua veiculação dentro de entidade tradicionalista. Artistas adotaram esse estilo musical e ganharam um amplo mercado justamente por adotarem uma linguagem mais aberta e popular, não ficando restritos às normas do MTG, ganhando mercado com um público que não se preocupava com as distinções internas do movimento. No caso da *tché music*, observa-se uma adequação entre os diversos estilos, resultando em uma volta dos artistas que haviam sido excluídos dos CTGs para dentro dessas entidades. Assim, os conflitos entre produção e consumo tendem a se ajustar dentro das dinâmicas de mercado, seja com os organizadores aceitando as alterações do mercado ou os produtores e consumidores superando modismos.

Conflitos dentro do próprio mercado local (internos). Os fluxos locais não são compreendidos por todos de maneira uniforme, resultando em um processo de mediação que inclui aspectos de resistência aos próprios fluxos produzidos no âmbito interno da cultura gaúcha. A principal representação contrária ao tradicionalismo foi elaborada em 2007 por um grupo de intelectuais liderados pelo historiador Luís Carlos Tau Golin, denominada Manifesto contra o Tradicionalismo. Esse manifesto tece duras críticas ao modo como o tradicionalismo gera uma orientação doutrinária particular e que não representa a complexidade social e cultural do estado. Os autores acusam o MTG de exercer um movimento de coerção cultural, midiática e econômica que dificulta o desenvolvimento de outras perspectivas culturais e estéticas no estado. O manifesto ressalta ainda que o tradicionalismo destruiria os traços culturais e direitos fundamentais do povo rio-grandense, pois construiu uma ideia vitoriosa de “rio-grandense autêntico”, uma representação que tomou o lugar da realidade.

Os críticos aos fluxos que distribuem a cultura gaúcha no mercado local dizem que eles homogeneizam e normatizam o comportamento do rio-grandense. Em adição, essa normatização segue as influências simbólicas do passado pastoril, que, quando analisada no âmbito de sua superestrutura, consiste em uma relação desigual de classes, especialmente na exploração dos patrões sobre os peões. Estrutura essa que é reproduzida e cultivada dentro das entidades tradicionalistas e nos eventos ligados à cultura gaúcha, preservando assim as estruturas de poder e divisão de classe. Destaca-se aqui práticas como a de empresários que contratam laçadores profissionais para participar de rodeios, remunerando-os e obtendo mais-valia com a premiação; ou feiras de exposição de cavalos crioulos, nas quais os peões cuidam dos animais enquanto os patrões bebem espumante em um local refinado e cuidadosamente decorado com palhas para criar um ambiente que remeta à simplicidade do campo.

Ao reconhecer conflitos internos, destaca-se que a perspectiva da cultura gaúcha, especialmente aquela alinhada com o tradicionalismo, não é reconhecida ou assimilada por todos os atores locais de modo uniforme. Assim, ações de resignificação e rejeição à cultura gaúcha funcionam como barreiras locais ao seu reconhecimento como hegemônica na formação identitária dos rio-grandenses. Da mesma forma que os fluxos globais passam por processo de mediação no âmbito local, os fluxos locais também não estão isentos dessa mediação. Assim, a intensificação dos fluxos locais e globais aumenta a tensão no processo de assimilação, rejeição ou hibridização desses no mercado local.

Discussão dos resultados: tensão entre global e local no mercado

Neste estudo, a compreensão dos fluxos foi obtida em sentidos contrários – um referente aos fluxos globais que atingem o mercado local e, no outro sentido, os fluxos locais –, entendidos como contrafluxos em relação aos fluxos globais. Ambos alimentam o mercado com elementos distintos, resultando em formas híbridas que intercambiam significados oriundos dos diferentes fluxos nas práticas, dado que é no âmbito do mercado que ocorre uma mediação entre os elementos globais e os locais. A Figura 2 descreve essa interação dos fluxos locais e globais no mercado.

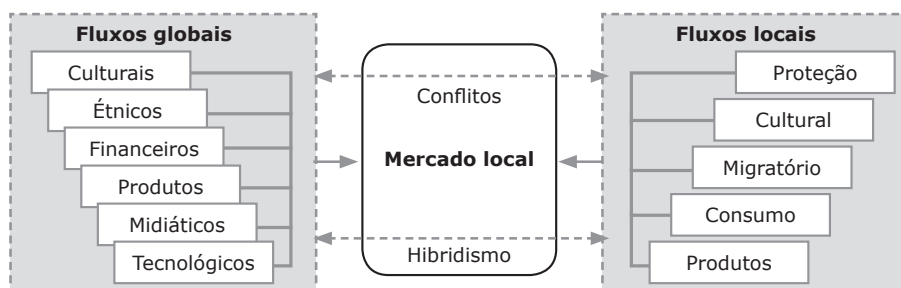


Figura 2 – Interação dos fluxos locais e globais no mercado.

Fonte: Os autores.

Em síntese, compreende-se que, no âmbito das práticas desenvolvidas pelos agentes locais no mercado, eles não estão isentos (e não tem essa intenção) dos fluxos globais, suportando e interagindo com elementos por meio dos quais contatam uma cultura global de consumo. Contudo, os agentes usam do mesmo mercado local para alimentar um conjunto de fluxos locais que fomentam a cultura local. A compreensão dessa distinção simbólica entre os diferentes fluxos e contrafluxos no mercado local torna-se relevante para o entendimento da cultura gaúcha e da sua capacidade de preservação, visto que a manutenção da cultura local depende da habilidade dos agentes locais em alimentarem contrafluxos. Com isso, as práticas dos agentes locais preservam elementos culturais no mercado e evitam que os fluxos globais sejam naturalizados como únicos e assumam uma posição hegemônica, criando uma tensão entre os fluxos que resulta em uma posição híbrida.

Entende-se, ainda, que os agentes envolvidos com a cultura gaúcha, no âmbito das suas práticas no mercado, alimentam um conjunto de elementos locais que garantem um fluxo de fomento à cultura local. Por sua vez, os agentes – em especial os consumidores – não estão isentos (e não tem essa intenção) dos fluxos globais, suportando e interagindo com elementos globais por meio dos quais contatam uma cultura global de consumo. Interessante destacar que a transição dos fluxos locais e globais no mercado provoca uma divisão entre os produtores globais e locais. Enquanto alguns produtos assumem uma posição definida, ou seja, são compreendidos claramente pelos consumidores como um produto local ou global, outros possuem um caráter híbrido, seja porque adaptam aspectos locais nas ofertas globais ou porque incorporam aspectos globais nas ofertas locais. De modo geral, os consumidores fazem distinções entre produtos locais e globais. Contudo, são justamente as ofertas que mesclam aspectos globais e locais, causam conflitos simbólicos e hibridismos, pois transitam entre um lado e outro (local e global) sem uma posição cultural definida. A Figura 3 busca caracterizar essa divisão do mercado local.

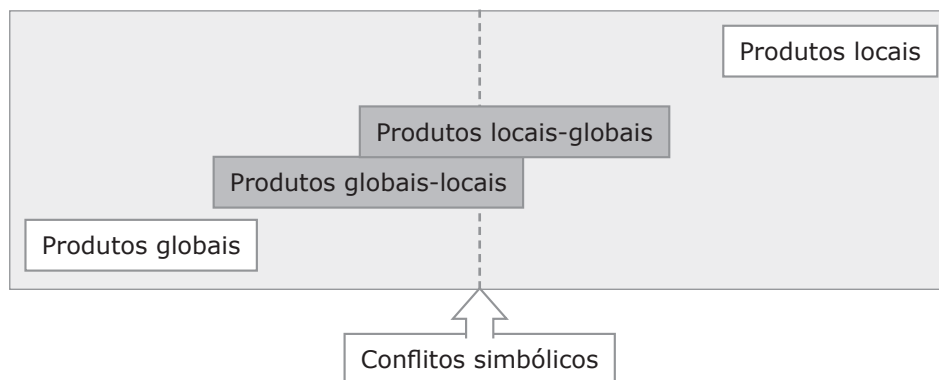


Figura 3 – Divisão do mercado local.

Fonte: Os autores.

Ao mesmo tempo em que o mercado envolve ofertas locais e globais distintas, bem como ofertas híbridas, a reflexão acerca do mercado como um lócus que conecta diferentes fluxos demonstrou que essas ofertas distintas são importantes para a preservação da cultura gaúcha. Diferentemente de estudos anteriores que analisaram as práticas de preservação da cultura gaúcha a partir das estruturas sociais, o olhar a partir do mercado possibilitou demonstrar que ele também serve como um intermediador das relações globais-locais. Ressaltar o papel do mercado nessa intermediação permite colocar luz em um lócus que geralmente é visto como transmissor da cultura global de consumo e dos fluxos nela envolvidos, e não das culturas locais.

Mesmo que o mercado esteja permeado de ofertas globais, os contrafluxos locais promovem uma distinção simbólica entre o que pertence ou não à cultura gaúcha. Ainda que a globalização seja considerada como um processo inevitável, atingindo os mercados locais por meio de fluxos globais, o próprio mercado pode ser utilizado

para disseminar contrafluxos, ou seja, fluxos locais que assumem uma posição contrária aos fluxos globais. Essa percepção torna-se mais relevante em ambientes com constantes alterações nas formas culturais hegemônicas, visto que nesses locais a preservação cultural não ocorre por meio da reativação de antigas tradições (como ocorre na Europa, por exemplo – MARTÍN-BARBERO, 2003), mas pela aceitação de significados culturais construídos localmente como tradicionais. Trata-se de um processo produzido e estabilizado por meio do compartilhamento de uma realidade sociocultural de um grupo, reconhecido como local, e que funciona como instância de identificação diacrônica em relação a proposições compreendidas como globais.

A identificação de contrafluxos em relação aos fluxos globais possibilita uma melhor compreensão de como a cultura global do consumo é assimilada e rejeitada nos mercados locais – como Canclini (2003) descreve: se existe uma cultura global, ela se solidifica nos mercados locais em específico. Apesar de reluzir como um modelo hegemônico, o avanço dos modelos culturais globais não suprime a emergência de alternativas locais. A cultura global do consumo não consiste em uma ordem única, mas em um elemento no conjunto de interações dialéticas que ocorrem no mercado. Assim, cabe aos agentes atuarem em busca de construções históricas que solidifiquem suas bases. Ao contrapor os modelos globais, os agentes locais criam condições de estabelecimento de modelos alternativos que contrapõem os modelos globais hegemônicos. Já a manutenção de modelos locais depende da habilidade dos agentes em autossuportarem os fluxos locais que preservam o modelo cultural gaúcho.

Ao focar o mercado, os resultados deste estudo reforçam a compreensão do mercado não só como um mecanismo de disseminação de fluxos hegemônicos, mas também de contrafluxos de resistência. Em especial, aponta-se o papel do mercado como um mecanismo para a preservação de um modelo cultural local. Com isso, o mercado não pode ser tomado unicamente como uma estrutura que a cultura global do consumo utiliza para se localizar. Mas, uma estrutura complexa que envolve tanto fluxos globais quanto locais, associados a modelos culturais distintos que encontram no mercado o *locus* de interação. A partir dessas constatações, é possível apontar o mercado como um mediador de forças dialéticas empregadas por agentes locais e globais na afirmação, rejeição e hibridização de alternativas culturais.

Considerações finais

Neste estudo, buscou-se apresentar os diferentes fluxos que transitam no mercado local, especificamente em lugares relacionados ao consumo do tradicionalismo gaúcho. Ao passo que o Rio Grande do Sul – cenário geográfico analisado neste estudo – consiste em um território integrado ao mercado global, observa-se que o tradicionalismo gaúcho, moldado pelos diferentes agentes locais – como exemplo o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), empresas e consumidores –, fomenta fluxos locais que reforçam aspectos da cultura gaúcha no próprio mercado que o Rio Grande do Sul está inserido.

Ao olhar as práticas que se formam em torno da cultura gaúcha, especificamente aquelas que transitam no mercado, entende-se que ele se torna um local alternativo para a disseminação de contrafluxos em resposta aos fluxos globais. O efeito disso no mercado local é o estabelecimento de uma interação entre múltiplas ofertas culturais, nas quais a cultura local assume uma posição cultural própria nas práticas de mercado. Esses resultados ressaltam um papel alternativo para o mercado, que além de consistir no principal *locus* pelo qual transitam os fluxos globais, também pode ser o *locus* para fluxos alternativos associados a culturas locais.

No entanto, mesmo com a eminência de fluxos locais no mercado e a possibilidade de uso desses de forma dialética na construção de mercados, a apropriação dos elementos que transitam nos diferentes fluxos pelos agentes locais ocorre de forma híbrida. Isso fica evidente quando se observa que os próprios produtores locais usam os fluxos globais para distribuir seus produtos para outros mercados, ou mesmo reingressar no mercado local, especialmente por meio dos fluxos tecnológicos. Assim,

ao passo que a dialética local-global gera conflitos simbólicos no mercado local, a assimilação dos diferentes fluxos por parte dos agentes de mercado contribui em formações culturais híbridas.

A compreensão das dinâmicas de fluxos e contrafluxos consiste em um ponto importante para a análise da formação da cultura global do consumo. A esfera cultural passa a ser um terreno em que a globalização transita desenfreadamente, permeando as culturas locais. Simultaneamente, esse terreno cultural resulta em um espaço contraditório, no qual forças opostas atuam, homogeneizando, aflorando formas locais híbridas, formas de neocolonização e formas de resistência. Ao reconhecer o papel do mercado como um mediador de fluxos culturais distintos, compreender a cultura do consumo em seus diferentes níveis exige reconhecer os diferentes fluxos e contrafluxos culturais existentes no mercado e acessados pelos diferentes agentes.

Ao findar este estudo, é necessário destacar que a perspectiva de construir uma relação dialética entre o global e o local acabou centrada principalmente na dinâmica do local em relação ao global, uma vez que não foi possível dar voz aos agentes promulgadores dos fluxos globais. Dessa forma, os discursos emitidos pelos agentes globais não foram tratados no âmbito deste estudo. A incorporação de novas vozes na compreensão da dialética global-local pode ser buscada em novos estudos, visando superar essa limitação. Isso permite constatar a maneira como outros agentes se portam frente às ações dos agentes locais, e até mesmo como reestruturam seus discursos para tirar proveito dos fluxos locais.

Ao desenvolver um estudo sobre globalização, deve-se reconhecer, ainda, que este consiste em um tema amplamente estudado. No entanto, ao adotar um olhar inverso, considerando fluxos contrários à globalização, amplia-se o debate acerca do tema. Novos estudos podem trilhar esse caminho, considerando a globalização um processo inserido em um movimento mais amplo de fluxos e contrafluxos, que envolve construções culturais, sociais e econômicas de diferentes agentes. A partir disso, análises futuras das relações locais-globais podem verificar a efetividade dos fluxos locais (contrafluxos) em alterar a lógica hegemônica promulgada pelos agentes globais nas práticas de mercado. Em específico, torna-se relevante verificar os limites dos fluxos locais em frear os processos homogeneizadores globais e, principalmente, detectar a incorporação desses fluxos por lógicas globais.

O mercado também demonstrou incorporar novas funções, além de mediar a troca de bens e serviços. Novos estudos podem identificar funções complementares aos mercados, especialmente no âmbito do papel dos mercados na solidificação de alternativas culturais distintas que não são abarcadas pela dicotomia global/local, ampliando assim a compreensão do mercado como lócus de estudo alternativo das práticas sociais.

Referências

APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global culture economy. *Theory, Culture, and Society*, v. 7, n. 2-3, p. 295-310, 1990.

APPADURAI, A. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ARNOULD, E. J. Global consumer culture. In: SHETHH, J.; MALHOTRA, N. (Ed.). *Encyclopedia of international marketing*. West Sussex: John Wiley, 2010.

ASKEGAARD, S. T.; CSABA, F. F. The good, the bad and the jolly: taste, image, and the symbolic resistance to the coca-colonization of Denmark. In: BROWN, S.; PATTERSON, A. (Ed.). *Imaging marketing*. London: Routledge, 2001. p. 48-59

BECK, U. *What is globalization?* Cambridge: Polity Press, 1999.

BELK, R. W. Hyperreality and globalization: culture in the age of Ronald McDonald. *Journal of International Consumer Marketing*, v. 8, n. 3, p. 23-38, 1996.

- BELK, R. W. Representing global consumers: desire, possession, and identity. In: MACLARAN, p. et al. (Org.). *The sage handbook of marketing theory*. London: Sage Publications Ltd, 2009. p. 283-299.
- BELL, D. The cultural contradictions of capitalism. *Journal of Aesthetic Education*, v. 6, n. 1/2, p. 11-38, 1972.
- BOAS, F. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BÖHM, S.; BREI, V. Marketing the hegemony of development: of pulp fictions and green deserts. *Marketing Theory*, v. 8, n. 4, p. 339-366, 2008.
- CANCLINI, N. G. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CLEVELAND, M.; LAROCHE, M. Acculturation to the global consumer culture: scale development and research paradigm. *Journal of Business Research*, v. 60, s.n., p. 249-259, 2007.
- DALMORO, M. *Campereando mercados: práticas de resistência e cidadania mediados pelo mercado na cultura gaúcha*. 2013. 343 f. Tese (Doutorado em Administração)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2013.
- FIRAT, F. Globalization of fragmentation: a framework for understanding contemporary global markets. *Journal of International Marketing*, v. 5, n. 2, p. 77-86, 1997.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GER, G.; BELK, R. W. I'd like to buy the world a coke: consumptionscapes of the "Less Affluent World". *Journal of Consumer Policy*, v. 19, n. 3, p. 271-304, 1996.
- GIDDENS, A. *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HANNERZ, U. Cosmopolitans and locals in world culture. *Theory, Culture & Society*, v. 7, n. 2/3, p. 237-251, 1990.
- HANNERZ, U. *Cultural complexity: studies in the social organization of meaning*. New York: Columbia University Press, 1992.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. *Globalization in question: the international economy and the possibilities of governance*. Cambridge: John Wiley & Sons, 2001.
- HOOPER, B. Globalization and resistance in post-Mao China: the case of foreign consumer products. *Asian Studies Review*, v. 24, n. 4, p. 339-470, 2000.
- JACOB, S. V.; JAKSIC, I. *Power and politics in the 19th-century River Plate*. Notre Dame: University of Notre Dame, 2011.
- JARZABKOWSKI, P. *Strategy as practice: an activity-based approach*. London: Sage, 2005.
- KARABABA, E.; GER, G. Early modern ottoman coffeehouse culture and the formation of the consumer subject. *Journal of Consumer Research*, v. 37, n. 5, p. 737-760, 2011.
- KJELDGAARD, D.; ASKEGAARD, S. The glocalization of youth culture: the global youth segment as structures of common difference. *Journal of Consumer Research*, v. 22, n. 2, p. 231-247, 2006.

KJELDGAARD, D.; CSABA, F.; GER, G. Grasping the global: multi-sited ethnographic market studies. In: BELK, R. (Ed.). *Handbook of qualitative research methods in marketing*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2006. p. 521-533.

KJELDGAARD, D.; ÖSTBERG, J. Coffee grounds and the global cup: glocal consumer culture in Scandinavia. *Consumption, Markets and Culture*, v. 10, n. 2, p. 175-187, 2007.

LOFLAND, J.; LOFLAND, L. *Analyzing social settings: a guide to qualitative observation and analysis*. Belmont, CA: Wadsworth, 1995.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, s.n., p. 95-117, 1995.

MARTÍN-BARBERO, J. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura e hegemonía*. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2003.

MILLER, D. *Acknowledging consumption: a review of new studies*. London: Routledge, 1995.

NASH, J. C. *Mayan visions: the quest for autonomy in an age of globalization*. New York: Routledge, 2001.

OHMAE, K. *O fim do estado nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OLIVEN, R. G. *A parte e o todo: a diversidade no Brasil nação*. Petrópolis: Vozes, 2006.

RITZER, G. *The McDonaldization of society*. London: Routledge, 1993.

THOMPSON, C. J.; ARSEL, Z. The Starbucks brandscape and consumers' (anticorporate) experiences of globalization. *Journal of Consumer Research*, v. 31, n. 4, p. 631-641, 2004.

WATERS, M. *Globalization*. Londres: Routledge, 2001.

WILK, R. Learning to be local in Belize: global systems of common difference. In: MILLER, D. (Ed.). *Worlds apart: modernity through the prism of the local*. London: Routledge, 1995. p. 110-133.

Submissão: 05/05/2014

Aprovação: 23/01/2015

A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA DO
CONHECIMENTO PARA OS ESTUDOS DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DO
CONHECIMENTO DO CAMPO CIENTÍFICO

Celso Machado Júnior*
Maria Tereza Saraiva de Souza**
Iara Regina dos Santos Parisotto***
Angelo Palmisano****

Resumo

A divulgação de um novo conhecimento para a sociedade está sujeita a processos específicos de reconhecimento e incorporação. Para que esses fenômenos ocorram, o novo conhecimento necessita ser institucionalizado e legitimado. Nesse sentido, esta pesquisa de revisão teórica apresenta como objetivo identificar, na abordagem da sociologia do conhecimento proposta por Berger e Luckmann (2008), os elementos que possibilitam sua utilização nos estudos de institucionalização e legitimação do conhecimento do campo científico. As conclusões deste ensaio teórico apontam que a argumentação dos processos de institucionalização e legitimação do conhecimento, proposta por Berger e Luckmann (2008), se apresenta como um referencial teórico passível de utilização na análise de campos científicos.

Palavras-chave: Sociologia do conhecimento. Institucionalização. Legitimação.

THE CONTRIBUTION OF SOCIOLOGY OF KNOWLEDGE
FOR THE STUDIES OF INSTITUTIONALIZATION AND
LEGITIMATION OF THE KNOWLEDGE SCIENTIFIC FIELD

Abstract

The dissemination of new knowledge to society, is subject to specific processes of recognition and incorporation. For these phenomena occur the new knowledge needs to be institutionalized and legitimized. In this sense, this theoretical review of research has as aimed at identifying in the sociology of knowledge, proposed by Berger and Luckmann (2008) the elements that enable their use in studies of institutionalization and legitimization of knowledge of the scientific field. The outcome of the study points out that the argument of the processes of institutionalization and legitimization of knowledge proposed by Berger and Luckmann (2008) is presented as a theoretical framework capable of use in the analysis of scientific fields.

Keywords: Sociology of knowledge. Institutionalization. Legitimation.

*Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho (Uninove). Professor titular do Programa Stricto Sensu em Administração no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). E-mail: celsomachado1@gmail.com

**Doutora em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP). Professora titular do Programa Stricto Sensu em Administração no Centro Universitário da FEI. E-mail: mariaterezasaraivas@gmail.com

***Doutora em Administração pela Universidade Nove de Julho (Uninove). Professora titular do Programa Stricto Sensu em Administração na Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: iaraparisotto@furb.br

****Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor titular do Programa Stricto Sensu em Administração no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). E-mail: Angelo.palmisano@fmu.br

Introdução

As teorias econômicas apresentam a perspectiva do conhecimento como principal elemento da chamada sociedade da informação, que se insere no contexto da economia baseada no conhecimento, conforme proposto por Dahlman (2002) e Castells (2007), e na economia baseada na aprendizagem, apresentada por Foray e Ludavall (1996). Nessa perspectiva, o conhecimento se constitui no elemento nuclear da economia, substituindo a terra e a indústria como principal componente do sistema capitalista.

A produção de conhecimento e a sua distribuição se consubstanciam no esforço de redução das desigualdades sociais, e como pedra angular no processo de consolidação dessa nova concepção de sociedade, envolta na economia baseada no conhecimento. Nesse cenário, o conhecimento cumpre papel essencial tanto para a acumulação econômica quanto para o funcionamento do próprio Estado e da sociedade. O processo de mudança social coexiste com possibilidades e desafios de desenvolvimento, que surgem das transformações imateriais que influenciam tanto na produção material quanto na produção de intangíveis (MACIEL, 2001).

Essa realidade econômica se caracteriza pelo desenvolvimento de novas tecnologias e mudanças contínuas, que alteram a realidade empresarial para uma maior dependência da educação das sociedades. A capacidade de aprender e os processos de aprendizagem são apontados como importantes fatores dessa nova forma de economia (LENHARI; QUADROS, 2002). Como apontado por Bengtsson (2002), o cerne da economia do conhecimento se apoia no volume, na natureza e na direção da produção do conhecimento, na sua disseminação e no seu uso. O âmago da estrutura dessa nova economia se estabelece nas relações da sociedade, posicionando a sociologia do conhecimento como um importante referencial teórico para entendimento desse fenômeno.

Envolto no contexto da economia baseada no conhecimento, que se apresenta fracionada por especialidades, é possível prospectar o conhecimento utilizando o conceito de campo de Bourdieu (1992; 2006). Segundo esse autor, o campo se configura a partir de relações estabelecidas entre posições definidas e determinantes para os ocupantes, agentes ou instituições (BOURDIEU, 1992). Nesse contexto, o campo está inserido em uma disputa de poder e, como uma variável central, envolto na luta de interesses.

Essas posições envolvem tanto a relação de dominação e subordinação quanto a aquisição de recursos expressos de diversas formas e, normalmente, denominados como capital. Nesse sentido, é necessário considerar o valor que os atores atribuem a esse capital específico (capital simbólico). Surge, assim, o conceito de espaço social, caracterizado por um intrincado conjunto de campos disputando a própria representação no mundo social (BOURDIEU, 2006). Na proposição de Bourdieu (2006), o capital simbólico possibilita, para alguns atores, o poder simbólico que possui potencial para configurar o *habitus* do campo. O *habitus* se caracteriza como uma estrutura que provê as regras práticas que edificam o arcabouço social e pautam as ações dos agentes. Nesse sentido, para Bourdieu (2006), cada campo é detentor de um conjunto de práticas, normas, valores, estilos, gostos e restrições que estabelecem o *habitus* que configura as condições sociais.

Segundo Bourdieu (1983), as relações de poder e conflitos, decorrentes das ações que os atores realizam no esforço de impor a sua visão no campo, também são comuns aos campos científicos. Para ele, o raciocínio aplicável ao campo é passível de reprodução no campo científico. Nas palavras do autor, o campo científico é “[...] um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólio, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros” (BOURDIEU, 1983, p. 128). Tal abordagem configura o campo como um corpo de conhecimento em contínua construção, que se apoia em pesquisas empreendidas para responder aos problemas que se estabelecem.

Nesse aspecto, a área acadêmica desempenha importante papel no processo de produção e disseminação de conhecimento nessa conjuntura social que se estabelece. Tal importância, entre outros fatores, se manifesta por publicar, em revistas científicas, o conhecimento desenvolvido nas pesquisas, viabilizando, assim, o seu compartilhamento.

No entanto, vale salientar que apenas a divulgação do conhecimento não assegura o seu reconhecimento e a sua incorporação pela sociedade. Nesse cenário, emana a necessidade de identificar processos que interpretem e classifiquem a difusão do conhecimento produzido no meio acadêmico.

Entre as diferentes abordagens de interpretação e classificação da difusão do conhecimento produzido na academia, este estudo destaca a de Berger e Luckmann (2008), originada na sociologia do conhecimento. Esses autores apontam a objetivação, a institucionalização e a legitimação como sequenciamento possível no processo de incorporação do conhecimento pela sociedade.

A abordagem de Berger e Luckmann (2008) apresenta um consistente arcabouço teórico, empregado em várias áreas de interesse da sociedade, inclusive nos estudos destinados a identificar a institucionalização do conhecimento. No entanto, a utilização da abordagem desses autores nos estudos de bibliometria e/ou mapas sociométricos se limita a referências pontuais da sua proposição, não avançando na incorporação de seus conceitos na dinâmica de justificar os resultados observados.

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo identificar, na abordagem teórica da sociologia do conhecimento proposta por Berger e Luckmann (2008), os elementos que possibilitam sua utilização nos estudos de institucionalização e legitimação do conhecimento do campo científico. Assim, se estabelece a ambição de que essa revisão da obra dos autores amplie a utilização de seus conceitos nos estudos de bibliometria e na análise de redes sociais.

Esta pesquisa se desenvolve por meio da revisão da teoria apresentada por Berger e Luckmann (2008). Nesse âmbito, analisam-se as perspectivas e os conceitos da sociologia do conhecimento propostos pelos autores, o que permite a síntese de um quadro com os principais itens associados ao contexto do estudo do campo científico.

Este artigo apresenta este capítulo introdutório, que adicionalmente contempla o método de pesquisa. Na sequência, a revisão teórica da abordagem da sociologia do conhecimento, proposta por Berger e Luckmann (2008). O capítulo da discussão aponta adjacências da abordagem desses autores com a de outros, também utilizados no campo científico, e encerra com as considerações finais, apresentando propostas para estudos aplicados em redes sociais e bibliometria.

Revisão teórica

Destaca-se no estudo da sociologia a abordagem da sociologia do conhecimento, com ênfase na proposta de Berger e Luckmann (2008), que aprofunda o entendimento sobre como a realidade das pessoas é socialmente construída.

A abordagem de Berger e Luckmann (2008) posiciona o indivíduo como elemento principal no processo de desenvolvimento do conhecimento individual e social. "A autoprodução do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social" (p. 75). De acordo com os autores, o processo de desenvolvimento do ser humano está relacionado ao ambiente natural a que se correlaciona, e sujeito a uma ordem cultural e social específica.

Emerge, assim, o conceito de ordem social como produto humano no curso do seu processo de compartilhamento com a sociedade a que pertence. Logo, a ordem social não pertence à natureza, mas é um produto da atividade humana. A exteriorização do ser humano é apontada por Berger e Luckmann (2008) como uma necessidade antropológica em que o ser humano, de forma progressiva e continuada, transmite aos demais a sua produção.

Para Berger e Berger (1977), a instituição se configura como um padrão compartilhado de ações cotidianas em esferas da vida social específicas. A transmissão do padrão ao longo do tempo, de geração para geração, estabelece a constituição das instituições. Sob esse aspecto, as instituições se configuram como um conjunto articulado de ideias, normas, valores e sentimentos, socialmente estabelecidos, que orientam a ação em campos específicos da conduta humana. Berger e Berger (1977, p. 193) definem "[...] a instituição como um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta individual imposta pela sociedade".

Segundo Berger e Luckmann (2008), a repetição de uma mesma atividade tende a estabelecer um padrão de ação, que pode ser apreendido e reproduzido por outros. Essa repetição possibilita a formação do hábito que fornece direção e especialização para o homem realizar suas atividades, de forma que não necessite definir as ações envolvidas nos eventos rotineiros. A formação do hábito se torna um pré-requisito do processo de institucionalização de um único indivíduo ou um grupo social. Para os autores, “[...] esses processos de formação de hábitos precedem toda institucionalização. Assim, eles podem ser aplicados a um hipotético indivíduo solitário, destacado de qualquer interação social” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 78), ainda, como uma possibilidade individual, mesmo que teórica.

Portanto, a formação do hábito pelo ser humano possibilita o estabelecimento de sua institucionalização. Nesse contexto, é necessário que os indivíduos envolvidos compartilhem o caráter típico das ações. Assim, um conjunto de atores exercendo ações típicas e de rotina caracteriza uma tipificação que, por sua vez, estabelece uma instituição.

A compreensão de uma instituição envolve o entendimento do processo histórico que a originou e o padrão de conduta determinante. Esse padrão de conduta estabelece o perfil controlador inerente à institucionalização, que, juntamente com os mecanismos de sanção, constitui o sistema de controle social.

Para Berger e Luckmann (2008), o estabelecimento de uma rotina possibilita a divisão das atividades entre os membros de um grupo social, abrindo-se, assim, espaço para o surgimento de inovações. Dessa forma, a divisão do trabalho e as inovações constituem-se em componentes que fomentam novos hábitos, que, por sua vez, constroem um mundo social baseado em uma ordem social em expansão.

Quando um indivíduo observa uma condição de repetição de ações desenvolvidas por outro, que caminha para se tornar um hábito, desenvolve inicialmente um protocolo de tipificação da sua parte. Caso as ações em repetição sejam importantes para as duas partes e se insiram em uma situação social duradoura, surge a possibilidade de se estabelecer uma tipificação recíproca. Dessa forma, os hábitos e as tipificações desses indivíduos que, até o momento, eram circunscritos a uma atividade específica, tornam-se instituições históricas.

Segundo Berger e Luckmann (2008), quando as formações estabelecem a historicidade, tem-se o surgimento ou o aperfeiçoamento de uma qualidade, até então incipiente, entre os atores que desencadearam a tipificação compartilhada de uma conduta. “Esta qualidade é a objetividade” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 84). Diante dessa objetividade, temos uma instituição que influencia, de forma coerciva, os demais indivíduos. Nas palavras dos autores “[...] experimentam-se as instituições como se possuísse realidade própria, realidade com a qual os indivíduos se defrontam na condição de fato exterior e coercivo” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 84).

Na medida em que a objetividade evolui do grupo inicial, que se apresenta de forma mais tênue, para um agrupamento maior de indivíduos, a objetividade do mundo institucional apresenta-se mais rígida a todos. Nessa condição, temos um mundo real mais consciente e, consequentemente, mais difícil de ser alterado. Dessa maneira, como mundo objetivo, as formações sociais são passíveis de transmissão a um novo agrupamento ou geração. No entanto, destaca-se também o poder coercivo estabelecido, no qual o indivíduo é inserido em um contexto que deve ser apreendido como único e verdadeiro.

A exteriorização da produção, pelo homem, é uma atividade que adquire o caráter de objetividade e é entendida como um processo, denominado objetivação. Assim, a relação entre o homem, o produtor e o mundo social estabelece uma ligação de reciprocidade das partes, na qual a exteriorização e a objetivação são componentes de um contínuo processo dialético. Esse processo é marcado pela discussão, contraposição e contradição de ideias que caminham para o estabelecimento de um consenso socialmente aceito. O estabelecimento de um consenso é caracterizado pela interiorização da objetivação pelos indivíduos pertencentes a esse mundo social.

Surge, assim, a legitimação, que é a transmissão do mundo institucional de uma geração para outra. Nesse contexto, o padrão de controle estabelecido por uma geração é incorporado pela geração seguinte, somado à possibilidade de explicação e justificação. Desse modo, a realidade da sociedade torna-se cada vez mais compacta no curso de sua transmissão e a disseminação dessa realidade pode restringir a possibilidade de acesso ao significado original das instituições, pelo não compartilhamento da memória original. Nesse contexto, Berger e Luckmann (2008) destacam a importância das fórmulas legitimadoras. "Torna-se, por conseguinte, necessário interpretar para eles este significado em várias fórmulas legitimadoras. Estas terão de ser consistentes e amplas no que se refere à ordem institucional, a fim de levarem à convicção a nova geração" (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 88). O resultado da atividade deve ser disponibilizado para todos os componentes do grupo social, expandindo-se, assim, a ordem institucional e estabelecendo um "[...] correspondente manto de legitimações, que estende sobre si uma cobertura protetora de interpretações cognoscitivas e normativas" (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 88). As novas gerações apreendem essa legitimação concomitante ao processo que se socializa na ordem institucional.

Os indivíduos podem apresentar restrições para aceitar a ação de institucionalização da sociedade a que pertencem, em grande parte por não terem participado do seu processo de estabelecimento. Diante dessa possibilidade de desvio, as instituições exercem autoridade (ação coerciva) sobre o indivíduo, a fim de garantir a aceitação de suas definições, sem a possibilidade de serem redefinidas, garantindo, assim, sua legitimação (BERGER; LUCKMANN, 2008).

Para Berger e Berger (1977, p. 193), "[...] a linguagem é uma instituição". Os autores apontam ainda a linguagem como a primeira instituição na qual o indivíduo se incorpora e, além disso, se constitui na instituição fundamental da sociedade. Segundo Berger e Luckmann (2008), as legitimações possuem na linguagem tanto o elemento de elaboração quanto o de disseminação. A linguagem possibilita a integração funcional ou lógica dos hábitos ou da institucionalização a ser difundida para os indivíduos ou coletividades. Nas palavras dos autores, "[...] a lógica atribuída à ordem social faz parte do acervo socialmente disponível do conhecimento, tomado como natural e certo" (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 92).

O conhecimento se apresenta em dois níveis: primário e secundário. O primário relaciona-se com o pré-teórico, que se constitui na instituição de um conjunto de conhecimentos que estabelecem as regras básicas de conduta entendidas como adequadas pela sociedade. Nessa situação, o conhecimento é objetivado pela sociedade, que, por sua vez, considera desvios como afastamento da realidade. Sua principal característica se constitui na estrutura básica na qual se assentam os futuros conhecimentos, denominados secundários.

As experiências que ficam retidas no indivíduo são consideradas sedimentadas e, assim, consolidam a apreensão do conhecimento. No contexto da sociedade, a sedimentação é social na medida em que se pode repetir a objetivação das experiências compartilhadas por meio da linguagem, assumindo o *status* de "[...] base e instrumento de acervo coletivo do conhecimento" (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 96). Assim, a linguagem é que possibilita a objetivação de novas experiências, que se consubstanciam no estoque de conhecimento existente. Sob esse aspecto, a linguagem permite as sedimentações coletivas de forma coerente, sem a necessidade de reconstrução do processo original.

Tanto a aquisição do conhecimento quanto sua transmissão decorrem dos significados objetivados na atividade institucional. A transmissão do conhecimento está subjugada a um aparelho social, que se traduz na relação entre transmissor e receptor.

O transmissor do conhecimento, no contexto das instituições, está envolvido em um conjunto de procedimentos de controle e de legitimação que estabelece uma coerência lógica, típica de cada instituição. Essa coerência lógica pode encontrar dificuldades de legitimação, em decorrência de conflitos ou de competições dos indivíduos envolvidos e/ou de socialização, provenientes da dificuldade de interiorização de sucessivos e concomitantes significados sociais.

Dessa forma, o resultado das pesquisas desenvolvidas no meio acadêmico ou nos centros de pesquisa é objetivado por meio dos artigos científicos. A publicação dos artigos científicos expressa tanto a objetivação do novo conhecimento resultante das pesquisas quanto o veículo que possibilitará a sua coerente sedimentação pela sociedade. Vale destacar que, nesse contexto, o artigo científico é interpretado como linguagem na abordagem de Berger e Luckmann (2008).

As ações de um indivíduo e de outros, que compõem uma rede de socialização de forma tipificada, possibilitam originar uma ordem institucional. Nesse sentido, observa-se entre os envolvidos: i) finalidade específica; ii) fases de desempenho entrelaçadas; iii) ações específicas tipificadas e iv) formas de ação tipificadas (BERGER; LUCKMANN, 2008). Tal configuração faz com que qualquer ator dessa rede social repita determinada ação tipificada, desde que haja um sentido objetivo dela. A Figura 1 mostra essa sequência de atividades que origina a ordem institucional.

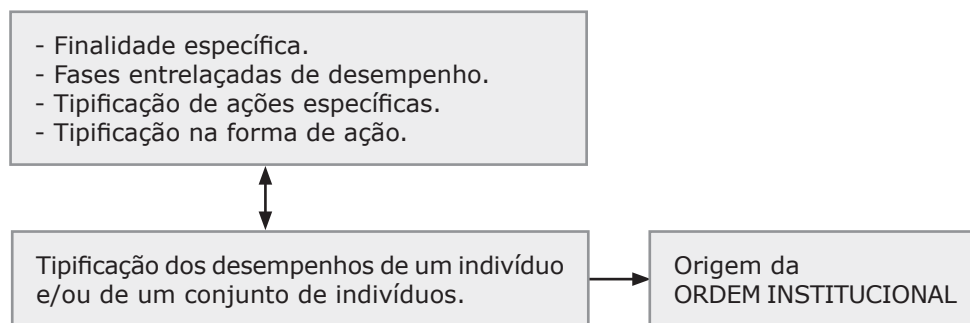


Figura 1 – Origem da ordem institucional.

Fonte: Elaborada com base na obra de Berger e Luckmann (2008).

Em uma ordem institucional, uma determinada ação, bem como o seu sentido, podem ser apreendidos por qualquer indivíduo pertencente à sua rede social. Assim, a execução dessa ação decorre de ações objetivas, conhecidas e passíveis de repetição por qualquer ator dessa rede social.

Para Berger e Luckmann (2008), após a realização de uma ação, o indivíduo deve ainda desenvolver uma reflexão, a fim de estabelecer a sua interiorização, o “eu individual”, no entanto, de forma distinta do “eu social”. Destacando a narrativa dos autores, “[...] o ator identifica-se com as tipificações da conduta *in actu* socialmente objetivadas, mas restabelece a distância com relação a elas quando reflete posteriormente sobre sua conduta” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 102). Emanam, assim, o conceito de papéis, que é a atuação de atores junto ao acervo objetivado de conhecimentos, comum a uma rede social. Os papéis protagonizados pelos indivíduos estabelecem uma tipologia, necessária para a institucionalização da conduta, pois as instituições apropriam-se da experiência do indivíduo, por meio dos papéis que desempenham.

O mundo social, objetivado e acessível a qualquer sociedade, se constitui das experiências individuais desenvolvidas no contexto de papéis de uma instituição. Assim, por meio da interiorização de um papel, o indivíduo estabelece sua realidade e participação no mundo social. Os papéis desempenhados pelos atores representam a própria ordem institucional, pois possibilitam a continuidade das instituições por meio do desenvolvimento de suas experiências reais. Segundo Berger e Luckmann (2008), os papéis exercem ainda a importante função social de integrar as diversas instituições em um mundo dotado de sentido. Estabelece, assim, a condição de aparelho legitimador da sociedade.

Cada papel impõe a possibilidade de adentrar em uma parcela específica do acervo total de conhecimento possuído pela sociedade. Entre os papéis de uma instituição, para efeitos deste estudo, destaca-se o de mediador do acervo comum de conhecimento de setores específicos. Ao assumir esse papel, o indivíduo é inserido em um conhecimento específico socialmente objetivado. Vale destacar que esse

acervo encontra-se estruturado para destacar a sua relevância, que pode ser tanto do conhecimento geral quanto do conhecimento relevante para papéis particulares. Nas palavras dos autores, “[...] a distribuição social do conhecimento acarreta uma dicotomização no que se refere à importância geral e à importância para papéis específicos” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 107). Destarte, a sociedade se organiza de forma a possibilitar que certos atores possam se dedicar a atividades específicas, a fim de acumular e produzir conhecimentos especializados. Portanto, esses atores especialistas posicionam-se na condição de gerenciadores desse conhecimento. Os autores destacam que “em todos esses casos os especialistas tornam-se administradores dos setores do cabedal do conhecimento que lhes foi socialmente atribuído” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 108). O reconhecimento de que os especialistas são detentores de conhecimentos específicos possibilita que qualquer membro da sociedade possa recorrer a eles, quando houver necessidade. Os especialistas incorporam assim a função de auxiliar os leigos a entenderem o conhecimento específico.

A relação entre papéis desempenhados e o conhecimento configura-se como fundamental tanto na perspectiva de representação da ordem institucional – mediando conjuntos de conhecimentos institucionalmente objetivados – quanto na qual cada papel é veículo de um determinado conhecimento.

O desenvolvimento das atividades especializadas conduz tanto à especialização quanto à segmentação do estoque comum de conhecimento. Em decorrência da segmentação, emana o contexto de prestígio social dos especialistas, que justifica o fato de os atores com melhor reconhecimento possuírem maior probabilidade de institucionalizar seu conhecimento.

A institucionalização de um conhecimento pode apresentar uma extensão mais vasta ou mais estreita das suas estruturas importantes. O compartilhamento de forma generalizada pela sociedade de estruturas importantes indica uma ampla institucionalização do conhecimento, ao passo que um limitado compartilhamento aponta para uma restrita institucionalização.

A sociedade disponibiliza o acervo de conhecimento, porém, sua extensão e atualização são particulares para cada indivíduo. Assim, o indivíduo tem à sua disposição o sentido objetivo da ordem institucional, admitido como natural e certo, entretanto, ele pode apresentar dificuldades de interiorização dos significados. Essa dificuldade se origina na consciência reflexiva de cada indivíduo, condicionada à sua lógica e experiência de institucionalização. Nesse sentido, é possível entender e aceitar a coexistência de processos institucionais distintos, sem a integração total pela sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2008).

A segmentação da ordem institucional e a contínua geração e distribuição do conhecimento determinam o desafio de estabelecer significados integradores que abarquem a sociedade e ofertem um contexto de sentido objetivo para a experiência e o conhecimento social do indivíduo. Esse cenário apresenta ainda o desafio de legitimação institucional entre os diferentes tipos de atores que, por vezes, podem estar em conflito de interesses (BERGER; LUCKMANN, 2008). A segmentação social possibilita o estabelecimento de subuniversos de significação socialmente separados, nos quais o desenvolvimento de um determinado conhecimento específico pode se tornar obscuro na comparação com o acervo comum de conhecimento. Os subuniversos de significados podem se originar de diferentes arranjos sociais, tais como sexo, idade, escola de pensamento, entre outros.

A continuidade do subuniverso está associada a um grupo social que irá assegurar a sua existência e a manutenção do significado em questão, principalmente nas ocasiões em que se estabelecer conflito com a produção de outros especialistas. Berger e Luckmann (2008, p. 118) apontam que “[...] estes conflitos sociais traduzem-se facilmente em conflitos entre escolas rivais de pensamento, cada qual procurando estabelecer-se e desacreditar, quando não liquidar, o corpo de conhecimento competidor”. No entanto, os autores destacam que um corpo de conhecimento (universo científico de significação) pode atingir um determinado grau de autonomia, que se desassocie do grupo social que o originou, possibilitando assim, inclusive, uma ação de retorno sobre o grupo social que o estabeleceu.

À medida que se aumenta a quantidade de subuniversos existentes, associados, ainda, ao respectivo avanço da autonomia de cada um deles, emana respectivamente a dificuldade nos processos de legitimação. Essa dificuldade de legitimação é constatada entre leigos de um universo científico de significação, tanto por não conhecerem todas as opções existentes quanto por não compreenderem efetivamente qual devem adotar. Para os já iniciados, o desafio consiste na sua permanência em um universo científico de significação, pois a troca deste por outro emergente pode comprometer a legitimação do primeiro.

A variação de velocidade dos processos desenvolvidos pelas instituições e pelos subuniversos científicos de significação irá influenciar na maior ou menor dificuldade de implantar a legitimação global da ordem institucional, e das legitimações específicas de determinadas instituições e subuniversos.

Para Berger e Luckmann (2008), a necessidade de legitimação origina-se quando as objetivações de ordem institucional necessitam ser transmitidas de uma geração para outra. A transição do corpo de conhecimento de uma geração para outra envolve a transmissão das objetivações de ordem institucional a indivíduos que não possuem a memória e os hábitos originais, e que só realizam a incorporação do novo conhecimento se o identificarem como plausível. Dessa forma, se a harmonia histórica e biográfica do indivíduo é rompida, para restaurá-la, são necessárias explicações e justificativas dos elementos da tradição institucional. Destacando a narrativa dos autores, “[...] tornando assim inteligíveis ambos os aspectos dessa unidade, é preciso haver explicações e justificativas dos elementos salientes da tradição institucional. A legitimação é este processo de ‘explicação’ e ‘justificação’” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 128).

Um aspecto importante da legitimação é que ela não se restringe à transmissão de valores, pois, ao justificar uma ordem institucional, ela envolve também a transmissão do conhecimento. A legitimação não apenas aponta para o indivíduo que ação deve realizar em detrimento de outras, mas avança no sentido de justificar por que “as coisas são o que são”. Nesse sentido, o conhecimento antecede os valores na legitimação das instituições. Assim, “[...] a legitimação justifica a ordem institucional, dando dignidade normativa a seus imperativos práticos” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 128).

Emana, assim, a concepção do universo simbólico como matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais. O indivíduo identifica a sua existência como pertencente a esse contexto, pois todas as situações da sua vida cotidiana são abarcadas pelo universo simbólico. O conjunto de teorias legitimadoras existentes se estabelece como integrante desse todo, edificado por um conjunto de ordens institucionais. Os autores destacam que “[...] a cristalização dos universos simbólicos segue os processos [...] de objetivação, sedimentação e acumulação do conhecimento. Isto é, os universos simbólicos são produtos sociais que têm uma história” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 133).

Para Berger e Luckmann (2008), os universos simbólicos realizam a legitimação da biografia individual e da ordem institucional de forma semelhante se estiverem apoiados em um processo organizado e ordenado. Sob esse aspecto, o universo simbólico disponibiliza a hierarquia de realidades que subsidiaram a apreensão subjetiva do novo conhecimento pelo indivíduo, de forma inteligível e menos assustadora. Assim, o universo simbólico realiza a legitimação final da ordem institucional, constituindo um conjunto integrado de significados, mesmo para os setores discrepantes da vida cotidiana (BERGER; LUCKMANN, 2008).

O universo simbólico se origina da objetivação social dos processos de reflexão subjetiva, logo, pela perspectiva cognoscitiva, o universo simbólico é teórico. É no universo simbólico que deve ocorrer a legitimação da ordem institucional, na medida em que essa estabeleça um todo dotado de sentido. Podem surgir problemas que afetem a ordem institucional e, nesse caso, ela deve estabelecer teorias a fim de atender a um novo contexto. Caso não ocorram alterações teóricas, não se observa a necessidade de uma nova legitimação no universo simbólico.

No universo simbólico, podem existir indivíduos que o concebam de maneira distinta, originando-se, assim, variações de interpretação. Quando essas variações

de interpretação começam a ser partilhadas por um conjunto de indivíduos, emerge a objetivação de uma nova realidade que irá desafiar a realidade do universo simbólico constituído. Esse conjunto de indivíduos torna-se uma ameaça tanto ao universo simbólico quanto à ordem institucional legitimada pelo universo simbólico em questão. Tal cenário imputa ao universo simbólico a necessidade de reprimir essa ameaça. A legitimação dessa repressão desencadeia a atuação de mecanismos conceituais que atuam de forma a preservar o *status quo* do universo em relação ao desafio estabelecido. Segundo Berger e Luckmann (2008), esses mecanismos conceituais de defesa atuam como componentes de modificação e legitimação do universo simbólico vigente. O mecanismo conceitual de conservação do universo é um produto da atividade social e deve apresentar as melhores razões possíveis, a fim de afirmar a sua superioridade.

Sociedades distintas podem estabelecer um confronto de seus universos simbólicos específicos. Nesse confronto, cada sociedade possui o objetivo de que seu universo simbólico prevaleça sobre o da adversária. Berger e Luckmann (2008) destacam que, em paridade ou em virtude da proximidade com a plausibilidade intrínseca, o êxito do universo simbólico está menos associado ao contexto teórico e mais dependente do poder de seus legitimadores.

A ciência moderna apresenta-se como um mecanismo extremamente desenvolvido de conservação do universo simbólico e, como tal, pertencente a uma minoria de especialistas. Tal cenário implica um corpo de conhecimento que se afasta do conhecimento comum da sociedade, em parte caracterizado pelos aspectos sagrados pertencentes a outros mecanismos conceituais de conservação. No entanto, a sociedade reconhece o conhecimento como legitimado, bem como os especialistas responsáveis pela manutenção do universo simbólico. “[...] o membro ‘leigo’ da sociedade não sabe mais como tem de manter conceitualmente seu universo, embora, evidentemente, ainda saiba quem são aqueles que presume serem os especialistas da conservação do universo” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 152).

A terapêutica e a aniquilação se apresentam como duas aplicações do mecanismo conceitual de conservação do universo que merecem destaque. A terapêutica utiliza o mecanismo conceitual para evitar que os indivíduos pertencentes a um universo simbólico migrem para outro. A terapêutica atua nos desvios das definições que se originam no interior do universo simbólico por meio de um corpo de conhecimento, cria um mecanismo conceitual para explicar esses desvios e mantém a realidade que está ameaçada.

A aniquilação utiliza o mecanismo conceitual para liquidar tudo que se situa fora do universo simbólico de uma sociedade, além disso, é também considerada como legitimação negativa. Em um indivíduo ou grupo estranho a uma dada sociedade, não passíveis da terapêutica, a aniquilação atua de forma a negar todo e qualquer fenômeno ou interpretação de fenômeno destoante do universo simbólico da sociedade em questão. A atribuição de um contexto ontológico inferior é o recurso empregado para neutralizar os destoantes do universo simbólico.

O entendimento do universo simbólico, construído e constantemente alterado por uma sociedade, envolve a compreensão do arranjo social dos definidores que fazem a sua definição e o da evolução dos conceitos que construíram essa realidade “do abstrato ‘o que?’ ao sociologicamente concreto ‘Quem diz?’” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 157). Assim, a divisão do trabalho de forma organizada possibilita a especialização de corpos de conhecimento.

Os especialistas dos novos corpos de conhecimento que se estabelecem atuam com a pretensão de se consolidarem de forma hegemônica no universo simbólico. A aspiração desses especialistas é saber o significado último do que todo mundo sabe e faz, e não o todo. Para Berger e Luckmann (2008), desse estágio de desenvolvimento do conhecimento emerge a teoria pura e o fortalecimento das ações institucionalizadas que, por consequência, são legitimadas. Nesse contexto, as ações que se tornaram rotineiras e institucionalizadas possuem uma restrita flexibilidade para alterações, com tendência a se perdurar ao longo do tempo, salvo venham a se tornar problemáticas para a sociedade.

Berger e Luckmann (2008) apontam, em sua obra, a importância do indivíduo na legitimação das instituições e dos universos simbólicos, que devem ocorrer no contexto das sociedades e de seus respectivos interesses. As teorias emanam como fruto do processo de legitimação e pertencentes ao contexto histórico de uma sociedade. Em um contexto de retroalimentação, as teorias desenvolvidas tanto legitimam as instituições sociais existentes como também possuem potencial para confirmar as instituições sociais que as originaram, ratificando assim a sua legitimidade. Os especialistas que desenvolvem a legitimação podem se originar tanto da condição de justificadores dos fenômenos que ocorrem nas instituições sociais quanto de fenômenos que emergem em contraposição ao *status quo*. As transformações sociais se desenvolvem em um contínuo processo de entendimento da realidade e de suas contradições, compreendidas no curso do desenvolvimento histórico. Essas contradições se refletem em uma disputa em que a vencedora irá moldar o universo simbólico. Assim, o núcleo da proposta dos autores é que a sociedade se compõe de universos simbólicos que foram legitimados como produto da ação de indivíduos e de suas interações com o mundo real.

Na sequência, a abordagem de Berger e Luckmann (2008) se insere em um quadro teórico de autores que estudam o campo científico.

Discussão

A sociologia do conhecimento é definida por Camic (2001) como o somatório de proposições teóricas e estudos empíricos que tratam do relacionamento de processos e produtos da cognição humana em associação com os fatores socioculturais. Adicionalmente, o autor aponta que a sociologia do conhecimento possui a atribuição de tratar as origens e transformações de uma ampla gama de produtos e processos intelectuais. Como exemplos dessas formas de manifestações, destacam-se as ideias, as ideologias, as ciências, as teorias, as visões de mundo, as doutrinas políticas ou religiosas, as crenças morais, entre outras.

Merton (1970) é um autor que aparece com destaque nos estudos da área da sociologia do conhecimento. O autor critica a obra de Berger e Luckmann (2008), publicada inicialmente em 1967, por esses terem negligenciado a análise focada na relação entre os tipos de conhecimento e as bases socioculturais. Vale destacar que Merton (1970) desenvolve essa análise tratando os tópicos como esferas de produções mentais e bases existenciais. Segundo Camic (2001), o trabalho desenvolvido por Merton resultou em um corpo próprio de conhecimento, originando a sociologia da ciência. Nesses termos, pode-se interpretar a sociologia da ciência como um importante subcampo da sociologia do conhecimento (KURZMAN, 1994). Para Guarido Filho (2008), a abordagem de Merton se apoia na institucionalização de dimensões normativas, responsáveis por delinearem a conduta do cientista.

No arcabouço de pesquisadores da sociologia do conhecimento, identifica-se ainda Knorr-Cetina (*The manufacture of knowledge*, de 1981), que, em artigos de 1977 a 1981, apresentou uma abordagem que se aproxima da teoria construtivista. O cerne dessas pesquisas foi, a partir de experiências realizadas em laboratórios científicos, conhecer a gênese do conhecimento científico, apoiando-se, para tanto, no processo de produção envolvido nessa dinâmica (HOCHMAN, 1994).

Em seus estudos, Moura (2009) apresenta dois pontos que merecem destaque. O primeiro está ligado ao dinamismo da área de sociologia do conhecimento. Para tanto, recorre a Rodrigues Júnior (2002), que apresenta uma denominação mais ampla e integradora do estudo da sociologia do conhecimento e da sociologia da ciência – a Sociologia do Conhecimento Científico. Segundo Rodrigues Júnior (2002), essa área se destina a estudar tanto os aspectos estruturais que abarcam as diversas influências dos fatores sociais e cognitivos no domínio das organizações científicas quanto as questões concernentes à origem e à legitimação do conhecimento científico. O segundo aspecto relaciona-se à crítica de que os estudos da sociologia da ciência não possibilitam identificar os efeitos sociais da ciência, apesar da sua importância na identificação, descrição e medição da própria ciência. Moura (2009)

apoia tal afirmação nos estudos de Bem-David (1975), que ressaltam que o grande volume e a alta difusão dos efeitos sociais da ciência tornam inviáveis as tentativas de analisá-los de forma individualizada.

Bourdieu (1991) propõe que a disputa política, que se desenvolve sobre a propriedade científica, incorpora ainda a questão epistemológica do significado e da natureza das descobertas científicas. Tal acepção configura o campo científico como uma arena de disputas, na qual os cientistas pleiteiam o monopólio da autoridade e da competência científica. Para Santos Júnior (2000), os consumidores/clientes do campo são os próprios pares/concorrentes do produtor do conhecimento. Dessa forma, temos a configuração da importância do arranjo social que estrutura e sustenta o campo científico e a dependência deste para com os demais campos científicos. A proposta de Berger e Luckmann (2008) para a ordem institucional apresenta similaridades com esse significado. Para os autores, a legitimação de uma ordem institucional se insere em uma conjuntura de conflitos e competições, cujos autores pleiteiam a prevalência de suas proposições. A abordagem de Berger e Luckmann (2008) estabelece uma perspectiva indissociável entre o arranjo social e o indivíduo, pois posiciona que sociedades distintas podem estabelecer confrontos de seus universos, de tal forma que a sociedade vencedora impõe seu universo sobre a sociedade adversária, inserindo, assim, as disputas na esfera das sociedades. No entanto, os autores também afirmam que os papéis desempenhados pelos atores representam a própria ordem institucional. Assim, apesar de as disputas ocorrerem no âmbito dos arranjos sociais, elas se desenvolvem por meio dos papéis desempenhados pelos atores no arranjo social. Berger e Luckmann (2008) asseveram a importância do papel do ator na disputa, ao afirmarem que o êxito do universo simbólico está mais dependente do poder de seus legitimadores do que da plausibilidade intrínseca da teoria apresentada, isso, obviamente, em uma situação de paridade entre as partes.

Entre os papéis desempenhados em uma instituição, o de mediador do acervo comum de conhecimento de setores específicos se destaca por tornar-se administrador do cabedal do conhecimento que lhe foi socialmente atribuído. Tal posição tem importância por ser o referencial ao qual a sociedade irá recorrer quando da necessidade de entender um conhecimento específico da área. A relação dos papéis desempenhados e o conhecimento configuram-se como fundamentais, tanto na perspectiva de representação da ordem institucional – mediando conjuntos de conhecimentos institucionalmente objetivados – quanto na qual cada papel é veículo de um determinado conhecimento.

A abordagem de Berger e Luckmann (2008) pode se beneficiar dos estudos de bibliometria e de cienciometria, na medida em que esses, ao apontarem os principais autores de um campo científico, também estão expressando, de forma análoga, os autores que ocupam o papel de mediador do acervo comum de conhecimento. Essas técnicas não revelam em si o conhecimento, mas sim os autores que conformam a ordem institucional e que possibilitam a continuidade das instituições por meio do desenvolvimento de suas experiências reais. Para os autores, os papéis são responsáveis por integrar as diversas instituições, estabelecendo um universo simbólico dotado de sentido. Estabelece, assim, a condição de aparelho legitimador da sociedade.

A concepção da ciência como instituição social desperta o interesse em diagnosticar a dinâmica social que estrutura a comunidade científica. Sob as análises desenvolvidas nessa esfera de interesse, destacam-se os estudos realizados por Merton (1988), que, entre muitas contribuições apresentadas, propõe o Efeito Mateus, o qual se insere na discussão de valores da ciência. Para o entendimento do Efeito Mateus, torna-se necessário a elaboração de um pequeno preâmbulo que destaca a importância atribuída por Merton (1957) à originalidade e à sua respectiva posição como valor soberano da ciência, sobretudo por configurar seu próprio avanço. Tal contexto revela um ponto de interesse dos cientistas, o sistema de reconhecimento e recompensas, seja ele material ou simbólico. Para o autor, o sistema de recompensas e de reconhecimento da ciência se constitui em uma instituição social, e se, por um lado, resguarda a primazia sobre a originalidade, por outro, demanda a necessidade de universalização do conhecimento para possibilitar a sua validade e a sua legitimidade. Assim, tanto a propriedade

científica quanto o sistema de recompensas decorrem das relações interativas dos cientistas, que resultaram no reconhecimento social do conhecimento. Sob esse aspecto, o conhecimento é disponibilizado ao público que tem livre utilização sobre ele (MERTON, 1988). Quanto mais o conhecimento for utilizado por outros cientistas, mais os pares reconhecem a contribuição proporcionada pelo trabalho realizado, afirmando, assim, a propriedade intelectual. Para Berger e Luckmann (2008), somente com o processo de universalização do conhecimento se constrói as bases que potencializam os processos de institucionalização e legitimação do conhecimento. Nesse processo, é envolvida a legitimação da própria ordem institucional e, em última instância, do universo simbólico. Apesar de o enfoque de Merton (1957; 1988) se voltar para o sistema de recompensas e o de Berger e Luckmann (2008) para a institucionalização da ordem institucional, observa-se similaridade entre as abordagens desses autores, na ênfase à socialização do conhecimento.

Apesar da possibilidade de discussão dos aspectos éticos dessa dinâmica do campo científico, o Efeito Mateus atua de forma a dar maior visibilidade para os autores de destaque de uma determinada ordem institucional, reforçando assim a proposição de Berger e Luckmann (2008) sobre a importância do papel dos especialistas. Tal dinâmica social, em parte, é justificada por Berger e Luckmann (2008), ao afirmarem que os papéis desempenhados pelos autores representam a própria ordem institucional. Nessa perspectiva, uma maior atribuição de reconhecimento aos autores mais conhecidos – ação essa desenvolvida pelos seus pares – tem a finalidade de reforçar a própria institucionalização da ordem institucional pelo grupo social que a suporta.

Vale destacar que, para Bourdieu (2006), o campo científico se configura como um campo de embates dos cientistas na busca do monopólio da autoridade e da competência científica. As análises contributivas de Merton (1988; 1995) demonstram a importância e as limitações do sistema de autoria e de citação da produção científica, que devem ser consideradas quando do desenvolvimento de estudos do campo científico.

O exercício de relatar as citações e as referências expressa publicamente a propriedade intelectual da obra, possibilitando, ao longo do tempo, que as considerações apresentadas na obra sejam reconhecidas (GUARIDO FILHO, 2008). Segundo Small (2004), quando os cientistas adotam uma literatura como base de seus estudos, eles estão estabelecendo as estruturas de suas comunidades. Ainda, segundo esse autor, os cientistas estão envolvidos no contínuo processo de interpretar e adaptar os conhecimentos do campo científico, tendo como base o conhecimento já institucionalizado e legitimado. Nesse sentido, Small (2004) e Cronin (2004) explanam que, ao realizar as citações, os autores estão declarando o entendimento das bases às quais se atribuíram o reconhecimento e as recompensas do campo científico, e não somente construindo e atribuindo significado ao texto. Esse contexto reputa as citações e as referências, tanto em relação à condição de elemento indicativo de prestígio ao pesquisador quanto de estruturação do agrupamento social que delinea o campo científico. Dessa forma, retomamos a proposição da importância dos papéis desempenhados pelos pesquisadores de um agrupamento social, estabelecidos por Berger e Luckmann (2008) na institucionalização e legitimação da ordem social.

Um ponto a se destacar na abordagem de Berger e Luckmann (2008) é o de identificar a linguagem como uma instituição fundamental da sociedade. Nos processos de legitimação, a linguagem se constitui em um elemento de elaboração e de disseminação do conhecimento. A linguagem possibilita que o novo conhecimento estabelecido seja externalizado pelo indivíduo produtor e, posteriormente, internalizado pelo mundo social, constituindo uma ligação de reciprocidade entre as partes. Assim, é a linguagem que possibilita a objetivação de novas experiências, que se integram ao estoque de conhecimento existente. A linguagem permite as sedimentações coletivas de forma coerente, sem a necessidade de reconstrução do processo original.

Na esfera da produção científica, o processo de transmissão do conhecimento objetivado pela linguagem possui uma estrutura básica, com protocolo de tipificação,

que possibilita o compartilhamento do conhecimento. Nesse sentido, foram identificadas 25 normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que tratam de assuntos relacionados à institucionalização da linguagem envolvida na publicação científica. Destarte, Curty e Boccato (2005) apontam a adequação de consultar as seguintes normas durante a elaboração de um artigo científico: NBR 6022, NBR 6023, NBR 6024, NBR 6028, NBR 6032 e NBR 10520.

Diante da plausibilidade das argumentações apresentadas, o Quadro 1 expõe os conceitos dos principais itens da abordagem de Berger e Luckmann (2008) e da sua aplicação nos estudos do campo científico.

Quadro 1 – Conceitos dos principais itens da abordagem de Berger e Luckmann

Berger e Luckmann (2008)	Aplicação nos estudos científicos	Conceito envolvido na abordagem de Berger e Luckmann (2008)
Objetividade	Definição do método da pesquisa que possibilita a sua replicação.	As ações repetidas que se tornam um hábito e estabelecem um protocolo de tipificação, permitindo o compartilhamento por mais de um indivíduo, possibilitam a constituição de uma tipificação recíproca. Na condição de mundo objetivo, as formações sociais são passíveis de transmissão para um novo agrupamento ou geração.
Objetivação	Publicação dos dados da pesquisa.	A exteriorização da produção, pelo homem, é uma atividade que adquire o caráter de objetividade e entendida como um processo denominado de objetivação.
Linguagem	O livro ou artigo científico se caracteriza como linguagem.	No contexto da sociedade, a sedimentação é social na medida em que se pode repetir a objetivação das experiências compartilhadas por meio da linguagem que assume o <i>status</i> de base e instrumento do acervo coletivo do conhecimento. A linguagem é que possibilita a objetivação de novas experiências, que se consubstanciam ao estoque de conhecimento existente. A linguagem é elemento de elaboração e de disseminação nos processos de legitimação.
Instituição	A publicação dos resultados das pesquisas e a respectiva interpretação desses como válidos.	A formação do hábito pelo ser humano possibilita o estabelecimento de sua institucionalização. Para tanto, é necessário que os indivíduos envolvidos compartilhem o caráter típico das ações. Um conjunto de atores exercendo ações típicas e de rotina caracteriza uma tipificação, que, por sua vez, estabelece uma instituição. As instituições se configuram como um conjunto articulado de ideias, normas, valores e sentimentos socialmente estabelecidos que orientam as ações em campos específicos da conduta humana.
Institucionalização	A citação do resultado das pesquisas por outros pesquisadores.	A repetição de uma mesma atividade tende a estabelecer um padrão de ação que pode ser apreendido e reproduzido por outros. Essa repetição possibilita a formação do hábito que fornece direção e especialização para o homem realizar suas atividades. A formação do hábito se torna um pré-requisito do processo de institucionalização de um único indivíduo ou um grupo social.

Continua

Continuação

Papéis	Pesquisadores gerando conhecimento.	A atuação de atores junto ao acervo objetivado de conhecimentos, comum a uma rede social, se desenvolve por meio dos papéis que exercem. Os papéis protagonizados pelos indivíduos estabelecem uma tipologia, condição essa necessária para a institucionalização da conduta, pois as instituições apropriam-se da experiência do indivíduo, por meio dos papéis que desempenham.
Legitimação	A citação do resultado das pesquisas por pesquisadores diferentes aos da instituição que institucionalizou o conhecimento.	A legitimação é a transmissão do mundo institucional de uma geração para outra. Nesse contexto, o padrão de controle estabelecido por uma geração é incorporado pela geração seguinte, diante da possibilidade de explicação e justificação. Para Berger e Luckmann (2008, p. 28), a "[...] legitimação é este processo de <i>explicação e justificação</i> ". Um aspecto importante da legitimação é que ela não se restringe à transmissão de valores, pois, ao justificar uma ordem institucional, ela envolve também a transmissão do conhecimento. As teorias emanam como fruto do processo de legitimação e pertencentes ao contexto histórico de uma sociedade.
Ordem institucional	Campo científico	As ações de um indivíduo e de outros que compõem um conjunto social de forma tipificada possibilitam originar uma ordem institucional. Com base em uma ordem institucional, uma ação, bem como o seu sentido, podem ser apreendidos por qualquer indivíduo pertencente à sua base social. O conjunto de teorias legitimadoras existentes se estabelece como integrante desse mundo, no qual o universo simbólico inclui a ordem institucional.
Universo simbólico		A concepção do universo simbólico emana como a matriz de todos os significados, socialmente objetivados e subjetivamente reais. A consolidação dos universos simbólicos demanda os processos de objetivação, de sedimentação e de acumulação do conhecimento, caracterizando-se, assim, como um produto social que tem uma história. Sob uma perspectiva cognoscitiva, o universo simbólico é teórico. É no universo simbólico que deve ocorrer a legitimação da ordem institucional, na medida em que essa estabeleça um todo dotado de sentido.

Fonte: Elaborado com base na abordagem de Berger e Luckmann (2008).

Nesse contexto, a abordagem de Berger e Luckmann (2008) se estabelece como um elemento de apoio teórico aos estudos que envolvem a investigação de campos científicos.

Considerações finais

As análises desenvolvidas pela pesquisa apontam que a argumentação dos processos de institucionalização e legitimação do conhecimento, proposta por Berger e Luckmann (2008), se apresenta como um referencial teórico passível de utilização na análise de campos científicos. A sociologia do conhecimento, abordada por Berger e Luckmann (2008), contém elementos que viabilizam a sua utilização na interpretação e justificação de estudos científicos.

A utilização da abordagem de Berger e Luckmann (2008) nos estudos da produção do campo científico se apresenta como uma alternativa e/ou como uma possibilidade de combinação para os autores que tratam tanto da temática da institucionalização quanto da temática da sociologia do conhecimento. Assim, a abordagem de Berger e Luckmann (2008) pode consubstanciar a contribuição de autores, tais como Merton (1957; 1970; 1988; 1995) e Bourdieu (1983; 1991; 1992; 2006), nos estudos da produção científica, ampliando o contexto teórico das pesquisas da área.

Os estudos que se baseiam no levantamento de trabalhos do campo científico, em sua grande maioria, partem do pressuposto de que as redes de pesquisa exercem grande influência no processo de disseminação da informação, mas em alguns casos se distanciam do referencial teórico que justifica tal afirmação. Na proposta de Berger e Luckmann (2008), o conhecimento inicialmente é institucionalizado em um grupo que interpreta as afirmações do autor como factíveis e plausíveis, e com sua transmissão para demais gerações ocorre o processo de legitimação. Assim, na perspectiva desses autores, não é a forma de falar, de agir e da autoridade do autor que legitima o valor do conhecimento, mas sim a interpretação como factível e plausível às afirmações resultantes de suas pesquisas. Berger e Luckmann (2008) expandem essa perspectiva para outros aspectos que envolvem o processo de institucionalização e legitimação do conhecimento.

Diante das lacunas de argumentação e entendimento dos processos de institucionalização e legitimação do conhecimento, este estudo apresenta a abordagem de Berger e Luckmann (2008) como um referencial teórico a ser utilizado. A adequação dessa perspectiva se materializa ainda na figura do especialista como elemento central nos processos de análise da disseminação da informação e do conhecimento.

Esta pesquisa apresenta a possibilidade de desenvolver estudos que analisem a adjacência entre a abordagem da sociologia do conhecimento com a bibliometria e a análise de redes sociais. Assim, recomenda-se, para estudos futuros, a realização de pesquisas com o objetivo de utilizar a bibliometria e a análise de redes sociais como técnicas que instrumentalizam o processo de legitimação do conhecimento, proposto por Berger e Luckmann (2008). Esses e outros estudos correlatos são factíveis de aplicação da abordagem teórica de Berger e Luckmann.

Referências

- BEM-DAVID, J. *Sociologia da ciência*. Rio de Janeiro: FGV, 1975. 190 p.
- BENGTSSON, J. Educação para a economia do conhecimento: novos desafios. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.). *O Brasil e a economia do conhecimento*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. 574 p.
- BERGER, P.; BERGER, B. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1977. 368 p.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 322 p.
- BOURDIEU, P. The peculiar history of science reason. *Sociological Forum*, v. 6, n. 1, p. 3-26, 1991.
- CAMIC, C. Sociology of knowledge. In: SMELSER, N.; BATES, P. (Org.). *International encyclopedia of the social sciences*. Elsevier, 2001. p. 8143-8148.
- CASTELLS, M. *A era da informação: a sociedade em rede*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

- CRONIN, B. Normative shaping of scientific practice: the magic of Merton. *Scientometrics*, v. 60, n. 1, p. 41-46, 2004.
- CURTY, M. G.; BOCCATO, V. R. C. O artigo científico como forma de comunicação do conhecimento na área de Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 94-107, jan./jun. 2005.
- DAHLMAN, C. J. A economia do conhecimento: implicações para o Brasil. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.). *O Brasil e a economia do conhecimento*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. 574 p.
- FORAY, D.; LUNDAVALL, B. A. The knowledge-based economy: from the economics of knowledge to the learning economy. In: OECD. *Employment and growth in the knowledge-based economy*. Paris: OECD, 1996.
- GUARIDO FILHO, E. R. *A construção da teoria institucional nos estudos organizacionais no Brasil: o período 1993-2007*. 2008. 242 f. Tese (Doutorado em Administração)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- HOCHMAN, G. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, V. (Org.). *Filosofia, história e sociologia das ciências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. cap. 8.
- KNORR-CETINA, K. D. *The manufacture of knowledge*. An essay on the constructivist and contextual nature of science. Oxford: Person Press, 1981.
- KURZMAN, C. Epistemology and the sociology of knowledge. *Philosophy of the Social Sciences*, v. 24, n. 3, p. 267-290, 1994.
- LENHARI, L. C.; QUADROS, R. Recursos humanos nas economias baseadas no conhecimento. *Revista Inteligência Empresarial*, n. 12, p. 30-38, 2002.
- MACIEL, M. L. Hélices, sistemas, ambientes e modelos: os desafios teóricos à Sociologia de C&T. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 6, 2001.
- MERTON, R. K. Priorities in scientific discovery: a chapter in the sociology of science. *American Sociological Review*, v. 22, n. 6, p. 635-659, 1957.
- MERTON, R. K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MERTON, R. K. The Matthew effect in science, II: cumulative advantage and the symbolism of intellectual property. *Isis*, v. 79, p. 606-623, 1988.
- MERTON, R. K. The Thomas theorem and the Matthew effect. *Social Forces*, v. 74, n. 2, p. 379-424, 1995.
- MOURA, A. M. M. *A interação entre artigos e patentes: um estudo cientométrico da comunicação científica e tecnológica em biotecnologia*. 2009. 269 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- RODRIGUES JÚNIOR, L. Karl Mannheim e os problemas epistemológicos da sociologia do conhecimento: é possível uma solução construtivista? *Episteme*, Porto Alegre, n. 14, p. 115-138, jan./jul. 2002.
- SANTOS JÚNIOR, V. L. dos. *Organização e interação dos pesquisadores na prática científica: um estudo de grupos de pesquisa da UFRGS*. 2000. 103 f. Dissertação (Mestrado de Filosofia e Ciências Humanas)–Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- SMALL, H. On the shoulders of Robert Merton: towards a normative theory of citation. *Scientometrics*, v. 60, n. 1, p. 71-79, 2004.

Submissão: 14/05/2014
Aprovação: 25/03/2015

“ÁGUA DE LONA” E “SANGUE DE SERRAGEM” NOS
DISCURSOS DE SUJEITOS CIRCENSES

Ana Rosa Camillo Aguiar*
Alexandre de Padua Carrieri**

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar como são construídos os discursos sobre a identidade social de circenses e fazer uma reflexão sobre o que tais discursos buscam legitimar e produzir em termos de verdade para os atores sociais estudados. Tem como base uma pesquisa de campo com circenses entrevistados em 31 circos itinerantes. Baseamo-nos em Woodward (2005) e Souza e Carrieri (2012) para efetuar a análise da identidade como resultado, ato de criação linguística, produto cultural e social; e em Foucault (1969; 1975; 1976; 1984a; 1984b; 2003; 2004; 2010) no entendimento das identidades como produtos das relações de poder. Adotamos a perspectiva da apreensão das identidades individuais e coletivas nas práticas discursivas, por meio do reconhecimento de padrões de práticas enunciativas comuns aos indivíduos, de Souza e Carrieri (2012). Metodologicamente, trabalhamos com a Análise Crítica do Discurso (ACD) (FAIRCLOUGH, 1992). Dois grandes percursos semânticos foram identificados: o da origem circense e o da tradição, explicitando o desejo do circense de se diferenciar do outro por meio de elementos genealógicos, como “sangue de serragem” e, também, do modo de existência, como em “água de lona”. Reconhecer o cotidiano dos circos e os enunciados discursivos que se ressignificam constantemente, permite apreender essas organizações que têm se reproduzido no tempo e no espaço da contemporaneidade.

Palavras-chave: Identidade. Circo. Cotidiano. Discurso.

“WATER BAG” AND “BLOOD SAWDUST” IN THE
DISCOURSES OF CIRCUS SUBJECTS

Abstract

This article aims to show how discourses about social identity of circus are constructed and asks about the truths that discourses seek to produce and legitimize. It is based on a field survey with 31 traveling circuses. We are based in Woodward (2005), Souza e Carrieri (2012) in the analysis of identity as a result, the act of creating linguistic, cultural and social product; Foucault (1969; 1975; 1976; 1984a; 1984b; 2003; 2004; 2010) in the understanding of identities as products of power relations. We adopt the perspective of Souza and Carrieri (2012) of approach individual and collective identities in the discursive practices. Analysis was performed via Critical Discourse Analysis (CDA) with Fairclough (1992). Two major semantic paths were identified, the circus origin and tradition, explaining the circus behalf to distinguish from others by genealogical elements like “sawdust blood” and mode of existence as in “water bag”. The recognition of circuses everyday practices and the discursive statements that are usually reframed, allows us to understand how these organizations have been reproduced in the contemporary time and space.

Keywords: Identity. Circus. Everyday practices. Discursive practice.

*Mestre em Administração pela UFLA. Doutoranda em Administração no CEPEAD (UFMG). E-mail: rosacamillo@gmail.com

**Doutor em Administração pela UFMG. Professor titular da Face (UFMG). E-mail: aguiar.paduacarrieri@terra.com.br

Introdução

A contemporaneidade e a proposição de um mundo globalizado, com uma uniformidade cultural, têm sido questionadas e possuem como contraposição a valorização do multiculturalismo, o resgate do local, bem como o reforço às identidades individuais e coletivas. A valorização desse "local" e dessas diferenças marca os mais diversos grupos sociais, mostrando a procura por uma identidade própria diante do movimento de massificação cultural. Castells (1999) afirma que o reforço a identidades sociais representa uma força atuante contrária ao processo de homogeneização cultural. Para esse autor, a identidade coletiva contrapõe-se à globalização, pela afirmação de suas singularidades culturais.

Nosso estudo tem como objeto circos itinerantes, organizações muito pouco estudadas e valorizadas. Na década de 1920, os modernistas Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, entre outros, se encantaram com o palhaço Piolin e a arte circense, realizando homenagens na Semana de Arte Moderna de 1922 e escrevendo sobre a criação cultural no circo (DE CARVALHO, 2002)¹. Desde essa época, há poucos registros formais na literatura sobre a arte circense, assim como existe uma discussão acadêmica ainda tímida sobre esse tema. Rocha (2009) mostra que, para os estudiosos, o circo passou a ser objeto de estudo principalmente a partir da década de 1980. As pesquisas vêm se dando nas mais diversas áreas de conhecimento; todavia, por vezes, o circo é somente o "local" para estudos de diversos temas, como lazer, corpo, arte do palhaço, entre outros. Para Silva e Abreu (2009), o circo foi mais usado como um recurso para a pesquisa de outras temáticas; sendo que pouco se produziu tendo-o como objeto em si próprio de análise e reflexão.

Pensar o circo no Brasil como objeto de estudo é uma tarefa complexa, pois não há o circo, e sim, os circos. O termo circo abriga estruturas organizacionais das mais variadas, com grande pluralidade de formas, espetáculos, etc. Magnani (2003), que estudou os circos como forma de lazer na periferia da cidade de São Paulo, no final dos anos 1970, apresenta o circo como forma de entretenimento popular, e também como uma forma de organização empresarial, com divisão do trabalho, organizada em torno da produção de seu produto: o espetáculo.

No campo dos estudos históricos, Silva e Abreu (2009) discorre que o circo é historicamente itinerante, estruturado com base na família – as relações familiares constituem-se no núcleo organizacional dos circos – e voltado a um público que busca o consumo de espetáculos. Na produção do espetáculo e nas relações que o sustentam, as relações familiares tradicionais e aquelas de natureza contratual coexistem. Para essa autora, o circo constitui-se como organização empresarial, como dispositivo que permite a construção de variados tipos de espetáculos. E, enquanto estrutura organizada, tem como características a diversidade de linguagens, devendo ser estudada como um objeto com peculiaridades e singularidades.

No campo dos estudos organizacionais, Parker (2011) percebe os circos como organizações móveis complexas, que fazem dinheiro, movimentando pessoas e coisas em torno de si. Para esse autor, quando assistimos a um espetáculo, não temos ideia de toda a estrutura organizativa necessária para que tal evento aconteça. O autor afirma que ocorrem vários mecanismos institucionais e econômicos para que o mágico e o miraculoso se deem no picadeiro.

Em nossa pesquisa de campo, estivemos com uma diversidade de organizações circenses; algumas pauperizadas com existência informal; muitas delas se sustentando no trabalho familiar; outras de propriedade familiar, que se apresentam com suporte no trabalho de artistas e/ou famílias de artistas circenses contratados; há outras organizações complexas no seu arranjo produtivo e geridas em grande parte nos moldes de uma administração instrumentalizada; e há até mesmo organizações as quais seus

1 Piolin foi homenageado pelos intelectuais da Semana de Arte Moderna de 1922 (Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfati e outros) como o maior artista popular brasileiro. Em 1931, recebeu uma homenagem de Mário de Andrade, em uma crônica que demonstrava seu encantamento com a arte do circo de Piolin. "Os únicos espetáculos teatrais que a gente ainda pode frequentar no Brasil são o circo e a revista. Só neste ainda tem criação." (DE CARVALHO, 2002).

gestores identificavam como "corporações multinacionais". Apesar dessa pluralidade de formas de existência cotidiana, o nome circo permeia as diferentes estruturas e a identificação de seus componentes com ele. Os atores sociais que vivem sob as lonas dos circos compartilham e defendem uma identidade comum, o ser circense.

Trabalhamos aqui com a ideia de que as identidades sociais são construídas nas relações sociais e econômicas, abarcando disputas, lutas simbólicas de legitimação de um "lugar" social. As relações de poder na sociedade estabelecem subjetividades e identidades, lugares simbólicos de pertencimento e exclusão dos grupos sociais (WOODWARD, 2005; SOUZA; CARRIERI, 2012). A identidade social do sujeito é construída nas suas relações sociais, em um universo simbólico comum, que produz valores, normas, conceitos de verdade sobre si próprio e sobre o outro. Neste estudo, buscamos abarcar a diversidade dos atores sociais sob as lonas circenses e responder às perguntas: o que caracteriza a identidade dos sujeitos circenses? Como apreender o que há de comum entre os diferentes sujeitos que vivem em realidades organizacionais distintas? Que regimes de verdades as identidades construídas buscam afirmar e refutar?

Assim, neste artigo, em um primeiro momento, buscamos discorrer sobre a visão de identidade que suporta a nossa análise e a proposta metodológica da análise do discurso utilizada. Em seguida, mostramos como são construídos os discursos sobre a identidade social de circense nos sujeitos estudados. Por fim, fazemos uma reflexão sobre os motivos, os valores, as relações de poder que estão em jogo em tais discursos, o que os discursos produzidos buscam legitimar e o que buscam produzir em termos de verdade para os atores sociais estudados.

Identidade: eu, nós e eles?

O conceito de identidade vem sendo objeto de discussão de diversas áreas do conhecimento. Mormente se concebe identidade com dois vieses: o da identidade de si, muitas vezes vista como única, essência do sujeito; e da identidade em transformação, múltipla (HALL, 2006; SOUZA; CARRIERI, 2012). A visão da identidade como única é chamada de essencialista. Nela, o sujeito possui uma natureza com características inatas, sendo imutáveis e independentes das relações sociais. Já a concepção de que a identidade do sujeito é fruto de um processo de construção, portanto, em constante mudança na história de vida de cada indivíduo, é encontrada em Berger e Luckmann (1991). Para esses autores, a identidade do indivíduo é formada pela internalização de valores na primeira infância e nos processos de aprendizado e internalização contínuos de valores no decorrer da vida. Os sujeitos negociam, aprendem, mudam nas suas interações com a realidade. A realidade social faz com que os sujeitos internalizem papéis sociais e se posicionem construindo conceitos de si, de identidade, os quais surgiriam no curso das histórias sociais. Esses autores percebem o "eu" como fruto da interação entre mundo exterior e as identidades possíveis, que estão constituídas no social. Assim, a identidade é vista nas faces da objetividade e da subjetividade. A interação entre o social (objetivo) e o sujeito (subjetivo) dá à identidade um caráter de constante mudança. Na teoria social desses autores, a identidade "é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade" (BERGER; LUCKMANN, 1991, p. 230). A identidade identificaria o sujeito socialmente e seria fruto de sucessivas interiorizações e objetivações que o sujeito trama junto ao seu contexto social, uma vez que

[...] o indivíduo não somente absorve os papéis e atitudes dos outros, mas nesse mesmo processo assume o mundo deles. De fato, a identidade é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com este mundo (BERGER; LUCKMANN, 1991, p. 177).

Sob essa perspectiva, esses autores veem a identidade como formada por processos sociais, estando em constante mutação nas relações sociais. No seu olhar dialético, as estruturas sociais atuam na formação e modificação das identidades e, por sua vez, as identidades produzidas pela interação entre consciência individual e estrutura social reagem sobre essa mesma estrutura social, sendo capazes de modificá-la.

Na mesma direção, situa-se o olhar de Elias (1995), para quem a existência de uma pessoa como ser individual é inseparável da sua existência como ser social. Na sua concepção, os indivíduos são *integrantes* da sociedade e a modelam, ao se relacionarem entre si. A *individuação* é um processo social. A sociedade produz o indivíduo; e o indivíduo transforma-se na interação com outros indivíduos; e, por consequência, influencia a própria dinâmica da sociedade. Elias usa os conceitos de identidade-eu e identidade-nós (pertencimento social) como imbricados; sendo que os sujeitos podem privilegiar a si ou ao pertencimento social em diferentes situações histórico-sociais.

Elias (1995) discorre sobre o *habitus* social, que se constitui em tipos de relações e ações normatizadas em constante alteração no grupo social. As transformações na identidade do grupo dependem das influências das outras camadas do *habitus* social de seus membros. O grupo é caracterizado por pensamentos similares ou comuns, como qualquer outro grupo que se reúne por determinados motivos. Já a constituição da identidade pessoal é vista como um processo sociointerativo, que inclui um sujeito (denso pelo acúmulo de experiências) que interage com seu meio.

Rampazo e Ichikawa (2013) fazem uma interessante discussão sobre as intersecções entre Bourdieu (conceito de *habitus* social) e Lacan (o discurso do outro). A identidade, na visão das autoras, não se refere à simples visão que os sujeitos têm de si, mas é o resultado de (re)construções no espaço social no qual o sujeito internalizaria o discurso (e o desejo) do outro. Esse discurso internalizado é expressado em suas práticas e seus saberes, sua visão de mundo, seu *habitus*.

Essa identidade que se modifica frente ao outro foi também evidenciada por Ciampa (2005) em *A estória de Severino e a história de Severina*. A situação e as condições que se apresentam ao sujeito produzem as transformações e as modificações. Por intermédio de Severina, o autor revela o homem como experienciador de variadas identidades na sua história de vida. A sua concepção é de "metamorfose", a identidade como expressão de transformações que se dão na relação de igualdades e diferenças entre os indivíduos e os grupos sociais. As diversas identidades sociais que o sujeito vivencia em diferentes contextos sociais e históricos são inseparáveis do olhar que o sujeito tem sobre si, seu conceito de "eu". A experiência de "eu", da diferença e singularidade, só existe na medida em que há igualdades. Tal duplicidade caracteriza a identidade como psicossocial. A igualdade refere-se à identidade coletiva, que é construída historicamente para além do sujeito em si. No caso, os grupos identitários, com os quais o sujeito vive uma relação de igualdade de pertencimento, o separam e o segmentam em relação aos outros, marcando as relações entre o "nós" e o "outro".

Woodward (2005) trabalha a noção da identidade como marcada pela diferença. O ter (ser) uma identidade estaria sempre em referência a outras identidades (o que não se é). A sociedade dispõe de símbolos concretos que ajudam a identificar, nas relações sociais, quem é e quem não é. Na sua concepção, a construção da identidade é simbólica e social. Woodward (2005) e Souza e Carrieri (2012) percebem a identidade e a diferença como resultados, atos de criação linguística. A identidade é produzida na cultura e na sociedade por meio de "atos de linguagem"; sendo que a identidade e a diferença só adquirem sentido tendo como referência um sistema de significações linguísticas e culturais. É a linguagem que permite o domínio sobre a realidade, a definição e a significação das coisas.

Foucault (1969; 1975; 1976; 1984a; 1984b; 2003; 2004; 2010) afirma com clareza que não existe um sujeito, que não existe uma identidade fixa definida; o indivíduo, as subjetividades e as identidades são produtos das relações de poder. Souza e Carrieri (2012, p. 54) observam que, na obra *A arqueologia do saber*, Foucault trabalha como os dispositivos de poder instauram, por meio das práticas discursivas, a produção de saberes, de verdades. A prática discursiva encerra "conceitos, agrupamentos de objetos, temas, teorias e a própria identidade do enunciador". Os autores destacam a importância dos objetos discursivos construídos no discurso, como surgiram, em que contexto surgiram, quais campos de diferenciação lhes atribui *status*; a partir de quais grades de especificação, com as quais se separa, agrupa, associa e classifica. Um objeto discursivo advém de relações estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais.

Foucault (2005) trabalha com o conceito de sujeito do conhecimento, sujeito produzido pelas relações de poder. O sujeito do conhecimento é produzido pelas relações de poder, é um enunciado social, sendo os modos de subjetivação demarcados por dispositivos que se constituíram na história. Assim, a identidade é objeto e também sujeito desse ou daquele discurso, dado que a subjetividade dos indivíduos é pautada por práticas discursivas situadas no tempo e no espaço. Souza e Carrieri (2012) se aproximam dessa perspectiva, ao proporem que as identidades individuais e coletivas podem ser apreendidas nas práticas discursivas. Para os autores, a identidade como representação não é só produto, mas também processo, devendo ser apreendida nas práticas cotidianas em que se insere o sujeito. Para apreensão das identidades coletivas, os autores propõem buscar as práticas discursivas, padrões de práticas enunciativas comuns aos indivíduos que apresentem significados discursivos também comuns para esses indivíduos. As identidades coletivas se referem ao que é compartilhado.

Partindo dessa premissa, no presente estudo buscamos apreender os elementos compartilhados, pertencentes às identidades coletivas. Procuramos apreender os percursos semânticos em comum – evidenciados pela análise crítica do discurso –, de forma a compreender como os sujeitos circenses constroem sua identidade coletiva. Assim, buscamos apreender como se situam diante do outro e que elementos discursivos mostram no espaço social no qual se situam, que discursos buscam refutar e em que espaço de luta por nomeação se inserem.

Caminhos percorridos até o picadeiro

Neste estudo, trabalhamos com narrativas orais como fontes de pesquisa. Delgado (2003, p. 22) afirma que:

[...] as narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são suportes das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser no mundo. Possuem natureza dinâmica e como gênero específico do discurso integram a cultura de diferentes comunidades. São peculiares, incorporam dimensões materiais, sociais, simbólicas e imaginárias. Plenas de dimensão temporal têm na experiência sua principal fonte.

Trabalhamos também com a Análise Crítica do Discurso (ACD), buscando analisar os discursos como práticas sociais, modos de ação sobre a realidade. Na ACD, a linguagem é vista como produtora e constituinte do conhecimento, das relações sociais e das identidades. Na teoria social do discurso, desenvolvida por Fairclough (1992), o sujeito fala e revela, pela linguagem, quem ele é e como vê o mundo, a sua identidade. O enunciator identifica a si mesmo (igualdade) e identifica o outro (diferença), representando discursivamente a si próprio, as coisas e as posições sociais. Esse autor defende a atenção à função identitária na linguagem e trabalha com a abordagem das macrofunções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual, subdividindo a interpessoal em relacional e identitária. Dessa maneira, reforça a importância do discurso na constituição de identidades pessoais e coletivas. A função textual da linguagem diz respeito às escolhas dos sujeitos na organização do discurso, nos significados de identidades sociais, nas relações sociais e nos sistemas de conhecimento e de crença.

Tendo como ferramenta a análise do discurso (FARIA; LINHARES, 1993), procuramos identificar percursos semânticos, estratégias de persuasão, temas explícitos e implícitos; apreender elementos intra e interdiscursivos; buscando caracterizar elementos compartilhados coletivamente.

Uma primeira reflexão sobre o uso da ACD na análise de discursos de circenses já remete a uma metonímia (circense), que abarca diferentes configurações de sentidos para sujeitos que ocupam diferentes lugares sociais nas diversas organizações circenses que vêm sendo estudadas. Projeta-se que há diversos discursos, os quais são aprendidos no decorrer da vida dos sujeitos, traduzindo visões de mundo comuns. As imagens discursivas, as formações imaginárias que designam o lugar que o circense atribui para si e ao outro (o não circense) (PÊCHEUX, 1997) foram objeto de apreensão especial, comum no discurso desse grupo social.

O ponto de partida para a análise da construção das identidades dos sujeitos como circenses foram as suas trajetórias individuais, abordando, também, as trajetórias coletivas de famílias circenses na construção da identidade coletiva do seu circo ou de circos aos quais se associaram. Neste trabalho, referimo-nos à parte dos dados coletados em uma pesquisa maior sobre processos de gestão em circos itinerantes da região Sudeste do Brasil, pesquisa do projeto universal do CNPq 2010. Visitamos 31 circos itinerantes e realizamos entrevistas com 116 circenses. Foi encontrada grande diversidade de estruturas circenses, sendo necessário ter contato com a multiplicidade de pessoas dentro de cada circo. Assim, em um grande circo, buscou-se entrevistar proprietário(s), seus familiares, famílias contratadas, solteiros contratados, etc.; já em um pequeno circo, buscou-se entrevistar membros da família proprietária e artistas vinculados; o que resultou em uma quantidade variável de entrevistas de circo para circo. Os entrevistados foram numerados de 001 a 116, para preservar a identidade dos sujeitos. Algumas entrevistas foram filmadas e todas foram gravadas. As entrevistas foram realizadas de forma não estruturada, com uma pergunta básica sobre a história do circo e/ou do sujeito no circo. A ideia era estimular a criação de narrativas, mas havia também o suporte de um "roteiro básico" de questões, e o entrevistador deveria estar atento para a colocação de novas questões e para estimular novas respostas.

Diante da pergunta ampla sobre a história do circo, os sujeitos entrevistados evocaram uma gama variada de temas, que remetiam tanto à instância do coletivo como à do individual, dado que o ser circense é indiferenciável. Nesse caso, a formação da identidade individual se apoia em elementos identitários de instâncias coletivas e também em elementos particulares da própria história, os quais diferenciam o indivíduo dos demais e possibilitam que se situe temporal, espacial e socialmente.

Esses temas surgem no discurso dos sujeitos, revelando sua forma de ver o mundo e se posicionar diante das coisas. A identidade circense (individual e coletiva) revela-se no discurso dos entrevistados e pode ser observada nos elementos que sinalizam as diferenças entre indivíduos circenses (entre si) e para com outros, os não circenses. A construção de sentidos de diferenciação em relação aos demais é uma prática discursiva que opera na construção da identidade do enunciador. Esses sentidos foram primeiramente agrupados no percurso semântico do ser circense.

Os discursos dos circenses: o palhaço, o que é?

A análise das narrativas possibilitou evidenciar dois principais percursos semânticos comuns, que são diretamente ligados ao tema do artigo, ou seja, o da identidade. Os dois percursos comuns foram encontrados nos 31 circos visitados. Um primeiro percurso é o que denominamos de "as origens", tema ligado ao nascimento do sujeito e ao espaço físico e simbólico do circo. Um segundo percurso foi o que chamamos de "circo e tradição", no qual aparece o tema da tradição desenvolvido pelos circenses (e que foi objeto, *a posteriori*, de reflexão teórica) como elemento que abarca práticas transformadas e ressignificadas constantemente, criando, para o grupo, uma relação com seu passado.

As origens

O primeiro tema a ser destacado em relação ao percurso semântico do ser circense é a origem. Frequentemente, os entrevistados, ao iniciar o relato sobre suas histórias, evocaram temas relacionados à sua origem. Para a grande maioria dos circenses, o tema sobre onde nasceu se constitui em uma forma de diferenciação, como se pode perceber nos seguintes excertos de entrevistas.

(001) "Olha, **eu nasci em circo**, né. Eu... nós **sempre** moramo em barraca na época, circo teatro, era circo fincado ainda na época, aquelas peças enormes, sabe?" (E26).

(002) "... **eu nasci no terreno do circo**. Com sete dias, entrei no palco a primeira vez. É na peça Direito de Nascer, fazendo o bebê que colocam no fogo, e de lá pra cá tô nessa vida até hoje assim." (E38).

(003) "Eu... como diz... eu **não cheguei** no circo, eu **nasci** no circo." (E33).

(004) "Ah, **a minha** história, **eu nasci e me criei no circo**, né, [...] Meu pai era de circo, aí veio o pai dele, depois veio ele, aí agora nós continuamos no circo. Então, a minha história no circo é de nascença." (E53).

A identificação com a origem é explicitada pelos enunciadores, na primeira pessoa do singular, logo no início de suas falas. O circo é o elemento espacial de identificação, lugar simbólico, e não específico, a cidade onde o circo estava, ou qual circo seria. O espaço do circo evoca as condições nas quais os enunciadores foram socializados primariamente e em que eles tiveram os primeiros contatos com a vida circense (nascida e criada). **Nascer** em circo aparece como diferenciador, reforçado em oposição à afirmação "não cheguei". A locução qualificadora "de nascença" sugere a situação dada, imutável, congênita, algo que veio junto com o nascer, no caso, o circo.

A ideia de congenidade também é reportada no uso do léxico sangue, como se pode perceber em:

(005) "É, meu pai tinha circo, aí já começou de pai pra filho, geração em geração, e **no sangue** aí já." (E63).

(006) "Meu pai, quem começou o circo foi meu pai, meu tio, [...] depois quando ele, quando a minha mãe me teve, ele decidiu parar mesmo, ficar em Divinópolis, e ficou um tempo aqui, mas como o **sangue é circense** foi pra outro circo de novo, voltou." (E72).

O sangue surge como uma metáfora para atribuir um caráter "genético" às origens da relação do interlocutor com o circo. O sangue é atribuído ao sujeito por outros, os pais, assim como uma característica física (cor de olhos, por exemplo). O ser circense seria uma característica (física, orgânica) imutável, adquirida. Assim, a família ser circense aparece como fator de identificação do sujeito com o circo:

(007) "é assim, a **minha** mãe **pertencia a uma família** e meu pai era **de uma outra família**, então os dois se conheceram num circo." (E73).

(008) "Ah... Bom... eu na verdade já **venho de uma família** de circo teatro né, já tradicional de circo teatro..." (E39).

Aqui os enunciatários usam pronomes possessivos, referindo-se ao que é seu, de sua propriedade, **minha mãe, meu primo, meu pai**, pessoas às quais se ligam por laços familiares.

A referência à família também é enunciada pelo léxico **geração**. Nesses casos, geração faz referência à ascendência circense dos sujeitos, como se pode perceber em:

(009) "a gente, a gente, **nós, eu** e o meu irmão **somos** a quarta **geração**, quer dizer, os filhos, os nossos filhos já são a quinta. Então esses que tão nascendo vai ser a sexta geração de circense né. Vai nascendo de geração a geração." (E46).

(010) "eu **sou** a terceira **geração** circense. Meu vô **era** circense, meu pai, minha avó, minha mãe. Eu nasci em circo e sou de circo desde pequenininho." (E12).

Os sujeitos enunciam **ser a X geração**, o verbo **ser** caracteriza que os sujeitos se percebem como descendentes de circenses. O caráter biológico da palavra indica uma naturalização dessa identidade. O enunciado de E12 é bastante significativo – "Meu avô **era** circense, meu pai, minha avó, minha mãe... e **sou**..." – dessa naturalização do ser circense. O ser circense caracteriza a identidade, a particularidade desses sujeitos. Os sujeitos colocam-se na condição ou na circunstância determinada pela genealogia, ou seja, os sujeitos o são, independentemente do desejo. Sendo assim, a condição é passiva.

Contudo, o reforço ao número, à quantidade de gerações indica uma valorização a essa "condição" circense, tornando a condição passiva em ativa. Tal valorização é expressa no reforço positivo da enunciação genealógica associada à arte circense, à aprendizagem de números, como se pode notar nos seguintes trechos:

(011) "É nós somos tradicional de palhaço, décima **geración de palhaço**." (E25).

(012) "Meu pai, naquela época não era palhaço. Ele era músico e capataz, que cuidava da montagem do circo. Aí, depois ele passou a ser palhaço e fez esse número de musical, trombone, bateria e **ficou passando** para a **gente**..." (E81).

Os fragmentos anteriores são de enunciatários que são descendentes de palhaços e que atuam como palhaços. O aprendizado do ser palhaço aparece também como naturalizada, como condição herdada de seus ascendentes.

Os sujeitos, ao afirmarem ser de circo por nascer no circo, afirmam que não o são os que não o nasceram, os que não cresceram, os que não receberam o aprendizado no circo.

(013) "Tem gente aqui que **não são** do circo... como eu **sou** 100% circense **aprendi tudo no** circo." (E33).

Nesse enunciado (013), o sujeito parte da negação para indicar com a metáfora "100%", que expressa a totalidade, a afirmação "eu sou"; atribuindo essa totalidade ao aprendizado exclusivo no circo.

(014) "Demais, **muito circo**, a gente **aprende um pouco de cada lugar** e também que a gente aprendeu **com os pais da gente**, os pais da gente eram muito profissional. [...] o que a gente sabe hoje, e passa para os filhos..." (E63).

(015) "eu aprendi assim olhando os outros. Aí depois eu fui fazendo o meu estilo, né. Fui sempre olhando **meu tio**, tinha um primo **meu** que era muito bom como palhaço..." (E58).

Nos enunciados anteriores, os sujeitos expressam o aprendizado **no circo (lugar) e com os seus**, pessoas com as quais têm relação, fazem parte com o enunciatário de um conjunto "gente" e com as quais têm relações de posse, expressa pelo pronome meu.

A diferenciação com aqueles que não aprenderam no circo é expressa no fragmento discursivo a seguir:

(016) "Normalmente fala que **o pessoal do** circo, **a gente** acha ser um ser superior 'não quero saber, porque moramos...', mas hoje em dia, dentre os 40 dá no show em muita gente tradicional de circo, tem **gente que não é de circo**, você vai entrar na **escolinha** daqui a pouco é possível ser um grande trapezista e acabou. E hoje em dia com a falta de artista de circo, das famílias de tradição, da continuidade, o pessoal tá pegando tudo em escolinha. Nós mesmos **nunca** tivemos não, não **por preconceito**, não, por que **nunca** deu certo **deles** querer seguir, porque nosso circo anda, não fica parado, então o pessoal às vezes não acostuma [...]" (E01).

O enunciatário expressa ser comum (normalmente) algum sujeito indefinido falar que o enunciatário (representando "a gente", "pessoal de circo") se considera superior em relação a outro, supostamente aquele em condição oposta a do enunciatário, logo explicitada como de moradia. Ou seja, a identidade circense marcada pela característica de "morar" no circo. Mais adiante, justapõe "gente que não é de circo" com "escolinha", indicando que quem é de escolinha (o diminutivo sugere uma depreciação) não é considerado de circo. O enunciatário caracteriza seu olhar frente a esse outro, usa o substantivo temporal, indicando que algo não ocorreu (ter não circenses) com o nós (circenses). Toda a construção é feita atribuindo ao outro a ação negativa: não deu, não segue, não acostuma.

Em um fragmento discursivo, um sujeito com origem em escola de circo e teatro expressa essa visão do outro, no caso ele próprio, o como ele me vê:

(017) "É. **Raramente** eu ia em circo. E aí na cooperativa eu comecei a conhecer bastante gente, inclusive muitos tradicionais. Comecei a entender a **rivalidade que existe** entre os tradicionais de circo e os não tradicionais. Comecei a experimentar na pele essa **barreira** psicológica e muito preconceituosa que existe entre **um cara que vem do teatro pra trabalhar no** circo e aquela **família que nasceu no** circo. Existe uma coisa velada, mas muito real. [...] E hoje nem é tão velada, hoje é assim, por exemplo, **perguntavam** pra mim '**você é de qual circo?**' É por trás de uma pergunta simples dessa vinha um mundo de informação. O que estavam perguntando pra mim no fundo era o seguinte: '**quem é você, o que que você está fazendo aqui no meu mundo?** Você conhece mesmo o que está fazendo ou você é um bicão? Você é um intrometido boyzinho que quer vim se prevalecer do circo pra ganhar dinheiro?'. Então por trás de uma pergunta '**você é de circo?**' vinha um monte de coisas." (E64).

O sujeito do discurso enuncia uma rivalidade, competição entre pessoas que possuem algo em comum (arte circense) e são denominadas diferentemente como tradicionais e não tradicionais. Assim, como o circense do enunciado anterior, o tradicional e o não tradicional são entendidos como os de circo (**nasceu no**) e os que vêm para o circo (**vem do** teatro ou outro lugar que não o circo). Para o enunciatário, há uma **barreira** (algo que impede) expressa na pergunta dos circenses (que nasceram em circo) dirigida ao outro (que vem para o circo): "Você é de circo?". O ser já caracteriza algo inerente, que não se adquire, fazendo que a pergunta se caracterize como barreira para o outro, que vem para o circo.

Contudo, não é somente o nascer, a origem em famílias de várias gerações no circo que se constituem em fatores que caracterizam o ser circense.

(018) "Com o circo é o seguinte. **Nós não éramos do circo, nós viemos pro circo** com oito anos; meu pai era caminhoneiro, motorista de ônibus, entendeu?" (E61).

(019) "Ah, aquele era circo é [pensa um pouco] Circo Continental, Transcontinental... [...] **eu fiquei... engajei** [sic] naquele circo e **fui** pra um, aí fiquei trabalhando, aí já... já **larguei o estudo, já saí de casa e fui morando** [...], fui **aperfeiçoando num circo**, no outro, fui aprendendo as coisa e aí meu filho, [aí fui embora], aí fiquei, cresci no circo, cresci. É porque **a gente de circo** é sempre assim." (E70).

No enunciado (018), o sujeito explicita o seu "vir" para o circo em oposição ao ser, mas no passado; sugerindo o passar a "ser". Já no enunciado (019), o sujeito relata sua entrada no circo e as ações das quais foi sujeito ativo naquele momento: largar (estudo), sair (de casa), ir trabalhar (no circo), e o que passa a fazer (morar, ensaiar, aprender no circo). Há o resultado de suas ações (cresci, supostamente profissionalmente), torna-se **gente de circo** (o sujeito se identifica como).

O que caracteriza o sujeito passar de não circense para circense é o trabalho **no, em um** circo. O lugar circo, organização, é colocado em oposição ao teatro, à escola, à casa. Contudo, o sujeito pode não ser nascido em circo, ter aprendido em circo, mas, para ser circense, há o suposto de viver e morar em circo. Mas o que seria passar a ser tradicional, essa referência constante nos discursos dos circenses?

Circo e tradição

A tradição tem, no aspecto sociológico, o papel de resguardar para a sociedade costumes e práticas que já demonstraram ser eficazes no passado. Conforme Silva e Maciel (2009), baseados em Weber, as condutas tradicionais são formas ideais de ação social, ou seja, são posições adotadas por indivíduos no coletivo social, que são norteadas pelo hábito, pela visão de que sempre foi dessa forma.

Nos discursos circenses, a identidade do sujeito como circense é enunciada associada à ideia de tradição, algo que se perpetua no tempo e que protege o sujeito frente a mudanças e ao mundo exterior. *O circo, os que são de circo, as famílias nucleares e ampliadas, a família simbólica circense* são construções que encerram os sujeitos dentro delas:

(020) "Em verdade eu tenho uma **tradição** muito linda, muito, muito legal. Ser circense é algo muito lindo. Porque você tá crescendo em uma vida diferente [...]. **Está** muito **protegido** também, o mundo do espetáculo. Em verdade é como uma cidade... uma cidade pequena, que se gira. Como se diz, nos sentimos como uma **família** grande. Então é legal... momentos que você tem com todo mundo..." (E33).

A identidade do circense tradicional é vista por Silva e Abreu (2009) como um discurso que faz referência ao pertencimento aos primeiros grupos circenses que vieram para o Brasil, e como diferenciação frente a outros grupos que entravam nos circos. O conceito seria usado até hoje para diferenciar as organizações circenses de "antigamente" das atuais. O uso desse conceito seria uma forma positiva de atribuição e valor ao grupo, a forma de "fazer" circo e as formas de aprendizagem no circo.

A ideia do uso do discurso como reforço positivo é explicitada no fragmento anterior pelo entrevistado E33, o qual, como os entrevistados E31 e E37, tem sua

história de aprendizagem em circos pequenos e se identifica como pertencente às famílias tradicionais circenses, porém, trabalha em circo cujo gestor (E28) o identifica negando as suas origens tradicionais, assim como de seus artistas:

(021) "**Não é um circo tradicional**, não é um circo de família, é uma corporação internacional [...] multinacional. São **artistas** profissionais **das melhores escolas** do mundo da China, Hungria, Rússia, não é, por exemplo, como o cirquinho pequenininho em que trabalham o tio, primo, irmão..." (E28).

Nos circos itinerantes, predominam entre os circenses contratados sujeitos que se identificam como tradicionais, com origem em famílias tradicionais e que, independentemente da relação de trabalho em que se encontram, nos seus discursos o léxico tradição é associado à positividade, à valorização de si e à diferenciação em relação ao outro.

Coletivamente, a identidade social de circo tradicional também está muito presente nos discursos dos circenses. Porém, observa-se que vários fatores têm atuado como provocadores de mudanças na posição identitária do circo como tradicional. O espetáculo, o produto circense que lhe confere imagem pública e a identidade coletiva que apresenta ao outro (como me percebo e como quero que o outro me perceba) têm passado por transformações, como se pode perceber no seguinte trecho:

(022) "**Acabou** muito **a tradição circense** né, principalmente a tradição **do espetáculo**, na qual uma das piores que repercutiu pra nós foi a **proibição de animais** em circo né, isso aí caiu uns 50% a nossa renda financeira [...]. Então, a tradição do espetáculo de circo, hoje em dia o que mantém muito o circo, é roupas bonita, muitas **luzes**, muito colorido, **mas** artista mesmo, tradicional, não tem mais. O **palhaço** do circo mudou muito dos circos grande pro nosso circo, o palhaço de um grande entra **mudo e sai calado**. O nosso não, o nosso tem que **suar** a camisa né, o nosso, ele se **comunica** com a plateia, ele leva a criança lá no picadeiro. O **povo** participa do espetáculo, **esse é** o circo **tradicional**. Cê entendeu? Quando você vê uma contorcionista de picadeiro, uma trapezista, aí ela **sua** a camisa também, dá aquele aplauso, faz arte. Já o circo grandão, não. Mostra mais é brilho, cê entendeu o que eu tô falando? Mostra mais é **luz**, mais luxo. É espetáculo que se chama espetáculo de revista, não é o espetáculo de circo, o tradicional porque é **serrage**, diz o ditado **serrage no sangue** (risos)" (E83).

Nesse enunciado (022), o personagem (tradição circense) é objeto passivo de fato acontecido, concretizado (acabou). O enunciatário caracteriza o espetáculo (não tradicional) como aquele que tem roupa, luz, colorido, em contraposição ao espetáculo tradicional, que tem artista. Ao espetáculo não tradicional é associado o circo grande e, ao tradicional, o circo pequeno (nosso). Atribui ao circo grande o palhaço mudo e calado; e ao dele (nosso) o palhaço que "sua a camisa", comunica com a plateia, leva a criança ao picadeiro. Ao atribuir mudez ao palhaço, sugere não comunicação do circo com seu público. Em oposição, no **nosso**, o palhaço, com seu trabalho de grande esforço, comunica-se com a plateia. Se no grande há ausência de comunicação; no pequeno há mais que a comunicação, há interação, como explicitado na ação "leva a criança ao picadeiro". O picadeiro é o local em que se dá o espetáculo, lugar central no circo, onde o público simbolicamente é levado. Revelando, assim, a preocupação do circo em fazer um espetáculo próximo do universo e da visão de mundo do seu público. Dessa forma, o enunciatário conclui: "o povo participa do espetáculo, este é o circo tradicional".

Assim, o entrevistado estabelece relações atribuindo ao circo pequeno ser tradicional e ter como características "sua a camisa", "dá aplauso", "faz arte", ou seja, esforço, público e criação. Em oposição às características do grande, "brilho", "luz", "luxo", "espetáculo de revista". Etimologicamente, "luxo" é originário da palavra latina *luxus*, que significa "abundância, refinamento". Há também a associação do luxo com o supérfluo, com vaidade. Luz e brilho podem ser associados com o que torna um objeto aparente. Conclui que o tradicional é "serrage, [...] serrage no sangue". Aqui, a serragem faz referência ao picadeiro, no qual esse material era usado desde os primórdios do circo. Avanzi e Tamaoki (2004) explicam que a expressão "serragem no sangue" está relacionada ao nascer e viver no circo, existindo uma conotação de vício e dependência na expressão.

Há inúmeras referências ao Circo de Soleil como marco diferencial, provocador de mudanças no espetáculo circense:

(023) "**Entrou** esse Cirque de Soleil, então **mudou...** foi mudando, cada circo foi querendo pegar alguma coisa dali, então foi mudando bastante do **tradicional** pro espetáculo que tá hoje. Na verdade a gente tenta... a **gente tenta manter** o espetáculo tradicional, mas assim lógico que **muito mais produção** do que antes." (E24).

Esse enunciado (023) explicita o Circo de Soleil como causador da mudança; mas também expõe que é uma mudança em processo, não concluída. A entrevistada relativiza o processo, colocando que, no presente, a gente (seu circo, os circenses?) tenta manter (por suposto, se há tentativa, há dificuldades) o espetáculo tradicional. Mas, novamente relativiza a tentativa, "lógico" (claro, óbvio, certo para enunciador que não poderia ser de outra forma) que há mudanças ("mais produção"). O enunciatário aqui não explicita o que seria "mais produção".

Para o entrevistado E72, a tradição circense tende a desaparecer. Vejamos:

(024) "[...] o circo brasileiro ainda tem aquele espetáculo mais tradicional, agora o circo europeu, tipo o Cirque du Soleil, tá fazendo a mesma coisa e alguns brasileiros já começaram a fazer a mesma coisa. Acho que dentro de 10, 15 anos não terá mais circos igual hoje, que é apresentação. Tipo o Cirque du Soleil, que **não tem locução**, entra um, entra outro, tipo um espetáculo **olímpico**, que a pessoa vê toda hora, então vai ficar assim daqui a uns anos, creio que essa **raiz** brasileira de circo, creio que vai acabar. [...] é um espetáculo muito bonito, não que o nosso espetáculo não seja bonito, mas é um espetáculo com **luzes com cores**, você olha assim e encanta os olhos da pessoa. [...] E um ponto ruim é que você vai **perder a sua tradição**, que é o **teatro**, que é a **parte cômica**, que é interagir com o público sabe, trazer o **público pra dentro do picadeiro**, esse que é o ponto ruim." (E72).

Nesse enunciado (024), o sujeito do discurso atribui ao circo tradicional algumas características: locução, teatro, parte cômica, interação com o público, "trazer o público pra dentro do picadeiro". Ao outro, no caso o Circo de Soleil, atribui: o espetáculo olímpico, luzes e cores, encantam os olhos da pessoa, beleza. Aqui uma distinção clara no espetáculo, o público do Circo de Soleil é espectador, recipiente passivo do espetáculo, seu lugar é o de admirar, ver, encantar-se. Em outro, no espetáculo tradicional, há a necessidade de interagir com o público. O vocábulo interagir tem como sinônimos: comunicação, diálogo, contato. Refere-se a uma ideia de via de mão dupla, de influência recíproca. Nesse enunciado, fica evidente uma oposição entre um espetáculo em que o público participa e o outro, em que ele é espectador. Para quem produz o espetáculo, supõe linguagem, referências identitárias e culturais em comum.

Magnani (2003, p. 47) escreveu a ideia de "cola" do circo com o público, por possuírem condições semelhantes, origem nos mesmos "estratos sociais", partilharem as mesmas "condições de vida", o que para ele poderia responder à capacidade do circo de interação com o público. Já Silva e Abreu (2009) refuta essa ideia, questionando como caracterizar a composição social do público circense, dada a sua mobilidade e diferentes inserções locais. Independentemente das análises desses autores, para os circenses entrevistados, o circo tradicional tem como elemento básico e comum a interação com o público, é essa interação que o define, como evidenciado nos fragmentos discursivos (022) e (024).

O circo tradicional é colocado em oposição a um circo que "nem todo mundo entende" pelo entrevistado E01 no fragmento adiante (025). A linguagem do tradicional é comum a um conjunto de circos. Que elementos estariam nessa linguagem comum?

(025) "É aquela história, um circo sem palhaço não tem como, né? Mas o nosso espetáculo, o circo XXX, a gente procura **modernizar**, mas sem **fugir da tradição**, porque eu também não gosto de muito moderno não, nós não gostamos muito de **Cirque de Soleil** porque **não é todo mundo que entende aquilo não**". (E01).

(026) "Hoje em dia, também o circo de Soleil tem um espetáculo que **não** se usa artista, é só **som e iluminação**. O público tem a impressão de que está assistindo alguma coisa, mas não é um número em si, é apenas tecnologia. É som e iluminação e eles fazem o espetáculo acontecer." (E82).

No enunciado (026), o entrevistado caracteriza o Circo de Soleil como “só som e iluminação”, “não se usa artista”, “apenas tecnologia”. Em contraposição, há as expressões “usa artistas”, “número em si”. A ideia que o enunciatário defende está na conclusão: “o público tem impressão”, não está assistindo ao que pensa assistir.

Para o circense, apresenta-se no espetáculo o acontecimento, o real. Bolognesi (2001, p. 105-106) já tinha apontado essa questão:

No espetáculo circense o desempenho artístico não se dá por metáforas ou símbolos. Os artistas, especialmente aqueles que se entregam aos números de risco, não estão ali representando papéis, tal como ocorre nos palcos, nos espetáculos teatrais. [...] O artista não representa: ele vive seu próprio tempo, com seu ritmo e pulsação próprios. Ou melhor, ele “representa” porque está inserido em um espetáculo, mas é uma representação de si mesmo ao demonstrar e vivenciar, em público, as suas habilidades. Representação e vida fundem-se em um mesmo ato.

Grande parte dos circos visitados parece partilhar da visão comum do que deve/desejam em um espetáculo circense. Tal ideia está inscrita no conceito de circo tradicional e circo familiar, e na visão comum de como deve se dar o espetáculo. Bolognesi (2001) analisa que o circo tradicional baseia-se no riso e no risco apresentados em uma sequência de números sem conexão entre eles. Já a estética “contemporânea” referencia-se no espetáculo concebido como um todo, em que os números são interligados por um enredo, história, com conexão construída e explícita. Para o circense tradicional, o espetáculo tem que fazer rir e mostrar façanhas, performances que o sujeito não circense seria incapaz de realizar.

Também se pode inferir que há uma retórica da tradição (HOBBSAWM, 1997, p. 17) como forma de proteção frente ao mundo exterior. O discurso da tradição caracteriza-se como um discurso de preservação do circense, conferindo-lhe uma identidade comum. Para esse autor, as tradições inventadas “estabelecem, simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidade reais ou artificiais”. A legitimação de instituições, *status*, relações de autoridade, assim como a socialização de valores e ideias, e a criação de normas de comportamento derivam da “identificação com uma comunidade e/ou as instituições que a representam, expressam, ou simbolizam”. Nessa tradição inventada, o uso da linguagem definindo e caracterizando o igual e o diferente reifica o circo como portador de identidade coletiva e integrador de sujeitos através da história.

Rocha (2009, p. 11) analisa que o discurso da tradição falado pelo circense tem um caráter de retórica, com o objetivo de defesa frente a “aventureiros”, estranhos ao circo que desejam entrar na atividade. O autor faz referência a Hobsbawm e pontua que, no discurso de circenses, o circo é um modo de vida, com uma “visão de mundo”, “maneira de viver, morar e trabalhar”, “maneira de pensar”, e o discurso da tradição aparece como retórico, a despeito do poder representar uma realidade.

Silva e Abreu (2009, p. 82) consideram que a concepção de tradição tem vários aspectos, uma vez que, para esses autores,

[...] ser tradicional, para o circense, não significava e não significa apenas representação do passado em relação ao presente. Ser tradicional significa pertencer a uma forma particular de fazer circo, significa ter passado pelo ritual de aprendizagem total do circo, não apenas de seu número, mas de todos os aspectos que envolvem a sua manutenção. Ser tradicional é, portanto, ter recebido e ter transmitido, através das gerações, os valores, conhecimentos e práticas dos saberes circenses de seus antepassados. Não apenas lembranças, mas uma memória das relações sociais e de trabalho, sendo a família o mastro central que sustenta toda esta estrutura.

Segundo Silva e Abreu (2009), a tradição não é representada como algo fixo, mas como uma reelaboração de um modo de vida através do tempo. As identidades circenses estariam se transformando congruentes com as mudanças culturais e sociais.

Ao nosso ver, no circo tradicional, a identidade social que os circenses buscam, apresentam e reforçam positivamente com o espetáculo tem como características o esforço físico de seus artistas, percebido por meio de façanha, performance, risco e o uso de uma linguagem em comum, observada pelos saberes, códigos, símbolos, que permitam a comunicação com o público, seja por meio da comicidade, do teatro ou da estética.

Considerações finais

Neste artigo, refletimos sobre a construção da identidade de sujeitos sociais conhecidos como circenses. Considerou-se que, nessa construção, vários elementos pertencentes ao universo circense, como a lona, a areia do picadeiro, a origem das famílias, o número de gerações, entre outros, são interpretados e manipulados pelos indivíduos em suas bricolagens cotidianas (DE CERTEAU, 1994), isto é, no seu processo de construção de uma identidade e sociabilidade. As referências aos objetos, personagens e tradições circenses balizam suas vidas, suas atividades, suas práticas para continuarem sua (sobre) vivência como sujeitos pertencentes ao circo. Tal construção mostra que há procura por preservar um modo de vida. Há um duplo movimento – há vocabulários comuns que explicitam a resistência, a abertura para o novo dificultada, a expectativa de um retorno a momentos anteriores; ao mesmo tempo em que há enunciados que explicitam as mudanças como inevitáveis. A pesquisa de campo se deu em 31 circos itinerantes, espaços sociais em que se situa a produção simbólica dos atores circenses, e os elementos que elegem para se definir e se diferenciar frente ao outro.

Dois percursos semânticos foram enunciados em discursos dos circenses, independentemente se o circo era pequeno familiar ou grande empresarial. Percursos comuns que revelam elementos identitários do ser circense. Um primeiro percurso refere-se ao tema da origem dos sujeitos, e um segundo percurso refere-se ao tema da tradição.

No tema da origem, os discursos apresentaram os subtemas: nascimento, socialização, genealogia e aprendizado. O primeiro elemento de classificação, que surgiu nas práticas discursivas dos sujeitos, engloba o nascimento, a genealogia e a socialização. O sujeito não precisa determinadamente ter nascido em circo para ser circense, mas precisa principalmente ser socializado para tornar-se "gente de circo". A socialização nesse espaço social, com suas regras específicas, normas de conduta e valores definem o ser circense.

As identidades construídas sempre buscam reforçar uma tradição, uma origem geracional antiga. O novo é visto como os outros, os "eles", os de fora do picadeiro, da lona. Assim, se para alguns ter sangue circense, ser de família circense a gerações, garante o atributo de ser circense e define para o sujeito uma identidade vista como naturalizada, fixa e universal; para outros, o "entrar" no circo, "fugir" com o circo, abandonar uma vida no mundo externo a ele e passar a viver o modo de vida sob as lonas possibilitam o acesso a essa identidade. É comum a expressão "bebeu água de lona" para indicar a incorporação viciante de um modo de vida. O "beber a água" tem a mesma conotação que o "sangue de serragem", indicando uma forte identificação, que se torna orgânica, passa a fazer parte do ser (água como nutrição), o sangue é visto como constituinte do sujeito.

Outro elemento de classificação é a aprendizagem da arte circense. Os sujeitos veem como circense aquele que aprende com os seus pares (família, pessoas com as quais se identifica), sendo seus pares aqueles com quem ele partilha os mesmos códigos simbólicos, os circenses. Assim, para o circense só é circense aquele que aprende no circo. Com isso, o circense busca se diferenciar daquele sujeito que não nasceu no circo, não se socializou no circo, e não aprendeu no circo. Essas diferenciações mostram um fechamento do circo em si mesmo, como proteção diante da realidade, fora do circo, e sugerem uma razão histórica e cultural para essas produções simbólicas.

Duarte (1995) estudou a história do circo e como a sociedade em geral via as primeiras companhias que se apresentavam em Minas Gerais. A autora estuda os circos e teatros ambulantes do século XIX, caracterizando-os dentro de um momento histórico em que o poder público imperial e, depois, republicano, divulgava ideais de radicar, estabilizar a população, criando uma identidade nacional. Nos registros históricos que resgata, mostra que os artistas ambulantes são retratados de forma díspare, nômades, sem vínculos sociais rígidos, o que os negava no olhar da sociedade. As ideias, a moral, os valores dominantes preconizados eram o sedentarismo, a disciplina; e os circos eram vistos na contramão desses, propiciando a desvalorização, o medo e

outros olhares negativos da sociedade em geral com relação ao circo. A história cultural do Brasil parece encontrar seus ecos no olhar e na atitude de afirmação positiva do circense; assim como o olhar cultural que negava o circense ainda parece estar muito presente na realidade atual. Os relatos dos circenses estão recheados de histórias sobre pessoas que vão ao circo, culpando-os por quaisquer ações consideradas vis (especialmente roubo de animais domésticos, sumiços de crianças, moças). Assim, se as sociedades os marginalizam, produzem saberes que os negam; o grupo social (dos circenses) no conflito social produz saberes para se afirmarem positivamente e se defenderem no embate com o outro.

Essa prática discursiva de posituação é explicitada nos discursos de inúmeros circenses contratados, com relações de trabalho frágeis com o circo no qual se encontram; atores sociais em diferentes posições de poder dentro de cada circo; que, contudo, apresentam um discurso em comum, que os torna positivos frente ao outro, o não circense. Desse modo, como o fragmento (020) expressa muito bem, há a posituação como atitude defensiva; isto é, o circo como um espaço social com códigos próprios, "cidade que gira", em que os seus sujeitos estão "protegidos".

O segundo percurso semântico trata da referência à tradição, tomando por base a concepção de que os discursos seguem regularidades, estabelecem o que o grupo social considera verdadeiro, chamam atenção as ideias de tradição. A referência à tradição é usada para enunciar pertencimento a um grupo social. Comumente é usado como sinônimo de circo familiar, referindo-se a uma organização de um modo de vida em comum, mas, principalmente, denotando diferenciação, a tradição vai caracterizar o que diferencia um sujeito do outro.

O discurso da tradição vai se referir ao espetáculo como *locus* de explicitação da diferença e, portanto, da identidade. No espetáculo, é exposta de forma clara e visível a diferença em relação ao outro. O que acarreta os discursos do que o circo tradicional apresenta em contraposição ao que outros circos mostram. Assim, o circo tradicional é definido pelo espetáculo, um espetáculo no qual o circense sua, se implica de corpo e alma, visceralmente. Nesse espetáculo há esforço físico, é necessário ter "serragem no sangue" ou ter "bebido água de lona" para realizá-lo; comunicação com o público, por meio da qual o público entende, é levado para o picadeiro.

O tradicional não é aquele que o público acha que está assistindo, que tem luz, som, efeito, encanta o olhos, mas nem todos entendem, só tem tecnologia. Dessa forma, o reforço identitário ao circo como tradicional representa um reforço a um modo de produção artística, centrado no público, que, a despeito de qualquer julgamento do outro não circense, luta para continuar a existir. Como empreendimento familiar, os negócios circenses surpreenderam-nos pela sua existência, capacidade de sobrevivência e resistência nos dias atuais. No universo da contemporaneidade, das novas tecnologias, de uma "soleilização" (E72) dos espetáculos, a velocidade e os efeitos especiais passam ao largo, o ritmo da constante itinerância não é alterado pela velocidade do mundo moderno.

Por fim, neste artigo trouxemos para a área de Estudos Organizacionais (EOR) e Administração um segmento do universo artístico que é, por vezes, marginalizado e ignorado por parte de outros sujeitos em nossa sociedade. O circo, como negócio gerido, negócio familiar, é uma forma organizativa que merece estudos aprofundados, como foi apontado por Parker (2011). Observamos que, em alguns casos, a resignificação da arte (mostrada no espetáculo) possibilita a reprodução dos grupos familiares no tempo e no espaço da contemporaneidade. Em outros, a posição é de marginalização, estanque, sem possibilidades de movimento, parados no tempo, no espaço marginalizado das grandes cidades, um ou dois artistas, a pobreza esburacada e a rota da lona. E em outros há a incorporação à lógica do capital, uma mudança nos padrões tradicionais de conceber e organizar o espetáculo, que tem como referência artística o Circo de Soleil, de recursos tecnológicos, de novas formas de organização do trabalho, do uso de *marketing*, da lei de incentivo.

Estudar os circos possibilita refletir sobre as inúmeras formas de gerir um negócio, seja da manutenção de uma tradição, seja da incorporação de novos elementos, novas formas de gerir. Lança luzes sobre o dialogismo e a polifonia existentes nas

organizações, não só circenses, mas de inúmeras outras áreas de trabalho. O estudo de organizações circenses permite a apreensão de formas especiais de organização e que são produtos de intervenções humanas, objetivações de ideias criadas por sujeitos históricos e sociais.

Os circos brasileiros, apesar de ausentes da cena midiática, são organizações que têm se perpetuado no tempo e ocupado espaços com uma parcela da população que busca essa forma de entretenimento. Sua reprodução no tempo revela a existência de saberes próprios sobre o gerir e a constante produção e reformulação de novos saberes, que tornam possíveis às organizações circenses persistirem no espaço do entretenimento. Este estudo, ao dar crédito a saberes não hegemônicos, mostra um reconhecimento à dinâmica da construção do **organizar** que uma parcela significativa da sociedade está realizando em seu cotidiano (CARVALHO, 2006).

Referências

- AVANZI, R.; TAMAOKI V. *Circo Nerino*. São Paulo: Conex, 2004.
- BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BOLOGNESI, F. O corpo como princípio. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 24, p. 101-112, 2001.
- CARVALHO, C. A. P. *Outras formas organizacionais: o estudo de alternativas ao modelo empresarial na realidade brasileira*. Projeto Procad/CNPq, 2006.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DE CARVALHO, S. Nota sobre Piolin e o modernismo paulista. *Sala Preta*, v. 2, p. 127-129, 2002.
- DE CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n. 6, p. 9-25, 2003.
- DUARTE, R. H. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Unicamp, 1995.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1992] 2008.
- FARIA, A. A.; LINHARES, P. T. S. O preço da passagem no discurso de uma empresa de ônibus. In: MACHADO, I. L. (Org.). *Análises de discursos: sedução e persuasão. Cadernos de Pesquisa do NAPq*, Belo Horizonte: FALE/UFMG/NAPq, n. 13, 1993.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. *Col. ditos e escritos V – ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyolla, 2005.
- FOUCAULT, M. *Hermenêutica do sujeito*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984b.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HOBBSAWM, E. A produção em massa das tradições: Europa, 1789 a 1914. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *A invenção da tradição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2003.

PARKER, M. Organizing the circus: the engineering of miracles. *Organizations Studies*, v. 32, n. 4, p. 555-569, 2011.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Unicamp, 1997.

RAMPAZO, A. V.; ICHIKAWA, E. Y. Identidades naufragadas: o impacto das organizações na (re)construção do universo simbólico dos ribeirinhos de Salto Santiago. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 1, p. 104-127, 2013.

ROCHA, G. A retórica da tradição: notas etnográficas de uma cultura em transformação. *Antropolítica*, Niterói, n. 27, p. 63-83, 2. sem. 2009.

SILVA, E.; ABREU, L. A. *Respeitável público... O circo em cena*. Rio de Janeiro: Funarte, 2009. 262 p.

SILVA, E. *As múltiplas linguagens na teatralidade circense*. Benjamin de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil. São Paulo: Altana, 2007. 436 p.

SILVA, E. *O circo: sua arte, seus saberes – o circo no Brasil no final do século XIX e meados do século XX*. 1996. Dissertação (Mestrado)–Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 1996.

SILVA, E. *O ensino de arte circense no Brasil: breve histórico e algumas reflexões*. 2006. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/portal/2009/12/08/escola-nacional-de-circo-um-historico/>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

SILVA, K. V.; MACIEL, H. S. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: uma proposta teórico-metodológica. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 1, p. 40-64, 2012.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma construção teórica e conceitual. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

Submissão: 09/06/2014

Aprovação: 15/07/2015

ADMINISTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO:
PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE
CIENTÍFICA DA ANPAD

Elinaldo Leal Santos*
Reginaldo Souza Santos**
Vitor Braga***

Resumo

As discussões acerca da Administração do Desenvolvimento já datam de algumas décadas, se tomarmos como referência o discurso de posse de Harry Truman, presidente dos Estados Unidos da América, em 1949, quando, na ocasião, utilizou a expressão para dizer que se iniciava uma nova era no mundo – a era do desenvolvimento. Passadas algumas décadas após esse discurso, percebe-se, hoje, um esforço, por parte dos pesquisadores da área dos Estudos Críticos em Administração (ECA) e dos Estudos Críticos em Desenvolvimento (ECD), para retomar as questões intrínsecas do desenvolvimento, precisamente no que refere à sua gestão. Diante disso, este artigo tem como objetivo refletir sobre o que pensa, entende e espera a comunidade científica da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) a respeito do campo disciplinar da Administração do Desenvolvimento. Para cumprir tal finalidade, desenvolvemos uma pesquisa exploratória com os participantes do XXXV Encontro Nacional da ANPAD (EnANPAD), realizado na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2011. Com o auxílio de técnicas de estatística descritiva, concluímos que a Administração do Desenvolvimento constitui-se em um saber disperso e fragmentado que sobrevive em campos de conhecimento, cujo fenômeno do desenvolvimento é objeto de análise. Daí a necessidade de um olhar epistemológico, por parte da comunidade científica da administração, sobre a temática da gestão do desenvolvimento.

Palavras-chave: Administração do Desenvolvimento. Comunidade científica. ANPAD.

THE MANAGEMENT OF DEVELOPMENT: THE
ANPAD'S PERCEPTIONS AND PERSPECTIVES

Abstract

The discussion of the Management of development have been the focus of debate for a number of decades, if one takes into account the inaugural speech of the USA Prime Minister, Harry Truman, in 1949, when he has used this expression for giving notice of a world's new era – the era of development. After some decades, it is clear, today, that there is an effort, from researchers within the Critical

*Doutor em Administração pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAFUBA), em Cotutela com a Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD-Portugal). Professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: elinaldousesb@gmail.com

**Pós-doutor em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa (UTL/ISEG). Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor titular do Programa de Pós-graduação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/EAFUBA). E-mail: rsouza@ufba.br

***Doutor em Business Economics pela Middlesex University Business School (Inglaterra). Professor do Curso de Ciências Empresariais da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras (ESTGF), do Instituto Politécnico de Porto (IPP). E-mail: vbrega@eu.ipp.pt

Studies of Administration (CSA) and the Critical Studies in Development (CSD), in shedding the light back to the issues inherent to development, more particularly in what regards the management of the process. Therefore, the aim of this paper is to understand the state-of-the-art of the Brazilian scientific community, taking into consideration the National Association of Post-graduation Programs in Management (ANPAD), in terms of their thoughts of the discipline of Management of Development. In order to meet this aim, an exploratory research was conducted with the participants of the XXXV Meeting of the National Association of Post-graduation Programs in Management (EnANPAD), which took place in Rio de Janeiro, in 2011. Descriptive statistics have supported our conclusions that the Management of Development is a fragmented discipline, which survives based on knowledge where the development phenomenon is subject of analysis. Therefore, it is necessary to provide an epistemological perspective over the issue of development, of the scientific community.

Keywords: Management of Development. Scientific community. ANPAD.

Introdução

A Administração do Desenvolvimento é um subcampo de estudo da administração voltado para a análise da gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo da sociedade. Ela se diferencia dos Estudos Organizacionais (EOs) por dois motivos: primeiro por não ter como objeto de estudo a organização, mas a gestão; segundo, porque, ao passo que os Estudos Organizacionais centram-se na investigação de organizações modernas ou mesmo pós-modernas, a Administração do Desenvolvimento prioriza o estudo de sociedades, países, regiões e organizações que, muitas vezes, encontram-se aquém da modernidade (COOKE, 2004; 2008; SANTOS, 2004; GULRAJANI, 2010). Ela possui origem na ortodoxia do pensamento administrativo, no mundo pós-guerra, precisamente nos planos de recuperação econômica – Plano Marshall, Plano Colombo, Aliança Para o Progresso – e no desejo dos países ricos em auxiliar tecnicamente os países menos desenvolvidos com programas de ajuda mútua. Porém, com o surgimento dos Estudos Organizacionais, o campo da administração foi, aos poucos, distanciando-se do estudo da gestão do desenvolvimento e delegando-o para outras ciências, sobretudo para a economia do desenvolvimento. Entretanto, após passarem-se quatro décadas desse distanciamento epistemológico, percebe-se um esforço, por parte dos pesquisadores na área dos Estudos Críticos em Administração (ECA) e dos Estudos Críticos em Desenvolvimento (ECD), para retomar as questões intrínsecas do desenvolvimento, principalmente no que refere à sua gestão (ESTEVA, 2000; COOKE, 2004; DAR; COOKE, 2008; ESCOBAR, 2008; GULRAJANI, 2010; JUSTEN; MORETTO NETO, 2013).

No Brasil, essa retomada epistemológica ocorreu com o lançamento da edição especial comemorativa dos 35 anos da *Revista de Administração Pública* (RAP), da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV/EBAPE), quando, na ocasião, foram publicados em *Clássicos da Revista de Administração Pública* os dez trabalhos mais citados em periódicos acadêmicos brasileiros. Na relação dos trabalhos, considerados clássicos da RAP, três abordavam, especificamente, a temática da Administração do Desenvolvimento. São eles: “Um novo modelo de planejamento para uma nova estratégia de desenvolvimento”, de Anna Maria Campos; “A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina”, de Alberto Guerreiro Ramos; e “Administração para o desenvolvimento: a disciplina em busca da relevância”, de Paulo Roberto Motta. O primeiro trabalho faz uma análise da administração pública latino-americana da década de 1970 e recomenda algumas mudanças na técnica de planejamento estratégico do desenvolvimento dos países que compõem a região. O texto de Guerreiro Ramos discute os rumos da administração pública como campo de conhecimento, e defende a tese de que o futuro do campo passa pela Administração do Desenvolvimento, compreendendo-a como um subcampo da administração.

Por sua vez, o texto de Roberto Motta faz uma análise epistemológica da disciplina, evidenciando suas fragilidades e potencialidades, de modo a destacar sua relevância para o desenvolvimento das nações.

A reedição desses trabalhos, sobretudo o de Paulo Roberto Motta, reabre a discussão da necessidade de uma disciplina no campo da administração para tratar de questões vinculadas ao desenvolvimento. Pensando nisso, os *Cadernos EBAPE. BR*, edição de julho de 2013, lançaram um número especial dedicado à temática "Administração e Desenvolvimento", sob a coordenação de dois importantes editores, o professor Bill Cooke, da Lancaster University, e Alexandre Faria, da FGV/EBAPE. Hoje, presenciamos, de alguma forma, um elevado interesse por parte da comunidade científica brasileira em temas pertinentes à gestão do desenvolvimento. Isso, de alguma maneira, pode ser observado nos anais de encontros, congressos e simpósios da área de administração, bem como nas linhas editoriais de alguns periódicos. Porém, qual a percepção e/ou perspectiva que essa comunidade científica tem sobre a Administração do Desenvolvimento como subcampo de conhecimento da administração? Para refletir sobre essa temática, apresentamos este trabalho.

Portanto, este estudo tem como objetivo refletir sobre o que pensa, entende e espera a comunidade científica da Associação dos Programas de Pós-graduação em Administração a respeito do campo disciplinar da Administração do Desenvolvimento. Para isso, realizamos, juntamente com os participantes do XXXV Encontro da ANPAD (EnANPAD), uma pesquisa de natureza exploratória, a fim de examinar o modo como os integrantes dessa comunidade científica apreendem a disciplina. Nesse sentido, o trabalho está estruturado, além desta introdução, em cinco seções: a primeira faz uma análise da elaboração do construto "desenvolvimento" no pensamento moderno, de modo a contextualizar sua polissemia e interdisciplinaridade; a segunda apresenta as bases teóricas e empíricas da Administração do Desenvolvimento, dando ênfase às três principais abordagens teóricas (modernizante, estruturalista e pós-estruturalista) que dominaram o campo nessas últimas sete décadas; a terceira descreve o percurso metodológico da investigação, destacando a natureza da pesquisa, o processo amostral e o perfil da população objeto de análise; a quarta seção apresenta e interpreta os dados da investigação, de modo a evidenciar o que pensa, entende e espera a comunidade científica da ANPAD em relação ao subcampo da Administração do Desenvolvimento. Por fim, concluímos que a Administração do Desenvolvimento apresenta-se como um campo de conhecimento multidimensional, multiparadigmático e interdisciplinar, uma vez que o estudo da gestão necessita de análises das diferentes dimensões da vida social (econômica, política, sociológica, técnico-científica, socioambiental, etc.), dos diferentes paradigmas científicos (modernidade, estruturalismo, pós-modernidade e pós-estruturalismo) e das diferentes visões disciplinares (geográfica, econômica, sociológica e antropológica).

A multidimensionalidade do desenvolvimento

Talvez não haja na história das ciências sociais um conceito tão interdisciplinar como o do desenvolvimento. Na sua polissemia e interdisciplinaridade, desenvolvimento é um construto que historicamente vem se moldando a interesses diversos. Possui uma rede poderosa de significados que abarca desde as potencialidades genéticas dos seres vivos, do crescimento econômico, da promoção do bem-estar social, passando pela sustentabilidade e chegando ao conceito de pós-desenvolvimento. Em virtude disso, ao longo dos dois últimos séculos, muitos adjetivos foram incorporados ao construto desenvolvimento, como: biológico, econômico, social, político e ambiental. Esses adjetivos, por vezes, imprimem no desenvolvimento conteúdos ideológicos, valorativos e de visão de mundo, às vezes complementares, outras vezes divergentes, transformando-o em um conceito multidimensional e com forte viés político (FURTADO, 1988; ESTEVA, 2000; FREY, 2001; FISCHER, 2002; MONTENEGRO GÓMEZ, 2006; ESCOBAR, 2007; VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012; JUSTEN; MORETTO NETO, 2013).

A origem da palavra está na biologia, empregada como processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas (ESTEVA, 2000). Com Darwin, desenvolvimento passou a ter significado de movimento, trajetória, evolução na direção da forma mais apropriada, visto que o organismo se desenvolve à medida que progride em direção à sua maturidade biológica. Mas, foi com o darwinismo social¹ do século XIX que o construto desenvolvimento chegou às ciências sociais, defendendo a tese de que o progresso, a expansão e o crescimento não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, mas, propriedades específicas de algumas.

Na condição de objeto de estudo, nas ciências sociais, desenvolvimento tem suas raízes no campo da economia. De maneira preliminar, os trabalhos de Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817), Karl Marx (1867) e Joseph Schumpeter (1911) apresentam o desenvolvimento como um fenômeno importante para a consolidação do sistema capitalista. Porém, foi na década de 1940 que o desenvolvimento ganhou *status* de objeto científico, com o surgimento da economia do desenvolvimento. Essa disciplina construiu todo um arcabouço teórico e metodológico para explicar e promover o desenvolvimento como algo próximo a uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza, por meio do acúmulo de renda monetária (FURTADO, 1988). Assim, obteve-se imenso sucesso em termos de produção científica e repercussão social, servindo de base para formulação de políticas públicas de muitos países do mundo pós-guerra. O seu arcabouço teórico foi composto, inicialmente, pelo pensamento anglo-saxão, posteriormente pelo pensamento latino-americano, principalmente pelo pensamento elaborado na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

No campo político, o termo foi empregado pela primeira vez como elemento de um programa de governo por Harry Truman, presidente dos Estados Unidos da América, quando em seu discurso de posse, em 1949, utilizou o termo para dizer que se iniciava uma nova era no mundo – a era do desenvolvimento (ESTEVA, 2000). Com ele, inaugurou-se o desejo dos países ricos de auxiliar as nações ditas atrasadas em seu desenvolvimento; nesse contexto, a palavra subdesenvolvimento aparece pela primeira vez, evocando a ideia de mudança possível a um estado final. Parece-nos que, até aqui, as relações Norte/Sul tinham interesses opostos: colonizados e colonizadores e a dicotomia até então existente entre desenvolvido e subdesenvolvido propuseram uma nova relação, um mundo em que todos fossem iguais de direito e não de fato. Dessa maneira, há um sentido de continuidade entre os termos subdesenvolvimento e desenvolvimento. O mundo passa a ser pensado não mais na perspectiva de colonizados e colonizadores, mas como uma coleção de nações individuais, porém, com países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Essa visão foi imediatamente contestada pelo pensamento latino-americano da CEPAL na segunda conferência anual (1949), em Cuba, por Raúl Prebisch, no documento "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais" ([1949]; 2000), quando apresentou os conceitos de centro-periferia e deterioração dos termos de trocas; e, posteriormente, pelos pensadores da teoria marxista da dependência (WANDERLEY, 2015). Esse debate, em pleno período histórico da Guerra Fria, contribuiu para introduzir no conceito de desenvolvimento a dimensão social, configurada no Estado de Bem-estar Social. Pensar o desenvolvimento, agora, deveria ir além do crescimento econômico e dos seus indicadores quantitativos. Era preciso intensificar as ações de valorização dos seres humanos, por meio de um sistema de proteção ao cidadão, impondo ao Estado a responsabilidade de assumir a oferta de serviços essenciais (alimentação, habitação, educação, saúde e previdência) de assistência humana e social (HICKS; STREETEN, 1988; MONTENEGRO GÓMEZ, 2006). Assim, as críticas do pensamento latino-americano ao conceito de desenvolvimento,

1 Corrente teórica em que a sociedade é comparada a um ser vivo e dinâmico, que busca sua própria evolução ou, conseqüentemente, seu desenvolvimento. De acordo com esse pensamento, existiriam características biológicas e sociais que determinariam que uma pessoa fosse superior à outra e que as pessoas que se enquadrassem nesses critérios seriam as mais aptas.

com ênfase apenas na evolução do sistema produtivo e de acumulação de capital, sem um olhar para as melhorias das condições sociais da população, contribuíram para que a dimensão social ganhasse relevância no conceito de desenvolvimento. Diante disso, governos de todo o mundo e organismos internacionais, como ONU, OCEE, OCDE, CEPAL, entre outras, introduziram instrumentos de medidas para quantificar o desenvolvimento social. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) acompanha o desempenho dos países na promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das pessoas, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), concebido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbubul Haq (SANTAGADA, 1993; MOURA; SAUER, 2009).

A dimensão ambiental, no conceito de desenvolvimento, ganhou relevância na década de 1970, quando se intensificam as críticas ao modelo de gestão do desenvolvimento por meio do crescimento econômico. A economia não poderia ser vista como um sistema dissociado do mundo da natureza, pois não existem atividades produtivas sem elementos naturais. Era preciso deslocar a ênfase no crescimento contínuo para o compromisso com a natureza. Dessa crítica, destacam-se duas propostas de modelos de gestão do desenvolvimento – a gestão do ecodesenvolvimento e a gestão do desenvolvimento sustentável. A primeira, liderada pelo Clube de Roma, e delineada pelo movimento preservacionista da natureza, defende o congelamento do crescimento da população, do capital industrial e das formas de consumo, com a finalidade de alcançar a estabilidade econômica e ecológica das nações. Essa proposta passou a ser conhecida como a tese do crescimento zero. A segunda tem origem nas ações da Organização das Nações Unidas (ONU), quando, em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e dela surgiram alguns relatórios, sinalizando a possibilidade de um crescimento econômico com preservação da natureza. O famoso relatório intitulado “Nosso Futuro Comum” torna-se o referencial desse modelo (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

A gestão do desenvolvimento sustentável parte de uma visão de que a relação homem-natureza pode acontecer de forma equilibrada. Cuidar do meio ambiente não é apenas garantir a sobrevivência da fauna, da flora, do solo, do ar, mas é garantir a convivência de todos os fatores que compõem o meio, quer sejam bióticos, abióticos, humanos ou não humanos. Sendo assim, Ignacy Sachs formulou os princípios básicos dessa nova visão de desenvolvimento. Ele integrou basicamente seis aspectos que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e a elaboração de um sistema social, garantindo emprego, segurança social e outras culturas e programa de educação (FREY, 2001).

Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento incorpora, além da preocupação com os aspectos ambientais, a ideia de alongamento do prazo do planejamento e, portanto, do horizonte de cálculo dos efeitos, sem, necessariamente, romper com o crescimento. No modelo de gestão do desenvolvimento sustentável, as inovações tecnológicas ocupam papel de destaque, uma vez que possibilitam o acesso de todos os povos presentes e futuros ao bem-estar, sem comprometimento do esgotamento dos recursos naturais. Do ponto de vista da teoria do desenvolvimento, esse modelo é econometricamente representado pelo modelo de *Solow*, cuja função de produção tem quatro variáveis: o produto (Y), o capital (K), o trabalho (L) e o conhecimento ou “eficiência do trabalho” (A), de maneira que a economia converge para uma situação em que cada variável do modelo cresce a uma taxa constante. Nesse ponto, a taxa de crescimento do produto por trabalhador é determinada pela taxa de crescimento tecnológico, o que faz alcançar o estacionamento dos fatores de produção. O modelo é fundamentado na racionalidade do pragmatismo utilitarista, ou seja, a sustentabilidade é um discurso necessário e útil na medida em que legitima as práticas das empresas e dos “intelectuais” que servem aos interesses das elites econômicas vinculadas ao sistema de capital (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012). Por essa lógica, a possível sociedade sustentável é também uma sociedade do crescimento.

Como é possível perceber, desenvolvimento é um fenômeno social capaz de mobilizar pessoas, governos, nações e uma infinidade de recursos monetários e não monetários em prol de uma promessa de bem-estar que nem sempre é, de fato, percebida por todos. O desenvolvimento apresenta-se como uma rede de conceitos, adjetivos e significados advindos da ideia de progresso, igualdade, liberdade e felicidade humanas, elaborados pelo pensamento ocidental, por meio de amplas vertentes epistemológicas e praxiológicas, com a finalidade de concretizar o projeto da modernidade. Sendo o desenvolvimento um construto social interdisciplinar e multiparadigmático, de que forma, então, a ciência da administração lida com esse fenômeno? Que percepção e perspectiva a comunidade científica da Associação dos Programas de Pós-graduação em Administração tem sobre o campo disciplinar da Administração do Desenvolvimento? Para melhor compreender a problemática que envolve tais questões, destacamos, nas seções seguintes, algumas possibilidades teóricas e empíricas para reflexão.

Administração do Desenvolvimento: percursos e percalços

A origem da Administração do Desenvolvimento encontra-se no contexto histórico do pós-guerra (MOTTA, 2008; COOKE; FARIA, 2013; JUSTEN; MORETTO NETO, 2013). O período correspondente a essa narrativa histórica produziu uma série de mudanças que alteraram profundamente a geopolítica do mundo e, consequentemente, as relações sociais de produção. Esse momento foi marcado pelo declínio das antigas potências europeias e pela ascensão de dois outros protagonistas: os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética. É a partir da divisão do mundo entre esses dois impérios que surge a designação de "Terceiro Mundo" para o "resto", e sobre o qual seria imposto um discurso de desenvolvimento com o objetivo de ajudar os "subdesenvolvidos" (WANDERLEY, 2015). Esses dois países foram os grandes vencedores do mundo pós-guerra e, em função disso, passaram a disputar a hegemonia econômica e política em uma amplitude global.

O fato de os EUA não terem sido cenário de guerra, associado à estabilidade econômica que o país conseguiu manter, permitiu-lhes assumir a liderança da nova ordem mundial das economias capitalistas, conquistando, assim, importantes posições na Europa e no Extremo Oriente. Isso ficou explícito na conferência de Bretton Woods, em 1944, quando os EUA e países aliados reuniram-se para discutir sobre mecanismos de governança mundial, fundamentais, segundo esses países, para garantir a paz. Para tanto, foram apresentadas duas teses: a do economista britânico John Maynard Keynes (Plano Keynes) e a do representante dos EUA, Harry Dexter White (Plano White). A tese de Keynes baseava-se na criação de um sistema de governança monetária capaz de assegurar a liquidez internacional, mediante a criação de um banco central internacional, do depósito compulsório e da emissão do banco, uma espécie de moeda internacional, cuja finalidade era a de converter os depósitos compulsórios em ativos líquidos. Já a tese de White consistiu em: i) auxiliar a reconstrução dos países devastados pela guerra; ii) implantar um sistema monetário internacional com base no padrão ouro-dólar; iii) eliminar os controles cambiais. Para atingir esses objetivos, idealizou-se a criação de dois organismos internacionais de governança: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird, também conhecido como Banco Mundial). O Plano Keynes era, certamente, o mais ambicioso, porém, a enorme capacidade de argumentação e persuasão de Keynes não foi suficiente para modificar os condicionantes reais da conferência, ou seja, a consolidação da hegemonia norte-americana sobre o mundo capitalista, sendo, então, aprovada a tese de White, legitimando, nesse momento, a liderança dos EUA (MAIA, 1999).

Foi nesse contexto de disputa geopolítica que a Administração do Desenvolvimento teve origem. A disciplina nasceu dos estudos coordenados pela Sociedade Americana de Administração Pública, precisamente dos trabalhos realizados pelo Grupo

de Administração Comparada (GAC) (NEF; DWIVEDI, 1988). O propósito inicial da disciplina era de instrumentalizar, gerencialmente, a elite burocrata e empresarial dos países subdesenvolvidos, com a finalidade de garantir a execução dos grandes projetos nacionais de modernização/industrialização. Foi inicialmente articulada por Goswamie, e posteriormente popularizada por Fred Riggs na obra *Administração nos países em desenvolvimento: a teoria da sociedade prismática* (1964). Em suma, trata-se de um projeto neocolonial, elaborado pela Academy of Management dos EUA, fundamentado no *mainstream* do pensamento liberal, no positivismo empírico, na crença implacável da transferibilidade da racionalidade gerencial e nos pressupostos keynesianos de garantir o bem-estar social, mediante atuação dos organismos internacionais (BM, FMI, ONU) e da participação direta dos estados no planejamento e na execução das políticas econômicas e sociais do Terceiro Mundo (COOKE, 2004).

Desse modo, a Administração do Desenvolvimento, como disciplina acadêmica, tornou-se um conjunto de diagnósticos e prognósticos administrativos, visto que as pesquisas realizadas nesse campo valorizaram, de forma excessiva, os aspectos técnico-gerenciais, negligenciando, portanto, o desenvolvimento teórico da disciplina (MOTTA; 2008). Essa abordagem, meramente tecnicista, é vista, por alguns estudiosos, como uma das causas para a não consolidação da disciplina no campo da administração (COOKE, 2004; RAMOS, 2008; MOTTA, 2008; GULRAJANI, 2010). Nas análises de Motta (2008), a fragilidade se explica por duas causas: i) quase todos os trabalhos escritos sobre o assunto procuraram confrontar formas de administração tradicional com formas de administração moderna; ii) o objetivo consistia na busca da eficiência, referindo-se à redução de custos, e de eficácia, à realização de metas, e não contemplava o conceito de efetividade como propósito maior do desenvolvimento. Em função disso, recomendam-se três possibilidades para uma nova Administração do Desenvolvimento: i) conduzir as organizações para objetivos peculiares de desenvolvimento, mediante a efetividade organizacional (bem-estar social); ii) conceber modelos mais orgânicos de organização (em contraposição à burocracia mecanicista tipicamente weberiana), menos rígidos e permanentes, mais temporais e flexíveis; e iii) buscar o comprometimento valorativo das pessoas que integram as organizações, e não apenas a adesão neutra à regra burocrática como forma de realização de resultados. Martins (2004), ao analisar o desenvolvimento da disciplina no contexto neoliberal (décadas de 1980 e 1990), constatou que, além de não ter conseguido nenhum avanço teórico, houve ainda uma mudança de finalidade, ou seja, saiu do foco de uma “administração para o desenvolvimento” e adentrou em uma lógica de “administração de ajuste fiscal”, instigado pela crença de que o desenvolvimento requer menos Estado e mais mercado.

Em síntese, o campo da administração dedicou pouca atenção para o desenvolvimento teórico da disciplina. A explicação para isso talvez esteja na façanha de essa ciência não ter definido com precisão o seu objeto científico (gestão e/ou organização), tal como argumenta Santos (2004). Embora a administração não tenha dedicado a atenção necessária à disciplina, é preciso considerar que a Administração do Desenvolvimento nunca deixou de existir, uma vez que os problemas relacionados à gestão sempre foram objetos de análise de outros campos de conhecimento que também se dedicam aos estudos do desenvolvimento, como a economia do desenvolvimento, a sociologia do desenvolvimento, a antropologia do desenvolvimento, a geografia do desenvolvimento, entre outros.

De certa maneira, isso é observável na história da epistemologia do desenvolvimento, precisamente nas três abordagens teóricas que dominaram o campo das ciências sociais no que se refere à gestão do desenvolvimento (ESCOBAR, 2005b; GULRAJANI, 2010). A primeira constituiu-se na *abordagem modernizante* das décadas de 1940 e 1950, quando compreendia a gestão do desenvolvimento como um processo decorrente dos efeitos benéficos do progresso econômico, científico e tecnológico, bem como da capacidade gerencial dos agentes administrativos em transformar uma sociedade arcaica em uma sociedade moderna. Essa abordagem teórica representa a ortodoxia do pensamento econômico-administrativo e é abalizada nas teorias concebidas por autores como Joseph Schumpeter, Rosentein-Rodan, Artur Lewis, W. Rostow,

François Perroux, Peter Drucker, Michael Porter e Sérgio Boisier. Habitualmente, esses autores recomendam uma estratégia de desenvolvimento por imitação, ou seja, seguir o caminho trilhado pelos países do Primeiro Mundo. O pensamento ortodoxo modernizante serviu para fundamentar a elaboração do Plano Marshall (1947-1951), uma espécie de conjunto de medidas de assistência técnica, econômica e militar que os EUA adotaram para combater a expansão do comunismo na Europa e ao mesmo tempo exercer a função de superpotência do mundo capitalista. A experiência bem-sucedida do Plano Marshall inspirou a elaboração de outros planos para regiões menos desenvolvidas, como África, Ásia e América Latina, inaugurando, dessa maneira, o modelo de exportação de gestão do desenvolvimento *made in USA*, propagado, mercadologicamente no *slogan American one best way* (KELLY; MILLS; COOKE, 2006).

A segunda ocorreu por volta das décadas de 1950 e 1960 e diz respeito à *abordagem estruturalista*. Essa abordagem concebe a gestão do desenvolvimento como um sistema integrado de elementos distintos e complementares que devem ser compreendidos na perspectiva de uma análise histórica, sociológica e geopolítica. Em virtude disso, propõe que as raízes do subdesenvolvimento estão na conexão entre dependência externa e exploração interna e não na suposta falta de capital, tecnologia ou valores modernos. Em geral, enfatiza as assimetrias existentes nas relações sociais de produção, distribuição e consumo dos países-centro e periféricos. A abordagem estruturalista tem origem no pensamento latino-americano da CEPAL e constitui uma alternativa para a teoria ortodoxa da modernização, quando: i) propõe uma teorização específica para os países subdesenvolvidos; ii) rejeita a teoria das vantagens comparativas do comércio internacional; iii) introduz a unidade de análise sistema-mundo em substituição à unidade de análise estado-nação. São representantes dessa abordagem: Raúl Prebisch, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Thoetônio dos Santos, Vania Bambirra, entre outros. A América Latina em geral, e o Brasil em particular, foram fortemente influenciados por esse pensamento. No Brasil, após a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, e da Comissão Mista CEPAL-BNDE, a administração de dois governos – Getúlio Vargas (1950-1954) e Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1960) – se destacou no comando de um projeto nacional-desenvolvimentista, que, posteriormente, recebeu suporte teórico do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), uma espécie de *benchmarking* da CEPAL em solo brasileiro, criado em 1955 e extinto em 1964 pela ditadura militar (BRESSER-PEREIRA, 2004; WANDERLEY, 2015).

Dessa forma, nas décadas de 1980 e 1990, um número crescente de críticos culturais, em muitas partes do mundo, questionou o conceito de desenvolvimento até então utilizado pelas ciências sociais, de modo que possibilitou o surgimento do pensamento pós-estruturalista na gestão. Essa abordagem compreende a gestão do desenvolvimento como instrumento de dominação das sociedades ocidentais do Primeiro Mundo em relação aos países do Terceiro Mundo. É visto como um regime de representação, uma “invenção” que resulta da história do pós-guerra e, desde seu início, modelou inelutavelmente toda a concepção da realidade e ação social dos países que, a partir de então, ficaram conhecidos como subdesenvolvidos. Em razão disso, os pós-estruturalistas consideram o desenvolvimento como um fenômeno de poder historicamente criado, construído sob circunstâncias bem definidas e comandadas por autores bem determinados, como: BM, FMI, ONU, OMC, agências de fomento, universidades, entre outros (DUSSEL, 1993; MISOCZKY; BÖHM, 2013; WANDERLEY, 2015). Os estudos apresentados por Gilbert Rist, Wolfgang Sachs, Serge Latouche, Gustavo Esteva, Boaventura de Sousa Santos, Guerreiro Ramos, Omar Aktouf, Arturo Escobar, entre outros, ilustraram essa abordagem.

A Administração do Desenvolvimento, que ressurgiu, aponta para outro modelo de gestão, o da governança. Nele, o poder não é exercido apenas por um agente, mas por um coletivo que pode atuar em grau maior ou menor de assimetria e tem uma carga potencial de conflitos de interesses entre atores (Sociedade, Estado e Mercado) envolvidos e entre escala de poder (global, regional e local). Tal modelo fundamenta-se nos substratos antropológico e ecológico, ou seja, homem/natureza, e considera a gestão e o desenvolvimento como fenômenos da, para e com a

sociedade, diferentemente da Administração do Desenvolvimento do pós-guerra, cuja gestão é fundamentada na racionalidade instrumental (diagnóstico-prescrição-solução), no poder do tipo *top-down* (de cima para baixo) e na visão eurocêntrica e economicista de entender o mundo (MARTINS, 2004; RAMOS, 2009; JUSTEN; MORETTO NETO, 2013).

Aspectos metodológicos do estudo

No intuito de promover uma reflexão a respeito do que pensa, entende e espera a comunidade científica da Associação dos Programas de Pós-graduação em Administração (ANPAD) sobre o campo disciplinar da Administração do Desenvolvimento, realizamos, em setembro de 2011, uma pesquisa exploratória com os participantes do XXXV EnANPAD, de modo a examinar como essa disciplina vem se manifestando no campo da administração. Esse tipo de investigação é recomendado para descobrir ideias, percepções, gerar hipóteses mais precisas, com vistas a estudos mais aprofundados (GIL, 1994). Nessa edição, o evento contou com 1.141 inscrições de participantes, com a submissão de 3.159 trabalhos e, entre esses, foram selecionados 861 para apresentação nas 11 divisões acadêmicas.

A fim de conceder aos participantes do evento a chance de serem incluídos na amostra, aplicamos a técnica de amostragem probabilística. Para tanto, foi utilizada a fórmula de cálculo de amostragem de população finita, expressa em:

$$n = \frac{s^2 p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + s^2 p \cdot q}$$

Onde:

n = tamanho da amostra;

s² = nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão, nesse caso de 1,96;

p = porcentagem com a qual se verifica o fenômeno, nesse caso de 7%;

q = porcentagem complementar (100 - p);

N = número da população finita, nesse caso de 1.141;

e = erro máximo permitido, nesse caso de 5%.

Após a obtenção do número mínimo necessário para validar a amostra, nesse caso 81 participantes, distribuimos, aleatoriamente, no início das sessões de apresentação dos trabalhos das 11 divisões acadêmicas da ANPAD, 300 questionários constituídos de 12 questões de natureza aberta, semiaberta e fechada e solicitamos que, após o preenchimento, fossem entregues à recepção geral do evento. Do total de 300 questionários distribuídos, 110 foram devolvidos à recepção geral do evento, entretanto, apenas 85 estavam preenchidos de forma adequada, e somente 81 foram validados. Dessa maneira, atingimos o número mínimo necessário para extrair as estatísticas descritivas e desenvolver as interpretações dos resultados. Portanto, refere-se a um estudo exploratório de natureza empírica, uma vez que teve por finalidade descobrir ideias, percepções, gerar hipóteses mais precisas sobre o que pensa, entende e espera a comunidade científica da ANPAD em relação ao campo da Administração do Desenvolvimento.

Assim, a amostra foi contemplada por representantes das cinco regiões administrativas do Brasil (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul). Porém, as maiores incidências estão na Região Nordeste, 43%, e na Região Sudeste, 33,8%, conforme o retorno de questionários preenchidos; em seguida vem a Região Sul, 13%, e Centro-Oeste e Norte, com 3,8%. Desse modo, imaginamos que tal distribuição representa o perfil da população, haja vista que o Nordeste é a região com maior número de estados federativos (nove) do país, portanto, concentra um número expressivo de programas de pós-graduação, e o Sudeste é o grande centro de produção científica

da área, logo, tem a maior probabilidade de trabalhos aprovados para apresentação e, conseqüentemente, o maior número de participantes. A Tabela 1 traça o panorama da distribuição dos entrevistados por região federativa.

Tabela 1 – Distribuição dos entrevistados por região.

Região	Frequência	%
Abstenção	1	1,3%
Centro-Oeste	3	3,8%
Nordeste	35	43,8%
Norte	3	3,8%
Sudeste	27	33,8%
Sul	11	13,8%
Total	80	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Com o propósito de descrever o perfil da população investigada, mapeamos a formação, a titulação e o tempo de atuação na área. Assim, verificamos que se trata de uma população amostral predominantemente constituída de administradores, uma vez que 77,9% dos selecionados possuem a graduação acadêmica específica na área da administração; 81,3% são portadores de títulos acadêmicos *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado), também na área de administração, em que praticamente todos os selecionados, 100%, atuam como docentes, investigadores e/ou consultores no campo da administração, especificamente nas áreas de administração geral (40%), administração empresarial (38%), administração pública (14%) e administração social (7%). Esses dados confirmam a hegemonia que a área da administração empresarial exerce dentro do campo, se comparada às áreas pública e social, bem como a predominância do pensamento funcionalista, uma vez que parte dos atuantes na área de administração geral (economistas, engenheiros, psicólogos e sociólogos), de certa forma, também está a serviço da administração empresarial e do pensamento funcionalista quando desenvolve suas pesquisas e consultorias, conforme apontam os estudos de Burrell e Morgan (1979).

Além disso, destaca-se, também, que por ser a administração empresarial uma área com mais de cem anos de conhecimento formal, portanto com forte aparato técnico-metodológico, pode-se compreender a sua hegemonia em relação às demais, principalmente quando comparada com a administração social, um campo recentemente surgido, logo, que ainda apresenta pouca inserção na área (FRANÇA FILHO, 2003). Verificou-se também que o tempo médio de atuação na área da população pesquisada é de 15 anos. Isso significa que, para os padrões brasileiros, um pesquisador com esse tempo de serviço encontra-se em plena produtividade científica, uma vez que o tempo máximo permitido pela legislação para exercer a função de docente-pesquisador é de 35 anos.

Administração do Desenvolvimento na perspectiva dos participantes do XXXV EnANPAD

Uma vez descrito o perfil da população amostral, apresentaremos agora os resultados da investigação de como pensam, entendem e o que esperam os participantes do XXXV EnANPAD sobre o campo disciplinar da Administração do Desenvolvimento. Para tanto, iniciamos a investigação perguntando à população estudada se existe ou não alguma contribuição da ciência administrativa para as questões relacionadas ao desenvolvimento. E se essa população considera necessária a existência de um campo de conhecimento dentro da ciência administrativa para estudar as questões relacionadas ao desenvolvimento. Para esses questionamentos, disponibilizamos uma

escala de Likert com uma série de cinco possibilidades de respostas psicométricas, no intuito de medir o nível de concordância da população pesquisada em relação aos fenômenos apresentados.

No geral, eles entendem que existe, sim, uma contribuição da administração para as questões relacionadas com o desenvolvimento, uma vez que o somatório das alternativas "contribui muito" (27,5%) e "contribui" (53,8%) foi de aproximadamente 81,3%. Eles compreendem também que é necessária a existência de um campo de conhecimento na ciência administrativa que possa observar, descrever e explicar os fenômenos sociais relacionados ao desenvolvimento, considerando que o percentual acumulado das alternativas "totalmente necessário" e "necessário" foi de 71,3%. Porém, ao indagarmos se essa comunidade científica teve acesso, durante o seu processo de formação acadêmica, a algum componente curricular cujo enfoque fosse a gestão do desenvolvimento, verificamos que se trata de um grupo com pouca formação teórica no campo dos estudos sobre desenvolvimento, haja vista que apenas 41% da população investigada teve acesso a algum componente curricular. Dos que tiveram acesso, somente 80% foram capazes de citar qual componente curricular cursou durante a sua formação acadêmica. Entre os mais citados estão: Economia do Desenvolvimento, Desenvolvimento Econômico, Economia Regional, Sociologia do Desenvolvimento e Gestão da Competitividade e Inovação. Diante disso, que interpretação pode ser dada a esses resultados? De alguma forma, os resultados dessa investigação nos revelam que estamos diante de uma comunidade científica que acredita no contributo da ciência da administração para as questões relacionadas ao desenvolvimento da humanidade, mesmo que essa ainda não seja a sua finalidade maior, considerando a pouca atenção dada a esse fenômeno social nos componentes curriculares dos cursos de graduação em Administração.

Assim, na tentativa de conseguir alguma pista epistemológica, metodológica e/ou praxiológica capaz de fundamentar a Administração do Desenvolvimento, avançamos no processo investigativo de modo que fosse possível extrair dos participantes da pesquisa suas expectativas em relação ao desenvolvimento dessa disciplina. Para tanto, perguntamos, de forma espontânea, qual seria o elemento que melhor representaria o objeto de estudo da Administração do Desenvolvimento. Como resposta a esse questionamento, obtivemos um rol de possíveis objetos de estudo da Administração do Desenvolvimento, mas, utilizando-se da técnica de agrupamento de respostas, chegamos a quatro possíveis objetos de estudo: gestão, organização, estrutura e indivíduos. Deve-se ressaltar que, entre os respondentes, alguns citaram mais de um objeto de estudo para o campo da Administração do Desenvolvimento. Em razão disso, a base de cálculo para essa questão foi o número de citação por objeto de estudo e não o número de respondentes. Dessa maneira, obtivemos as seguintes sistematizações:

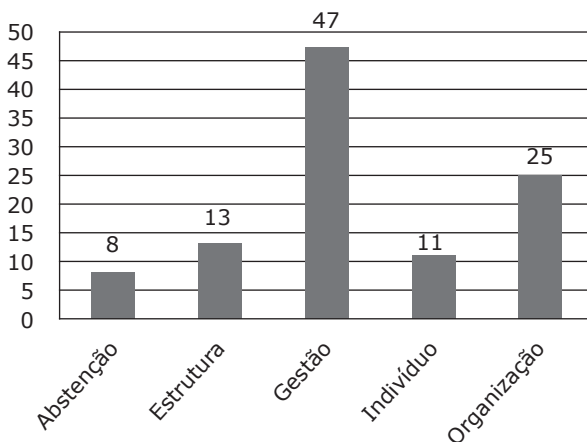


Gráfico 1 – Objeto de estudo da Administração do Desenvolvimento.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Tabela 2 – Objeto de estudo da Administração do Desenvolvimento.

Objeto	N. de citações	%
Abstenção	8	7,7%
Estrutura	13	12,5%
Gestão	47	45,2%
Indivíduo	11	10,6%
Organização	25	24,0%
Total	104	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Como é possível observar, a população estudada ainda não tem uma definição clara sobre qual é o objeto de estudo da administração, uma vez que, embora a gestão tenha sido a mais citada, com 45%, outros fenômenos sociais também foram referendados, como a organização, com 24%; a estrutura, com 12,5%; e o indivíduo, com 10,6%. Essa indefinição epistemológica, a nosso ver, acaba limitando o desenvolvimento do campo da administração, pois, quando não há clareza quanto ao objeto e à finalidade do campo, o mesmo tende a perder a direção dos seus propósitos. Diante disso, faz-se necessário um aprofundamento epistemológico sobre o que deve e/ou pode ser o objeto científico da administração.

Esse resultado corrobora as teses de Cooke (2004) e Santos (2004), quando defendem que o fenômeno da gestão não pode ficar sem amparo de um campo científico para observar, descrever e explicar as contradições sociais e que, em função disso, cabe à administração tê-la como objeto científico. Essa interpretação contraria o pensamento dos estudos organizacionais que defendem a organização como objeto da administração. Além disso, ajuda a esclarecer o nosso argumento de que a Administração do Desenvolvimento seja o campo da ciência administrativa que observa, analisa, explica e orienta as relações sociais de produção, distribuição e consumo, quer sejam em países, regiões, lugares ou organizações, de modo a garantir o bem-estar da sociedade. Contudo, é importante refletir sobre o modelo de gestão ao qual se referem esses integrantes da comunidade científica da ANPAD para compreendermos de que desenvolvimento eles estão falando, uma vez que o conceito de gestão para o pensamento crítico da administração é diferente do conceito de gestão do pensamento ortodoxo da administração. Enquanto o primeiro vislumbra um conceito de gestão transformadora e emancipatória, o segundo pensamento entende a gestão como um mecanismo de controle e poder.

Nesse sentido, a fim de avançarmos nessa discussão, perguntamos à população amostral, na perspectiva de Burrell e Morgan² (1979), em qual paradigma sociológico deve ser fundamentado o campo da Administração do Desenvolvimento, se no paradigma funcionalista, no interpretativista, no estruturalista, no humanista ou em outros. Perguntamos, também, qual deveria ser o nível de formulação teórica no campo da Administração do Desenvolvimento, se no nível macro, englobando todas as dimensões da sociedade; se no nível meso, englobando apenas uma dimensão da vida social; ou se no nível micro, englobando apenas alguns elementos da vida social. Para tanto, foram dadas opções de respostas com mais de uma alternativa para cada questão, caso fosse necessário. Como resposta a esses questionamentos, detectamos

2 O modelo de classificação de paradigmas sociológicos elaborado por Gibson Burrell e Gareth Morgan (1979), apesar de suas limitações e críticas pertinentes a qualquer modelagem, proporcionou uma visão de como o Campo dos Estudos Organizacionais estava configurado até aquele momento. O modelo permite, em partes, classificar teorias em quatro amplas visões de mundo, representadas por diferentes pressuposições metateóricas – funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical. Para isso, concebe a ciência como subjetiva ou objetiva e a sociedade em sistemas de mudança radical ou regulada. O modelo é representado por um quadrante com quatro possibilidades paradigmáticas ou escolas de pensamento.

certa pluralidade de pensamento da comunidade científica da ANPAD no que se refere às abordagens paradigmáticas da sociologia do conhecimento, uma vez que houve uma homogeneização nas repostas, porém, com certa predileção para o paradigma estruturalista. Entretanto, detectamos que o nível mais adequado para formular teorias no campo da Administração do Desenvolvimento perpassa pelo nível macro, talvez porque os problemas relacionados à gestão do desenvolvimento envolvam várias dimensões da vida social (econômica, política, ambiental, cultural, etc.), portanto, não se restringem apenas aos problemas do mundo corporativo (ESCOBAR, 2005b; JUSTEN; MORETTO NETO, 2013; WANDERLEY, 2015). Para uma melhor visualização desses dados, apresentamos nos Gráficos 2 e 3 e nas Tabelas 3 e 4 a sistematização das respostas dadas aos questionamentos dirigidos.

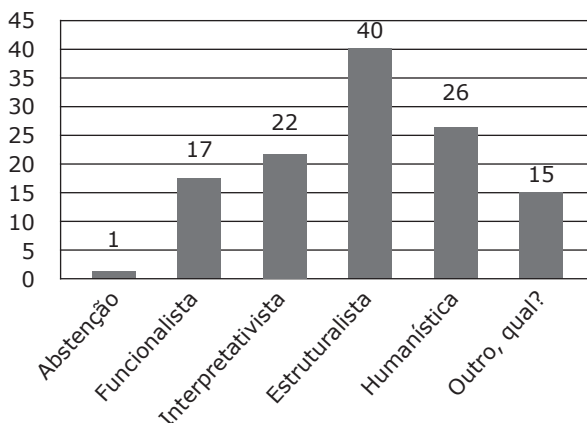


Gráfico 2 – Paradigmas científicos da Administração do Desenvolvimento.
Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Tabela 3 – Paradigmas científicos da Administração do Desenvolvimento.

Paradigma	Quantidade	%
Abstenção	1	0,8%
Funcionalista	17	14,0%
Interpretativista	22	18,2%
Estruturalista	40	33,1%
Humanística	26	21,5%
Citação espontânea	15	12,4%
Total	121	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

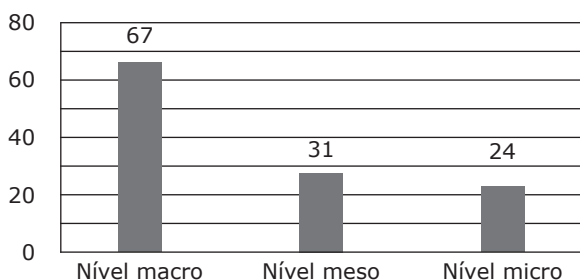


Gráfico 3 – Nível de formulação teórica da Administração do Desenvolvimento.
Fonte: Dados da pesquisa (2011).

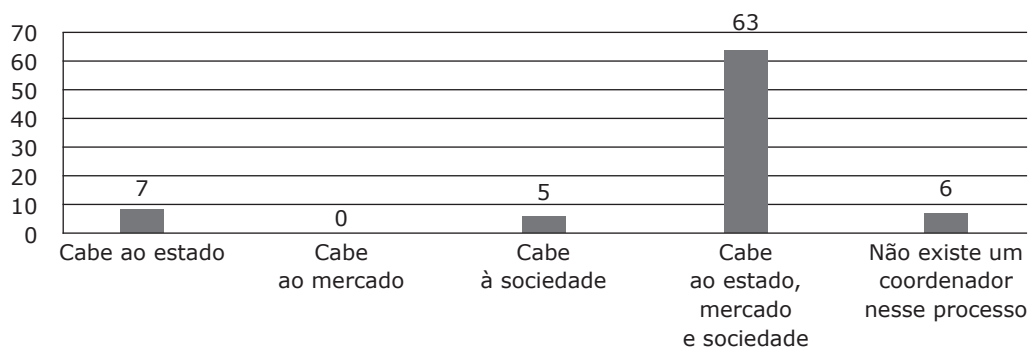
Tabela 4 – Nível de formulação teórica da Administração do Desenvolvimento.

Resposta	Quantidade	%
Nível macro	67	54,9%
Nível meso	31	25,4%
Nível micro	24	19,7%
Total	122	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Portanto, os resultados anteriores nos revelam que, para esses integrantes da comunidade científica da ANPAD, a Administração do Desenvolvimento deve ser constituída por uma série de posições epistemológicas e ontológicas que transitem entre o universo da ciência moderna e pós-moderna, já que, além dessas abordagens epistemológicas (funcionalismo, interpretativismo, estruturalismo e humanismo), também foram citadas outras possibilidades paradigmáticas, como: teoria crítica, fenomenologia, multiculturalismo, histórico-estrutural, pós-estruturalismo e pós-colonialismo. Isso, de certa forma, demonstra um amadurecimento do campo da administração, uma vez que transcende o domínio dos estudos ortodoxos e extrapola os limites do modelo de Burrell e Morgan (1979). Hoje, essas novas abordagens vêm ganhando espaço nos estudos sobre desenvolvimento, principalmente entre os pensadores do pós-desenvolvimento (RIST, 2001; ESCOBAR, 2005b; 2008; GULRAJANI, 2010; JUSTEN; MORETTO NETO, 2013).

Assim, os resultados revelam, também, que o estudo sobre a gestão do desenvolvimento não pode ser abordado de forma unidimensional, ou seja, apenas na perspectiva econômica de uma microgestão, haja vista que o fenômeno desenvolvimento traz consigo questões geopolíticas, socioculturais, socioambientais, socioestruturais, portanto, de alta complexidade. Por isso, o estudo da gestão do desenvolvimento necessita de um campo de conhecimento que seja capaz de estabelecer relações de grandeza entre os diversos níveis (micro, meso e macro), relações analíticas entre diversas categorias (indivíduo, coletividade, estrutura) e relações sociais entre diversos agentes (Mercado, Estado, Sociedade) (MISOCZKY; BÖHM, 2013; JUSTEN; MORETTO NETO, 2013; WANDERLEY, 2015). Isso ficou evidente quando perguntamos ao grupo amostral a quem cabe coordenar o processo do desenvolvimento: cabe ao Estado, ao Mercado, à Sociedade ou a todos esses agentes administrativos? Para os integrantes da pesquisa, a gestão do desenvolvimento requer um envolvimento de todos os agentes administrativos, pois estamos falando de um fenômeno social que diz respeito a todos os cidadãos de uma dada sociedade, portanto, não pode ficar apenas sob a liderança de um agente social.

**Gráfico 4 – Coordenação da gestão do desenvolvimento.**

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Esse entendimento, provavelmente, tem a ver com os resultados das experiências de dois modelos antagônicos de desenvolvimento, até pouco tempo vigentes: os modelos de desenvolvimento socialista e neoliberal. O primeiro consagrou o Estado como o único agente de desenvolvimento. O segundo fez do Mercado o senhor absoluto das relações sociais de produção e distribuição. A lição que tiramos dessas visões antagônicas é que não existe sociedade capitalista sem que haja a participação do Estado, tampouco sociedade socialista sem a atuação do Mercado, pois no mundo real nem sempre os tipos ideais funcionam como imaginam funcionar (MISOCZKY; BÖHM, 2013; WANDERLEY, 2015). Talvez isso explique o fato de 77,8% dos participantes da pesquisa terem se posicionado a favor de um modelo de gestão do desenvolvimento no qual haja participação efetiva dos três agentes sociais.

Na tentativa de compor um programa de pesquisa para o campo disciplinar da Administração do Desenvolvimento, solicitamos aos participantes a indicação de, no mínimo, cinco temas capazes de constituir uma agenda de investigação. Para tanto, citaram-se 278 temas possíveis de investigação nesse campo. Para efeito de sistematização, agrupamos os temas em sete linhas de pesquisa, conforme afinidade e aproximação entre eles. Assim, obtivemos a seguinte configuração da agenda de pesquisa no campo da Administração do Desenvolvimento:

Tabela 5 – Agenda de pesquisa para a Administração do Desenvolvimento.

Temas	N. citações	%
Estado, Governo e Desenvolvimento	71	25,5%
Gestão, Sociedade e Desenvolvimento	58	20,9%
Indivíduos, Organizações e Desenvolvimento	49	17,6%
Território, Inovação e Desenvolvimento	48	17,3%
Empresa, Mercado e Desenvolvimento	21	7,6%
Meio Ambiente e Sustentabilidade	19	6,8%
Epistemologia e Metodologia da Administração do Desenvolvimento	12	4,3%
Total	278	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

A proposta da agenda de pesquisa para o campo da Administração do Desenvolvimento, sugerida pela comunidade científica da ANPAD, nos revela que existe um universo temático a ser explorado pela ciência da administração. Entretanto, pelos temas indicados, é necessária uma ciência que seja capaz de observar, descrever e explicar as diversas relações sociais porventura existentes entre Estado, Mercado e Sociedade, bem como entre indivíduos, organizações e sociedade, considerando que os temas transcendem a fronteira do pensamento ortodoxo da administração, que, na maioria das vezes, pouco explica os fenômenos sociais decorrentes do desenvolvimento. Deve-se ressaltar, também, que o pensamento ortodoxo é fundamentado na escola neoclássica da economia, na escola comportamentalista da psicologia e nas técnicas de engenharia de produção; portanto, constitui o funcionalismo do campo da administração. Porém, a agenda sugerida vai além do universo corporativo, pois incorpora temas inerentes ao universo estatal e ao universo social, que, na maioria das vezes, não tem respaldo teórico dentro dos estudos ortodoxos ou até mesmo nos estudos organizacionais.

No horizonte dos estudos ortodoxos e da administração empresarial, os temas mais citados foram: competitividade, organização industrial, empreendedorismo, internacionalização de empresas, regulação e controle de mercado, relações comerciais, inovação tecnológica, planejamento estratégico, entre outros. Ainda na perspectiva dos estudos ortodoxos, em relação à administração pública e social, os temas predominantes foram: políticas macroeconômicas, políticas públicas de desenvolvimento, governança, gestão de cidades, estrutura e funcionamento do Estado, planejamento

estatal e governamental, finanças públicas, cooperações internacionais, empreendedorismo social, redes sociais, parcerias público-privadas e responsabilidade governamental. Na perspectiva dos estudos organizacionais, os temas que predominaram foram: cultura e mudança organizacional, desenvolvimento e comportamento humano, dinâmica organizacional, ambiente organizacional, estrutura organizacional, processo decisório, gestão de pessoas e relações de trabalho. Porém, deve-se ressaltar que os temas vinculados aos estudos organizacionais, pelas suas naturezas, são temas que contemplam tanto o universo da administração empresarial quanto o universo da administração pública e social, uma vez que buscam adaptar indivíduos em organizações e estas em ambientes estabelecidos. Já os temas mais citados na perspectiva dos estudos críticos em administração foram: relação de poder, demanda e controle social, desigualdade social, bem-estar social, mobilização, organização e transferência social, participação, democracia e inclusão social, gestão de bens comuns e relações territoriais (global, regional e local). Verifica-se, então, que muitos dos temas vinculados aos estudos críticos não são explicados pelas teorias do pensamento ortodoxo da administração e nem pelos estudos organizacionais. Eles necessitam de um arcabouço teórico que escape das amarras da ciência moderna tradicional e caminhe em direção ao pensamento pós-analítico, ou seja, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-desenvolvimento (DAVEL; ALCADIPANI, 2003; COOKE, 2008; ESCOBAR, 2005a; 2005b; GULRAJANI, 2010; JUSTEN; MORETTO NETO, 2013).

A sistematização dos temas em linhas de pesquisa nos revelam que o estudo no campo da Administração do Desenvolvimento deve concentrar esforços, em primeiro lugar, nas questões pertinentes ao Estado, Governo e Desenvolvimento (25,5%), por entender que o desenvolvimento de uma dada sociedade depende de uma gestão que conceba, implemente e avalie políticas públicas (macroeconômicas, sociais, urbanas, ambientais) capazes de proporcionar o bem-estar dos seus cidadãos.

Em segundo lugar, deve concentrar esforços para resolver ou minimizar os problemas decorrentes das relações entre Gestão, Sociedade e Desenvolvimento (20,9%), considerando que nessa esfera encontram-se as demandas, as desigualdades, os conflitos sociais, além dos elementos condutores da ação social, como: mobilização, participação, democracia, transparência e redes sociais.

Em terceiro lugar, a comunidade da ANPAD entende que o estudo da Administração do Desenvolvimento deve concentrar esforços em duas frentes de investigação: Indivíduos, Organizações e Desenvolvimento (17,6%), bem como, Território, Inovação e Desenvolvimento (17,3%), considerando que, uma vez concebido o modelo de gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo de uma dada sociedade, torna-se necessário observar, descrever e explicar o papel dos indivíduos e organizações sociais nesse modelo de gestão, bem como a relação desses com seus territórios de identidade (global, regional e local).

A quarta linha de investigação pauta-se nas discussões que surgem das relações entre Empresa, Mercado e Desenvolvimento (7,6%). Nela, encontram-se as questões de ordem mais funcionalista do pensamento ortodoxo. A quinta linha de investigação, sugerida pela comunidade da ANPAD, incorpora as questões relacionadas com a Gestão, Meio Ambiente e Sustentabilidade (6,8%). Por fim, é sugerida a linha de investigação Epistemologia e Metodologia da Administração Política (4,3%), com a finalidade de desenvolver um corpo teórico e metodológico próprio para o campo em estudo. De modo geral, os temas e as linhas de pesquisa sugeridos pela comunidade científica da ANPAD estão em sintonia com outros campos de conhecimento que também têm como objeto de análise o desenvolvimento, especificamente os campos da Economia, da Sociologia e da Antropologia do Desenvolvimento.

Na tentativa de identificar teóricos e obras com potencial de contribuição para a fundamentação da Administração do Desenvolvimento, perguntamos aos participantes da pesquisa se eles seriam capazes de citar três obras e três autores das ciências sociais do século XX que tivessem alguma aproximação com a disciplina, bem como três obras e três autores da literatura específica da administração que pudessem fundamentar os estudos da Administração do Desenvolvimento. No que se refere aos teóricos das ciências sociais, apenas 52% se colocaram como capazes de citar três

autores que pudessem atender a essa finalidade. Porém, ao citá-los, muitos se restringiram ao máximo de dois autores; diante disso, foram lembrados, em ordem de citação: Amartya Sen (29,70%), Celso Furtado (16,20%), Milton Santos (13,50%), Reginaldo Santos (13,10%), Joseph Schumpeter (10,80%), Guerreiro Ramos (8,10%), Peter Drucker (5,40%) e Arturo Escobar (3,10%). Quanto às obras das ciências sociais do século XX capazes de fundamentar o campo da Administração do Desenvolvimento, as citadas foram (Tabela 6):

Tabela 6 – Obras das ciências sociais com possibilidade de contribuição para a Administração do Desenvolvimento.

Título	Autoria	Ano de edição	País	N. de citações	%
<i>Desenvolvimento como liberdade</i>	Amartya Sen	1999	EUA	10	30,3%
<i>O mito do desenvolvimento econômico</i>	Celso Furtado	1974	Brasil	4	12,1%
<i>Teoria do desenvolvimento econômico</i>	Joseph Schumpeter	1911	EUA	4	12,1%
<i>Comunidade e democracia</i>	Robert David Putnam	1993	EUA	3	9,1%
<i>Estratégia do desenvolvimento econômico</i>	Albert Hirschman	1958	EUA	3	9,1%
<i>Por uma outra globalização</i>	Milton Santos	2000	Brasil	3	9,1%
<i>A natureza do espaço</i>	Milton Santos	1996	Brasil	2	6,1%
<i>Em busca do esquivo desenvolvimento regional</i>	Sergio Boisier	1996	Chile	2	6,1%
<i>A economia do século XX</i>	François Perroux	1967	França	1	3,05%
<i>La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo</i>	Arturo Escobar	2007	Venezuela	1	3,05%
Total				34	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Nesse sentido, pelo conjunto das obras citadas, é possível perceber que são, em sua maioria, obras clássicas do campo da economia do desenvolvimento, algumas do campo da geografia econômica (*A natureza do espaço* e *Por uma outra globalização*) e da ciência política (*Comunidade e democracia*). Assim, podemos entender que, na percepção dos participantes, embora sejam obras consagradas em outros campos de conhecimento, seus conteúdos e reflexões estabelecem, de alguma forma, um diálogo com a ciência da administração; portanto, são capazes de fundamentar o campo da Administração do Desenvolvimento. No que concerne à predominância das obras no campo da economia do desenvolvimento, provavelmente tem a ver com a tradição que a ciência econômica já possui nos estudos de desenvolvimento, assim como da relação existente entre estudos econômicos e estudos administrativos, conforme sinaliza a revisão de literatura apresentada neste trabalho.

Já no que se refere aos teóricos e obras específicas da administração, verificamos também que 58,8% se mostraram capazes de citar algum autor e/ou obra, em que conteúdo e reflexão se relacionam com a fundamentação do campo da Administração do Desenvolvimento. Entretanto, assim como ocorreu com os teóricos e as obras das ciências sociais do século XX, os participantes, na maioria, restringiram sua capacidade de citação em apenas dois autores e/ou obras, mesmo assim incluindo nomes de autores vinculados a outros campos de conhecimento, que não são necessariamente exclusivos do campo da administração. Vejamos:

Tabela 7 – Teóricos reconhecidos como especialistas em Administração do Desenvolvimento.

Autores	N. de citações	%
Alberto Guerreiro Ramos	21	35,0%
Carlos Brandão	5	8,3%
Reginaldo Santos	5	8,3%
Celso Furtado	4	6,7%
Michael Porter	4	6,7%
Robert Putnam	4	6,7%
Peter Drucker	3	5,0%
Bill Cooke	2	3,3%
Bresser-Pereira	2	3,3%
Fred Riggs	2	3,3%
Joseph Schumpeter	2	3,3%
Milton Santos	2	3,3%
Oliver Williamson	2	3,3%
Omar Aktouf	2	3,3%
Total	60	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Tabela 8 – Obras reconhecidas como específicas da Administração do Desenvolvimento.

Título	Autoria	Ano de edição	País	N. de citações	%
<i>A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações</i>	Alberto Guerreiro Ramos	1981	Canadá	8	20,5%
<i>Administração e contexto brasileiro</i>	Alberto Guerreiro Ramos	1966	Brasil	6	15,4%
<i>Território & desenvolvimento</i>	Carlos Antônio Brandão	2007	Brasil	5	12,8%
<i>A vantagem competitiva das nações</i>	Michael Porter	1989	EUA	4	10,3%
<i>Comunidade e democracia</i>	Robert David Putnam	1993	EUA	4	10,3%
<i>A administração política como campo do conhecimento</i>	Reginaldo Souza Santos	2004	Brasil	3	7,7%
<i>A redução sociológica</i>	Alberto Guerreiro Ramos	1965	Brasil	3	7,7%
<i>Administração nos países em desenvolvimento: a teoria da sociedade prismática</i>	Fred W. Riggs	1964	EUA	2	5,1%
<i>Desenvolvimento e subdesenvolvimento</i>	Celso Furtado	1961	Brasil	2	5,1%
<i>Teoria do desenvolvimento econômico</i>	Joseph Schumpeter	1911	EUA	2	5,1%
Total				39	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Enfim, verifica-se que a fundamentação da Administração do Desenvolvimento, na perspectiva da comunidade científica da ANPAD, é perpassada pela contribuição de teóricos pertencentes a tempos e correntes de pensamento diferentes, uma vez que o referencial sugerido inclui pensadores que se aproximam das três abordagens teóricas (modernizante, estruturalista e pós-estruturalista) que dominam o campo das ciências sociais, no que se refere à gestão do desenvolvimento, conforme relataram Escobar (2005b) e Gulrajani (2010). Em uma perspectiva mais modernizante e funcionalista, vale destacar os trabalhos de Joseph Schumpeter, François Perroux, Michael Porter, Peter Drucker, Sergio Boisier, Robert Putman e Oliver Williamson. Em proximidade com o estruturalismo, apontamos os trabalhos de Celso Furtado, Albert Hirschman, Fred Riggs, Guerreiro Ramos, Amartya Sen, Carlos Brandão e Reginaldo Santos. Em uma perspectiva do pós-desenvolvimento e do pensamento crítico, apontamos o próprio Arturo Escobar, Omar Actuof e Bill Cooke. Por essa classificação, é possível perceber uma diversificação das abordagens teóricas, o que nos leva a imaginar que é possível compreender a Administração do Desenvolvimento para além do pensamento tecnicista, originalmente assim concebida. Em nosso entendimento, a Administração do Desenvolvimento nunca deixou de existir como disciplina, visto que sempre foi conduzida por outros campos de conhecimento. Em função disso, trata-se de um saber disperso e fragmentado que sobrevive em campos de conhecimento, cujo objeto de análise é o desenvolvimento. Daí a necessidade de um olhar epistemológico, por parte da comunidade científica da administração, para a temática da gestão do desenvolvimento.

Considerações finais

Neste trabalho, foi constatado que a comunidade científica da ANPAD considera necessária a existência de um campo de conhecimento na ciência administrativa para observar, descrever e explicar os fenômenos sociais relacionados ao desenvolvimento, especificamente os fenômenos pertinentes à gestão do desenvolvimento. Para tanto, compreendemos que a Administração do Desenvolvimento deve constituir-se em um campo de conhecimento multidimensional, multiparadigmático e interdisciplinar, visto que o estudo da gestão do desenvolvimento requer análises das diferentes dimensões da vida social (econômica, política, sociológica, técnico-científica, socioambiental, etc.), dos diferentes paradigmas científicos (funcionalismo, estruturalismo, pós-estruturalismo) e das diferentes visões disciplinares (geográfica, econômica, sociológica, antropológica).

O estudo revelou também que parte do conhecimento produzido dentro da tradição dos estudos sobre desenvolvimento é visto como pertencente ao campo da Administração do Desenvolvimento, principalmente o conhecimento elaborado pela economia do desenvolvimento, uma vez que alguns autores e obras citadas estão vinculados a esse campo. Diante disso, deparamo-nos com dois importantes pressupostos, corroborados pela pesquisa, que requerem maior atenção por parte da ciência da administração, sintetizados em:

- P1: parte do conhecimento elaborado nas ciências sociais, quando se refere à gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo, pertence ao campo esquecido pela ciência da administração, o campo da Administração do Desenvolvimento;
- P2: Administração do Desenvolvimento é um subcampo da ciência administrativa que observa, descreve, analisa, explica e prescreve as relações sociais de produção, distribuição e consumo, quer sejam em países, regiões, lugares ou organizações, com vistas a garantir o bem-estar social.

Por isso, torna-se ainda mais necessário analisar o conteúdo dessas obras e verificar quais as contribuições que elas fornecem, efetivamente, ao campo disciplinar. Por essa razão, a ciência da administração tem pela frente um longo caminho a percorrer, considerando que os desafios epistemológicos, metodológicos e praxiológicos, evidenciados pela comunidade científica da ANPAD, são bastante complexos; portanto, não podem ficar sem amparo dessa ciência.

Dessa forma, para que a Administração do Desenvolvimento seja reconhecida como campo disciplinar, é necessário que tenha meios que possibilitem o fornecimento de respostas aos problemas de natureza investigativa. São vastos os problemas sociais que precisam de um olhar sistematizado na esfera da gestão do desenvolvimento; apenas para citar, deparamo-nos com problemas de gerenciamento na educação, saúde, segurança, transporte, alimentação, habitação, infraestrutura, entre outros. Embora esses problemas se apresentem como fenômenos reais de investigação e existam obviamente, os estudos no campo da Administração do Desenvolvimento não podem se limitar ao enfoque positivista da construção do conhecimento. É preciso compreender que esses fenômenos são resultado de um processo social, com base em elementos subjetivos, tais como ideologias, poder, valor, crenças, normas morais e sentimentos; logo, uma construção fundamentada nos seres humanos, atores da produção e reprodução da vida social.

Finalmente, do ponto de vista praxiológico, a Administração do Desenvolvimento deve ocorrer em um sistema de relações sociais que priorize uma negociação entre *o que, porque, para quem e como*, pois se trata de um fenômeno social que requer a participação direta de todos os agentes administrativos (Estado, Mercado e Sociedade) e não apenas de uma estrutura tecnocrática, que, por vezes, atua como porta-voz de organismos internacionais. A Administração do Desenvolvimento que renasce fundamenta-se em um conceito de desenvolvimento aberto, autônomo e deliberativo, em que a participação social deve ser valorizada em todas as etapas do processo de gestão (concepção, elaboração, implementação e avaliação). Esperamos, diante do exposto, que possamos receber as críticas e as contribuições da comunidade científica a respeito das questões aqui salientadas com a finalidade de consolidar essa “necessária” disciplina.

Referências

- BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito de desenvolvimento do ISEB discutido. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. London and Exeter: Heinemann, 1979.
- CAMPOS, A. M. Um novo modelo de planejamento para uma nova estratégia de desenvolvimento. *Revista de Administração Pública (RAP)*, jul./set. [1980] 2008. Edição especial: Clássicos da Revista de Administração Pública.
- COOKE, B. O gerenciamento do (Terceiro) Mundo. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, jul./set. 2004.
- COOKE, B. Participatory management as colonial administration. In: DAR, S.; COOKE, B. *The development management*. London; New York: Zed Books, 2008.
- COOKE, B.; DAR, S. The new development management. In: DAR, S.; COOKE, B. *The development management*. London; New York: Zed Books, 2008. p. 1-17.
- DAR, S.; COOKE, B. *The new development management*. London; New York: Zed Books, 2008.
- COOKE, B.; FARIA, A. Desenvolvimento, administração e imperialismo do Atlântico Norte: para Eduardo Ibarra Colado. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, jun. 2013. Editorial.
- DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 43, n. 4, p. 72-85, out./dez. 2003.
- DUSSEL, E. *1492: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.

- ESCOBAR, A. Afterword. In: DAR, S.; COOKE, B. *The development management*. London; New York: Zed Books, 2008. p.198-203.
- ESCOBAR, A. Economics and the space of modernity: tales of market, production and labour. *Cultural Studies*, v. 19, n. 2, p. 130-175, mar. 2005a. Disponível em: <<http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/escobar.2005c.CulturalStudies.19-2.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2016.
- ESCOBAR, A. El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. In: MATO, D. *Políticas de economía, ambiente y sociedad em tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005b. p. 17-31.
- ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo*. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Santafé de Bogotá: Norma, 2007.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento: guia para conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.
- FISCHER, T. *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- FRANÇA FILHO, G. C. Gestão social: um conceito em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9.; COLÓQUIO INTERNACIONAL EL ANÁLISIS DE LAS ORGANIZACIONES Y LA GESTIÓN ESTRATÉGICA: PERSPECTIVAS LATINAS, 2., Salvador: 16 a 18 jun. 2003.
- FREY, K. A dimensão político-democrática das teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Revista Ambiente & Sociedade*, ano IV, n. 9, p. 1-34, 2001.
- FURTADO, C. Desenvolvimento. In: CAIDEN, G. E.; CARAVANTES, G. R. (Org.). *Reconceituação do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988. p. 45-70.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.
- GULRAJANI, N. New vistas for development management: examining radical – reformist possibilities and potential. *Public Administration and Development*, n. 30, p. 136-148, 2010.
- HICKS, N.; STREETEN, P. Indicadores de desenvolvimento: a busca de uma unidade de medida de necessidades básicas. In: CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EducS, 1998. p. 71-95.
- JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L. Gestões do desenvolvimento e desenvolvimentos da gestão: da unilateralidade reificada à dialogicidade da simbiose homem/natureza. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 2, p. 295-310, 2013.
- KELLY, E.; MILLS, A.; COOKE, B. Management as a cold war phenomenon? *Human Relations*, v. 59, n. 5, p. 603-610, 2006.
- MAIA, J. M. *Economia internacional e comércio exterior*. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARTINS, H. F. Administração para o desenvolvimento: a relevância em busca da disciplina. *Revista Governança & Desenvolvimento*, n. 1, abr. 2004.
- MISOCZKY, M. C.; BÖHM, S. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiros. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 2, p. 311-339, 2013.
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. *Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. 2006. Tese (Doutorado)– Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2006.

MOTTA, P. R. Administração para o desenvolvimento: a disciplina em busca da relevância. *Revista de Administração Pública (RAP)*, jul./set. 2008. Edição Especial: Clássicos da Revista de Administração Pública.

MOURA, F. A.; SAUER, L. Reflexões sobre a metodologia de construção do IDH e suas implicações quantitativas. *Desafio: Revista de Economia e Administração (continua como Desafio Online)*, v. 10, n. 20, p. 114-128, 2009.

NEF, P.; DWIVEDI, O. P. Teoria e administração do desenvolvimento: uma cerca em volta de um terreno vazio? In: CAIDEN, G. E.; CARAVANTES, G. R. (Org.). *Reconceituação do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, [1949] 2000. p. 70-136.

RAMOS, A. G. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de possibilidade. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora UnB, 2009.

RAMOS, A. G. A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina. *Revista Administração Pública (RAP)*, jul./set. 2008. Edição Especial: Clássicos da Revista de Administração Pública.

RIGGS, F. W. *Administração nos países em desenvolvimento: a teoria da sociedade prismática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, [1964] 1968.

RIST, G. *Le developement: une històire de croyance occidentale*. Paris: Presses de Science. 2001.

SANTAGADA, S. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. *Revista FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 18, p. 245-255, 1993.

SANTOS, R. S. *A administração política como campo do conhecimento*. São Paulo; Salvador: Mandacaru; Hucitec, 2004.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 3, p. 569-583, 2012.

WANDERLEY, S. Estudos Organizacionais, (des)colonialidade e estudo da dependência: as contribuições da Cepal. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 13, n. 2, p. 237-255, 2015.

Submissão: 05/09/2014

Aprovação: 09/06/2015

MOTIVOS DE REJEIÇÃO DOS ARTIGOS NOS PERIÓDICOS DE ADMINISTRAÇÃO

Christian Falaster*
Manuel Portugal Ferreira**
Renata Canela***

Resumo

Os índices de rejeição dos periódicos de administração clamam pela análise dos motivos que levam editores e revisores a rejeitarem artigos submetidos. Este artigo investiga quais as lacunas mais frequentes nos artigos submetidos aos periódicos das áreas de "administração, ciências contábeis e turismo", que podem conduzir à rejeição. Metodologicamente, o estudo empírico foi sustentado por dados coletados por questionário feito com 82 editores-chefes de periódicos, questionando-os sobre quais motivos os levam a rejeitar artigos em *desk review* e quais os principais aspectos que seus revisores apontam como motivos para a rejeição dos artigos que avaliam. Os resultados revelam que a contribuição científica é um dos principais fatores para conseguir a publicação do artigo, e que o método é a seção que tende a apresentar mais problemas. Analisamos os resultados e discutimos implicações no debate sobre produtivismo acadêmico, proveniente do "publish or perish", proporcionando uma perspectiva abrangente dos cuidados a ter para conseguir a publicação.

Palavras-chave: Editores. Revisores. Pesquisa em administração. Processo editorial. Publicação.

MOTIVES FOR REJECTION IN MANAGEMENT JOURNALS

Abstract

The high rejection rates of papers submitted to management journals warrant an analysis of the motives underlying why reviewers and editors recommend rejecting papers. This article investigates what are the most common flaws in the papers submitted to journals of "management, accounting and tourism" that may lead to rejection. Methodologically, this study relied on data collected by survey to 82 scientific journal chief-editors questioning the editors about the motives that lead them to reject articles in desk review and which are the key factors that their reviewers point out as reasons for the rejection of the articles. The results reveal that contribution is one of the crucial factors for achieving acceptance, and that the method is the section that tends to have more problems. We analyze the results and discuss their implications to the debate on academic productivity, providing a perspective on aspects to attend towards having the paper published.

Keywords: Editors. Reviewers. Management research. Editorial process. Publication.

*Mestre em Administração pela Universidade Nove de Julho. Doutorando em Administração pela Universidade Nove de Julho. E-mail: christianfalaster@gmail.com

**Doutor em Administração pela David Eccles School of Business da Universidade de Utah, EUA. Professor no PPGA da Universidade Nove de Julho e no ESTG do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal. E-mail: manuel.portugal.ferreira@gmail.com

***Mestre em Administração pela FGV/EAESP. Professora na Facamp. E-mail: wausma@waus.com.br

No Brasil, o volume de produção científica em administração tem aumentado, acompanhando o maior número de programas de pós-graduação *stricto sensu*, de pesquisadores ativos, de periódicos (MORITZ et al., 2013), e as mudanças nos critérios de avaliação dos pesquisadores e das instituições (MACCARI et al., 2011). As pressões institucionais para publicar (KIRSCHBAUM; MASCARENHAS, 2009; FARIA, 2011; MILLER; TAYLOR; BEDEIAN, 2011), o reconhecimento dos pesquisadores mais prolíficos (BEDEIAN; VAN FLEET; HYMAN, 2009), a importação da cultura do *publish or perish* (MASCARENHAS; ZAMBALDI; MORAES, 2011; MILLER; TAYLOR; BEDEIAN, 2011) e a incorporação de sistemas financeiros de incentivos à publicação (GOMES, 2010) desafiam, e pressionam, os pesquisadores a publicar mais e em melhores periódicos (MILLER; TAYLOR; BEDEIAN, 2011).

Para que sejam publicados, os artigos precisam passar por um processo editorial com revisão pelo editor e pelos pares (revisores ou pareceristas) (FERREIRA, 2013). O objetivo da revisão pelos pares consiste em selecionar os artigos melhores e mais relevantes para publicação (BORNMANN, 2010). Os editores e os revisores são, portanto, os *gatekeepers* do conhecimento (BEDEIAN, 2003), com a incumbência de avaliar os méritos e a qualidade dos artigos e da pesquisa que os sustenta (CLARK; FLOYD; WRIGHT, 2006). A rejeição é um dos desfechos possíveis, e talvez o mais provável, do processo de revisão (FERREIRA, 2013). Na realidade, as taxas de rejeição dos artigos são altas em periódicos nacionais (SERRA et al., 2006) e internacionais de impacto (BORNMANN; WEYMUTH; DANIEL, 2009). Segundo Diniz (2013) e Ferreira (2013), a taxa de rejeição pode ser superior a 95% dos artigos submetidos entre as mais reputadas revistas científicas. Então, a rejeição parece ser o destino mais comum dos artigos submetidos a periódicos, tornando a publicação um processo muitas vezes frustrante para os pesquisadores. Essas evidências tornam-se ainda mais relevantes quando percebemos que a própria reputação dos pesquisadores está em jogo (BEDEIAN, 2003), bem como a das instituições. Assim, alguns pesquisadores se debruçaram sobre aspectos da publicação científica, como os problemas mais frequentes nos artigos (TSANG; FREY, 2006; BORNMANN; DANIEL, 2010; BORNMANN, 2010; KUMAR; RAFIQ; IMAM, 2010) e motivos para a rejeição (RADFORD; SMILLIE; WILSON, 1999; BYRNE, 2000; BORNMANN; DANIEL, 2007; BORNMANN, 2010). No Brasil, essa linha de questionamento tem sido menos frequente, mas é relevante por contribuir para elevar a qualidade da produção científica e alavancá-la para periódicos internacionais.

Neste estudo, procuramos compreender quais as lacunas mais comuns, ou problemas mais frequentes, presentes nos artigos submetidos aos periódicos brasileiros da área de administração. Esses problemas e lacunas fundamentam os motivos que podem conduzir à rejeição. Metodologicamente, coletamos dados por meio de questionário passado por e-mail aos editores-chefes de periódicos científicos brasileiros da área. O instrumento de pesquisa foi adaptado de Byrne (2000) à realidade brasileira, e inquiriu sobre diversos aspectos, erros e lacunas mais comumente presentes nos artigos submetidos aos periódicos. Em uma amostra de 82 editores-chefes que participaram da pesquisa, pudemos observar lacunas que contribuem para a rejeição direta pelos editores e os problemas mais frequentes apontados pelos revisores em seus pareceres.

Os resultados mostram que os pesquisadores brasileiros ainda têm dificuldade em comunicar eficazmente qual a contribuição dos seus trabalhos. A contribuição é o aspecto mais valorizado por editores e revisores, e o principal motivo de rejeição. Os resultados também apontam que a seção de método apresenta as lacunas mais severas. A partir dos resultados, discutimos implicações dessas questões para a pesquisa, o ensino nos programas de *stricto sensu* e a publicação científica nacional em administração. É possível que os nossos resultados possam ser debatidos face à política do *publish or perish*, amplamente difundida na comunidade científica, que parece priorizar a quantidade e o impacto dos artigos em detrimento de contribuições mais criativas e inovadoras (MILLER; TAYLOR; BEDEIAN, 2011).

Este artigo tem duas contribuições principais para a pesquisa e publicação em administração que importam apontar. Primeiro, apesar da importância de publicar, muitos pesquisadores – talvez em especial os estudantes de mestrado e doutorado – compreendem mal o processo editorial e de revisão pelos pares. Poucos estudos se debruçam sobre os fatores que os editores dos periódicos usam na avaliação (*desk review*) e quais os problemas mais frequentes nos artigos submetidos para avaliação em periódicos da área. Este estudo tem, assim, o potencial de contribuir para melhorar a produção e a publicação científica nacional na área, ao examinar quais os fatores mais valorizados por editores e revisores em seus pareceres, bem como quais são as lacunas mais frequentes. Assim, contribuímos para a aprendizagem dos requisitos fundamentais na preparação de um artigo para submissão a um periódico. Segundo, os resultados deste estudo podem ser explorados por editores para melhorar as diretrizes de avaliação dos artigos submetidos aos seus periódicos. Observamos que há, ainda, vários periódicos da área no Brasil que não disponibilizam aos revisores quaisquer guias para os seus pareceres.

O artigo está organizado em quatro partes. Primeiro, apresentamos uma breve revisão de literatura focada na revisão e nos critérios de avaliação. A metodologia, na segunda parte, inclui a descrição dos procedimentos metodológicos, do instrumento e da amostra. A terceira parte inclui os resultados, que são apresentados de forma eminentemente descritiva das respostas obtidas. Concluimos com uma discussão dos resultados obtidos, apontando limitações e sugestões para pesquisa futura.

Revisão da literatura

Revisores

A avaliação por pares é um processo da ciência para a própria ciência, cuja origem data da revolução científica no século XVI, em que os pesquisadores necessitavam de patronos para sua pesquisa (DAVYT; VELHO, 2000). Esses patronos, que não detinham o conhecimento científico, contratavam outros pesquisadores para avaliar a validade das propostas de trabalhos do pesquisador proponente. Assim, o objetivo da avaliação pelos pares (ou *peer review*) é chegar, por meio de julgamento, a um veredito sobre os méritos do trabalho (ou artigo) científico, em uma prática baseada no julgamento por especialistas da área (MILLER et al., 2013).

Nos últimos 50 anos, o número de publicações científicas cresceu exponencialmente (*vide*: LARSEN; VON INS, 2010). No Brasil, por exemplo, a produção científica tem aumentado em relação à maioria dos países, atingindo a 13ª posição no ranking mundial (MORITZ et al., 2013). No entanto, apesar da evolução em quantidade de artigos, a qualidade da produção científica brasileira está, ainda, aquém da realizada pelos pares internacionais (BERTERO et al., 2013). Um elemento que pode ser crucial para melhorar a qualidade da produção científica nacional para conseguir penetrar em esferas internacionais está em uma revisão do processo editorial dos periódicos do país (BERTERO et al., 2013).

Os revisores científicos têm a função de auxiliar o editor na decisão sobre quais artigos publicar. A face visível dessa função é o parecer que elaboram, em que avaliam a qualidade dos artigos e apontam limitações, falhas e lacunas, mas, também, propondo sugestões e comentários construtivos para melhoria (PAVAN; STUMPF, 2009), dentro do prazo, de maneira imparcial, correta, educada e cordial (BEDEIAN, 2003; FERREIRA, 2013). O processo de revisão por pares já recebeu a atenção de vários pesquisadores (*vide*: HAMERMESH, 1994; BEYER; CHANOVE; FOX, 1995; STARBUCK, 2003; SEIBERT, 2006), sendo que o fundamental é que um trabalho, para ser publicado, precisa ser “validado” pelos pares. Essa validação assenta em uma avaliação dos méritos do artigo, e indiretamente da pesquisa subjacente realizada, em aspectos como o rigor metodológico e conceitual, a relevância, a capacidade de comunicar a mensagem e a contribuição. Os editores buscam revisores com *expertise* nas diferentes

áreas abrangidas pelo escopo editorial dos periódicos que dirigem para compor seus quadros de pareceristas (MOOS; HAWKINS, 2009). Na seleção dos revisores são considerados diversos aspectos, como a relevância do pesquisador em sua área de estudo (que pode ser avaliada pela notoriedade e histórico de publicações), a nacionalidade (assumindo uma vertente internacional da pesquisa e do conhecimento), a rapidez na devolução e a qualidade dos pareceres (BEDEIAN; VAN FLEET; HYMAN, 2009). A seleção criteriosa dos revisores é uma garantia da qualidade do seu trabalho. No entanto, a heterogeneidade de características dos revisores aumenta a relevância de entender quais os critérios usados na avaliação dos artigos.

O processo de revisão decorre, na maioria dos casos, no sistema de *double blind review* (FERREIRA, 2013). Esse sistema significa que os pesquisadores não sabem quem são os revisores, e os revisores não conhecem a identidade dos autores dos artigos que são solicitados a avaliar (MOOS; HAWKINS, 2009; MILLER et al., 2013). Apesar de alguns autores (*vide*: JUSTICE et al., 1998; HOJAT; GONNELLA; CAELLEIGH, 2003) defenderem que há uma inabilidade de efetivamente dar anonimidade aos pesquisadores mais famosos em suas áreas, esse tipo de revisão tenta fornecer uma imparcialidade para os pareceres, o que se estima contribuir para melhorar a qualidade do processo editorial (LAZAROIU, 2009). Em todo o caso, o processo de avaliação pelos pares não é perfeito e diversas limitações e disfunções têm sido apontadas (STARBUCK, 2005). Entre elas lentidão, dificuldade em detectar fraudes e erros estatísticos, rejeição de novas ideias, possibilidade de plágio, dupla submissão, subjetividade, conservadorismo e favorecimento às redes elitistas (PAVAN; STUMPF, 2009).

Critérios de avaliação e rejeição

Um dos desfechos possíveis de um artigo submetido à avaliação em periódico é a rejeição (EHARA; TAKAHASHI, 2007; DINIZ, 2013; FERREIRA 2013). Obviamente, a rejeição é um desfecho indesejado por todos os pesquisadores (RADFORD; SMILLIE; WILSON, 1999). Há vários motivos que influenciam a decisão de aceitação ou rejeição dos artigos. A rejeição direta pelo editor-chefe do periódico, ou em *desk reject*, está comumente associada à falta de adequação ao escopo ou à proposta editorial do periódico (CLARK; FLOYD; WRIGHT, 2006). Mas a rejeição pode ser motivada por uma diversidade de outros aspectos, como um design inadequado do estudo (BORNMANN; WEYMUTH; DANIEL, 2009); conclusões não apoiadas pelos dados; resultados pouco originais, previsíveis e triviais; falhas metodológicas (KASSIRER; CAMPION, 1994; BYRNE, 2000; EHARA; TAKAHASHI, 2007); a ausência de contribuição e uma redação de fraca qualidade (FISKE; FOGG, 1990; HUFF, 1990). Efetivamente, a ausência de contribuição para a ciência, inovação, ou novidade, pode ser uma falha letal para o artigo (RADFORD; SMILLIE; WILSON, 1999; BYRNE, 2000; TURCOTTE; DROLET; GIRARD, 2004; CLARK; FLOYD; WRIGHT, 2006; BORNMANN; WEYMUTH; DANIEL, 2009).

A forma como os artigos são avaliados, ou os critérios seguidos, respeitam normas comuns definidas explicita ou tacitamente pela comunidade científica, mas mantém alguma subjetividade que manifesta as preferências pessoais de cada revisor (BEDEIAN; VAN FLEET; HYMAN, 2009). Na academia brasileira, Bertero, Caldas e Wood Junior (1999) constataram existir uma grande heterogeneidade nos critérios de avaliação da produção científica, tanto da parte das próprias publicações quanto pelos revisores científicos. Bertero, Caldas e Wood Junior (1999), tratando especificamente o contexto brasileiro, concluíram que as variáveis mais importantes na opinião dos avaliadores científicos são a consistência e a coerência, contribuição teórica, atualidade, nível de informação, rigor metodológico, concepção, legibilidade, utilidade para pesquisa futura, originalidade e inovação, oportunismo, eficácia da execução, atratividade para o público-alvo, concisão, atratividade do texto e utilidade prática. Diante da diversidade de critérios, Bornmann, Weymuth e Daniel (2009) delimitaram nove aspectos que estão usualmente presentes nos pareceres dos revisores e que são aspectos determinantes para o aceite ou a rejeição do artigo (*vide* também:

FERREIRA, 2013): (1) contribuição teórica; (2) escrita e apresentação do artigo; (3) design e conceito de pesquisa; (4) método e estatística; (5) discussão dos resultados; (6) qualidade das referências; (7) linha teórica utilizada; (8) reputação e filiação institucional do autor; e, por fim, (9) alinhamento com os preceitos éticos. Delineamos a apresentação de cada um dos aspectos postulados por Bornmann, Weymuth e Daniel (2009) em seguida.

A relevância do artigo em sua contribuição para a ciência é um dos fatores mais importantes na avaliação (*vide*: RADFORD; SMILLIE; WILSON, 1999; BYRNE, 2000; TURCOTTE; DROLET; GIRARD, 2004; CLARK; FLOYD; WRIGHT, 2006; BORNMANN; WEYMUTH; DANIEL, 2009; KUMAR; RAFIQ; IMAM, 2010). Geralmente, esse critério define se o artigo será enviado à avaliação dos pareceristas, pois falhas técnicas podem ser corrigidas, porém, um artigo sem contribuição não apresentará grandes melhoras nas rodadas de revisão.

A qualidade da redação é composta pela clareza na argumentação, didática, estilo de escrita, gramática, formalidade e apresentação inequívoca dos resultados. Esse critério está entre os principais alvos de comentários dos revisores em seus pareceres. Na maioria das vezes, o processo de revisão contribui fortemente para uma melhor legibilidade e clareza dos artigos (BORNMANN; WEYMUTH; DANIEL, 2009; KUMAR; RAFIQ; IMAM, 2010). O design, ou conceito dos artigos, é pautado pela estrutura conceitual, a adequação do estudo aos seus objetivos, sua consistência e plausibilidade. O design da pesquisa inclui a formulação de hipóteses e a construção de proposições e precisa ser bem construído para suportar as hipóteses/proposições criadas e promover sua observação (BYRNE, 2000).

A seção de método, por sua vez, representa como o pesquisador operacionalizou o seu estudo, contendo a forma de coleta dos dados, tratamentos estatísticos e de interpretação dos dados (BORNMANN; WEYMUTH; DANIEL, 2009). Alguns dos problemas metodológicos podem ser contornados por novos tratamentos de dados, mas problemas mais profundos, como amostra inadequada dos dados, podem invalidar todo o artigo. O método precisa ser adequado ao estudo e corretamente empregado, pois essa é a seção que mais comumente leva à rejeição dos artigos (BYRNE, 2000).

A discussão dos resultados dos artigos costuma compreender uma explicação detalhada e com base teórica dos resultados obtidos. Essa seção necessita ser clara, objetiva e correta para a compreensão dos estudos (BORNMANN; WEYMUTH; DANIEL, 2009). Essa discussão precisa se utilizar dos trabalhos anteriores para ser considerada adequada. O referencial teórico utilizado determina a qualidade e a atualidade da discussão proposta pelo pesquisador. Referências atuais, de alto impacto e relevantes são essenciais para que a revisão de literatura seja adequada (BORNMANN; WEYMUTH; DANIEL, 2009). Além do referencial teórico, Bornmann, Weymuth e Daniel (2009) destacam um fator específico para a linha teórica utilizada. A "teoria" que permeia o artigo precisa estar alinhada com as linhas teóricas estudadas por outros autores, mas também é relevante que os artigos busquem adicionar alguma contribuição para essas linhas teóricas.

Quando observadas as publicações que não correm no sistema de *double blind review*, a reputação do autor e sua filiação institucional tornam-se critérios que podem determinar a publicação ou rejeição de um artigo. Apesar da grande maioria dos periódicos nacionais correrem no sistema de revisão às cegas, alguns pesquisadores (JUSTICE et al., 1998; HOJAT; GONNELLA; CAELLEIGH, 2003) apontam que esse sistema pode falhar em mascarar a identidade dos autores. Assim, a reputação e a filiação institucional tornam-se fatores relevantes.

O último aspecto apontado por Bornmann, Weymuth e Daniel (2009) é a ética. A ética representa a compatibilidade do artigo com os preceitos éticos acordados pela academia. Problemas éticos na pesquisa em administração podem envolver, por exemplo, o uso de dados sigilosos ou informações privilegiadas sem o consentimento das empresas pesquisadas.

O estudo empírico realizado incidiu sobre a identificação de quais são os principais problemas identificados nos artigos submetidos à avaliação em periódicos de administração no Brasil e que conduzem à rejeição de publicação.

Instrumento e variáveis

O estudo empírico foi assente em dados empíricos coletados por questionário feito com editores-chefes dos periódicos. O questionário foi adaptado de Byrne (2000), sobre os fatores de rejeição nos periódicos de medicina, tendo sido traduzido para português – por meio de tradução e retradução (usualmente designado por *translation and back translation*) – e adaptado para o campo da administração e para a realidade brasileira. Manteve-se o foco em buscar entender e captar em detalhes quais são os erros e problemas mais comumente cometidos pelos pesquisadores que prejudicam a aceitação do artigo para publicação. O questionário foi alvo de um pré-teste com três editores de periódicos da área, com ajustamentos realizados.

O questionário final ficou composto por 86 itens, organizados nas oito partes seguintes: a primeira, sobre os dados do editor do periódico; a segunda, para identificar quais as seções dos artigos em que as lacunas mais comumente levam à rejeição; e as partes restantes questionam sobre os problemas mais frequentes nas principais seções do artigo (introdução, revisão, desenvolvimento conceitual e das hipóteses e proposições, metodologia nos estudos quantitativos, metodologia nos estudos qualitativos, resultados, discussão e conclusão). Os participantes foram convidados a responder as seções sobre problemas que levam à rejeição em uma escala tipo Likert de cinco pontos, que indicam a frequência com a qual o problema relatado costuma levar à rejeição do artigo. Essa escala foi ancorada em: 1 – nunca; 2 – raramente; 3 – às vezes; 4 – muitas vezes; 5 – sempre. Utilizando essa escala, foram calculadas frequências, médias e desvios padrão. A última seção questionou sobre aspectos da qualidade da redação nos artigos. Incluiu-se um espaço final para comentários livres. Foi garantido o anonimato das respostas, que foram tratadas de forma estatística agregada.

Amostra

Primeiramente, para definir a amostra, foram levantados todos os periódicos brasileiros classificados na área de “administração, ciências contábeis e turismo” no sistema Qualis CAPES. A lista resultante passou por um crivo de dois professores pesquisadores e também editores de periódicos da área de administração, para determinar quais os periódicos listados que efetivamente publicam artigos da área de “administração, ciências contábeis e turismo”. Assim, foram excluídos da amostra periódicos exclusivos de áreas como, por exemplo, a saúde e as engenharias, que também publicam artigos de pesquisadores de administração, mas não necessariamente da disciplina. Foram identificados 216 periódicos da área de administração.

Um questionário foi enviado por e-mail (na forma de um *hyperlink* para um formulário no Google Drive) para o editor-chefe (ou principal editor) dos 216 periódicos identificados. Foi tomado um cuidado especial para que os respondentes fossem os editores-chefes e não um(a) secretário(a) ou editor associado, pois esses têm maior experiência sobre seus periódicos, além da maioria do processo editorial passar por sua atenção. Obtivemos 82 respostas, para uma taxa de resposta de 38%. Essa é uma taxa de resposta alta, permitindo obter uma amostra que corresponde a uma parte considerável dos periódicos nacionais existentes classificados no Qualis em administração (no Apêndice 1 está a lista dos periódicos participantes da pesquisa).

Observando a distribuição dos periódicos da amostra pelo estrato Qualis, a maioria está concentrada nos estratos B2 (26,8% da amostra) e B3 (37,8% da amostra), mas a dispersão corresponde, de modo geral, à distribuição dos periódicos classificados no Qualis, ainda que com menor representação nos estratos mais baixos, B5 (4,9% da amostra) e C (1,2% da amostra). Os estratos mais altos, A2 e B1, corresponderam a 7,3% e 13,4% da amostra total, respectivamente. Em termos de valores absolutos, participaram seis editores de periódicos A2, 11 de B1, 22 de B2, 31 de B3, 7 de B4 e apenas 1 do estrato C. Quanto à experiência, a maioria (63,4%) dos editores ocupa o cargo há quatro anos ou menos, e 31,7% há dois anos ou menos. Apenas 12,2% ocupa o cargo de editor há mais de 10 anos.

Resultados

Em face da evidência de que a taxa de rejeição imediata pelo editor (*desk rejection*) é superior a 50% na maioria das publicações internacionais (CLARK; FLOYD; WRIGHT, 2006; FERREIRA, 2013), entre os periódicos brasileiros analisados essa taxa é comparativamente mais baixa. As respostas ao item "Em 2013, qual, aproximadamente, a porcentagem média de rejeição direta – *desk rejection* – dos artigos submetidos ao seu periódico?" revelou que, em quase metade dos periódicos, apenas cerca de 20% dos artigos submetidos têm rejeição direta pelo editor, sendo o restante enviado para avaliação por revisores. No entanto, as taxas de rejeição totais (somando as rejeições diretas pelo editor e pelos revisores) são relativamente altas, com a maioria dos periódicos com um percentual de rejeição superior a 40%. Como era esperado, as taxas de rejeição variam com o estrato do periódico, sendo que os periódicos em estratos mais altos têm índices de rejeição superiores (corroborando FERREIRA, 2013). Por exemplo, a maioria dos periódicos do estrato A2 apresenta taxas de rejeições (por editores e revisores) superiores a 81%, enquanto os periódicos dos estratos B1 apresentam taxas de 41-60%, e os dos estratos mais baixos (B4, B5, C) apresentam taxas de 21-40% com maior frequência. Ainda assim, os níveis de rejeição globais nos periódicos brasileiros da área são inferiores à média mundial de 57%, identificada por Bornmann, Weymuth e Daniel (2009).

Motivos para rejeição

A primeira análise incidiu sobre as seções que levam à rejeição pelos editores no *desk review*. Os resultados indicam que há problemas identificados em todas as seções dos artigos, mas que são mais proeminentes em algumas seções. Especificamente, a seção que mais tende a contribuir para a rejeição direta (*desk rejection*) por editores é a de método (M = 3,86) (Tabela 1), sendo o item que atingiu também o menor desvio padrão, revelando uma maior unanimidade entre os editores de que essa é a seção com mais falhas. As seções de discussão (M = 3,77), de desenvolvimento conceitual e de hipóteses/proposições (M = 3,76) e de resultados (3,69) também têm pontuações altas. A análise da distribuição das respostas identifica que as seções que "muitas vezes" levam à rejeição são revisão de literatura (53,2%), desenvolvimento conceitual (63,8%), método (59,3%), resultados (53,8%) e discussão (58%). O título e o resumo são as seções que menos conduzem à rejeição direta.

Tabela 1 – Seções dos artigos que mais frequentemente levam à rejeição direta.

Itens	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Às vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)	Média	Desvio padrão
Título	32,1	45,7	19,8	2,5	-	1,93	0,79
Resumo	17,3	35,8	32,1	14,8	-	2,44	0,95
Introdução	7,4	27,2	44,4	18,5	2,5	2,81	0,91

Continua

Continuação

Itens	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Às vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)	Média	Desvio padrão
Revisão da literatura	1,3	10,4	28,6	53,2	6,5	3,53	0,82
Desenvolvimento conceitual e hipóteses/proposições	-	5,0	22,5	63,8	8,8	3,76	0,68
Método	-	-	27,2	59,3	13,6	3,86	0,63
Resultados	-	5,0	31,3	53,8	10,0	3,69	0,72
Discussão	-	6,2	23,5	58,0	12,3	3,77	0,75
Conclusão	1,2	13,6	37,0	44,4	3,7	3,36	0,81

Fonte: Dados da Pesquisa.

Esses dados suportam os resultados de Byrne (2000), que indicou a seção de método como a que mais conduz à rejeição. O segundo escore mais alto foi discussão, apontada por Bornmann, Weymuth e Daniel (2009) como uma seção de grande importância para a qualidade do artigo. Importa referir que nessa seção os pesquisadores integram resultados com a teoria, apontam limitações, pesquisa futura e esclarecem a contribuição.

Em segunda instância, questionamos sobre os principais problemas que fundamentam a rejeição direta pelos editores (Tabela 2). Os dados mostram que a contribuição do estudo à ciência e conhecimento ($M = 3,78$) é o principal fator na decisão de aceitação ou rejeição. As deficiências no método utilizado ($M = 3,69$) e nas hipóteses e argumentações ($M = 3,62$) também são áreas nas quais tende a haver problemas. Foi apontado por 21% dos editores que "sempre" há problemas de contribuição insuficiente nos artigos rejeitados. É possível também perceber que os problemas são transversais a todos os itens, pois observamos escores altos na maioria das respostas.

Tabela 2 – Problemas gerais que mais comumente levam à rejeição direta.

Itens	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Às vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)	Média	Desvio padrão
Conceito (design) do estudo inadequado	3,8	13,8	36,3	33,8	12,5	3,38	1
Tópico pouco importante ou irrelevante	4,9	17,3	30,9	33,3	13,6	3,33	1,07
Problemas na qualidade da revisão da literatura	1,3	5,1	35,4	51,9	6,3	3,57	0,75
Hipóteses e argumentações pobres	1,2	4,9	32,1	54,3	7,4	3,62	0,75
Deficiências no método	2,5	7,4	21,0	56,8	12,3	3,69	0,88
Questão de pesquisa e problematização pouco clara ou inexistente	2,5	12,3	32,1	37,0	16,0	3,52	0,99
Contribuição insuficiente ou pouco clara	-	8,6	25,9	44,4	21,0	3,78	0,88
Apresentação confusa dos resultados	2,5	6,2	34,6	50,6	6,2	3,52	0,81
Interpretação insatisfatória dos resultados	2,5	5,0	41,3	45,0	6,3	3,48	0,8
Problemas de redação	4,9	23,5	35,8	30,9	4,9	3,07	0,97
Organização (ou estrutura) inadequada do artigo	3,7	32,1	32,1	23,5	8,6	3,01	1,03

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os dados apontam falhas em todos os aspectos, inclusive no nível da organização (estrutura) do artigo, de apresentação dos resultados, de redação, entre outros. É possível que as insuficiências estejam relacionadas com a preparação dos pesquisadores nos programas de mestrado e doutorado e, inclusive, as limitações na aprendizagem de métodos estatísticos (FIATES; SERRA; MARTINS, 2014). Mas, também é possível que a pressão para publicar tenha um preço na qualidade geral dos artigos submetidos à avaliação, com favorecimento da quantidade em detrimento da qualidade e da contribuição científica (MILLER; TAYLOR; BEDEIAN, 2011), na tentativa de publicar pesquisas que ainda não tiveram o tempo de maturação necessário. Ou seja, a urgência poderá induzir menor cuidado metodológico, de redação, etc. Esses resultados indicam a necessidade de equacionar ou repensar os métodos de incentivo aos pesquisadores e a própria formação dada nos programas doutorais. A necessidade por trabalhos que efetivamente contribuem para a teoria é unânime entre os estudos que levantam os problemas que levam os artigos à rejeição de publicação (*vide*: RADFORD; SMILLIE; WILSON, 1999; BYRNE, 2000; CLARK; FLOYD; WRIGHT, 2006; BORNMANN; WEYMUTH; DANIEL, 2009; KUMAR; RAFIQ; IMAM, 2010).

Ainda que não tenha sido abordado no questionário, em comentário livre, vários editores apontaram que um motivo frequente para a rejeição direta é a inadequação dos artigos ao escopo do periódico. Um dos editores observou que, *"Apesar das limitações encontradas em parte expressiva dos artigos submetidos, o principal motivo da reprovação de textos submetidos [...] é a falta de aderência do tema explorado pelo(s) autor(es) ao conceito editorial da revista"*. Outro revisor suporta essa alegação, afirmando que *"Vários autores submetem os trabalhos para avaliação, sem a verificação de seu alinhamento com o histórico de artigos publicados"*.

De modo similar, os problemas de escopo podem ser acompanhados por ausência de contribuição efetiva, como refere outro editor: *"Muitos artigos são rejeitados ou por não atender ao foco da revista ou por serem apenas revisões teóricas de conhecimento já consolidado na literatura"*. Mas, importa notar que há pontos de vista diferentes nas práticas de avaliação editorial. Por exemplo, um editor refere: *"A revista [...] utiliza o sistema duplo-cego de avaliação por pares. Isso significa que a rejeição direta de artigos ocorre unicamente nos casos de manuscritos fora do foco/escopo do periódico, plágio e autoplágio, e insuficiência científica notória"*.

Lacunas específicas de cada seção do artigo

Nesta parte, analisamos cada uma das seções do artigo, tendo questionado especificamente em que parte residem as falhas e lacunas apontadas nos pareceres dos revisores. Ou seja, questionamos os editores-chefes sobre as concentrações relativas de comentários dos revisores quanto aos problemas mais frequentes em cada uma das seções do artigo. Questionar os editores é a melhor solução, dado que esses acedem a inúmeros pareceres e conseguem formular uma perspectiva mais abrangente do que seria possível obter inquirindo uma amostra de revisores.

Na seção de introdução (Tabela 3), são mais evidentes as lacunas na apresentação clara de qual é a questão da pesquisa ($M = 3,43$), a falta de ineditismo ($M = 3,28$) e a ausência ou insuficiência na explicitação da contribuição para a teoria ($M = 3,25$). No entanto, problemas na apresentação do posicionamento teórico, fluidez no raciocínio, insuficiente apresentação do método e mesmo problemas de redação emergem como barreiras substanciais à publicação. Esses resultados evidenciam a importância dos autores esclarecerem o intuito do artigo logo na introdução. Ou seja, seguindo a tendência internacional, importa deixar bem evidente qual a questão de pesquisa e contribuição, ou implicação, do estudo. É possível perceber a importância de um alinhamento entre a questão de pesquisa – o que o artigo pretende – e a metodologia – como ele fará isso – logo na introdução, assim como descrito por Clark, Floyd e Wright (2006).

Tabela 3 – Problemas frequentes na introdução dos artigos.

Itens	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Às vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)	Média	Desvio padrão
Não apresenta adequadamente o enquadramento teórico ou conceitual	3,7	14,8	49,4	32,1	-	3,1	0,78
Não apresenta claramente a questão de pesquisa	1,2	7,4	42,0	45,7	3,7	3,43	0,74
Raciocínio confuso, contraditório	1,3	16,3	48,8	30,0	3,8	3,19	0,8
Não dá detalhes suficientes sobre os procedimentos metodológicos	3,7	14,8	40,7	38,3	2,5	3,21	0,86
Desinteressante (chato)	12,3	40,7	32,1	12,3	2,5	2,52	0,95
Não indica qual a contribuição	5,0	18,8	31,3	36,3	8,8	3,25	1,03
Há um desajustamento entre o título ou a questão de pesquisa e o que efetivamente o artigo faz	3,7	22,2	50,6	18,5	4,9	2,99	0,87
Redação deficiente, pobre, confusa	2,4	15,9	47,6	29,3	4,9	3,18	0,85
Não há ineditismo	5,0	11,3	38,8	41,3	3,8	3,28	0,9

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os problemas mais frequentes na seção de revisão de literatura (Tabela 4) estão ligados à falta de referências fundamentais ($M = 3,37$), qualidade da escrita ($M = 3,37$) – este foi referenciado com maior unanimidade (com desvio padrão mais baixo, com 0,70) –, ausência de referências a artigos recentes ($M = 3,31$) e pouca utilização de literatura estrangeira ($M = 3,26$). Os dados apontam várias deficiências na construção do referencial teórico e na escolha de o que referenciar. As lacunas e carências emergem na falta de referências fundamentais, mas, também, no equilíbrio entre os trabalhos seminais e referências atuais que englobem os progressos mais recentes (BORNMANN; WEYMUTH; DANIEL, 2009; KUMAR; RAFIQ; IMAM, 2010). As evidências também apontam que os editores observam a necessidade de melhorar a redação científica, que pode permitir melhorar o embasamento mal escrito (apontado por 45,7%).

Tabela 4 – Problemas frequentes na revisão de literatura.

Itens	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Às vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)	Média	Desvio padrão
Embasamento desconexo ou mal escrito	-	11,1	42,0	45,7	1,2	3,37	0,7
Referências muito novas (não leva em consideração o passado da teoria)	11,1	44,4	33,3	9,9	1,2	2,46	0,87
Referências muito antigas e sem considerar artigos recentes	2,5	14,8	42,0	30,9	9,9	3,31	0,93

Continua

Continuação

Itens	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Às vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)	Média	Desvio padrão
Referências fundamentais são ignoradas	-	14,6	41,5	36,6	7,3	3,37	0,82
Não segue uma linha teórica definida	1,2	21,0	35,8	37,0	4,9	3,23	0,88
Texto pouco claro	3,7	14,8	46,9	28,4	6,2	3,19	0,9
Não revê literatura nacional	12,7	31,6	32,9	19,0	3,8	2,7	1,04
Não revê literatura estrangeira	3,7	18,5	32,1	39,5	6,2	3,26	0,96

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na seção de desenvolvimento conceitual e de hipóteses/proposições, todos os itens (Tabela 5) aparentam altas pontuações. Assim, essa seção tende a apresentar lacunas ao nível da ausência de novidade na abordagem conceitual do estudo ($M = 3,37$), pouca clareza na argumentação das hipóteses e proposições ($M = 3,38$) e má formulação das hipóteses e proposições ($M = 3,37$), que podem estar incorretamente redigidas ou não argumentam realmente a relação proposta entre as variáveis. Esses dados mostram, assim, a necessidade de fortalecer a concepção do estudo como um todo. Novamente, é possível retomar a discussão de Miller, Taylor e Bedeian (2011) sobre os problemas causados pela pressão para publicação, um obstáculo comum para a criatividade e inovação nos estudos submetidos à avaliação em periódicos.

Tabela 5 – Problemas frequentes no desenvolvimento conceitual e de hipóteses/proposições.

Itens	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Às vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)	Média	Desvio padrão
Problemas na concepção da pesquisa (<i>research design</i>)	1,3	16,5	39,2	41,8	1,3	3,25	0,79
Não há novidades na abordagem conceitual	2,5	11,1	37,0	45,7	3,7	3,37	0,83
A argumentação das hipóteses/proposições não é clara ou não sustenta as hipóteses	2,5	7,4	45,7	38,3	6,2	3,38	0,81
Hipóteses/proposições mal formuladas (mal escritas ou sem relações entre variáveis)	1,2	13,6	39,5	38,3	7,4	3,37	0,86

Fonte: Dados da Pesquisa.

Para identificar as lacunas e insuficiências na seção de metodologia, inquirimos diferenciadamente sobre estudos quantitativos (Tabela 6) e qualitativos (Tabela 7). A literatura existente sobre motivos de rejeição pouco tem explorado problemas específicos aos estudos qualitativos. É possível que, pelo menos em parte, isso se deva à predominância de artigos quantitativos nos periódicos internacionais de maior impacto (*vide*: AZORÍN; CAMERON, 2010; PHELAN; FERREIRA; SALVADOR, 2002), com tendência inclusive decrescente na publicação de trabalhos qualitativos e estudos de

caso. No Brasil, em contraste, há ainda alguma predominância de estudos qualitativos, mais fortemente baseados em estudos de caso únicos ou múltiplos, no campo da administração (SERRA; FIATES; FERREIRA, 2008; FIATES; SERRA; MARTINS, 2014), justificando a pertinência de diferenciarmos essa análise.

Nos artigos quantitativos (Tabela 6), foram expressos altos escores em todos os itens, como revelam escores superiores a 3 em uma escala de 5 pontos. Ainda assim, nota-se maior destaque para problemas provenientes de amostras com baixa representatividade da população ($M = 3,38$), pouca informação sobre os dados ($M = 3,37$) e forma menos adequada no tratamento dos dados ($M = 3,30$). Os problemas de se ter uma amostra enviesada também receberam respostas que indicam alta incidência, sendo 39,5% "Muitas vezes" e 8,6% "Sempre". O menor desvio padrão foi obtido em relação à informação insuficiente sobre os dados (0,84), demonstrando a perspectiva mais unânime entre os editores. Byrne (2000) também realçou os problemas emergentes de amostras enviesadas e com baixa representatividade.

Em comentário livre, alguns editores apontaram problemas nas práticas da academia. Um editor de periódico em finanças indicou que: "*Alunos de cadeiras de metodologia (geralmente econometria) que fazem um estudo estatisticamente decente, mas sem qualquer significado em finanças. Apenas estudam (com técnicas às vezes sofisticadas) um conjunto de variáveis, mas, por não conhecerem a matéria, fazem hipóteses e análises pueris. No outro extremo, pessoas com boa experiência e formação na área, mas sem domínio metodológico, fazem proposições interessantíssimas, mas com execução extremamente pobre*". Outro editor referiu que "*A metodologia dos estudos são, em sua maioria, repetições, réplicas de estudos 'já emplacados', não trazem nenhuma inovação*". A melhoria na metodologia é uma das áreas em que os programas de Pós-graduação podem intervir para superar as lacunas, por exemplo, oferecendo uma qualificação mais sólida em metodologia, talvez com o reforço de disciplinas e a criação de laboratórios aplicados.

Tabela 6 – Problemas frequentes na metodologia de estudos quantitativos.

Itens	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Às vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)	Média	Desvio padrão
Não coletou variáveis que poderiam influenciar a interpretação dos resultados	4,9	17,3	44,4	32,1	1,2	3,07	0,86
Amostra enviesada com baixa representatividade da população estudada	3,7	11,1	37,0	39,5	8,6	3,38	0,93
Não considerou variáveis de controle que influenciam as relações estudadas	3,7	18,5	38,3	34,6	4,9	3,19	0,92
Dimensão inadequada da amostra	1,2	18,5	38,3	35,8	6,2	3,27	0,88
Informação insuficiente sobre os dados	1,2	12,2	42,7	36,6	7,3	3,37	0,84
Forma de tratamento dos dados que não é a mais adequada	2,5	14,8	39,5	37,0	6,2	3,3	0,89
As variáveis não são suficientemente explicadas	3,8	15,0	38,8	35,0	7,5	3,28	0,94
Problemas de controle de qualidade dos dados	3,7	12,3	46,9	30,9	6,2	3,23	0,88

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nos estudos com metodologia qualitativa mantêm-se as insuficiências na apresentação dos procedimentos seguidos, coleta e triangulação dos dados. Em essência, essas carências relevam a utilização inadequada dos preceitos para estudos dessa natureza. É possível ver um alerta quanto aos problemas de triangulação, apontados como muito frequentes por 43% dos editores. A triangulação dos dados contribui fortemente para a relevância dos estudos qualitativos, tendo impacto direto na robustez dos artigos.

Tabela 7 – Problemas frequentes na metodologia de estudos qualitativos.

Itens	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Às vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)	Média	Desvio padrão
Não coletou informações que poderiam influenciar a interpretação dos resultados	2,5	13,9	49,4	34,2	-	3,15	0,75
Não evidencia como o caso ou os dados foram escolhidos	3,8	22,8	25,3	39,2	8,9	3,27	1,03
Problemas de controle de qualidade das fontes	2,5	22,8	40,5	31,6	2,5	3,09	0,87
Amostra enviesada (p. ex., entrevistou as pessoas erradas)	7,6	30,4	31,6	26,6	3,8	2,89	1,01
Triangulação ruim ou inexistente dos dados	7,6	16,5	24,1	43,0	8,9	3,29	1,09
Roteiro de pesquisa inadequado	3,8	21,8	43,6	25,6	5,1	3,06	0,92
Insuficiente apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados	3,8	13,8	27,5	41,3	13,8	3,48	1,02

Fonte: Dados da Pesquisa.

Novamente, na seção de apresentação dos resultados, observamos médias altas para todos os itens (Tabela 8), com destaque para lacunas no tratamento dos dados (M = 3,64) e pouca clareza na apresentação dos resultados (M = 3,65). Segundo Radford, Smillie e Wilson (1999), resultados pouco claros resultam em pareceres de rejeição curtos e diretos por parte dos avaliadores. É relevante, ainda, evidenciar o reporte da ausência de *outputs* de análise essenciais para a compreensão e verificação dos resultados, assim como a ausência de indicação explícita dos resultados dos testes de hipóteses.

Tabela 8 – Problemas na apresentação dos resultados.

Itens	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Às vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)	Média	Desvio padrão
Tratamento superficial ou inadequado dos dados	1,4	2,7	37,8	47,3	10,8	3,64	0,77
Técnica estatística inadequada face aos dados	4,3	1,4	52,2	30,4	11,6	3,43	0,88
Apresentação dos resultados pouco clara	2,8	2,8	32,4	50,7	11,3	3,65	0,83

Continua

Continuação

Itens	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Às vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)	Média	Desvio padrão
Não inclui <i>outputs</i> essenciais (p. ex., falta tabela de correlações)	3,2	3,2	57,1	33,3	3,2	3,3	0,73
O artigo tem hipóteses, mas não mostra os resultados dos testes estatísticos	3,1	6,3	48,4	37,5	4,7	3,34	0,8

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os problemas mais comuns nas seções de discussão e conclusão dos artigos (Tabela 9) estão na ausência de conversação entre os resultados e a teoria ($M = 3,70$), não indicação de implicação para a teoria ($M = 3,57$) e na ausência de uma explicação sobre qual a contribuição do artigo ($M = 3,53$). A falta de implicações teóricas e a falta de explicação do contributo têm a maior incidência de respostas "Muitas vezes". Resultados não apoiados pela teoria são um dos principais problemas (BYRNE, 2000) dos artigos rejeitados, assim como a não explicitação de qual a contribuição almejada.

Tabela 9 – Problemas frequentes na discussão e conclusão dos artigos.

Itens	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Às vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)	Média	Desvio padrão
Pouca ou nenhuma implicação para a teoria	1,2	12,3	21,0	59,3	6,2	3,57	0,84
Apresenta os resultados na discussão	2,5	25,0	37,5	32,5	2,5	3,08	0,88
O artigo não apresenta sugestões para pesquisa futura	3,7	23,5	37,0	27,2	8,6	3,14	1
Não apresenta limitações da pesquisa	1,2	18,5	48,1	25,9	6,2	3,17	0,85
Não conversa com o referencial teórico	0	7,4	29,6	48,1	14,8	3,7	0,81
Demasiado viés na interpretação dos resultados	3,7	27,2	33,3	34,6	1,2	3,02	0,91
Não esclarece qual a contribuição do artigo	0	11,1	30,9	51,9	6,2	3,53	0,78
Não conclui efetivamente	3,7	8,6	34,6	45,7	7,4	3,44	0,89

Fonte: Dados da Pesquisa.

Problemas de redação

Finalmente, concluímos inquirindo sobre um aspecto transversal a todo o texto do artigo submetido: a qualidade da redação. A redação é crucial para uma boa comunicação. A Tabela 10 expõe os dados e ilustra que os principais problemas de redação são a má construção das frases ($M = 3,44$), deficiências na gramática e sintaxe ($M = 3,39$) e no fluxo confuso de ideias ($M = 3,25$). O menor desvio padrão

observado foi no fluxo de ideias (0,74), corroborando com Byrne (2000). Por outro lado, itens como a complexidade desnecessária (39,5%) e o uso de pronomes indefinidos (29,6%) foram apontados como pouco frequentes. Importa a esse respeito assinalar que a inclusão de uma seção questionando sobre a qualidade da redação emergiu nos pré-testes com os editores, que assinalaram ser essa uma deficiência significativa nos artigos submetidos. Assim, não há muito na literatura internacional sobre deficiências na redação dos artigos acadêmicos com que possamos contrastar os nossos dados. Essa é mais uma vertente a ser ponderada pelas direções dos programas de *stricto sensu*.

Tabela 10 – Problemas frequentes na redação dos artigos.

Itens	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Às vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)	Média	Desvio padrão
Fluxo de ideias confuso	-	16,3	43,8	38,8	1,3	3,25	0,74
Deficiências na gramática e sintaxe	1,2	17,1	30,5	43,9	7,3	3,39	0,9
Má construção das frases	1,2	13,4	31,7	47,6	6,1	3,44	0,85
Pontuação inadequada	2,4	22,0	36,6	35,4	3,7	3,16	0,9
Uso de pronomes indefinidos, que dificultam a leitura (p. ex.: um, aquele)	3,7	29,6	39,5	25,9	1,2	2,91	0,87
Complexidade desnecessária (pretenciosismo acadêmico)	2,5	39,5	35,8	17,3	4,9	2,83	0,92
Qualificações desnecessárias (p. ex.: adjetivos, advérbios, juízo de valor)	1,2	29,6	34,6	29,6	4,9	3,07	0,92
Texto repetitivo	1,2	23,5	35,8	33,3	6,2	3,2	0,91
Falta de desenvolvimento e de explicações importantes	1,2	14,8	38,3	39,5	6,2	3,35	0,85
Fluxo dos parágrafos que não é coerente	3,7	23,5	34,6	32,1	6,2	3,14	0,97

Fonte: Dados da Pesquisa.

Discussão

Neste estudo, analisamos os principais problemas encontrados nos artigos submetidos à avaliação por periódicos que os conduzem à rejeição. Para o efeito, utilizamos um questionário para a coleta de dados com editores-chefes de periódicos brasileiros de administração. O questionário inquiriu essencialmente sobre lacunas e falhas nos artigos submetidos que podem conduzir à rejeição. Os resultados contribuem para termos uma perspectiva factual de quais são os principais problemas encontrados nos artigos, e têm um contributo potencial de permitir aos pesquisadores e instituições desenvolver ações para superar as insuficiências e elevar o volume e a qualidade das suas publicações. Os resultados são, também, pertinentes para os pesquisadores – em especial aos estudantes em programas *stricto sensu*, ao evidenciarem aspectos

que merecem mais atenção antes de efetuar a submissão. Podemos, assim, entender os itens nas várias análises expressas como um *check list* para uma verificação final antes da submissão.

O que falha nos artigos

Os resultados mostram que as seções dos artigos submetidos que mais comumente levam à rejeição são o método, o desenvolvimento conceitual e a discussão. Já o principal problema dos artigos é a falta de contribuição efetiva para a teoria ou prática ou, pelo menos, a sua não explicitação. É interessante notar que, genericamente, todos os itens enumerados no questionário foram alvo de uma avaliação bastante negativa, quase consistentemente com escores acima de 3 em uma escala de 5 pontos. Ou seja, há efetivamente inúmeras lacunas que permeiam todas as seções dos artigos submetidos à avaliação em periódicos da área.

Na análise das seções do artigo, podemos identificar quais os principais problemas que importa corrigir para evitar a rejeição. De forma resumida: na seção de introdução, há problemas de clareza e ineditismo. Na revisão de literatura, há problemas na escolha de referências e na redação. No desenvolvimento conceitual, vemos problemas transversais que incluem desde a argumentação das hipóteses até a justificativa da relação proposta entre as variáveis. Na metodologia, identificam-se problemas nas explicações sobre a amostra, procedimentos seguidos, justificativa da relevância da amostra e técnicas de tratamento dos dados. Nos resultados, há problemas quanto ao tratamento dos dados e sua apresentação, incluindo não reportar os resultados do teste das hipóteses em estudos empíricos. Finalmente, nas seções de discussão e conclusão, as principais insuficiências estão no alinhamento com a teoria, na falta de implicações teóricas e de clareza quanto à contribuição do artigo.

Outro aspecto a destacar refere-se à frequência das lacunas que emergem na fase inicial de concepção dos artigos e pesquisas. A falta de relevância, rigor e contribuição é conhecida na academia brasileira (BERTERO et al., 2013). Pelo menos em parte, as deficiências apontadas pelos editores quanto à falta de inovação e de contribuição clara podem surgir de uma insuficiente maturação dos projetos de pesquisa. Ou seja, é provável que a pressão para publicar e o produtivismo acadêmico (FARIA, 2011) levem os pesquisadores a apressarem-se para a execução, sem ponderar sobre as questões metodológicas e conceituais ou o próprio debate em que o artigo irá se posicionar. Assim, submetem os seus artigos sem a necessária maturação. Esses resultados corroboram outros estudos de Bornmann, Weymuth e Daniel (2009), Turcotte, Drolet e Girard (2004), Byrne (2000) e Radford, Smillie e Wilson (1999) sobre os motivos de rejeição. As pressões para publicação constante resultam em artigos menos relevantes, menos originais e menos inovadores (MILLER; TAYLOR; BEDEIAN, 2011).

Também merecem menção explícita as deficiências de redação. Certamente os professores em programas de *stricto sensu* convivem com substanciais deficiências dos seus estudantes e orientandos nessa matéria. Neste estudo, os problemas de redação surgem em uma perspectiva mais ampla, não apenas na da escrita em si – construção das frases, gramática e sintaxe –, mas, também, na falta de clareza na explicação das ideias, na exposição dos argumentos, no esclarecimento das variáveis, na exposição dos resultados, etc. Ou seja, os problemas de redação acabam por ter um impacto transversal a todo o artigo. Para a direção dos programas de pós-graduação é imperativo superar essas deficiências. É possível que a inclusão de disciplinas ou *workshops* para melhorar a qualidade da redação possam resultar em uma melhor formação dos pesquisadores dentro das instituições, tornando os doutorandos mais preparados para a publicação. Essas deficiências na qualidade da redação já foram reconhecidas na academia brasileira (TRZESNIAK; PLATA-CAVIDES; CÓRDOBA-SALGADO, 2012; BERTERO et al., 2013), pelo que o nosso estudo permite confirmar o impacto na rejeição dos artigos.

Por fim, nosso estudo revela que os critérios de avaliação que mais levam à rejeição, de acordo com os editores e revisores brasileiros, parecem seguir as tendências

encontradas nas pesquisas internacionais (*vide*: RADFORD; SMILLIE; WILSON, 1999; BYRNE, 2000; TURCOTTE; DROLET; GIRARD, 2004; BORNMANN; WEYMUTH; DANIEL, 2009). Essa tendência demonstra um alinhamento da academia brasileira com os padrões internacionais de avaliação. Porém, parece ainda haver problemas conceituais na produção científica brasileira que precisam ser mais bem explorados e corrigidos no futuro.

Os dados e resultados permitem algumas inferências e merecem ser analisados no sentido de contribuir diretamente para que os pesquisadores melhorem os seus trabalhos, para as instituições de ensino superior e, em especial, para os programas de *stricto sensu* de mestrado e doutorado tomarem ações para melhorar a qualificação dos graduados. Primeiro, destaca-se o rigor teórico e metodológico exigido para publicação. É fundamental que os estudantes de mestrado e doutorado leiam mais e compreendam os fundamentos teóricos, mas os resultados também evidenciam o reforço da capacitação metodológica. Como os dados deste estudo apontam para deficiências significativas nos estudos quantitativos e qualitativos, o problema não existe apenas ao nível das técnicas estatísticas (FIATES; SERRA; MARTINS, 2014) ou do acesso a dados, mas sim de efetiva formação nas vertentes metodológicas da pesquisa (SERRA; FIATES; FERREIRA, 2008).

Publicar ou perecer (“*publish or perish*”)

Os resultados obtidos têm implicações que merecem o aprofundamento do debate sobre a produção científica nacional e, possivelmente, esse debate pode ser enquadrado na lógica dominante do “*publish or perish*”. A política do “publicar ou perecer” está amplamente difundida na academia mundial ou, pelo menos, na maioria dos países. Essa é uma política que exige a publicação constante, como forma de valorização do pesquisador e das instituições (HOJAT; GONNELLA; CAELLEIGH, 2003). No Brasil, a discussão sobre o produtivismo acadêmico aponta a influência das instituições nacionais e seus instrumentos de governança – que seguem os exemplos de pares internacionais – na produção científica dos pesquisadores (FARIA, 2011). Pesquisadores acabam por publicar trabalhos apenas para atender às pressões institucionais (BERTERO et al., 2013). A disfunção surge quando a pressão para publicar conduz apenas a um foco em maior quantidade de artigos em detrimento de pesquisas que tenham efetivo impacto e contribuição, pontuados por criatividade e inovação (MILLER; TAYLOR; BEDEIAN, 2011). No entanto, do outro lado estão editores e revisores que buscam artigos que apresentem contribuições efetivas.

Limitações e pesquisa futura

Este estudo apresenta algumas limitações. Primeiro, o estudo restringiu-se a periódicos brasileiros o que, sendo uma opção de escopo, não permite comparações diretas com outros estudos internacionais. Pesquisa futura pode alargar o escopo a outros periódicos internacionais de administração, de modo a obter uma perspectiva abrangente das principais lacunas e, em especial, permitindo comparações com a realidade brasileira. É provável que não exista uma grande divergência nos aspectos valorizados por editores e revisores, mas as maiores diferenças podem estar na frequência com que os artigos apresentam certas deficiências. Assim, a comparação internacional pode auxiliar a alavancar a própria produção nacional, ao conseguirmos identificar quais são realmente os fatores que precisam ser mais bem trabalhados nos artigos. Esta pesquisa também pode auxiliar a conceber mecanismos de incentivo à pesquisa com a qualidade necessária para publicação internacional. Assim, pesquisas adicionais que permitam expandir o nosso conhecimento sobre os problemas que levam à rejeição, mas fundamentalmente o que faz bem um artigo publicável internacionalmente, terão uma contribuição positiva para a área no Brasil.

Este estudo também se restringiu à área de administração. Pesquisa futura pode alargar a outros domínios do conhecimento, para compreendermos quais as

melhores práticas e os padrões em outros campos disciplinares. Se, previsivelmente, algumas áreas podem ter já alcançado maior maturidade, haverá indicadores sobre como melhorar em administração.

Estudos nos ramos de pesquisa e ensino em administração têm sido amplamente discutidos nos congressos da área, como o ENANPAD e o SEMEAD. Entre os temas relevantes para a expansão da pesquisa futura, destaca-se a necessidade de compreender as pressões institucionais sobre periódicos, que resultam em exigências tácitas e explícitas repassadas aos autores. Entre essas exigências, identifica-se a de que os autores cite artigos do próprio periódico (inflando os índices de citações), ou que incluam uma porcentagem de referências internacionais para passar pelo *desk review*, o que contribui para reforçar o fator de impacto desses periódicos estrangeiros. Esses são, também, aspectos pertinentes que incidem diretamente na conduta ética editorial que necessitam de pesquisa adicional. Outros estudos necessários envolvem analisar a própria qualidade do retorno que é dado aos autores, seja pelo editor, no *desk review*, seja pelos revisores nos seus pareceres. Uma linha de pesquisa relacionada prende-se com o entender o quanto os revisores conseguem selecionar os melhores artigos, ou o quanto os seus pareceres conseguem auxiliar a efetivamente melhorar a qualidade dos artigos. Finalmente, outra oportunidade para pesquisa futura relaciona-se com o paroquialismo científico e a dificuldade de publicar trabalhos que fujam ao normativo vigente ou que apresentem abordagens mais inovadoras. Artigos que trazem novas ideias e abordagens inovadoras parecem ter grande chance de serem rejeitados. Todas essas pesquisas podem envolver estudos com dados primários coletados com os principais intervenientes: pesquisadores, editores e revisores.

Neste estudo, questionou-se as opiniões dos editores de maneira subjetiva, sem observar evidências documentais. A maioria dos periódicos não coleta nem mantém registros organizados (ou pelo menos não os divulga publicamente) sobre as submissões, as rejeições e as avaliações, e tentativas de acessar os pareceres de revisores para uma análise de conteúdo não se mostraram viáveis. Seria relevante, como pesquisa futura, fazer análises aprofundadas de conteúdo dos pareceres dos revisores e dos próprios artigos submetidos, como forma de triangulação dos dados. Uma via para viabilizar essa pesquisa pode requerer a colaboração de periódicos ou de eventos, como o ENANPAD, o acesso aos pareceres e a utilização de *softwares* específicos de análise de conteúdo.

Considerações finais

Os pesquisadores visam conseguir publicar os resultados dos seus trabalhos de pesquisa em periódicos nacionais e internacionais. Observando literatura existente sobre as altas taxas de rejeição dos artigos submetidos e a nossa própria experiência como autores e revisores para eventos e periódicos, buscamos compreender quais as principais lacunas e deficiências que podem conduzir os artigos submetidos aos periódicos à rejeição. Os resultados sugerem que os pesquisadores podem aumentar a probabilidade de publicação, conhecendo e antecipando em que parte mais usualmente residem as lacunas. Talvez isso exija um esforço maior logo na fase inicial de concepção das pesquisas e definição de quem é a comunidade e a audiência nas quais o artigo irá se posicionar. Mas, o esforço precisa ser mais transversal a todo o artigo, e todas as seções do artigo exigem ser bem trabalhadas, bem redigidas e coerentes com a questão de pesquisa. Compreender as falhas mais comumente fatais talvez seja necessário para ajudar os pesquisadores a melhorarem a qualidade dos seus artigos. O objetivo deste artigo é exatamente construtivo: ajudar a melhorar o processo, evidenciar sugestões para aumentar a qualidade e evitar o tempo dispendido e as frustrações de ter rejeições.

- AZORÍN, J.; CAMERON, R. The application of mixed methods in organizational research: A literature review. *Electronic Journal of Business Research Methods*, v. 8, n. 2, p. 95-105, 2010.
- BEDEIAN, A. The manuscript review process: The proper roles of authors, referees, and editors. *Journal of Management Inquiry*, v. 12, n. 4, p. 331-338, 2003.
- BEDEIAN, A.; VAN FLEET, D.; HYMAN, H. Scientific achievement and editorial board membership. *Organizational Research Methods*, v. 12, n. 2, p. 211-238, 2009.
- BERTERO, C. et al. Os desafios da produção de conhecimento em administração no Brasil. *Cadernos EBAPE*, v. 11, n. 1, p. 181-196, 2013.
- BERTERO, C.; CALDAS, M.; WOOD JUNIOR, T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 3, n. 1, p. 147-178, 1999.
- BEYER, J.; CHANOVE, R.; FOX, W. The review process and the fates of manuscripts submitted to the AMJ. *Academy of Management Journal*, v. 38, n. 5, p. 1219-1260, 1995.
- BORNMANN, L. Does the journal peer review select the "best" from the work submitted? The state of empirical research. *IETE Technical Review*, v. 27, n. 2, p. 93-96, 2010.
- BORNMANN, L.; DANIEL, H. Convergent validation of peer review decisions using the h index: extent of and reasons for type I and type II errors. *Journal of Informetrics*, v. 1, n. 3, p. 204-213, 2007.
- BORNMANN, L.; DANIEL, H. The manuscript reviewing process: empirical research on review requests, review sequences, and decision rules in peer review. *Library & Information Science Research*, v. 32, n. 1, p. 5-12, 2010.
- BORNMANN, L.; WEYMUTH, C.; DANIEL, H. A content analysis of referees' comments: how do comments on manuscripts rejected by a high-impact journal and later published in either a low- or high-impact journal differ? *Scientometrics*, v. 83, n. 2, p. 493-506, 2009.
- BYRNE, D. Common reasons for rejecting manuscripts at medical journals: a survey of editors and peer reviewers. *Science Editor*, v. 23, n. 2, p. 39-44, 2000.
- CLARK, T.; FLOYD, S.; WRIGHT, M. On the review process and journal development. *Journal of Management Studies*, v. 43, n. 3, p. 655-664, 2006.
- DAVYT, A.; VELHO, L. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro? *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 7, n. 1, p. 1-18, 2000.
- DINIZ, E. Editorial. *Revista de Administração de Empresas*, v. 53, n. 1 p. 1, 2013.
- EHARA, S.; TAKAHASHI, K. Reasons for rejection of manuscripts submitted to AJR by international authors. *American Journal of Radiology*, v. 188, p. W113-W116, 2007.
- FARIA, A. Repensando produtivismo em gestão no (e a partir do) Brasil. *Cadernos EBAPE*, v. 9, n. 4, p. 1164-1173, 2011.
- FERREIRA, M. O processo editorial: da submissão à rejeição (ou aceite). *Revista Ibero Americana de Estratégia*, v. 12, n. 3, p. 1-11, 2013.
- FIATES, G.; SERRA, F.; MARTINS, C. A aptidão dos pesquisadores brasileiros pertencentes aos programas de pós-graduação stricto sensu em administração para pesquisas quantitativas. *Revista de Administração da USP*, v. 49, n. 2, p. 384-398, 2014.

- FISKE, D.; FOGG, L. But the reviewers are making different criticisms of my paper. *American Psychologist*, v. 45, p. 591-598, 1990.
- GOMES, V. O editor da revista científica: desafios da prática e da formação. *Informação & Informação*, v. 15, n. 1, p. 147-172, 2010.
- HAMERMESH, D. Facts and myths about refereeing. *Journal of Economic Perspectives*, v. 8, n. 1, p. 153-163, 1994.
- HOJAT, M.; GONNELLA, J.; CAELLEIGH, A. Impartial judgment by the "gatekeepers" of science: fallibility and accountability in the peer review process. *Advances in Health Sciences Education: Theory and Practice*, v. 8, n. 1, p. 75-96, 2003.
- HUFF, A. *Writing for scholarly publication*. 1. ed. Thousand Oaks: Sage, 1990.
- JUSTICE, A. et al. Does masking author identity improve peer review quality? A randomized controlled trial. *Journal of American Medical Association*, v. 280, n. 3, p. 240-243, 1998.
- KASSIRER, J.; CAMPION, W. Peer review: crude and understudied, but indispensable. *Journal of American Medical Association*, v. 272, n. 2, p. 96-97, 1994.
- KIRSCHBAUM, C.; MASCARENHAS, A. Limites da autonomia: reflexões sobre práticas de blind review e editoria de revistas científicas em administração no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, v. 55, n. 11, p. 1-22, 2009.
- KUMAR, P.; RAFIQ, I.; IMAM, B. Negotiation on the assessment of research articles with academic reviewers: application of peer-review approach of teaching. *Higher Education*, v. 62, n. 3, p. 315-332, 2010.
- LARSEN, P. O.; VON INS, M. The rate of growth in scientific publication and the decline in coverage provided by Science Citation Index. *Scientometrics*, v. 84, n. 3, p. 575-603, 2010.
- LAZAROIU, G. Assessing the influence of peer review on manuscript quality. *Review of Contemporary Philosophy*, v. 8, n. 1, p. 159-166, 2009.
- MASCARENHAS, A.; ZAMBALDI, F.; MORAES, E. Rigor, relevância e desafios da academia em administração: tensões entre pesquisa e formação profissional. *Revista de Administração de Empresas*, v. 51, n. 3, p. 265-279, 2011.
- MACCARI, E. et al. Sistema de avaliação da pós-graduação da Capes: pesquisa-ação em um programa de pós-graduação em administração. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 5, n. 9, p. 171-205, 2011.
- MILLER, A.; TAYLOR, S.; BEDEIAN, A. Publish or perish: academic life as management faculty live it. *Career Development International*, v. 16, n. 5, p. 422-445, 2011.
- MILLER, B. et al. How to be a peer reviewer: a guide for recent and soon-to-be PhDs. *Political Science & Politics*, v. 46, n. 1, p. 120-123, 2013.
- MOOS, D.; HAWKINS, P. Barriers and strategies to the revision process from an editor's perspective. *Nursing Forum*, v. 44, n. 2, p. 79-92, 2009.
- MORITZ, G. et al. A pós-graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. *Future Studies Research Journal*, v. 5, n. 2, p. 3-34, 2013.
- PAVAN, C.; STUMPF, I. Avaliação pelos pares nas revistas brasileiras de ciência da informação: procedimentos e percepções dos atores. *Encontros Bibli*, v. 14, n. 28, p. 73-92, 2009.

- PHELAN, S.; FERREIRA, M.; SALVADOR, R. The first twenty years of the Strategic Management Journal. *Strategic Management Journal*, v. 23, n. 12, p.1161-1168, 2002.
- RADFORD, D.; SMILLIE, L.; WILSON, R. The criteria used by editors of scientific dental journals in the assessment of manuscripts submitted for publication. *British Dental Journal*, v. 187, n.7, p. 376-379, 1999.
- SEIBERT, S. Anatomy of an R&R (or, reviewers are an author's best friends...). *Academy of Management Journal*, v. 49, n. 2, p. 203-207, 2006.
- SERRA, F.; FIATES, G.; FERREIRA, M. Publicar é difícil ou faltam competências? O desafio de pesquisar e publicar em revistas científicas na visão de editores e revisores internacionais. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 9, n. 4, p. 32-55, 2008.
- STARBUCK, W. How much better are the most-prestigious journals? The statistics of academic publication. *Organization Science*, v. 16, n. 2, p. 180-202, 2005.
- STARBUCK, W. Turning lemons into lemonade: where is the value in peer reviews?. *Journal of Management Inquiry*, v. 12, n. 4, p. 344-351, 2003.
- TRZESNIAK, P.; PLATA-CAVIDES, T.; CÓRDOBA-SALGADO, O. Qualidade de conteúdo: o grande desafio para os editores científicos. *Revista Colombiana de Psicologia*, v. 21, n. 1, p. 57-75, 2012.
- TSANG, E.; FREY, B. The as-is journal review process: let authors own their ideas. *Academy of Management Learning & Education*, v. 6, n. 1, 128-136, 2006.
- TURCOTTE, C.; DROLET, P.; GIRARD, M. Study design, originality and overall consistency influence acceptance or rejection of manuscripts submitted to the journal. *Canadian Journal of Anaesthesia*, v. 51, n. 6, p. 549-556, 2004.

Apêndice 1 – Lista de periódicos participantes do estudo.

Ambiente e Sociedade	Revista Brasileira de Finanças
BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	Revista Brasileira de Inovação
Brazilian Administration Review	Revista Contabilidade & Finanças
Brazilian Business Review	Revista Contabilidade e Controladoria – UFPR
Cadernos da Escola de Negócios da UniBrasil	Revista da Ciência da Administração
Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas	Revista da FATEC Carapicuíba
Cadernos EBAPE.BR	Revista da Unifebe
Ciências Sociais em Perspectiva	Revista de Administração da UEG
Ciências Sociais Unisinos	Revista de Administração da UFSM
Contabilidade, Gestão e Governança	Revista de Administração e Contabilidade da Faculdade Anísio Teixeira
Contexto	Revista de Contabilidade da UFBA
Cronos	Revista de Economia e Administração
Dados	Revista de Finanças Aplicadas
Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle	Revista de Gestão e Projetos

Em Questão	Revista de Gestão e Secretariado
Gestão & Planejamento	Revista de Gestão em Sistemas de Saúde
Gestão e Conhecimento	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade
Gestão e Sociedade	Revista de Negócios
Gestão Industrial	Revista de Negócios Internacionais
Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local	Revista de Turismo e Desenvolvimento
Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais	RECADM – Revista Eletrônica de Ciência Administrativa
Locus Científico	Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios
Negócios em Projeção	Revista Eletrônica de Sistemas de Informação
Nucleus	Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental
Perspectivas Contemporâneas	Revista E-tech
Pesquisa Operacional para o Desenvolvimento	Revista Gestão & Saúde
PMKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia	Revista Gestão & Tecnologia
Podium: Sport, Leisure and Tourism Review	Revista Global Manager
RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia	Revista Ibero-americana de Estratégia
RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE	Revista Online Sistemas & Gestão
RAE – Revista de Administração de Empresas	Revista Organizações em Contexto
RAEP – Revista de Administração: Ensino e Pesquisa	Revista Perspectiva
RARA – Revista de Administração e Negócios da Amazônia	Revista Pretexto
RBGN – Revista Brasileira de Gestão de Negócios	Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão
REA – Revista Eletrônica de Administração	RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental
REBRAE – Revista Brasileira de Estratégia	Tecnologia e Sociedade
REGE – Revista de Gestão	Teoria e Prática em Administração
REGPE – Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas	Turismo Visão e Ação
	Unoesc & Ciência ACHS

Submissão: 07/10/2014
Aprovação: 09/10/2015

VALORAÇÃO DO CONHECIMENTO NAS
ORGANIZAÇÕES: AS CONCEPÇÕES DOS INDIVÍDUOS
NO CONTEXTO DO TRABALHO

Andréa Cherman*
Sandra Regina da Rocha-Pinto**

Resumo

Este estudo objetiva analisar os diferentes modos pelos quais os membros organizacionais percebem e experimentam a valoração do conhecimento no contexto do trabalho. Realizou-se uma pesquisa fenomenográfica com profissionais de RH, que, a princípio, promoveriam a visão do conhecimento compartilhado entre os diversos grupos da organização. Emergiram, dos relatos, cinco concepções acerca da valoração do conhecimento no contexto do trabalho, retratando diferentes modos de conceber o conhecimento valorado e de se comportar em relação a ele, em função do contexto sócio-espaco-temporal percebido naquele arranjo (LATOUR, 2012) e da consciência focal dos indivíduos (MARTON; BOOTH, 1997). Os achados revelam que: i) o fenômeno é multidimensional, dada a relação do indivíduo com os diversos níveis de interação social; ii) os diferentes níveis de interação social influenciam nas várias concepções de conhecimento de valor, pela importância atribuída a cada grupo/dimensão; iii) os mecanismos de identificação, identidade organizacional e iv) mecanismo de poder atuam no alinhamento entre sujeito e organização para a construção do fenômeno; e v) há encaixe da concepção de valoração do conhecimento do indivíduo ao tipo de organização – modelo de gestão e estrutura organizacional – em que ele está inserido.

Palavras-chave: Valoração do conhecimento. Conhecimento organizacional. Fenomenografia. Sociologia da associação. Identidade organizacional.

VALUING OF KNOWLEDGE IN ORGANIZATIONS:
CONCEPTIONS OF THE INDIVIDUALS AT THE WORK
CONTEXT

Abstract

This study aims to analyze the different ways by which organizational members perceive and experience the valuing of knowledge in the work context. We conducted a phenomenographic research with HR professionals that have by principle to promote a shared vision of knowledge among the various groups in the organization. From the narratives emerged five conceptions of the valuing of knowledge to the work context. These conceptions portrayed different ways

*Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora agregada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: acherman@prof.iag.puc-rio.br

**Doutora em Ciências Humanas: Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora-adjunta na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: sanpin@iag.puc-rio.br

of conceiving the knowledge valued and how to behave in relation to it, regarding the socio-spatial-temporal context (LATOURE, 2012) and the individuals' focal awareness (MARTON; BOOTH, 1997). The findings reveal that: i) the phenomenon is multidimensional, given the relationship of the individual with the various levels of social interaction in the organization; ii) the different levels of social interaction influence the various conceptions of knowledge value, due to the importance given to each group/ dimension; iii) the mechanisms of identification, organizational identity and iv) the mechanism of power are used for aligning the individual and organization, in the construction of the phenomenon; and v) there is a fitting between the conceptions of valuing knowledge and the different types and organization models – management model and organizational structure.

Keywords: Valuing of knowledge. Organizational knowledge. Phenomenographic method. Sociology of association. Organizational identity.

Introdução

Muito se tem estudado na área de conhecimento organizacional (CO) (GHERARDI, 2000; ORLIKOWSKI, 2002; PATRIOTTA, 2003). Em 2001, Nonaka, Toyama e Byosière haviam evocado a importância de se atribuir valor ao conhecimento. Embora se tratasse de buscar um valor contábil, os autores reforçam o quanto a atitude relacionada ao conhecimento mudaria nas organizações ao se conferir valor a ele. De modo análogo, compreender como os indivíduos percebem, interpretam, significam e atribuem valor de importância ao conhecimento nas organizações é de grande relevância prática e teórica, uma vez que parece influenciar as consequentes atitudes de adoção, aplicação e internalização desses conhecimentos tanto pelos indivíduos quanto pela organização.

A revisão de literatura nacional e internacional do período de 11 anos fechados (2002 a 2012), entretanto, revelou que pouco se explorou como os indivíduos percebem e significam os conhecimentos considerados de relevância, e, portanto, valorados no contexto do trabalho. Os artigos que abordam a valoração do conhecimento não o fazem de forma direta, apenas tangenciam o tema, ou seja, ao buscar estudar facetas do conhecimento organizacional, os artigos acabam por apontar mecanismos utilizados pelos indivíduos, que intervêm ou enviesam a atribuição de importância e valoração de determinados conhecimentos em detrimento de outros, no contexto do trabalho. Esses mecanismos, por sua vez, influenciam nos comportamentos dos membros e na incorporação dos conhecimentos na organização. Dentre eles, pode-se citar: identificação e identidade organizacional (IO), relações de poder, política, hierarquia e conflito (autores mencionados na seção "Marcos teóricos"). Percebe-se que a literatura no campo de valoração do conhecimento pela perspectiva dos indivíduos mostra-se fragmentada, indireta e não coesa.

No presente trabalho, adotou-se a perspectiva do conhecimento como o conhecer (*knowing*) na prática e na ação: a visão *practice-based theorizing* (GHERARDI, 2000; ORLIKOWSKI, 2002). Define-se a valoração do conhecimento como senso coletivo de apreciação mútua, construído socialmente, em que um grupo, em determinado contexto, atribui valor a um mesmo resultado emergente de uma atividade (SWART, 2011). Para tanto, apreciou-se as experiências de valoração do conhecimento trazidas pelas narrativas dos indivíduos, emergentes e dadas na ação e na prática de trabalhar em um contexto específico (BROWN; DUGUID, 1991; LATOUR, 2012; LAVE; WENGER, 1991; ORLIKOWSKI, 2002; TSOUKAS, 1996).

O estudo busca endereçar diretamente a questão da valoração do conhecimento pela perspectiva do indivíduo; objetiva analisar os diferentes modos (concepções) pelos quais os membros organizacionais percebem e experimentam a valoração do conhecimento no contexto do trabalho. Para tal, conduziu-se uma pesquisa fenomenográfica com profissionais de recursos humanos (RH), aqueles por quem, a princípio, passariam rotinas, cultura, estrutura, estratégias e competências organizacionais,

treinamento-desenvolvimento-educação e que promoveriam a visão do conhecimento compartilhado entre os grupos da organização. Embora os dados tenham partido dos profissionais de RH, suas narrativas contemplaram experiências das práticas no contexto da organização.

Emergiram na pesquisa empírica cinco concepções acerca da valoração do conhecimento no contexto do trabalho, retratando diferentes modos de conceber o fenômeno nas organizações e de se comportar em relação a ele, relacionados ao contexto sócio-espaco-temporal percebido naquele arranjo social (LATOURET, 2012) e consciência focal dos indivíduos (MARTON; BOOTH, 1997). O estudo revelou que: o fenômeno da valoração do conhecimento é multidimensional, dada a relação do indivíduo com os diversos níveis de interação social no espaço organizacional; os diferentes níveis de interação social influenciam nas distintas concepções de conhecimento de valor, pela importância atribuída a cada grupo/dimensão; os mecanismos de identificação, identidade organizacional e poder atuam no alinhamento entre sujeito e organização para a construção do fenômeno; e há um encaixe entre a concepção de valoração do conhecimento do indivíduo e o tipo de organização – modelo de gestão e estrutura organizacional – em que ele está inserido.

O presente artigo divide-se em cinco partes: a próxima seção apresenta os marcos teóricos que fundamentaram as análises; na sequência, são descritos os procedimentos metodológicos; na seção seguinte são descritas as concepções da valoração do conhecimento; depois, discute-se cinco achados decorrentes da pesquisa realizada; por fim, a última seção apresenta as conclusões e sugestões para futuros estudos.

Marcos teóricos

Conhecimento organizacional e valoração: enfoques da literatura e definição no estudo

As visões acerca do conhecimento organizacional foram discutidas por Gherardi (2000), Orlikowski (2002) e Patriotta (2003). Com base nos autores, a literatura se desenvolveu em três vertentes. Na primeira, o conhecimento tratado como algo dicotômico (ORLIKOWSKI, 2002), como um objeto pré-existente, independente do conhecedor, que pode ser retido e transferido de uma a outra mente (GHERARDI, 2000), sendo que a revisão da literatura encontrou uma preocupação dos estudos de valoração do conhecimento com enfoque sobre mensuração. Nessa abordagem, o conhecimento é compreendido como um ativo de valor da organização, que deve ser medido, uma vez que causa impacto no desempenho organizacional ou pode depreciar e perder valor. O conhecimento é considerado um objeto concreto, com um valor de utilidade e troca, passível de apropriação e mensuração por um número financeiro-contábil, em boa parte dos casos. Referenciais utilizados nessa mensuração são a curva de aprendizagem, o conceito dos ativos intangíveis e a visão do trabalho especializado.

Na segunda vertente, o conhecimento é concebido como um fator de produção (GHERARDI, 2000), uma *commodity*, reificado em rotinas, na forma de capacidades estratégicas (PATRIOTTA, 2003), em que a revisão de literatura revelou o enfoque sobre criação de valor estratégico e desempenho organizacional. Nesse enfoque, o conhecimento é um antecedente que gera valor estratégico, sendo responsável por um desempenho organizacional distintivo. O conhecimento é visto como recurso ou capacidade prioritária para a criação de valor da organização e que possibilita certas atividades e resultados para a organização, tais como estratégia, inovação, articulação em redes e alianças, desempenho. Esse enfoque se incorpora nas visões baseada-em-recurso e baseada-em-conhecimento.

Na terceira vertente, o conhecimento é tratado de modo contextual, inserido e emergente da prática e da ação organizacional, no qual conhecer e desempenhar o trabalho naquele contexto são indissociáveis. É a abordagem do conhecer na prática

(GHERARDI, 2000), conhecer na ação (ORLIKOWSKI, 2002), cognição situada e técnico-científica (PATRIOTTA, 2003), adotadas no presente artigo. Nessa vertente, as experiências de valoração do conhecimento, trazidas pelas narrativas dos indivíduos, são emergentes e dadas na ação e na prática de trabalhar naquele contexto específico, e o conhecimento está intrinsecamente presente nas experiências de realização de uma atividade. Ao ser desempenhado, o conhecimento é aprendido, transformando o indivíduo em quem ele é (ELKJAER, 2003), ou seja, constrói a sua identidade para que o indivíduo faça sentido de si mesmo naquele ambiente.

Conceitualmente, sob essa perspectiva, o conhecimento está imerso na ação e na prática do trabalho, em que o conhecer (*knowing*) encontra-se situado e distribuído em um sistema de práticas contínuas (LAVE; WENGER, 1991; ORLIKOWSKI, 2002; TSOUKAS, 1996). Como é desempenhado na ação de fazer qualquer atividade (ORLIKOWSKI, 2002), o conhecimento está enraizado no contexto em que ocorre a interação e pressupõe alguma forma de participação na comunidade de prática (BROWN; DUGUID, 1991; LAVE; WENGER, 1991), podendo ser a organização, equipe, departamento, rede interorganizacional, entre outras coletividades. Assim, o conhecer é indutivo e emergente dessas práticas, sendo, portanto, indeterminado *a priori* (ORLIKOWSKI, 2002; TSOUKAS, 1996).

Essa perspectiva adota o conhecer como um fenômeno social e cultural, situado no contexto histórico, sociomaterial e cultural em que ele ocorre (GHERARDI, 2000), e abandona a noção do conhecimento como resultado de um processo mental e cognitivo. Além disso, a tradicional distinção entre conhecimento e aprendizagem desaparece da mesma forma que a dicotomia processo-resultado. O conhecer é relacional e mediado por artefatos, tais como a linguagem, a tecnologia, os objetos, os indivíduos (CALLON, 1980; LATOUR, 1999; 2012; LAW, 1992; LAW; HASSARD, 1999), em uma rede de intermediação. Desse modo, é continuamente reproduzido e negociado; sempre dinâmico e provisório. Como é passível de legitimação para tornar-se durável e provisoriamente permanente, é também composto por conflito, tensão e poder, passível de contestação (LATOUR, 1999; 2012; LAW, 1992; LAW; HASSARD, 1999). Essas vertentes acerca do CO não são excludentes, mas consistem em diferentes aproximações do mesmo objeto de estudo (PATRIOTTA, 2003): o conhecimento nas organizações e as formas de concebê-lo e tratá-lo. A visão do conhecer na prática e na ação contribui com uma abordagem sintética, tornando o contexto histórico-sócio-espaco-temporal vivido pelos indivíduos inerente e indissociável do conhecimento emergente (BROWN; DUGUID, 1991; ELKJAER, 2003; GHERARDI, 2000; LATOUR, 2012; LAVE; WENGER, 1991; ORLIKOWSKI, 2002; PATRIOTTA, 2003).

Quanto à valoração do conhecimento, adotou-se uma definição de valor que possuísse a mesma propriedade da perspectiva do conhecer na prática e na ação, ou seja, aquela na qual o valor seja construído na ação e inserido no contexto social e histórico, possuindo significado naquele ambiente. Desse modo, conceitua-se valor como o modo pelo qual as pessoas acessam a importância do que fazem, enquanto estão fazendo, ganhando sentido sobre si mesmas e sobre suas ações (GRAEBER, 2001). Valor é toda a energia, direção, esforço – ou seja, modos de ação – que o indivíduo dedica para manter, preservar, proteger as coisas concretas (produto) ou abstratas (significados e relações) que fazem sentido para ele, por terem sido incorporadas no amplo contexto social (GRAEBER, 2001).

No enfoque sobre a percepção dos indivíduos, acerca da forma como eles interpretam e significam o valor do conhecimento, e sob a perspectiva do conhecer na ação, Swart (2011) também define valor como um senso coletivo de apreciação mútua. Valor é construído socialmente. O grupo, em determinado contexto, atribui valor a um mesmo resultado emergente de uma atividade (SWART, 2011). É por intermédio da prática de desempenhar o trabalho, da ação situada no contexto, que o valor do conhecimento se torna visível para os membros organizacionais (NAG et al., 2007).

Valoração do conhecimento pela perspectiva dos indivíduos: achados da literatura

A revisão da produção acadêmica com base na perspectiva do indivíduo, na qual o valor do conhecimento emerge como interpretação e significado, mostrou-se pouco explorada. Os artigos relativos ao tema exploram a valoração do conhecimento por meio de comparações e percepções dos indivíduos acerca do conhecimento (COLMAN; LUNNAN, 2011; MENON; PFEFFER, 2003; MENON et al. 2006, THOMAS-HUNT et al., 2003); o papel do referente social no julgamento da importância do conhecimento (WONG, 2008); o reflexo da organização no indivíduo (ANTONACOPOULOU, 2006); o poder como forma de estabelecimento da aprendizagem e do conhecimento (HARMAN, 2012; HEIZMANN, 2011); a percepção do papel dos grupos na organização (HEIZMANN, 2011; OBORN; DAWSON, 2010; THOMAS-HUNT et al., 2003).

De modo geral, a revisão da literatura identificou que a atribuição de importância e valoração de determinados conhecimentos estão associadas a mecanismos que acabam por influenciar ou mesmo enviesar a escolha individual, privilegiando certos conhecimentos, não necessariamente os mais adequados à organização. Dois grupos de mecanismos preponderantes e pertinentes ao presente trabalho são discutidos a seguir. O primeiro grupo de mecanismos trata da identificação e da identidade organizacional, tomando por base as teorias de IO presentes nos trabalhos de Corley et al. (2006) e Dutton et al. (1994), e de identificação, de Mael e Ashforth (1992) e Ashforth et al. (2008). Os estudos apontam que a ameaça à identidade organizacional está relacionada negativamente à criação de valor (COLMAN; LUNNAN, 2011; NAG et al., 2007), pois os indivíduos protegem sua autoestima por meio da continuidade da IO existente, deixando, assim, de contribuir com a nova organização ou valorando aqueles conhecimentos da organização com que mais se identificam (RAVISHANKAR; PAN, 2008).

Outro grupo de mecanismos versa acerca das relações de poder, política, hierarquia e conflito. Os artigos abrangem a forma como o poder define o que deve ser aprendido; o modo como deve ser aprendido para ser significativo em determinado contexto; e também a natureza bastante limitada e limitante da visão do que pode ser aprendido (ANTONACOPOULOU, 2006). O conhecimento valorado (privilegiado) pode estar relacionado com a hierarquia existente e acabar por reafirmá-la (HEIZMANN, 2011; OBORN; DAWSON, 2010), caso em que o poder assume uma forma mais ostensiva e declarada, ou residir nas relações e no discurso (HARMAN, 2012; OBORN; DAWSON, 2010), caso em que o poder assume contornos sutis e implícitos, silenciando e constringendo o conhecimento de determinados membros e privilegiando outros sistematicamente.

Os estudos evidenciaram a relação entre esses dois grupos de mecanismos. O conhecer/aprendizagem no contexto do trabalho pode ser compreendido/a como o processo durante o qual os funcionários aprendem a "ser" no trabalho (ANTONACOPOULOU, 2006; ELKJAER, 2003; HARMAN, 2012; NAG et al., 2007), transformando o indivíduo em quem ele "é", ou seja, sua identidade (ELKJAER, 2003). A aprendizagem diária é um trabalho de construção de identidade contínuo, que tem lugar na e por meio da participação nas práticas do trabalho (BROWN; DUGUID, 1991; LAVE; WENGER, 1991). Os discursos existentes nas organizações, que o indivíduo toma para identificação e negociação/re negociação de sua identidade, permitem esse processo de construção identitária (HARMAN, 2012; NAG et al., 2007). O discurso, portanto, consiste na combinação de práticas sociais e de linguagem, contribuindo para a construção do conhecimento, identidades e experiências, ou seja, o próprio indivíduo (ELKJAER, 2003; LATOUR, 2012). Os discursos concorrentes, seus significados e valores se tornam incorporados, proporcionando modos de pensar e representando a aprendizagem diária no contexto do trabalho. Assim, o processo de poder não é necessariamente hierárquico e *top-down*; trata-se da autorregulação dos próprios indivíduos em busca de permanência e progressão na organização (ANTONACOPOULOU, 2006; HARMAN, 2012; NAG et al., 2007).

A sociologia da associação para uma dimensão explicativa

Dadas as distintas formas de experimentar e conceber o fenômeno da valoração do conhecimento pela perspectiva do indivíduo encontradas na pesquisa empírica, a sociologia da associação, de Latour (2012), fundamenta parte da discussão deste estudo, em que o conhecimento é relacional, composto e mediado por atores humanos e não humanos, que formam um agrupamento social, um arranjo coletivo. Na sociologia da associação, existem os agrupamentos, os grupos ou os agregados sociais de atores humanos (sujeitos) e não humanos (instituições, organização, objetos, tecnologia, natureza, como também rotinas organizacionais, cultura organizacional, liderança, planejamento, departamento e qualquer coisa que seja atuante), que agem como mediadores na ação de traduzir comportamentos e produzir uma realidade social (LATOUR, 2012).

Segundo Latour (2012), as associações sociais são interações fluidas com laços frouxos constituintes e reconstituintes dos grupos sociais; interações essas baseadas na comunicação e no discurso entre atores; e os sujeitos como atores passíveis de cognoscibilidade e conscientes de suas ações, produtores e reprodutores dos mundos sociais. Para o autor, não existe dualidade ou dicotomia como nível micro/macro da sociedade, agente/agência, contexto/ estrutura, local/global, não há nada abaixo ou acima, nem sequer existe "sociedade", ou seja, esses conceitos são construções produzidas pela ciência da sociologia tradicional para tentar explicar um mundo social que parece sólido, concreto, estruturado, fixo e permanente. O agregado social é composto por uma série de conexões laterais entre atores (não importando seu tamanho: seja um agente que desempenha uma tarefa; seja uma agência, uma organização que estabelece um padrão de trabalho), desde que haja um veículo, um mediador que conecte e transforme as ações e comportamentos de ambos os atores (sendo que o mediador também é um ator, como, por exemplo, uma rotina organizacional). A série de conexões que atua conjuntamente forma a rede que, pela sociologia tradicional, seria comparada à "sociedade". Latour (2012) prefere denominar como coletivo esse agrupamento que forma o mundo no qual os atores se inserem. O mundo social é plano, todos os atores estão agrupados no mesmo nível, lado a lado, formando a rede que o constitui.

Os atores também são rede: utilizam "panoramas" (cenários, discursos e ideias muito articulados) concebidos e construídos por outros atores (seja adquirido em uma disciplina de MBA, seja absorvido em uma leitura de revista de negócios, seja conversado em um *happy hour* com colegas de trabalho), que também constituem parte da rede, não importando tempo ou espaço. Assim, apropriam-se de "padrões estruturantes" circulantes, materializados em técnicas e tecnologias intelectuais deslocadas de outro lugar e de outro tempo (o curso de MBA, por exemplo, realizado há dez anos, ou uma palestra de uma hora realizada na semana passada). Os atores produzem e fazem uso também de "escalas" para classificar, denominar e comparar as coisas, com o objetivo de se inserirem no mundo social, agrupamento ou coletivo (LATOUR, 2012), por exemplo: sua classe social, sua formação, seu cargo, seu *status*, a empresa onde trabalham. Desse modo, embora todos os atores estejam no mesmo nível plano e tenham o mesmo tamanho, alguns exercerão maior peso no coletivo sobre outros atores, justamente por causa do "panorama" que constrói o modo de pensar e suas justificações, do "padrão estruturante" circulante, das "escalas" produzidas pelo próprio coletivo.

Adicionalmente, só existe tal mundo porque os atores se conectam, se inter-relacionam e interagem; caso algum deles deixe de atuar e se torne um mero intermediário, a composição do mundo social se modifica ou mesmo deixa de existir. O aspecto mais relevante emerge: toda e qualquer definição só possui realidade e sentido porque os atores humanos e não humanos estão naquele mundo social, inseridos nele, construindo-o, produzindo aquela rede, agrupados naquele coletivo (LATOUR, 2012), sendo que os agrupamentos são fluidos, frágeis, inconstantes e provisórios. Quanto ao indivíduo, ser humano, ele também é fruto de uma produção elaborada, pois "para obter atores humanos 'completos', é preciso compô-los com várias camadas sucessivas, cada qual empiricamente distinta da seguinte. O ator competente vem agora em minúsculos grãos" (LATOUR, 2012, p. 299). Portanto, ser um ator competente exige do indivíduo a sua própria produção, da qual o conhecimento faz parte (ELKJAER, 2003), a fim de ser considerado como tal, no mundo em que "escolheu viver".

Para acessar as concepções dos sujeitos acerca do fenômeno da valoração do conhecimento no contexto do trabalho, procedeu-se inicialmente a uma extensa revisão da produção acadêmica com base no modelo de Villas, Macedo-Soares e Russo (2008), para os temas de conhecimento organizacional e valoração do conhecimento, pelo período de 11 anos fechados, desde janeiro de 2002 a dezembro de 2012. Tal revisão de literatura considerou produções internacionais e nacionais. Foram contemplados 24 *journals* internacionais, classificados entre os cem primeiros ranqueados no *Journal of Citation Report* (JCR, 2010), nas categorias *Management* e *Business*, e no *rating Academic Journal Quality* (ABS, 2010), nas categorias *General Management* e *Organization Studies*; e 13 periódicos nacionais entre A1 e B2, pelo *rating* de classificação Qualis (CAPES, 2011). A escolha baseou-se no *ranking* e no conteúdo das publicações, cuja área de interesse editorial abarca o tema de conhecimento organizacional e seu subtema valoração de conhecimento. Foram encontrados 447 artigos internacionais e 38 nacionais em conhecimento organizacional, sendo que relacionados ao subtema de valoração do conhecimento resultaram em, respectivamente, 98 e 3 artigos. A análise da literatura de CO e os mecanismos de valoração do conhecimento foram sintetizados no marco teórico do presente estudo.

A fim de realizar a pesquisa acerca das concepções dos indivíduos, empregou-se o método fenomenográfico, que objetiva “descobrir e sistematizar formas de pensamento, em termos dos quais as pessoas interpretam aspectos da realidade, aspectos que são significativos socialmente e supostamente compartilhados pelos membros de um tipo de sociedade” (MARTON, 1981, p. 180). O propósito do método é o de descrever e mapear as formas qualitativamente diferentes de experimentar e vivenciar os fenômenos (MARTON; BOOTH, 1997). O método busca a compreensão de como o indivíduo apreende (percepção), faz sentido (significação e pensamento) e atua (ação e comportamento) em um aspecto específico do seu mundo. A esse trinômio percepção-pensamento-ação atribui-se o termo *concepção*, que se refere às diferentes maneiras como as pessoas vivenciam e dão sentido ao seu mundo (SANDBERG, 2000).

As concepções, ou categorias descritivas, estão relacionadas entre si, formando uma hierarquia lógica e inclusiva, cuja estrutura é definida em termos de complexidade crescente. Os diferentes modos de experimentar o fenômeno são partes componentes e relacionadas dentro de modos mais complexos e completos de perceber o fenômeno. Conforme os indivíduos repetem a experiência com o fenômeno, vão percebendo novos contornos, ampliando sua consciência focal até mudar de concepção para a categoria seguinte, mais completa, ampla e complexa do que a anterior (MARTON; BOOTH, 1997). O conjunto das categorias e o mapeamento de suas inter-relações compõem o espaço de resultado.

A fenomenografia estabelece a realização de 20 a 30 entrevistas. No presente estudo, as entrevistas foram conduzidas com 22 profissionais de RH, de analista a vice-presidente, de 3 a 36 anos de experiência profissional, em 22 empresas nacionais e multinacionais de médio a grande porte. Planejou-se a amostra intencional, buscando variedade nos sujeitos participantes, a fim de trazer os diferentes modos de experimentar o fenômeno.

O Quadro 1 exhibe a amostra planejada e obtida. A entrevista fenomenográfica é semiestruturada, composta por um cenário que delimita o tema no qual a conversa irá se ater; uma pergunta central, pedindo ao sujeito que narre a experiência vivida que melhor exemplifica o fenômeno (situação na qual teve o conhecimento mais/menos valorado no trabalho); questões de apoio do tipo “o quê? como?”, a fim de capturar o que é e como é concebido o fenômeno; e “por quê?”, para compreender a percepção e o pensamento/teorização por trás da ação (SANDBERG, 2000). As 21 horas e 9 minutos de material gravado geraram 352 páginas transcritas.

Quadro 1 – Variação demográfica da amostra intencional.

Grupos	Variação proposta no número de sujeitos entrevistados	Variação obtida de sujeitos/número de entrevistados
Tempo de atuação profissional	Quatro subgrupos, com cinco a oito entrevistados: até 5 anos; de 6 a 15 anos; de 16 a 25 anos; acima de 26 anos.	Até 5 anos: 4 De 6 a 15 anos: 8 De 16 a 25 anos: 7 Acima de 26 anos: 3
Posição/cargo	Analista/coordenação: 6 a 8 Gerência intermediária: 8 a 12 Alta gerência/diretoria: 6 a 8	Analista/coordenação/especialista: 9 Gerência intermediária: 8 Alta gerência/diretoria: 5
Tipo de empresa	Indústrias de setores econômicos diversos, nacionais e multinacionais privadas Dois subgrupos: pequeno e médio porte: 6 a 10; grande porte: 10 a 14.	18 indústrias Nacional: 12 Multinacional: 10 Médio porte: 8 Grande porte: 14
Formação	Administração: 6 a 8 Psicologia: 6 a 8 Economia, Engenharia, outros: 8 a 12	Administração: 6 Psicologia: 9 Economia, Engenharia, outros: 7

Fonte: As autoras.

Conforme preconiza o método, as entrevistas foram lidas três vezes na íntegra, a fim de separar as entrevistas mais dissimilares e agrupar as mais similares entre si, em termos de significado do fenômeno. O objetivo não é abrir um amplo grupo de concepções, mas encontrar os aspectos que façam emergir a inter-relação lógica, hierárquica e inclusiva entre o número adequado de concepções. Só então, desce-se para a análise do conteúdo individual de cada entrevista, a fim de codificar os elementos encontrados nos relatos, rearranjar e confirmar as concepções, para então detalhar a categoria descritiva. Essa etapa foi feita com auxílio do ATLAS.ti. Após a análise, procedeu-se a um grupo de foco (GOLDMAN; MCDONALD, 1987) com cinco participantes prototípicos de quatro categorias distintas, com a finalidade de obter a validade interna do espaço de resultado e aprofundar os achados.

Análise dos dados emergentes do campo: concepções acerca da valoração do conhecimento no contexto do trabalho

As cinco concepções, ou categorias descritivas, dos indivíduos acerca da valoração do conhecimento no contexto do trabalho são apresentadas da concepção mais estreita a mais ampla, seguindo um encadeamento lógico, hierárquico e inclusivo, no qual a categoria imediatamente anterior está contida na categoria seguinte. Os elementos emergentes descritos na análise, a seguir, são: a natureza do conhecimento; a dimensão de interação social do indivíduo com os grupos frente ao fenômeno; o contexto sócio-espaço-temporal; o arranjo estrutural organizacional; os mecanismos de identificação, IO e poder, encontrados em cada categoria, que dão origem à concepção de valoração do conhecimento. Ao final da seção, o Quadro 2 apresenta o espaço de resultado para as cinco concepções do fenômeno.

Valoração do conhecimento é aplicação no trabalho

"[o conhecimento valorado está] exatamente na organização desse processo, ou seja, o meu conhecimento de gestão propiciou que a gente pudesse colocar equipes multidisciplinares, todas elas integradas, ou seja, fazendo planejamento de datas e de matérias e tudo isso alinhado com a estratégia da empresa, com a visão de negócios da empresa, com deadlines estabelecidos para que uma planta... A gente tá falando assim de investimentos de trezentos, quatrocentos milhões de dólares, pudesse acontecer. E isso é que eu acho que efetivamente coloca a gestão de RH efetivamente alinhada com a estratégia da empresa, ou seja, efetivamente o negócio tem o RH como parceiro estratégico para que as coisas possam efetivamente acontecer." (Entrevistado 3).

Nessa concepção, o conhecimento na organização se enquadra na metáfora da máquina, inserida na perspectiva econômica (GHERARDI, 2000) ou estrutural (PATRIOTTA, 2003), no qual o conhecimento de valor é um objeto para auxiliar na eficiência e na eficácia dos processos organizacionais. O conhecimento valorado (CV) é expresso como algo fundamentalmente individual e técnico, originário da educação formal dos indivíduos e dos treinamentos formais recebidos durante o trabalho nas organizações. Ele tem a utilidade de ser aplicado e gerar os resultados desejados para a organização.

Nas situações em que tiveram seus conhecimentos mais valorados, os sujeitos narraram ocorrências vividas pela organização relacionadas ao mercado (fusão, aquisição, fechamento de fábricas, abertura de planta) e ao ambiente de negócios ("o setor na época do presidente Fernando Henrique tinha escassez de mão de obra" – Entrevistado 3), mas não se ativeram à vivência deles nessas situações. Há forte identificação com a organização (CORLEY et al., 2006), sugerindo que os indivíduos tendem a valorar os conhecimentos que entendem como sendo importantes da perspectiva dela (RAVISHANKAR; PAN, 2008).

A valoração do conhecimento apresenta-se como um fenômeno despersonalizado, sem elemento humano, no qual quem atribui valor ao conhecimento é: "a cultura", "os valores" e o "planejamento" (Entrevistada 8); "é a cadeia, são as estratégias que dizem o que é importante" e o "planejamento" (Entrevistado 3); "as rotinas da organização" (Entrevistada 22). Assim, a perspectiva dimensional do fenômeno centra-se na organização. Os entrevistados respondem com a voz dela, e pôde-se perceber o quanto a organização é reificada. Os sujeitos pouco se colocam na ação, preferindo tratar suas ações na 3ª pessoa (o RH fez, a organização entende que, a cultura valoriza) ou na 1ª pessoa do plural (nós [com a organização] fizemos...).

Desse modo, o contexto social do fenômeno é quase inexistente pela percepção dos sujeitos. Há pouca relação de conhecimento de valor com equipes ou pares, o conhecimento não é construído com eles ou por meio deles, pois, nessa concepção, o conhecimento é individual. Ressalva-se que há interação social na construção do trabalho diário (e é necessário que haja). Entretanto, ela não assume importância e valor, e não é objeto da consciência focal por parte dos entrevistados. As pessoas são apenas recursos que contêm conhecimentos técnicos e especializados, como repositórios, para aplicar o conhecimento quando necessário a fim de se chegar ao resultado esperado. O entrevistado é o gestor, o orquestrador responsável para que esses conhecimentos estejam no lugar e no momento certo.

O contexto espaço-temporal apresenta-se no planejamento das atividades, detalhadas e alinhadas em sequência, por meio das quais o resultado eficaz é obtido e o conhecimento se torna presente e visível. Ao fim do ciclo das atividades planejadas, estando os recursos (humanos) colocados no seu lugar, o resultado do trabalho acontece. As organizações com estruturas definidas e processos formais instaurados, com cultura organizacional e valores disseminados parecem favorecer esse tipo de concepção. Ao mesmo tempo, é como os indivíduos concebem o espaço no qual o conhecimento de valor (resultado) ocorre e em que se sentem confortáveis para trabalhar. Adicionalmente, sugere-se que o conhecimento de valor opere na certeza, na pouca assunção de risco de errar, talvez também inferindo que o especialista, o profissional, não erre.

Dado que o conhecimento valorado é individual, técnico e formal, a incorporação desse conhecimento nas rotinas somente reforça o processo existente. Nessa categoria, a questão é subvertida, isto é, as rotinas estabelecidas definem o trabalho e, por consequência, estabelecem o conhecimento de valor a ser recrutado, treinado e alinhado em cada parte do processo. A própria rotina desempenha o papel de ator que media como os sujeitos devem desempenhar suas atividades, traduzindo como eles devem se comportar e o que eles devem valorizar. Pode-se inferir que a incorporação do conhecimento individual no conhecimento organizacional, nas práticas e rotinas, é muito limitada; é utilitária; com objetivo adaptativo, pouco inovador. Os indivíduos reproduzem continuamente a organização, de forma mimética, sem questionamentos ou riscos (pessoais/profissionais).

Valoração do conhecimento é consideração (reconhecimento) do trabalho-indivíduo

"Essa trajetória, essa minha formação em graduação, pós-graduação e mestrado me deu toda a base para eu ser hoje um profissional muito mais completo da [empresa] e hoje eu consigo perceber o quanto as pessoas valoram esse profissional... o quanto é importante ter um profissional mais completo, mais robusto. [...] Eu percebo o seguinte: toda vez que tem um novo projeto, pensam no meu nome. Isso é interessante: 'Poxa, vamos botar a [entrevistada 4] porque ela tá fazendo sistema de qualidade, ela tem muito conhecimento em qualidade, em clientes, atendimento a clientes, em conceitos de CRM... ela tem já essa bagagem'." (Entrevistada 4).

Nessa concepção, o conhecimento valorado é principalmente individual, fortemente baseado em conhecimento formal e técnico, adicionado à experiência prática, com o principal objetivo de ser aplicado e gerar resultado no trabalho. O que a difere da concepção anterior é a necessidade dos entrevistados em receber reconhecimento por parte dos demais membros organizacionais. A consideração/reconhecimento retorna em forma de recompensa, podendo assumir diversas configurações, desde a menção do nome do indivíduo relacionado à atividade bem-sucedida até a indicação/lembrança do sujeito para participar ou conduzir algum trabalho, ou também promoção salarial ou de cargo.

O conhecimento de valor ocorre na medida em que os indivíduos são reconhecidos pelo líder da organização, liderança, pares e equipe, isto é: o conhecimento valorado é significado como consideração do indivíduo e/ou de seu trabalho e/ou de seu conhecimento, elementos quase indissociáveis. Parece ocorrer uma ação circular: o indivíduo precisa ser considerado pelos demais membros, ter seu trabalho-conhecimento reconhecido para valorar a si mesmo e, reflexivamente, age para ter/ser o conhecimento que a organização valoriza, em um processo de ajuste e encaixe na IO. Nesse círculo, à medida que a organização reconhece os conhecimentos do indivíduo aplicados ao trabalho, eles são entendidos como aqueles que são os de valor para a empresa. O sujeito precisa de aprovação para sentir pertencimento à organização, realizando um trabalho de construção de identidade: um processo predominantemente inconsciente a partir da interpretação, entendimento e racionalização do que é valorizado naquele ambiente/contexto, na percepção dele, passando a ser reproduzido e aplicado pelo próprio sujeito (ASHFORTH et al., 2008; CORLEY et al., 2006).

As situações em que seus conhecimentos foram mais valorados são os eventos nos quais os sujeitos desenvolveram processos, políticas, práticas, projetos para a organização, obtendo endosso de tais trabalhos pelo líder ou alta gestão e passando a ser guardiões daquela atividade. Nos relatos há uma clara conotação de prestígio, *status* e respeito adquiridos, que geram uma "ascensão social" no espaço organizacional e certo poder relativo àquela atividade. Sugere-se que a ameaça à IO seria uma ameaça ao indivíduo, dado que ele se construiu em torno dela (conhecimento de valor, *status* e prestígio, posição segura no espaço organizacional), tendendo a mantê-la ou superestimá-la (NAG et al., 2007; RAVISHANKAR; PAN, 2008).

Mostra-se que a liderança estabelece qual é o conhecimento de valor da organização. Porém, os indivíduos, nessa concepção, necessitam de aprovação constante, que é reforçada pelos demais grupos, tais como pares, equipe, demais funcionários e áreas. Assim, o contexto social do fenômeno é fundamental, uma vez que é por meio da equipe que os resultados são obtidos, concorrendo para a consideração da competência do sujeito pelos demais grupos.

“[quem influencia na valoração do conhecimento é a] Diretoria, o meu gerente direto [...] e a própria equipe. [...] A gente tá em momento de avaliação de desempenho... você consegue resultado através das pessoas... [...] Isso me dá bastante indicadores dizendo 'eu tô numa linha certa e acho que a gente consegue resultado por aí'. Então, a diretoria, a minha gestão imediata percebe, porque eu consigo ver ela me olhando mais, com maior senioridade e valorando o meu salário... Isso te dá aí um indicador interessante para dizer 'eu tenho valor nessa organização... o meu conhecimento, a minha bagagem tem valor nessa organização.'” (Entrevistada 4).

A barreira ao conhecimento valorado encontra-se justamente na autonomia de trabalho dos demais grupos ou membros da empresa, uma vez que ela poderia significar descumprimento das práticas e processos instaurados pelos sujeitos e endossados pela liderança. Infere-se que essa situação representaria perda de *status*, respeito, posição social, poder inerente à atividade, e conseqüente perda de consideração, reconhecimento e valor.

O contexto espacial apresenta-se na relação da estrutura organizacional centralizada e tradicional com a estruturação das atividades e dos processos, pelo baixo grau de formalização existente. Os processos e práticas em estruturação por meio das rotinas organizacionais (endossadas pelo líder) objetivam medir e controlar as tarefas, as pessoas e o desempenho, a fim de reproduzir o sistema de reconhecimento; e não tanto gerar resultado em termos de qualidade do produto final da atividade. As organizações de estrutura tradicional (hierárquica, rígida) e/ou familiar, com alto grau de centralização das decisões e do poder, com poucos processos formais instaurados parecem favorecer a esse tipo de concepção. O contexto temporal encontra-se fora da consciência focal dos sujeitos, uma vez que o tempo é dado pela liderança ou alta gestão em sua demanda pelas atividades e tarefas, e não pelo ciclo das atividades (que são pouco estruturadas) ou do ambiente de negócios.

Com o ajuste e o ato reflexivo entre sujeito e organização, o conhecimento do indivíduo está a serviço da criação das rotinas organizacionais, que geram controles para avaliar o desempenho e recompensar os demais funcionários, ou seja, um novo ciclo reflexivo, no qual o sujeito usa da sua concepção para aplicar nos demais funcionários. Ao mesmo tempo, a rotina organizacional cria/assegura a posição social de *status* e o reconhecimento do sujeito. Sugere-se que a incorporação do conhecimento individual no conhecimento organizacional (nas práticas e rotinas) é mediada pela liderança ou alta gestão.

Valoração do conhecimento é realização do indivíduo no trabalho

“Toda vez que eu tive oportunidade de me sentar com uma área, ouvir, entender qual era a demanda de desenvolvimento, entender a dor, as fragilidades, onde estava pegando, onde eles não tinham conhecimento e eu podia, de alguma forma, com a minha experiência e com o meu conhecimento com eles, criar alguma coisa que fosse ajudá-los a alavancar aquilo que nos entendemos que estava faltando, eu vi o conhecimento ser valorizado.” (Entrevistada 10).

Essa concepção baseia-se na visão de que o conhecimento emerge das práticas sociais no contexto do trabalho, isto é, a perspectiva do conhecer na prática (GHERARDI, 2000) e na ação (ORLIKOWSKI, 2002), no domínio da cognição situada (PATRIOTTA, 2003). O conhecimento valorado é fruto do compartilhamento, da construção na ação de trabalhar coletivamente, e emergente da situação em que se faz necessário. Ele é uma reunião de conhecimentos individuais, de ordem e natureza diversas, considerados

igualmente relevantes: técnico (de diversas áreas, operacional e gerencial); experiência prática; vivência; relacional.

A troca social permite a síntese dos conhecimentos individuais em uma solução maior que as propostas iniciais individuais, portanto, de maior valor. O conhecimento só tem sentido, só ganha significado para o indivíduo quando é compartilhado: “não faz o menor sentido eu conhecer para mim mesma” (Entrevistada 10). No momento do compartilhamento, o conhecimento ganha sentido e torna-se valorado (SWART, 2011). A concepção de valor parece explicitar a definição de Swart (2011), na qual o valor emerge da ação e encontra respaldo e significado coletivo comum naquele grupo (embora o significado comum advindo da ação ocorra em todas as categorias).

As situações em que tiveram seus conhecimentos mais valorados no contexto do trabalho, os sujeitos narraram eventos nos quais a atividade, tarefa ou trabalho permitia estruturação, criação e soluções emergentes a partir da participação dos envolvidos. Não raro, o trabalho é estruturar a atividade, ou seja, não existiam processos formais estabelecidos. Os entrevistados se sentem participando da construção da organização, havendo uma percepção de alinhamento dos conhecimentos individuais e o conhecimento organizacional.

“Valorizado, eu acredito, pelo fato da gente estar trocando... pelo fato de estar ouvindo o outro... eu acho que isso, já é uma forma de valorizar o conhecimento do outro. E ter uma entrega que é conjunta... não foi o RH que fez, é uma entrega da [empresa], não é uma entrega de alguém, é uma entrega da organização, é conhecimento que fica para a organização.” (Entrevistada 10).

Ao mesmo tempo em que o conhecimento de valor emergente da construção compartilhada deve trazer resultados para o trabalho, soma-se o trabalho coletivo, participativo e com autonomia, que gera realização pessoal do indivíduo no contexto do trabalho. Os sujeitos dão grande importância a realizar projetos e se realizar no trabalho.

“Eu lembro quando a gente fechou o programa de excelência... que com certeza fez meu bônus ter sido muito bom naquele ano, mas... é muito mais um senso de realização do que qualquer coisa. Se você faz pelos outros, se você faz as coisas com esse senso de realização pessoal e como um crescimento, naturalmente as outras coisas são consequência.” (Entrevistada 5).

A perspectiva dimensional do fenômeno encontra-se no indivíduo: é ele quem valora o conhecimento. Para tal, interage com o grupo, cujo ato de trabalhar e conhecer reflete a organização e o modo como o conhecimento de valor é estabelecido. Há identificação com a organização. Entretanto, o indivíduo apresenta-se sendo um com a organização, é parte constitutiva dela, interage e está engajado nela. Ele se vê autônomo, com ideias e capacidade de julgamento de valor próprias, mas também integrante participe dela. Sugere-se que a aprendizagem situada (BROWN; DUGUID, 1991; LAVE; WENGER, 1991), em que a organização é uma comunidade que se reúne para praticar o trabalho e aprender a partir do engajamento na atividade e na sua realização conjunta, encontra exemplo nessa categoria.

O contexto social é condição para o conhecimento de valor acontecer, na percepção dos entrevistados: é por meio dele que o trabalho é praticado, desempenhado e o conhecimento de valor emerge; o contexto espaço-temporal apresenta-se fluido e flexível, uma vez que as estruturas organizacionais são descentralizadas, com alto grau de autonomia, gestão participativa e grande possibilidade de intervenção nas tarefas e processos, e mesmo criação destes. Os sujeitos não estão confinados em estruturas hierárquicas ou processos rígidos, aspectos apontados como barreiras ao conhecimento de valor. O aspecto temporal parece ser inerente ao trabalho, dado que a necessidade de solução para um problema ou desenvolvimento de uma atividade surge na sua realização.

As rotinas organizacionais são a consequência, o produto do trabalho, constituídas a partir da prática, sendo depois formalizadas e institucionalizadas na organização e sofrendo alterações a partir de nova necessidade identificada no desempenhar da atividade. Elas objetivam mais o registro para conservação e disseminação de uma

prática já comprovada, resultado de algo conhecido e valorado pelos indivíduos coletivamente, do que o ordenamento do trabalho. Sugere-se que a incorporação do conhecimento individual no conhecimento organizacional por meio das práticas e rotinas é um processo fluido e retroalimentado.

Valoração do conhecimento é transformação do trabalho e do indivíduo

“[a empresa] é uma empresa muito hierarquizada... se você não é gerente, se você não é gerente executivo, você não ganha o respeito por seu conhecimento, a não ser que você venha do mercado por causa do conhecimento, os especialistas. Na implementação do plano de cargos e remuneração, empresa definiu que haveria visitas para explicar o impacto e eu apoiei muito o desenho do plano, de fazer cargos por contas... E nunca que um analista seria convidado para viajar nas áreas para fazer essa exposição... e eu fui convidada, não pela minha gerente, mas pelo gerente executivo [...]. Ficou até uma situação complicada por causa da cultura da empresa, [...] porque a empresa privilegia o gerente porque ele tem o conhecimento que o cargo diz que ele tem... E eu me senti muito valorizada porque, apesar de ser analista sênior, apesar da hierarquia, eu tava ali representando conhecimento naquele assunto”. (Entrevistada 6).

Essa concepção aborda o antagonismo entre o conhecimento valorado, estabelecido pelo indivíduo – que possibilita a transformação da organização, mas questiona o *status quo* –, e o exercício de controle, baseado no poder e/ou hierarquia organizacional formal, estrutural, geralmente realizado pelo líder, gestor ou “caixa hierárquica” que comporta tal poder. Do mesmo modo que na categoria anterior, a natureza do conhecimento valorado é uma construção coletiva, compartilhada entre membros e equipes na ação de trabalhar. Entretanto, trata-se de algo que não se processa dessa forma, coletiva e compartilhada, na organização.

A questão encontra-se no fato de as estruturas de poder e a hierarquia apresentarem barreiras aos indivíduos, que passam a questionar a organização em si: a gestão e a liderança, os mecanismos de poder, a estrutura hierárquica, a própria cultura. Em decorrência disso, o modo de fazer emergir o conhecimento é disputado e conflituoso entre grupos ou membros, é questionador do *status quo* e das estruturas vigentes. O CV precisa da transformação da organização para se estabelecer. Há contestação dos conhecimentos estabelecidos, que encontra resposta em uma dinâmica de reforço das relações de poder (HEIZMANN, 2011).

As situações em que tiveram seus conhecimentos mais e menos valorados são casos em que, para realizar projetos e atividades construídas com participação de equipes, pares, grupos da organização, os sujeitos tiveram de enfrentar conflitos e contestação advindos das estruturas hierárquicas formais ou das relações de poder instituídas no líder, alta gestão, gestores e pares. Esses aspectos aparecem: no questionamento do conhecimento técnico presente *versus* o conhecimento dado pelo cargo hierárquico (Entrevistada 6); nos jogos de poder vivenciados (“só que os donos, eles brincam com essa história de poder... eles me dão poder e me tiram poder” – Entrevistado 14); e nas disputas pelo controle do conhecimento:

“Eu estou vivendo isso. A força de vendas vai ser treinada e antes de entrar em sala, eu gosto de ir no meu cliente interno, no meu diretor e mostrar... porque aí eles vão dizer se tem a ver com a realidade das pessoas... A área produtora de conteúdo não quer enviar o material. Tipo ‘Isso é o que eu tenho para passar, então vamos entrar em sala de aula com isso e acabou’. Eles não têm nada que avaliar o meu trabalho. Isso, hoje na [empresa] é um poder... É uma situação que eu acho que eu nunca vivi, do cara querer segurar a sua caneta [...] Tem uma coisa de feio, porque eu acho que é até da presidência que, de uma certa maneira, incentiva isso.” (Entrevistada 21).

A perspectiva dimensional é iniciada no indivíduo. É ele quem valora o conhecimento, que, porém, esbarra na própria organização (líder, alta gestão, hierarquia, cultura), em que sofre confrontação. Dados os fatores estruturais da organização, centralizada, hierarquizada e com relações de poder instaladas, o conhecimento de

valor mistura-se à transformação da própria organização, para modelos participativos, descentralizados, delegados com autonomia. Os entrevistados parecem trabalhar em uma organização que eles projetam como gostariam que fosse. Trata-se de uma categoria em que emerge alteridade organizacional, na qual os sujeitos não se veem como a organização é, não possuem identificação com ela (ASHFORTH et al., 2008) e desejam transformá-la (NAG et al., 2007).

É no contexto social que a transformação ocorreria (do controle e poder em direção à participação), por intermédio da rede de relacionamento político que facilita ou impede as ações. São organizações bastante personalistas, na quais quem o indivíduo é ou quem ele conhece influencia na aplicação do seu conhecimento. O contexto espaço-temporal é intrincado com o social, pois a posição ocupada, a hierarquia estabelecida e o organograma fixam: as competências que autorizam os sujeitos; o poder de reter/requerer/tomar conhecimento; e o tempo de execução de determinado evento. São características do modelo burocrático.

Ao trabalhar nesse contexto conflituoso, os indivíduos expressam as estratégias políticas articuladas para realizar as atividades e/ou fazer seu conhecimento ser escutado: fingir que não é conhecedor do tema em discussão e se passar por aprendiz (Entrevistada 6); criar amizade e relacionamento com pessoas de outras áreas (Entrevistada 21); articular com a gestão imediata a condução e o discurso acerca de uma atividade (Entrevistada 21); ocupar um espaço no ouvido do líder que detém o poder (Entrevistado 14); e outras. Em decorrência da elaboração dessas estratégias, criação de personagens e atuação de papéis que os sujeitos julgam necessárias para se fazer presentes no ambiente, eles se transformam.

Os fatores que propiciam a valoração do conhecimento (e a transformação da organização) são a autonomia no trabalho e a cultura organizacional transformada. As barreiras ao fenômeno estão presentes no desalinhamento entre discurso e prática e nas relações de poder e hierarquia, geralmente relacionados. A contribuição do conhecimento individual ao conhecimento organizacional por meio das práticas e rotinas é muito baixa, gerando frustração nos sujeitos. Projetos inovadores são desvalorizados e novas formas de fazer algo que já existe não são aceitas, muito menos incorporadas nas rotinas de trabalho.

Valoração do conhecimento é criação emergente para a vida

"[a valoração do conhecimento] é o intangível do tangível porque eu vejo valorização no trabalho dos resultados das suas entregas, mas não necessariamente do conhecimento nas organizações. Eu vejo que as companhias valorizam o resultado que você traz, não necessariamente o conhecimento que está por trás disso ou o conhecimento que você tem. Isso te formata, assim, num quadrado. Você começa a enxergar que fazer daquele jeito dá resultado e o resultado é valorizado. Então você perde muito a questão do questionar, do fazer diferente, do entender o novo, do trazer o novo... porque infelizmente o valor não está nisso. O valor está no resultado e o resultado esperado é muito concreto, ele é uma meta." (Entrevistada 9).

Essa concepção apresenta a desvinculação entre o conhecimento valorado e o conhecimento que a organização valora: são esferas separadas e independentes. O conhecimento valorado é aquele que traz um novo paradigma, indaga o trabalho em si e os objetivos, desconstrói a ordem e traz inovação, sendo uma construção de longo prazo, enquanto o conhecimento valorado pelo líder, chefia ou alta gestão é aquele que traz resultado de curto prazo no cumprimento da meta organizacional e reproduz a organização.

O conhecimento emerge da prática e da ação (GHERARDI, 2000; ORLIKOWSKI, 2002), sendo generativo, compartilhado e coletivo na ação de trabalhar, compondo o contexto social. Está localizado nas pessoas, das pequenas às grandes atividades diárias no trabalho. Os indivíduos parecem perceber que há novos e diferentes modelos para fazer o convencional. Contudo, para desenvolvê-los, precisam quebrar paradigmas e

empenhar um risco pessoal na ação, sendo também independentes nessa decisão de se expor ao risco ou não.

Distinto das concepções anteriores é o fato de os sujeitos conceberem a si mesmos como diferentes da organização, com alteridade organizacional (CORLEY et al., 2006), sem embates. Eles questionam a organização, mas não almejam transformá-la, nem a si mesmos. O trabalho é apenas parte da vida, não é a vida. O conhecimento valorado é algo que o sujeito carrega na/para a vida; maior que o conhecimento utilizado na organização. Todos esses aspectos estão presentes na consciência focal dos indivíduos (MARTON; BOOTH, 1997), tratando-se da mais ampla concepção do fenômeno.

As situações em que tiveram seus conhecimentos mais valorados foram eventos marcantes para os sujeitos e para a organização, "que viraram lenda" (Entrevistada 2), "caso único" (Entrevistada 19). Foram projetos ou situações *ad hoc*, com baixíssima ou nenhuma estruturação prévia, nunca ocorridos antes na organização ou na vida profissional, nos quais os sujeitos precisaram utilizar muito mais de suas capacidades, habilidades e valores pessoais do que de conhecimentos técnicos, experiências prévias ou vivências profissionais. Para seu desenvolvimento e execução, havia autonomia, tempo e nenhuma cobrança de resultados baseada em metas predefinidas, até porque as situações eram novas, decorrentes do ambiente dinâmico. Foram quase experimentos, e havia uma expectativa de que a organização tirasse aprendizagens, fato que não ocorreu em nenhum caso. Por isso, "ficaram para a história".

"[...] a partir do momento que eles foram comunicados que seriam demitidos, eles também foram apresentados a mim: 'Essa é a [entrevistada 2], sua representante do RH que vai cuidar de vocês até que vocês não existam mais nessa capacidade em que estão'. [...] Tinha gente que já podia se aposentar ou ser criativa a partir do momento em que elas pensassem diferente o modo como estavam levando a vida... Nem eu sabia que eu tinha esse conhecimento, ou esse poder, ou essa capacidade de ajudá-los a pensar nisso. Em termos de RH eu aprendi algumas coisas, mas foram aprendizados muito maiores que isso... humildade, aprender a escutar, enxergar o outro. Aprendizados que level para minha vida." (Entrevistada 2).

A perspectiva dimensional centra-se no indivíduo, embora a natureza do trabalho seja coletiva e a interação social seja importante. É o indivíduo quem avalia o conhecimento de valor e o modo de obtê-lo, pois é de cunho pessoal; quem julga e valora o conhecimento que a organização requisita. Ele se posiciona como o ator, e não objeto, diante do fenômeno. Ainda é o líder, chefia ou alta gestão quem valora o conhecimento que traz o resultado, mas não se trata do conhecimento de "valor real", na concepção dos indivíduos.

No contexto social, a participação coletiva no trabalho sobre um problema ou tarefa é o que possibilita a geração de visões criativas e propostas inovadoras, sob um ângulo diferente das soluções e das atividades convencionais. O contexto temporal é elástico e flexível, pois é fruto do desenvolvimento da atividade em si, da sua complexidade, dos recursos materiais disponíveis, dado que a solução é uma criação generativa emergente do trabalho e questiona intrinsecamente a ordem convencional de como as coisas são feitas. O contexto espacial é caracterizado por descentralização com alto grau de autonomia e pouca hierarquia, em situações *ad hoc* de baixa estruturação/formalização das atividades. Dada a complexidade e a relevância das situações, há o patrocínio direto do líder e/ou alta gestão.

Porém, as experiências, mesmo bem-sucedidas, não se repetem nem são adotadas. A incorporação do conhecimento individual no conhecimento organizacional, advindas dessas novas experiências e com base nessas práticas e rotinas inovadoras, é muito pequena. Sugere-se que há baixa capacidade das organizações, por meio dos indivíduos e gestores, de integrá-las nos processos organizacionais estabelecidos. Os entrevistados apontam a visão imediatista da alta gestão: a incompatibilidade em adotar inovações sujeitas a risco, erro-aprendizado e tempo incerto de adoção frente à pressão por resultados de curto prazo e metas objetivas, além de falta de visão de longo prazo empreendedora. Observou-se que os processos inovadores emergentes lidam com aspectos subjetivos das tarefas, que são subsidiários, intangíveis e difíceis

de serem mensurados nas práticas convencionais de RH, tais como: qualidade, imagem, valores, envolvimento. Quando possível, a alta gestão prefere adotar a rotina e o conforto do resultado mensurável, reproduzindo o estabelecido.

A descrição das concepções anteriormente detalhadas e suas principais dimensões são sumarizadas no Quadro 2, referente ao espaço de resultado para a valoração do conhecimento.

Discussão

A busca por compreender as concepções acerca da valoração do conhecimento no contexto do trabalho pela perspectiva dos indivíduos desvelou cinco achados principais. Em primeiro lugar, revelou que o fenômeno é multidimensional. A multidimensionalidade encontra-se na relação do indivíduo com os diversos níveis de interação social descobertos na análise, tais como: os grupos, equipes e pares; a organização (por meio da liderança, alta gestão ou ela mesma, enquanto entidade não humana que mantém outros atores não humanos na cultura, na estrutura e hierarquia, nas práticas e rotinas (LATOUR, 2012)); e o mundo exterior à organização (no qual se insere a vida mais ampla do sujeito). Os diferentes níveis influenciam nas várias concepções de conhecimento de valor, em função da consciência focal do sujeito (MARTON; BOOTH, 1997) e da consequente importância atribuída a cada grupo/dimensão na construção social do fenômeno.

Em segundo lugar, e como decorrência do primeiro achado, observou-se a relação entre indivíduo e organização. Conforme Latour (2012), em virtude dos panoramas, escalas e, especialmente, padrões estruturantes circulantes produzidos e interpretados pelos próprios sujeitos, a entidade organização e seus mediadores (alta gestão, liderança, cultura, rotinas) apresentam mais peso e influência, do que membros de equipes e pares, sobre as ações dos indivíduos e as concepções acerca do conhecimento a ser valorado. Os indivíduos utilizam-se da organização e de seus mediadores como modelo de referência ou padrão estruturante para construir suas concepções de conhecimento de valor naquela organização. Assim, os sujeitos interpretam e significam no contexto/panorama a escala de conhecimento de valor referente no padrão estruturante existente (tipo de organização, modelo de gestão, cultura, rotinas e processos, liderança, modos de valorar as ações e contribuições, relações de poder, entre outros). A organização e seus mediadores são apontados como "quem valoriza o conhecimento", e no grupo de foco como "quem estabelece a concepção dominante do conhecimento de valor na organização".

Em terceiro lugar, descobriu-se que a identificação e a IO sejam mecanismos de alinhamento entre sujeito e organização para a construção da valoração do conhecimento. Averiguou-se que o indivíduo se comporta (resultado do processo de identificação) atribuindo ou não valor a algo ao tomar por base e orientação o conhecimento que ele compreende como aquele que a organização valoriza, por meio dos processos sociais de construção coletiva da IO (CORLEY et al., 2006). Nos artigos revisados, os sujeitos protegem e adotam conhecimentos que mantêm sua IO (COLMAN; LUNNAN, 2011; ANTONACOPOULOU, 2006; NAG et al., 2007; RAVISHANKAR; PAN, 2008).

Quadro 2 – Espaço de resultado para as concepções acerca da valoração do conhecimento no contexto do trabalho.

Valoração do conhecimento nas organizações: as concepções dos indivíduos no contexto do trabalho

Concepção	Aplicação no trabalho	Consideração do trabalho-indivíduo	Realização do indivíduo no trabalho	Transformação do indivíduo e do trabalho	Criação emergente para a vida
Conceito	Alinhamento entre conhecimento valorado (CV) pelo indivíduo – técnico, objetivado e estocável – e a necessidade estratégica da organização, visando um “funcionamento perfeito”, “eficiência e eficácia”.	Ajustamento entre conhecimento valorado e consideração do indivíduo nas atividades da organização. Ação reflexiva: indivíduo precisa ser reconhecido para valorar a si mesmo, age para ter o conhecimento que a organização valora.	Associação entre conhecimento valorado, que é avaliado pelo indivíduo e desempenha a organização, e o conhecimento organizacional. Ação conjunta de trabalhar e solucionar problemas emergentes no trabalho move o sujeito.	Antagonismo entre conhecimento valorado, que questiona o <i>status quo</i> e transforma a organização, e o exercício de controle pelo poder e/ou hierarquia, geralmente realizado pelo líder ou gestor.	Dissociação entre conhecimento valorado, que questiona o paradigma vigente e traz inovação de longo prazo, e o conhecimento que traz resultado de curto prazo, valorado pelo líder, chefia, ou alta gestão.
Natureza do conhecimento	Individual, baseado em conhecimento técnico, com aplicação direta no trabalho e na geração de resultados. Deve ser planejado na dimensão individual e organizacional.	Individual, fortemente baseado em conhecimento técnico e em experiência prática para aplicação e resultado no trabalho, a fim de ser considerado pela organização.	Compartilhado na ação de trabalhar uma junção de conhecimentos individuais, processual. Insere-se na prática e na ação de trabalhar. Alinha conhecimento individual e organizacional.	Compartilhado, coletivo na ação de trabalhar, questionador, disputado e conflituoso.	Compartilhado na ação de trabalhar, questionador, envolve assunção de risco e aprendizagem com o erro. CV é para a vida, é maior que a organização.
Dimensional	Organização	Organização > grupo > indivíduo	Indivíduo > grupo > organização	Indivíduo > organização	Indivíduo
Mecanismo de base	Identificação. Sujeito é a organização.	Identificação, busca de encaixe. Sujeito busca ser a organização.	Identificação. Sujeito é um com a organização.	Alteridade. Sujeito não é a organização.	Alteridade. Sujeito é diferente da organização.
Contexto social	Quase inexistente. Relação centrada no eu-resultado para a organização. Pessoas são meios/recursos para aplicar o conhecimento e chegar ao resultado.	É por meio da equipe que os resultados são obtidos, concorrendo para a consideração da competência do sujeito.	É por meio do qual o conhecimento se constrói e o indivíduo se realiza na entrega conjunta. A interação conjuga os conhecimentos que praticam a organização.	É por meio do qual a transformação ocorre – do controle e poder para a participação na rede de relacionamento que impede ou facilita as ações.	É pressuposto para a criação de conhecimento. Conhecimento está nos indivíduos, nas pequenas coisas do dia a dia, e emerge da/na interação social.
Contexto espacial	Por meio do qual o CV se faz visível (resultado eficaz): estruturas definidas, processos formais instaurados, cultura organizacional e valores disseminados são ordenamentos para aplicação do conhecimento.	Consideração ocorre entre a estrutura centralizada tradicional e a estruturação das atividades: processos em estruturação medem e controlam as pessoas, tarefas e desempenho, produzindo o sistema de reconhecimento.	É condição para a interação social ocorrer. É fluido e flexível, com estruturas descentralizadas, alto grau de autonomia, gestão participativa e grande possibilidade de intervenção ou criação das tarefas e processos.	É o pressuposto para o conhecimento que transforma a organização: a posição ocupada, a hierarquia estabelecida. A caixa hierárquica define/ contém as competências que autorizam os sujeitos.	É condição para o CV emergir: descentralização com alto grau de autonomia e pouca hierarquia, em situações de baixa estruturação das atividades, complexas e únicas.
Contexto temporal	Resultado eficaz é obtido e o conhecimento se torna presente por meio do planejamento, das atividades detalhadas e alinhadas, em sequência.	Dado pela liderança na demanda pelas atividades e tarefas, e não pelo ciclo das atividades pouco estruturadas ou do ambiente de negócios.	Inerente ao trabalho, dado que a necessidade de solução para um problema ou desenvolvimento de uma atividade surge na sua realização.	Inerente ao trabalho para cumprir com as demandas estabelecidas pela liderança ou pela hierarquia.	A criação do CV ocorre no tempo indefinido de fazer algo novo emergir para resolver um problema ou desenvolver uma atividade no trabalho.
Sujeitos	3, 8, 18	4, 11, 15, 17, 22	1, 5, 10, 13, 16	6, 7, 21, 14	2, 9, 19, 20

Fonte: As autoras.

Neste estudo, nas concepções “aplicação no trabalho”, “consideração trabalho-indivíduo” e “realização do indivíduo no trabalho”, o sujeito protege a IO ao alinhar, ajustar ou associar, respectivamente, a sua concepção de conhecimento de valor àquela interpretada e atribuída à organização. Os sujeitos legitimam e reproduzem a concepção de conhecimento de valor dominante da organização, caracterizando um poder intrínseco ao mecanismo de IO (ANTONACOPOULOU, 2006; COLMAN; LUNNAN, 2011; NAG et al., 2007) e de construção identitária (ANTONACOPOULOU, 2006; HARMAN, 2012). O indivíduo pode, também, assumir alteridade para com a organização, conflitar com a IO existente e resistir em adotar o conhecimento valorado dominante naquele ambiente (concepção da “transformação do trabalho e do indivíduo”), e, nesse caso, os aspectos de poder são inerentes à concepção.

Em quarto lugar, revela-se que o mecanismo de poder também permeia a valoração de conhecimentos circulantes na organização – seja por mecanismos sutis de identificação, seja por mecanismos de dominação e conflito declarados – na disputa pela autoridade sobre o estabelecimento do conhecimento de valor. Antonacopoulou (2006) e Harman (2012) identificaram aspectos de poder sobre o conhecimento, seu conteúdo e exercício, nas ações comuns do cotidiano organizacional, como no treinamento gerencial ou aprendizagem diária no contexto do trabalho, que configuram o que o “indivíduo deve ‘ser’ no trabalho”. Essa vertente traz o processo de poder sutil, inerente aos mecanismos de identificação e identidade, e relacionado às concepções da “aplicação no trabalho”, “consideração trabalho-indivíduo”, “realização do indivíduo no trabalho”. De outro modo, Oborn e Dawson (2010) e Heizmann (2011) sugerem que, a partir de identidade e identificação intergrupos, o processo de estabelecimento do conhecimento é contestado e conflituoso entre os grupos concorrentes, manifestando a hierarquia organizacional na aceitação do conhecimento imposto pelos grupos centrais e dominantes das organizações (matriz, alta gestão) e silenciando e restringendo os conhecimentos propostos pelos grupos de menor força e hierarquia. É um poder declarado e perceptível, assim como o narrado na “transformação do trabalho e do indivíduo”.

Em quinto lugar, encontrou-se encaixe da concepção de valoração do conhecimento do indivíduo ao tipo de organização (modelo de gestão e estrutura organizacional) em que o sujeito se insere, que foi descrito e narrado por ele mesmo, da forma como ele o percebe. Com base em Latour (2012), reitera-se a existência da inter-relação entre os atores – indivíduo e organização – na construção do modelo mental e do padrão estruturante, relacionados ao conhecimento de valor, e do arranjo organizacional/coletivo que o comporta. Retomando a construção social do fenômeno, a interação entre os atores produz a concepção de conhecimento valorado expressa pelo indivíduo em suas narrativas (ELKJAER, 2003; LATOUR, 2012); o arranjo organizacional/coletivo (estrutura e contexto) no qual ela se insere (LATOUR, 2012); e o próprio indivíduo completo e competente para atuar e desempenhar nesse coletivo (LATOUR, 2012). Afinal, cada entrevistado expressa e justifica em seus relatos o cenário completo: desde o conhecimento valorado por ele, o qual se alinha ou não ao conhecimento de valor para a organização, as justificativas para tal encaixe ou não, resultando na figura do profissional competente no ambiente organizacional que ele mesmo descreveu.

Face ao exposto, propõe-se que a valoração do conhecimento não seja apenas um fenômeno individual que gera impacto na esfera organizacional, nem seja apenas um fenômeno organizacional gerador de impacto na esfera individual. Tampouco sejam dois aspectos separados (ELKJAER, 2003). Reforça-se que o conhecimento valorado nas organizações seja um fenômeno construído na relação entre os atores indivíduo-organização, nas conexões entre os atores humanos e não humanos durante a produção daquele coletivo (LATOUR, 2012). Assim, o conhecimento individual e o conhecimento organizacional são uma produção única, indissociável, baseada em percepções e significações do que é importante valorar para aquele arranjo, e possui validade provisória enquanto durarem as interações e conexões do agrupamento que os produziu, conforme Latour (2012).

E quanto ao conhecimento valorado no contexto do trabalho? O fato de o estudo ter encontrado uma forte influência das organizações sobre o modo como os indivíduos concebem o conhecimento de valor e se comportam em função dele, e da pequena

capacidade das organizações em aprender e incorporar diferentes conhecimentos fora da concepção de conhecimento de valor dominante, não significa que a pesquisa não tenha apontado caminhos para uma construção de conhecimento que use do pleno potencial da capacidade humana e coletiva. Ao contrário, o modelo participativo (por times, projetos, equipes *ad hoc*) em estruturas achatadas e flexíveis, com alto grau de descentralização das decisões e autonomia, e a utilização performativa das tarefas e processos, surgem como elementos de um arranjo propício à disseminação de conhecimento compartilhado e emergente, produzindo indivíduos com alto grau de envolvimento nas atividades que constroem a própria organização. Ainda que a "realização do indivíduo no trabalho" não questione paradigmas ou caminhos da organização, o modelo que permeia o arranjo dessa concepção é inclusivo do indivíduo com o uso de suas potencialidades. Ademais, é na abertura e na autonomia para a quebra de paradigmas, apontadas nas experiências únicas e situações *ad hoc* não estruturadas da concepção da "criação emergente para a vida", que se observam permissão à experimentação, ao erro e à aprendizagem para além do conhecimento compartilhado existente. Esse arranjo estrutural, mesmo que momentâneo, provisório, específico e situado, é aquele capaz de gerar criação e inovação, fazendo uso de outras competências e habilidades dos indivíduos para além do conhecimento formal, experimentado, vivenciado e social. Trata-se do arranjo mais favoravelmente relacionado à absorção dos conhecimentos dos indivíduos em sua forma mais plena.

Conclusão

Este estudo objetivou analisar os diferentes modos (concepções) pelos quais os membros organizacionais percebem e experimentam a valoração do conhecimento no contexto do trabalho. Ao fim da análise, cinco concepções distintas emergiram: as diferentes percepções acerca da natureza do conhecimento; as diversas dimensões de interação social, contextos espaço-temporal e arranjos estruturais organizacionais; e os mecanismos de identificação, IO e poder. Esses elementos influenciam e moldam as concepções dos sujeitos acerca da valoração do conhecimento e, ao mesmo tempo, são fruto da consciência focal dos indivíduos nas repetidas experiências com o fenômeno.

Se, por um lado, a valoração do conhecimento nas organizações é favorecida por um modelo de gestão participativa e estrutura organizacional descentralizada e flexível, apropriados à disseminação de conhecimento compartilhado e emergente, produzindo indivíduos que se percebem construindo a organização, por outro, o fenômeno demonstra ser principalmente autorreferencial e autorreproduzido pelas organizações. O conhecimento valorado diz respeito ao resultado da produção de um determinado coletivo que, mais do que utilizar o potencial do indivíduo no trabalho, cria as regras de como reconhecer o sujeito competente, possuidor dos conhecimentos de valor em vista da concepção dominante da organização, naquele arranjo.

Como implicação para a administração e para as organizações, ressalta-se a questão acerca da dificuldade de transformar, traduzir e incorporar novos conhecimentos nas práticas da organização, mesmo sob uma visão relacional do conhecimento individual-organizacional. Configura-se que, simplesmente, é difícil para as organizações aprender e conhecer; representa adotar uma nova lógica, em que o conhecimento não possui a certeza, a estabilidade, a perenidade e a aplicabilidade imediata que as organizações tanto desejam. O conhecimento envolve risco, incerteza, não antecipação, uma vida própria que foge aos controles organizacionais. Por consequência, também é difícil para os indivíduos lidar com a ambiguidade e o risco pessoal-profissional inerente.

Como principal limitação do estudo, ressalta-se a amostra delimitada à área de RH. As concepções acerca da valoração do conhecimento podem se conformar de modo diverso em outra área organizacional, uma vez que os sujeitos estariam imersos em outro padrão estruturante e arranjo coletivo. Cabe, portanto, como sugestão de futuros estudos: pesquisa fenomenográfica comparada com profissionais de outras áreas; estudo de caso, com uso de fenomenografia, para avaliar a dinâmica de

coexistência das diversas concepções do fenômeno em uma mesma organização; e, principalmente, estudos para o entendimento mais aprofundado das relações de interação indivíduo-organização na construção do conhecimento coletivo. Cumpre ampliar a linha de pesquisa do conhecer nas organizações, englobando uma dimensão maior de sabedoria nos estudos organizacionais, que iluminem e transformem as formas, modelos e paradigmas de pensamento dos atores: indivíduos e organizações.

Referências

- ABS. *Academic Journal Quality Guide*. v. 4. London: Association of Business Schools, 2010.
- ANTONACOPOULOU, E. P. The relationship between individual and organizational learning: new evidence from managerial learning practices. *Management Learning*, v. 37, n. 4, p. 455-473, 2006.
- ASHFORTH, B. E. et al. Identification in organizations: an examination of four fundamental questions. *Journal of Management*, v. 34, n. 3, p. 325-374, 2008.
- BROWN, J. S.; DUGUID, P. Organizational learning and communities-of-practice: toward a unified view of working, learning, and innovation. *Organization Science*, v. 2, n. 1, p. 40-57, 1991.
- CALLON, M. The state and technical innovation: a case study of the electrical vehicle in France. *Research Policy*, v. 9, p. 358-376, 1980.
- CAPES. *Qualis 2011*. Portal WebQualis. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, 2011.
- COLMAN, H.; LUNNAN, R. Organizational identification and serendipitous value creation in post-acquisition integration. *Journal of Management*, v. 37, n. 3, p. 839-860, 2011.
- CORLEY, K. G. et al. Guiding organizational identity through aged adolescence. *Journal of Management Inquiry*, v. 15, n. 2, p. 85-99, 2006.
- DUTTON, J. E. et al. Organizational images and member identification. *Administrative Science Quarterly*, v. 39, n. 2, p. 239-263, 1994.
- ELKJAER, B. Social learning theory: learning as participation in social processes. In: EASTERBY-SMITH, M.; LYLES, M. A. (Org.). *The Blackwell handbook of organizational learning and knowledge management*. Blackwell Publishing, 2003. p. 38-53.
- GHERARDI, S. Practice-based theorizing on learning and knowing in organizations. *Organization*, v. 7, n. 2, p. 211-223, 2000.
- GOLDMAN, A. E.; MCDONALD, S. S. *The group depth interview: principles and practice*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1987.
- GRAEBER, D. *Toward an anthropological theory of value: the false coin of our own dreams*. New York: Palgrave, 2001.
- HARMAN, K. Everyday learning in a public sector workplace: the embodiment of managerial discourses. *Management Learning*, v. 43, n. 3, p. 275-289, 2012.
- HEIZMANN, H. Knowledge sharing in a dispersed network of HR practice: zooming in on power/knowledge struggles. *Management Learning*, v. 42, p. 1-15, 2011.
- JCR. *Journal of Citation Reports 2010*. *ISI Web of Knowledge*, Thomson Reuters, 2010.
- LATOUR, B. On recalling ANT. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Org.). *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. p. 15-25.

- LATOURET, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA/EDUSC, 2012.
- LAVE, J.; WENGER, E. *Situated learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LAW, J. Notes on the theory of the actor-network: ordering, strategy, and heterogeneity. *Systemic Practice and Action Research*, v. 5, 1992.
- LAW, J.; HASSARD, J. (Org.). *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.
- MAEL, F.; ASHFORTH, B. E. Alumni and their alma mater: a partial test of the reformulated model of organizational identification. *Journal of Organizational Behavior*, v. 13, n. 2, p. 103-123, 1992.
- MARTON, F. Phenomenography: describing conceptions of the world around us. *Instructional Science*, v. 10, p. 177-200, 1981.
- MARTON, F.; BOOTH, S. A. *Learning and awareness*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Inc. Publishers, 1997.
- MENON, T.; PFEFFER, J. Valuing internal vs. external knowledge: explaining the preference for outsiders. *Stanford Research Paper Series*, Research Paper n. 1776, 2003.
- MENON, T. et al. Tainted knowledge vs. tempting knowledge: people avoid knowledge from internal rivals and seek knowledge from external rivals. *Management Science*, v. 52, n. 8, p. 1129-1144, 2006.
- NAG, R. et al. The intersection of organizational identity, knowledge, and practice: attempting strategic change via knowledge grafting. *Academy of Management Journal*, v. 50, n. 4, p. 821-847, 2007.
- NONAKA, I.; TOYAMA, R.; BYOSIÈRE, P. A theory of organizational knowledge creation: understanding the dynamic process of creating knowledge. In: DIERKES, M.; CHILD, J.; NONAKA, I. (Org.). *Handbook of organizational learning e knowledge*. Oxford University Press, 2001. p. 491-517.
- OBORN, E.; DAWSON, S. Learning across communities of practice: examination of multidisciplinary Work. *British Journal of Management*, v. 21, p. 843-858, 2010.
- ORLIKOWSKI, W. J. Knowing in practice: enacting a collective capability in distributed organizing. *Organization Science*, v. 13, n. 3, p. 249-273, 2002.
- PATRIOTTA, G. *Organizational knowledge in the making: how firms create, use and institutionalize knowledge*. New York: Oxford University Press, 2003.
- RAVISHANKAR, M. N.; PAN, S. L. The influence of organizational identification on organizational knowledge management. *International Journal Management Science*, v. 36, p. 221-234, 2008.
- SANDBERG, J. Understanding human competence at work: an interpretative approach. *Academy of Management Journal*, v. 43, n. 1, p. 9-25, 2000.
- SWART, J. That's why it matters: how knowing creates value. *Management Learning*, v. 42, n. 3, p. 319-332, 2011.
- THOMAS-HUNT, M. C. et al. Who's really sharing? Effects of social and expert status on knowledge exchange within groups. *Management Science*, v. 49, n. 4, p. 464-477, 2003.
- TSOUKAS, H. The Firm as a distributed knowledge system: a constructionist approach. *Strategic Management Journal*, v. 17, Winter Special Issue, p. 11-25, 1996.

VILLAS, M. V.; MACEDO-SOARES, T. D. V. A.; RUSSO, G. M. Bibliographical research method for business administration studies: a model based on scientific journal ranking. *BAR. Brazilian Administration Review*, v. 5, n. 2, p. 139-159, 2008.

WONG, S. Judgments about knowledge importance: the role of social referents and network structure. *Human Relations*, v. 6, n. 11, p. 1565-1591, 2008.

Submissão: 07/11/2014

Aprovação: 03/09/2015

MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL: A
CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA À LUZ DA ABORDAGEM
NEOGRAMSCIANA

Yuna Fontoura*
Flávia Naves**

Resumo

Reconhecendo a necessidade de pesquisas sobre movimentos sociais no campo dos Estudos Organizacionais e partindo de uma abordagem de discurso neogramsciana em resistência, indagamos: de que forma o movimento agroecológico no município de Araponga (MG) promove resistência à hegemonia do agronegócio a partir da reconstrução de diferentes aspectos da realidade social na região? O desenho metodológico inclui pesquisa bibliográfica e também pesquisa de campo, esta última realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos na experiência agroecológica desenvolvida no município de Araponga. As entrevistas foram analisadas buscando estabelecer relações entre agroecologia e conhecimento agroecológico, relações sociais, autonomia em relação a mercados e sistema de valores. Os resultados apontam que o movimento agroecológico resiste ao agronegócio por meio da articulação de uma identidade contra-hegemônica desenvolvida a partir de: associação e engajamento com outros movimentos sociais e agentes não governamentais; construção de conhecimentos pelos agricultores familiares que se legitimam como interlocutores nas relações com órgãos públicos e mercados, refletindo em mudanças nas relações de poder.

Palavras-chave: Abordagem de discurso neogramsciana. Resistência. Movimento social. Agroecologia. Agronegócio.

THE AGROECOLOGICAL MOVEMENT IN BRAZIL:
CRAFTING RESISTANCE IN THE LIGHT OF A
NEOGRAMSCIAN APPROACH

Abstract

Recognizing the need for research on social movements and on neo-Gramscian discourse approach in resistance in Organizational Studies, we ask: in what way the agroecological movement in the city of Araponga (MG) promotes resistance to the hegemony of agribusiness from the reconstruction of different aspects of social reality in the region? The methodological design includes bibliographical research and field research. The latter was conducted through semi-structured interviews with actors involved in the agroecological experience developed in the municipality of Araponga. The interviews were analyzed in order to establish connections between agroecology and agroecological knowledge, social relations, autonomy from markets and value system. The results show that the agroecological

*Doutora em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EBAPE). Professora na FGV/EBAPE. E-mail: yunareis@gmail.com

**Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ). Professora do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras. E-mail: flanaves@dae.ufla.br

movement resists agribusiness through the articulation of a counter-hegemonic identity developed from: association and engagement with other social movements and non-governmental actors; knowledge construction by small farmers legitimized as interlocutors with public institutions and markets, reflecting on changes in power relations.

Keywords: Neo-Gramscian discourse approach. Resistance. Social movement. Agroecology. Agribusiness.

Introdução

O debate em torno de sistemas agroalimentares é crescente em diferentes campos disciplinares. Esses sistemas compreendem um conjunto de regimes alimentares, instituições, múltiplos atores e diferentes discursos que se estabelecem em uma rede complexa que deve ser explicitamente discutida, quando estão em foco questões como sustentabilidade e a equidade (PATEL, 2009; JAROSZ, 2011; HOLT-GIMÉNEZ; ALTIERI, 2013). O olhar em torno dos sistemas agroalimentares tornou-se ainda mais relevante após as crises internacionais financeira e alimentar de 2008, cujos efeitos negativos trouxeram à tona a importância de debates em torno do papel da agricultura para a garantia da segurança alimentar (FAO, 2011).

No Brasil, esse é tema de grande relevância, uma vez que a agricultura representa parte significativa da economia. Em 2011, o agronegócio compreendia 22,15% do PIB do país (CEPEA, 2014), e em 2013 atingiu o equivalente a 1 trilhão de reais, cerca de 21% do PIB brasileiro (VELOSO, 2013). Embora represente a hegemonia agrícola vigente, o agronegócio não é a única forma de se fazer agricultura no país. Existe uma forte oposição ao agronegócio no Brasil, fundamentada na argumentação de que esse modelo é altamente dependente de capital estrangeiro, possui foco na industrialização do campo por meio da monocultura, da adoção da biotecnologia, da alta mecanização, além de ser um modelo altamente hierarquizado e masculino (WELCH, 2005). Os impactos ambientais – bem como sociais e econômicos – do modelo de agricultura que sustenta o agronegócio são focos de lutas do movimento agroecológico. Segundo o Grupo de Trabalho em Agroecologia (2006), as consequências do modelo industrial de agricultura e pecuária empregado a partir da última metade do século passado, e a não consideração de tais evidências na reorientação das estratégias produtivas, têm provocado pesados efeitos sobre a natureza, que incluem desmatamento, degradação dos solos, desertificação, perda de biodiversidade e emissão de gases de efeito estufa. Tais processos, por sua vez, representam elevados custos para a humanidade, tais como escassez de água, contaminação de fontes e alimentos com insumos químicos que representam riscos à saúde humana.

Em oposição ao agronegócio, a agroecologia emerge no país na década de 1980 como movimento social que propõe uma prática agrícola alternativa, que vem se constituindo como ciência na última década, e tendo sido reconhecida como ciência, em 2006, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (DELGADO, 2008; WEZEL et al., 2009). Desde esse período, o movimento tem se expandido e intensificado suas ações com agricultores familiares, camponeses, extrativistas, comunidades tradicionais e indígenas que compõem a sua base. Há poucos dados consolidados sobre as experiências agroecológicas no Brasil. A capilaridade do movimento e sua estruturação fluida, descentralizada, enraizada nas demandas e especificidades de cada região dificulta a quantificação de praticantes, militantes e produção, todos muito diversificados. No entanto, a agricultura familiar ainda é um dos grupos prioritários para o movimento agroecológico, e numericamente tem expressão significativa no Brasil. O último Censo Agropecuário (2006) revelou que os agricultores familiares respondem por 84,4% dos estabelecimentos do país, ocupam 24,3% da área cultivada e empregam 74,4% da mão de obra do setor agropecuário, respondendo por 9% do Produto Interno Bruto (PIB) total do país (AIAF, 2015).

Assim, como destacado anteriormente, o movimento agroecológico no Brasil surge como uma resposta à crescente preocupação com a deterioração ambiental e exclusão social dos pequenos produtores rurais face à modernização agrícola (NORGAARD, 1984). A prática agroecológica possui um método de cultivo cujo foco está na gestão do agroecossistema, e não no uso de insumos externos, dessa forma, atua como barreira para as tecnologias introduzidas pela chamada "Revolução Verde" (ROSSET et al., 2011; HOLT-GIMÉNEZ; ALTIERI, 2013). Ou seja, o movimento agroecológico no Brasil representa um movimento contra-hegemônico, que visa resistir às práticas do agronegócio (hegemonia agrícola do país).

Laclau e Mouffe (2001) desenvolveram a teoria do discurso neogramsciana, voltada para a análise de discurso em hegemonia, ao que Gramsci chama de "bloco hegemônico". A hegemonia atua como situação político-social com uma determinada ideia sobre o que é a realidade. Dentro dela, compreendem-se alianças contingentes de forças que atravessam as esferas do Estado e da economia e se apoiam na sociedade civil como "cimento" para que essa hegemonia se estabeleça (KLIMECHI; WILLMOTT, 2011). Segundo, Misoczky, Flores e Böhm (2008), a hegemonia aponta para a existência não apenas de uma, mas de múltiplas possibilidades de organização social.

O estudo de Misoczky, Flores e Silva (2008) também evidenciou uma insuficiência em pesquisas voltadas para movimentos sociais no campo disciplinar de Estudos Organizacionais, seguida de uma frequente negação de que esse objeto de estudo pertença a esse campo. Nos últimos anos, mais pesquisadores desse campo têm se dedicado à discussão e à produção acadêmica sobre movimentos sociais. No entanto, considerando a expressão dos movimentos sociais na atualidade, bem como as múltiplas possibilidades de interpretação desse fenômeno, podemos afirmar que ainda há demanda e espaço para o desenvolvimento de pesquisas sobre essa temática, que ainda ocupa posição marginal no campo dos estudos organizacionais. Nesse sentido, Bruno (2007, p. 3) lembra, debatendo a obra de Florestan Fernandes, que "organização é a configuração social da vida". As organizações que caracterizam as dinâmicas da vida social na contemporaneidade ultrapassam os limites da formalidade, desenvolvendo-se de formas inesperadas, ainda não contempladas devidamente pelos estudos organizacionais e constituindo-se em unidades relevantes para a compreensão de nossas sociedades.

A literatura sobre o tema dos movimentos sociais tem destacado mudanças nas suas formas organizativas que carecem de problematização. Os novos movimentos sociais rompem com dinâmicas tradicionais ao campo e fazem emergir múltiplas identidades no âmbito da política. Com novas frentes de luta, o político deixa de ser espaço fechado e homogêneo e passa a permear as relações sociais para além da esfera de representação de interesses (ROSA; MENDONÇA, 2011).

Partindo de tais evidências, buscamos, com o presente artigo, contribuir teórica e empiricamente para o debate em torno de movimentos sociais no âmbito de Estudos Organizacionais no Brasil, com foco especificamente no movimento agroecológico, nos perguntando: de que forma o movimento agroecológico no município de Araponga promove resistência à hegemonia do agronegócio a partir da reconstrução de diferentes aspectos da realidade social na região? Nesse sentido, desvelamos, por meio de pesquisa de campo, relatos e experiências de diferentes atores no município de Araponga, de forma a resgatar significados atribuídos por esses atores ao contexto no qual estão inseridos, tendo como referência o movimento agroecológico na região. Os dados coletados foram analisados com base na abordagem neogramsciana de discurso (LACLAU; MOUFFE, 2001; LEVY; EGAN, 2003). Para isso, tomamos a agroecologia e suas diferentes formas de contestação como discurso contra-hegemônico na agricultura brasileira.

Após essa etapa inicial, em que são apresentados objetivo, tema e relevância da pesquisa, buscamos estruturar o artigo com mais quatro tópicos centrais. Primeiramente, efetuamos uma problematização teórica a respeito da abordagem neogramsciana em resistência e do movimento agroecológico. Em seguida, descrevemos a metodologia adotada no artigo. O tópico seguinte discorre sobre os resultados da pesquisa. Por fim, mas não menos importante, a última sessão destaca as considerações finais do estudo.

Abordagem neogramsciana em resistência

Neste tópico, partimos do pressuposto de que os movimentos sociais “desenvolvem processos, organizam, deliberam e produzem territórios das mais diversas formas – e, até mesmo, constroem estruturas” (MISOCZKY; FLORES; SILVA, 2008, p. 2). Como protagonistas de tais processos, os movimentos sociais não se envolvem apenas em conflitos internos ou contra organizações formais específicas, mas atuam, efetivamente, na construção da resistência a discursos hegemônicos (OTTO; BÖHM, 2006).

Enfatizamos, portanto, a organização – especificamente os movimentos sociais – como processos relacionais, perspectiva que encontra suporte analítico na abordagem neogramsciana.

Nessa abordagem, agência, dinamismo e poder encontram-se integrados, o que evidencia a natureza continuamente dinâmica do “campo de lutas” (OTTO; BÖHM, 2006; KLIMECHI; WILLMOTT, 2011). Esse “campo de lutas” atua como um sistema dinâmico e de fluxo contínuo de contradições, ideologias e agentes, em que o equilíbrio nunca é atingido. Ao mesmo tempo, ideologias e atores são instituídos em estruturas e processos dentro do próprio campo, em um movimento dialético (LEVY, 2008).

Aqui, tomaremos como campo de lutas a agricultura brasileira – entendida a partir da perspectiva dinâmica das relações que a estruturam e pelas quais é estruturada, envolvendo diferentes atores (organizações não governamentais (ONGs), agentes estatais, cooperativas de produtores rurais, organizações privadas, movimentos sociais e outros) –, materialidade e estruturas discursivas que competem pelos próprios interesses.

Dentro do campo de lutas da agricultura investigamos, então, o movimento social da agroecologia como resistência à hegemonia do agronegócio. Ou seja, focalizamos as relações de poder construídas e disputadas no campo pelo agronegócio (hegemonia) e o movimento agroecológico.

De acordo com Bieler e Morton (2001), ao afirmar que agência e estrutura são partes de um processo histórico específico, a abordagem neogramsciana não buscaria, portanto, propor soluções, mas problematizações. Com raízes no pensamento marxista, as lentes teóricas neogramscianas assumem a centralidade das lutas que as relações capitalistas de produção geram para a política contemporânea. No entanto, elas diferem do marxismo econômico ao se desprenderem do pressuposto de que a base material necessariamente define a superestrutura ideológica (ANDRÉE, 2011). Ao contrário, essa abordagem encoraja estudos voltados para as “relações de força” (material, institucional e discursiva) e suas conexões nos três níveis de atividade política mutuamente constitutiva: a ordem global, a sociedade civil e o Estado (GILL, 1998). Nessa abordagem, o conceito de hegemonia é crucial e representa uma importante referência à obra de Gramsci (1971), na qual é a partir da hegemonia que se faz possível a compreensão da revolução socialista no mundo, assim como o seu fracasso. Em particular, argumenta-se que a hegemonia faz referência a uma forma de “poder consentido”, que permite a identificação de pessoas e suas instituições políticas e sociais, contrastando com formas coercitivas de dominação. Dessa forma, a hegemonia de uma classe social sobre a sociedade acontece quando o consentimento é alcançado, ou seja, quando o poder torna-se assegurado por meio de um tipo de liderança (ou autoridade) intelectual, moral e política (SPICER; BÖHM, 2007; LEVY, 2008).

Por outro lado, a hegemonia é vista como incompleta e não monolítica, mas transitória e historicamente específica, o que possibilita o surgimento de resistências e oposições (GRAMSCI, 1971; MORTON, 2000). Mittelman (2000, p. 184) reforça essa ideia, ao afirmar: “diferentes contextos históricos irão produzir diferentes formas de hegemonia com um conjunto diferente de atores”. Assim, o conceito de poder está profundamente entrelaçado com o conceito de resistência em estudos neogramscianos. A resistência emerge como oposição a projetos de cunhos universalísticos e

homogeneizadores (p. ex., a globalização neoliberal, o consumismo, a cultura ocidental), com diferentes formas de ação e, nas últimas décadas, como uma resposta social à globalização mercadológica (GILLS, 2000).

De acordo com o pensamento neogramsciano em Laclau e Mouffe, a sociedade civil compreende o local no qual a hegemonia é consentida, reproduzida, sustentada, canalizada, mas é também o espaço em que forças contra-hegemônicas e emancipatórias podem emergir (MORTON, 2000; LACLAU; MOUFFE, 2001; LEVY; EGAN, 2003; GILL, 2003; SPICER; BÖHM, 2007; LEVY, 2008). Gramsci (1971, p. 306) descreve a sociedade civil como "o conjunto de organizações comumente chamadas de 'privadas'" (incluindo também os atores empresariais e sindicatos, em contraste com os conceitos de Hegel da sociedade civil). Essa visão a respeito da sociedade civil permite uma análise de contradição e conflito dentro de um determinado âmbito social, ao invés de se voltar para a contradição primária entre Estado e sociedade civil (MACDONALD, 1994).

Embora a estabilidade nunca seja atingida, certo alinhamento específico de forças e um período de pequenas perturbações podem acontecer, sendo ajustados e incorporados com quase nenhum impacto sobre a estrutura total. Nesses momentos de descontinuidade e mudança, fissuras se abrem gerando um efeito cascata, voltado para a reconfiguração de todo o sistema (LEVY; EGAN, 2003). Quando isso acontece, significa que a legitimidade da classe dirigente entrou em colapso face a um fracasso político, no qual vozes das demandas incipientes de atores subordinados puderam emergir.

Agricultores, ONGs, ambientalistas e outros atores no movimento agroecológico se articulam socialmente e estabelecem atividades políticas para grupos que visam resistir a práticas hegemônicas na agricultura brasileira, no caso, o agronegócio. Essas dinâmicas, por sua vez, também buscam desenvolver novas "relações hegemônicas" como estratégia de resistência (LEVY; EGAN, 2003). Isso se dá a partir da articulação de diversos atores, dentro e entre as suas próprias operações, articulando "cadeias de equivalência" que englobam a construção de ideologias comuns, identidades e estratégias de ação (BÖHM; SPICER; FLEMING, 2008).

A análise de discurso neogramsciana desenvolvida por Laclau e Mouffe (2001) nos permite, portanto, o entendimento sobre as práticas de resistência do movimento agroecológico dentro do campo de lutas da agricultura brasileira. Ou seja, essa perspectiva nos permite investigar, no processo de formação hegemônica, como se dão as contestações políticas e relações de poder por meio da investigação do conflito de interesses entre redes de atores, materialidade e estruturas discursivas.

Agroecologia e movimento agroecológico

Embora tenham ganhado mais destaque ao longo dos últimos anos, as ideias da agroecologia não são novas. Segundo Luzzi (2001), o conceito de agroecologia ganhou destaque a partir de meados do século XX, mas suas práticas "têm a idade da própria agricultura". O termo "agroecologia" tem sido utilizado com significados diferentes ao redor do mundo (ALMEIDA, 2003), sendo que os três mais comuns se referem à agroecologia como: ciência, movimento e prática agrícola (WEZEL et al., 2009).

Alguns pesquisadores defendem a agroecologia como uma ciência que busca compreender o funcionamento interno dos sistemas agrícolas, o que frequentemente inclui pelo menos parte do componente humano (ALTIERI, 1995; GLIESSMAN, 2007). Abordagens mais recentes em agroecologia como ciência (anos 2000) se voltam para além da visão do campo e dos agroecossistemas para um foco mais abrangente em sistema alimentar global de produção, distribuição e consumo de alimentos (WEZEL et al., 2009).

Para os que praticam a agroecologia (como agricultores, cooperativas, ONGs e outros), ela está relacionada a um método de cultivo cujo foco está na gestão do agroecossistema e no não uso de insumos externos, por conseguinte, é vista como uma barreira para as tecnologias introduzidas a partir da chamada "Revolução Verde". A partir dela se dá o fortalecimento do debate sobre agroecologia na década de

1970, fundamentalmente em oposição ao modelo agrícola conservador implantado. Segundo Bauer e Mesquita (2008, p. 29), a Revolução Verde “introduziu, no universo da agricultura familiar, uma nova realidade social, com a substituição de parte do conhecimento tradicional por um científico e instrumental”, que ainda não havia sido legitimado em virtude de condições objetivas.

Em perspectiva oposta às práticas de capital intensivo introduzidas por esse modelo, a agroecologia volta-se para o conhecimento intensivo, direcionando-se a pequenos produtores rurais, a áreas altamente diversificadas, ao mesmo tempo enfatizando a capacidade das comunidades locais de promoverem a inovação por meio de pesquisas desenvolvidas e transmitidas “de agricultor para agricultor” (ROSSET et al., 2011; HOLT-GIMÉNEZ; ALTIERI, 2013).

É nesse contexto de mudanças que a agroecologia consolida-se no início da década de 1980, apoiada no crescente interesse da opinião pública pela questão ambiental. A partir de então, a agroecologia passa a ser defendida como forma de proteção dos recursos naturais, como um roteiro para desenhar e gerir agroecossistemas sustentáveis, relacionando sustentabilidade e agricultura (ALTIERI, 1995). Também no início dos anos 1980, centenas de ONGs na África, na América Latina e na Ásia promoveram projetos de agroecologia que incorporavam conhecimento tradicional, bem como práticas da ciência agroecológica moderna (PRETTY, 1995; ALTIERI; ROSSET; THRUPP, 1998; UPHOFF, 2002). Pretty (2006) conduziu estudos sobre o impacto da agricultura sustentável, ecológica e camponesa em 286 projetos de 57 países pobres, em um total de 37 milhões de hectares, concluindo que a produtividade dessas terras com intervenções de conservação de recursos com baixo uso de recursos externos – importante eixo da agroecologia – aumentou em 79%, e a produção média de alimentos cresceu em 1,7 toneladas anuais (até 73%). Tais conclusões se reafirmam em estudos mais recentes. Segundo a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (2012), a pesquisa encomendada pelo projeto Foresight Global Food and Farming Futures do Governo do Reino Unido reviu 40 projetos em 20 países africanos nos quais a intensificação sustentável foi desenvolvida durante a década de 2000. Os projetos, que incluíram a ampliação nas colheitas, manejo integrado de pragas, conservação do solo e agroflorestal, tinham atingido, até 2010, 10,39 milhões de agricultores e suas famílias e aproximadamente 12,75 milhões de hectares. A produtividade nas culturas mais que dobrou na média em um período de 3-10 anos, resultando em um aumento na produção agregada de alimentos de 5,7 milhões de toneladas por ano, equivalente a 557 kg/propriedade agrícola. Após as crises financeira e alimentar de 2008, práticas agroecológicas têm se tornado amplamente reconhecidas, e são também relacionadas nos debates a respeito do futuro dos combustíveis e dos impactos das mudanças ambientais globais (HOLT-GIMÉNEZ, 2002; DE SCHUTTER, 2010).

Na década de 1990, especialmente nos Estados Unidos e nos países da América Latina, o termo agroecologia passa a ser usado para descrever um movimento, para expressar uma nova forma de se observar a agricultura e suas relações com a sociedade. Atualmente, existem diferentes movimentos sociais que compartilham essa visão sobre a agroecologia (WEZEL et al., 2009). A expansão da agroecologia na América Latina como movimento camponês e indígena de resistência produziu inovações tecnológicas, cognitivas e sociopolíticas, que têm sido relacionadas a novos cenários políticos no Equador, Bolívia e Brasil (RUIZ-ROSADO, 2006). No Brasil, a agroecologia se consolida como movimento social de resistência à hegemonia do agronegócio, estabelecida no país desde a adoção das práticas da Revolução Verde no país (DELGADO, 2008).

Para Sauer (2008), o agronegócio envolve negócios agropecuários (envolvendo produtores), negócios da indústria e comércio de insumos e comercialização da produção (aquisição, industrialização e venda aos consumidores finais), com foco no aumento da produção e da produtividade. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2013), as projeções evidenciam o contínuo aumento do agronegócio no Brasil até o ano de 2023, tendo grande destaque no comércio exterior. O agronegócio representa, portanto, a hegemonia agrícola no Brasil atual. Entretanto, o agronegócio também é associado ao capital estrangeiro, ao controle, à monocultura,

à biotecnologia, a uma estrutura fechada e mecanizada, altamente hierarquizada e masculinizada (WELCH, 2005). O estabelecimento e a popularização do agronegócio de fato implicam na imposição de modos de vida, tanto no campo como nas cidades.

Em geral, movimentos sociais voltados para “soberania alimentar” e “autonomia das populações locais” são considerados de grande relevância na América Latina e no Brasil como contra-hegemonia ao agronegócio. No Brasil, esses movimentos são considerados extremamente fortes, como é o caso dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, onde a agroecologia foi recentemente institucionalizada (apesar de severas críticas) (CAPORAL; MORALES HERNANDEZ, 2004).

A Via Campesina, hoje o maior movimento social internacional (THE GUARDIAN, 2013), e com forte atuação no Brasil, em 2008, após encontro sobre a crise alimentar em Roma, assinou uma declaração ressaltando a agroecologia como solução para o pequeno produtor rural frente à crise alimentar. A Via Campesina, defensora da soberania alimentar, tem espalhado práticas agroecológicas em todas as suas próprias organizações de agricultores (MARTINEZ-TORRES; ROSSET, 2010). Esses novos desenvolvimentos sugerem que a chamada internacional para a soberania alimentar está começando a criar raízes em redes de agroecologia de pequenos produtores. Dessa forma, redes locais agroecológicas se fundem com os movimentos agrícolas transnacionais, como o movimento da soberania alimentar, o que aumenta a pressão social em favor de ambos: soberania alimentar e agroecologia (HOLT-GIMÉNEZ; ALTIERI, 2013).

A agroecologia e o conjunto de organizações que se dedicam a essas questões e dilemas vêm crescendo desde que pela primeira vez se falou em agricultura alternativa no país. Todavia, segundo Almeida, Petersen e Cordeiro (2001), no Brasil, em geral, as experiências de promoção da agroecologia vêm sendo forçadas, com pouca participação do Estado e dos grupos que dominam política e economicamente os rumos do desenvolvimento da agricultura. As estruturas de ciência, tecnologia e extensão, por sua vez, ainda exigem remodelações para atender à diversidade e demandas da agricultura familiar de uma forma geral e dos produtores agroecológicos, sobretudo quando se considera a alta variabilidade dos processos ecológicos e de suas interações com os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos heterogêneos que caracterizam cada região e cada unidade de produção.

Mudanças no equilíbrio de poder entre técnicos, agricultores, a natureza, as instituições públicas e de mercado parecem estar na base do desenvolvimento hegemônico de uma experiência agroecológica, não apenas como objetivo a ser alcançado, mas como condição para o seu desenvolvimento (MAFRA, 2006). Em outras palavras, o movimento precisa mudar relações de poder estabelecidas no meio rural brasileiro, mantidas pela dominação do agronegócio, como forma de legitimar-se, construindo e fortalecendo uma estratégia contra-hegemônica.

Metodologia

Fundamentada na abordagem de discurso neogramsciana com base nos estudos de Laclau e Mouffe (2001), esta investigação visa compreender como o movimento agroecológico promove resistência ao modelo hegemônico da agricultura brasileira (o agronegócio), e, assim, constrói diferentes aspectos da realidade social (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Por nos permitir expor “discursos hegemônicos como algo contingente”, esta abordagem de análise do discurso torna-se útil para um estudo crítico que denuncie a “inevitabilidade de regimes estabelecidos de gestão” (OTTO; BÖHM, 2006, p. 308). Dessa forma, buscamos traçar os relatos e as experiências de diferentes atores no município de Araponga que atribuem significado aos acontecimentos, no contexto do movimento agroecológico. Essa análise pressupõe uma investigação em profundidade da formação hegemônica e dos processos de contestação da agroecologia como discurso contra-hegemônico.

Buscamos, portanto, analisar a complexidade dos processos de consentimento, resistência e coerção que modelam e são modelados pelos agricultores familiares envolvidos na experiência agroecológica de Araponga, município da zona da Mata de

Minas Gerais, de forma a desvelar o movimento de resistência e atores nele envolvidos na região. Para isso, nos valem da análise do que Laclau e Mouffe (2001) chamam de ponto nodal e significantes flutuantes na abordagem neogramsciana. Segundo os autores, a identidade emerge a partir da articulação e rearticulação de elementos significantes (VAN BOMMEL; SPICER, 2011; DELLAGNELO; BÖHM; MENDONÇA, 2014).

Ao propagar elementos significantes, Laclau e Mouffe (2001) ressaltam a existência de pontos nodais e significantes flutuantes. Significantes flutuantes são palavras carregadas de significado e podem ser “articuladas de formas diferentes em diferentes discursos” (TORFING, 1999, p. 301). Eles são flutuantes porque podem ser anexados a muitos padrões possíveis de significação e porque o seu significado depende de como eles estão ligados com outras palavras (VAN BOMMEL; SPICER, 2011; DELLAGNELO; BÖHM; MENDONÇA, 2014). Por exemplo, os movimentos sociais, muitas vezes, exploram uma série de significantes flutuantes na tentativa de criar uma linguagem mais rica para articular sua luta política, para mobilizar o apoio mais amplo e atrair potenciais aliados. Normalmente, a mídia emprega esses significantes (STAVRAKAKIS, 1997; VAN BOMMEL; SPICER, 2011).

A fim de reunir uma série de significantes flutuantes, os movimentos sociais procuram estabelecer pontos nodais (BARCELLOS; DELLAGNELO, 2014; BÖHM, 2006; VAN BOMMEL; SPICER, 2011). Na teoria do discurso neogramsciana, ponto nodal é: “um ponto que, resultante de uma prática articulatória, reúne os interesses e demandas de diferentes elementos, articulando-os entre si” (BARCELLOS; DELLAGNELO, 2014, p. 410). Movimentos sociais articulam esses pontos nodais, a fim de criar cadeias de equivalência que conectam uma variedade de interesses dos diferentes grupos, para um termo central bastante ambíguo (OTTO; BÖHM, 2006). Para a análise de dados, serão destacados o ponto nodal e os pontos flutuantes sob investigação, evidenciados no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Ponto nodal e significantes flutuantes do movimento agroecológico.

Ponto nodal	Significantes flutuantes
Agroecologia	Conhecimento agroecológico Relações sociais Autonomia em relação ao mercado Sistema de valores

Fonte: As autoras (2015).

Considerando a diversidade de expressões do movimento agroecológico no Brasil e no mundo, a aproximação de uma experiência concreta, partindo da ótica dos atores que vivenciaram, sustentaram e até mesmo lutaram contra ela (no caso daqueles que são representantes do agronegócio na região), traz elementos interessantes tanto para discutir teoricamente quanto para apreender mais sobre as estratégias desenvolvidas por esses grupos, dando a elas visibilidade.

A pesquisa bibliográfica foi referência importante para caracterizar os debates centrais e concretizar a aproximação entre agroecologia e movimentos sociais e sua relevância no contexto dos Estudos Organizacionais, sobretudo, considerando a diversidade de visões e interpretações sobre agroecologia no Brasil e no mundo. Além disso, ela possibilitou um aprofundamento teórico a respeito da análise neogramsciana de discurso.

A pesquisa de campo foi realizada por uma das autoras, em uma das fases da coleta de dados, na sua pesquisa de doutoramento pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Os dados foram coletados em duas etapas: de março a abril de 2004 e de abril a maio de 2005. Destacamos que a validade dos dados coletados em 2004 e

2005 está no fato de eles evidenciarem uma etapa de grande relevância e conquistas do movimento agroecológico na zona da Mata de Minas Gerais, que não foram analisadas anteriormente sob a ótica dos Estudos Organizacionais e resistência, como se propõe a fazer este artigo. Foi no período em questão que a experiência agroecológica de Araponga passou a ganhar destaque no país, sendo que seus protagonistas estabeleceram diálogos com órgãos de governo e consolidaram processos relativos a políticas públicas e mercados iniciados em décadas anteriores. Também é um período importante para a agroecologia do ponto de vista nacional, já que em 2004 foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). A análise da experiência nesse período, no entanto, não ignora a história de construção dessa manifestação específica do movimento agroecológico que se inicia na década de 1970, evidenciando a forma como a contra-hegemonia emergiu e foi consentida, reproduzida, sustentada e canalizada (GRAMSCI, 1971; LEVY; EGAN, 2003; SPICER; BÖHM, 2007; LEVY, 2008).

Os entrevistados foram selecionados pela sua relevância dentro do processo de contestação e produção de contra-hegemonia na experiência agroecológica de Araponga, município da zona da Mata de Minas Gerais. De acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), o município tem população total de 8.152 habitantes, sendo que 63% vivem na área rural. Sustentando-se com atividades de comércio, pecuária, agricultura e, principalmente, da cultura do café, Araponga é marcada pela predominância da agricultura familiar, sendo 86% das propriedades destacadas pelo Censo Agropecuário (IBGE, 1996) de tamanho inferior a 50 ha.

Para avançar no debate, buscamos ilustrar as discussões e contraposições entre agronegócio e agroecologia (entendida como movimento de resistência) por meio de relatos daqueles que estavam diretamente ou indiretamente envolvidos com o movimento agroecológico em Araponga. Assim, construímos nossas análises com base em relatos, obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, produzidos por: nove agricultores e quatro agricultoras agroecológicas, um representante da Associação de Agricultores Agroecológicos de Araponga, cinco técnicos do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), um sindicalista (Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR) envolvido na experiência agroecológica do município de Araponga e um professor universitário parceiro da experiência.

Além daqueles que estão diretamente envolvidos na construção da experiência agroecológica, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas também com outros atores que, tradicionalmente, estão envolvidos com a dinâmica do agronegócio e dos órgãos governamentais, como: Instituto Estadual de Florestas (IEF), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e prefeitura de Araponga. Todos os entrevistados tiveram suas identidades preservadas, utilizando-se nos trechos de relatos analisados nomes fictícios ou apenas a função exercida pelo entrevistado.

Após essa etapa, os dados foram analisados com base na abordagem neogramsciana de discurso em hegemonia (LACLAU; MOUFFE, 2001; LEVY; EGAN, 2003).

Resultados da pesquisa: movimento agroecológico e resistência ao agronegócio

Na análise dos dados, destacamos o processo pelo qual o movimento agroecológico resiste à hegemonia do agronegócio, ao desvelarmos como se deu a construção de uma identidade comum contra-hegemônica para a organização do movimento. Nesse sentido, focamos na articulação do ponto nodal “agroecologia” e seus significantes flutuantes.

Articulação do ponto nodal “agroecologia” e seus significantes flutuantes

Conhecimento agroecológico

Para compreender o movimento agroecológico como a resistência, é preciso identificar a forma pela qual o agronegócio se impõe e os impactos que causa às formas de organização da agricultura familiar no campo, sintetizada no depoimento do agricultor agroecológico Marcos:

“[...] quando era criança não tinha... assim... agrotóxico. Tinha as terras e a gente plantava e produzia nas terras sem nada. E desta época pra cá... de 80 para cá... que começou a ter o adubo, através da Emater. A terra foi ficando pobre, a produção caiu demais, as pessoas foram ficando sem condições de sobreviver na roça. Aí, com o adubo, usando adubo, a produção cada vez crescia mais e o pessoal fez financiamento no banco para usar adubo e muitos perderam as terras e muitos foram embora para a cidade: ou porque não tinha condições de produzir mesmo [não podia comprar o adubo] e depois porque se endividou e até perdeu as terras.”

O fragmento revela um processo de mudança, a partir dos anos 1980, que vai impondo valores, práticas e tecnologias que definem o agronegócio em substituição aos conhecimentos e experiências acumulados pelos agricultores familiares durante gerações, desde “quando era criança”. Esse processo ocorre rapidamente com o auxílio de órgãos públicos – “através da Emater” –, e tem implicações para além da esfera produtiva, criando relações de dependência entre os agricultores, as empresas produtoras de insumos, os bancos e as organizações públicas de assistência técnica que difundiam esse modelo de produção. Um modelo que impulsiona a expulsão de várias famílias de agricultores do campo – “muitos perderam as terras e muitos foram embora para a cidade”. Assim, tem se constituído e se consolidado a hegemonia do agronegócio no Brasil: por meio de alianças entre Estado e corporações que reduzem a autonomia e poder dos agricultores familiares, assegurando liderança ou autoridade desse modelo de agricultura sobre outras formas produtivas, de organização e de vida.

Tal processo é instrumentalizado na noção de “pacote tecnológico”, que representa o controle do agronegócio sobre a agricultura brasileira e se observa na voz imperativa presente na fala do agricultor agroecológico Paulo: “[...] *é que é pacote [a agricultura convencional]. A Emater fala assim: leva esse pacote aqui e abre e lê e faz*”.

O significante flutuante conhecimento agroecológico se coloca em oposição ao “pacote tecnológico” do agronegócio, valorizando os saberes locais, a capacidade dos agricultores, o uso de recursos presentes nas propriedades, a autonomia àqueles que tradicionalmente produzem, disseminam e comercializam conhecimento. Traz, portanto, novos sentidos para a utilização do termo conhecimento, que passa a ser algo acessível aos agricultores, que podem também produzi-lo, adaptá-lo, compartilhá-lo.

A narrativa de Marcos também revela, por um lado, um processo de perda de identidade – agricultor familiar que vai para a cidade –, e, por outro, de reconfiguração de identidades de alguns agricultores que, por meio de organização e mobilização, passaram a construir a resistência ao agronegócio. A oposição entre agronegócio e agroecologia surge na fala de Marcos quando ele separa aqueles que permaneceram na perspectiva hegemônica – “o pessoal”, do grupo do qual ele faz parte, agricultores agroecológicos.

O movimento agroecológico como resistência tem origens em um processo de associação com movimentos sociais de base, com destaque para as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que atuavam no município desde a década de 1970, cujos valores e práticas vão encontrar respaldo na associação com outras organizações, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Araponga e o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA- ZM), ONG que apoia agricultores familiares na região.

"A gente nunca foi de usar veneno por causa da CEBs. Eles estavam sempre passando para o pessoal o que eram os venenos, por que quê veio para o Brasil, que já não conseguiam vender fora e queriam vender aqui. O pessoal que participa desta organização tem uma consciência diferente dos outros." (Maria, agricultora agroecológica).

Além dos valores e práticas disseminados pelas CEBs, os agricultores entendem que a cada passo do movimento são necessários novos conhecimentos e práticas que muitas vezes precisam ser construídos tanto em conteúdo quanto em forma, porque não existem dentro de uma perspectiva hegemônica que utiliza apenas "pacotes". A resistência demanda a construção do chamado "conhecimento agroecológico", eixo temático que ganhou destaque nos últimos anos na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e na Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Esse conhecimento, por sua vez, se faz com envolvimento direto e ativo dos próprios agricultores, não apenas na esfera produtiva, mas em todos os aspectos que compõem a vida das famílias de agricultores. A construção do conhecimento agroecológico representa um processo de aprendizado, no qual os agricultores se tornam mais capacitados para enfrentar os novos desafios que surgem, promovendo mudanças nas relações de poder nas quais estão envolvidos.

"Há um capital grande no local. As pessoas que conseguiram avançar se relacionam com poder público, por exemplo, não mais como pedintes, mas para necessidades coletivas e como direitos. Há um acúmulo de capital. Quem tem autonomia de trabalho e na propriedade tem mais capital. Lá, em vez de pedirem coisas para a prefeitura, eles fazem com mutirão e o prefeito passa vergonha e ele acaba mantendo a estrada ou obra melhor depois." (Técnico de CTA-ZM).

"A expectativa de qualquer pessoa no processo agroecológico é que se garanta o processo com desenhos infinitos. Não existe a verdade. Existem as verdades que vão se materializando e mudando. E a forma científica preditiva fica à mercê de várias situações em que o sujeito decide que o batom vermelho na boca da esposa é importante e ele toma uma atitude para garantir isso. E como construir isso? Aí é o espaço que garante a manifestação dela para ele em casa e dele para o grupo. Inclusive de relações com Emater que o agricultor assume e diz que vai implementar e todos aprendem com isso e a Emater também. E dá a ciência um grande valor quando se decide que vai se usar determinado método, técnica etc." (Professor universitário parceiro da experiência).

Identifica-se a coerência (e a construção de uma contra-hegemonia) na fala dos agricultores Maria e Marcos e dos parceiros em relação à construção conjunta das alternativas: a ideia é construir "... junto com os grupos, fortalecer ações, iniciativas que possam ser potencializadas", como lembra o técnico do CTA-ZM, reconhecendo que não atuam no vazio, mas em um espaço dinâmico em que a resistência em forma de movimento e processo de organização já havia sido semeada, e que qualquer estratégia precisa ser pensada no embate direto e cotidiano com práticas e valores impostas pelo agronegócio. Ao mesmo tempo, os fragmentos anteriores revelam que a dinâmica da resistência não está apenas no olhar e nas atitudes do grupo de agricultores familiares para fora, mas em novas lentes para rever as relações familiares, de trabalho, cotidianas, o que pode levar à seleção de outras prioridades: "e a forma científica preditiva fica à mercê de várias situações em que o sujeito decide que batom vermelho na boca da esposa é importante e ele toma uma atitude para garantir isso". São enunciadas, assim, mudanças nas relações sociais.

Relações sociais

A oposição entre o conhecimento agroecológico e as estratégias do agronegócio se manifestam, por exemplo, no relacionamento com agentes de assistência técnica de órgãos públicos que atuam na mesma região. Para esses técnicos, os agricultores não têm condições de serem protagonistas da experiência agroecológica e são apenas manipulados por organizações como o CTA-ZM ou o STR. Segundo o técnico da Emater local: "*O problema não está nos agricultores. O problema está no relacionamento institucional*".

Destaca-se a expressão “problema” no fragmento. Para o técnico, a experiência agroecológica representa um problema, porque não envolve as organizações públicas que tradicionalmente atuam com assistência técnica no meio rural brasileiro e desenvolve formas de produção que, mesmo mostrando-se efetivas, não compõem o repertório que o modelo hegemônico legitima. O fragmento destaca a importância do movimento agroecológico com suas formas particulares de organização, como resistência (“problema”, na visão do técnico) para o agronegócio. A mesma fala revela ainda como os órgãos governamentais de assistência técnica reproduzem relações de poder que separam os técnicos/cientistas, que têm conhecimento e poder, dos agricultores familiares, que não têm capacidade ou conhecimento. A desqualificação é uma forma de minimizar a importância e repercussão das iniciativas do movimento agroecológico e revela que há uma disputa por poder, uma disputa pelos agricultores agroecológicos que estão mudando relações de poder. Já que eles são manipulados, segundo o discurso dominante, seria ainda possível trazê-los de volta para o agronegócio.

As mudanças e disputas por poder também são sentidas pelos agricultores agroecológicos, que dizem sentir um tratamento diferenciado, com respeito e reconhecimento tanto pelos órgãos públicos como por outros agricultores que seguem a lógica do agronegócio. Concretamente essas mudanças se manifestam, de acordo com vários agricultores entrevistados: “no momento de pedir financiamento”, “de fazer o pedido para cortar uma árvore na propriedade”, “de falar na prefeitura ou ao conselho municipal de desenvolvimento rural”, “definir prioridades de ação do movimento”, “receber técnicos e visitas na propriedade”.

Os agricultores avaliam que o respeito dos órgãos públicos, os trabalhos e iniciativas em conjunto são resultado do processo de organização deles próprios, pautado na agroecologia. Nas palavras do agricultor agroecológico Paulo: “*É uma parceria que conseguiu afetar o poder público para fazer parceria*”.

O signifiante flutuante relações sociais, no âmbito da experiência agroecológica, problematiza os diferentes tipos de relacionamentos vivenciados pelos agricultores. Assim, acomodação, passividade, subalternidade, que caracterizavam a posição dos agricultores em relação a órgãos públicos, técnicos e políticos, em um contexto de hegemonia do agronegócio, são substituídos, a partir da experiência, pela construção do sentido de autonomia, respeito, capacidade de influência.

Autonomia em relação ao mercado

A necessidade de criação de novas relações sociais influencia também na construção de estratégias voltadas para o mercado (tratado pelos entrevistados como conjunto de relações que vão além da dinâmica do consumo), instância que exerce forte papel disciplinador e legitimador da hegemonia. Isso se manifesta na fala da agricultora Sônia:

“[agroecologia] é uma agricultura mais sustentável e a gente não fica preso só na propriedade. Agora tem o mercadinho [mercado da Associação de Agricultores Familiares de Araponga – AFA] onde a gente pode vender a produção. Não fica preso só no dinheiro do ano, a gente aproveita a produção da roça”.

A primeira parte do relato, “é uma agricultura mais sustentável e a gente não fica preso só na propriedade”, revela que os agricultores participam de diferentes atividades relacionadas à agricultura. O foco não é mais apenas a produção ou a produção altamente especializada, mas estratégias de sobrevivência. Os fragmentos “a gente não fica preso só na propriedade”, “a gente aproveita a produção da roça”, revelam que os agricultores agroecológicos resistem à especialização produtiva. Isso se manifesta em iniciativas, como processamento de alimentos e envolvimento direto na comercialização de seus produtos, com abertura de novos canais de comercialização (mercadinho da AFA).

A construção de um mercado específico para seus produtos, que é o mercado da Associação de Agricultores Familiares de Araponga (AFA), representa uma forma de diversificação, de aproveitamento do trabalho das mulheres nos quintais, na gestão

do mercado, resultado de uma visão mais complexa sobre o trabalho na agricultura, que não está mais centrada apenas na perspectiva produtivista, como revela o fragmento a seguir.

“A primeira coisa a pensar é na horta orgânica. Como combater doenças se leva veneno em algum aspecto da propriedade ou da vida? É um conjunto de engrenagens: cada uma rodando no ponto certo e no tempo certo, senão não consegue rodar a roda grande.” (Marcos, agricultor agroecológico).

O fragmento anterior mostra que, embora a preocupação com o mercado seja grande, os agricultores pensam em outras questões para “rodar a roda grande”, que é simbólica das estratégias de vida desses que resistem à perspectiva hegemônica do agronegócio. Partindo dessa perspectiva, eles compreendem as diferentes engrenagens que compõem o sistema e deixam de ser, eles próprios, engrenagens isoladas e sem poder no conjunto de relações que envolve a agricultura, como impõe o agronegócio.

Como compradores eles também conquistaram autonomia em relação ao mercado. Muitos afirmaram nas entrevistas que compravam poucas coisas que não podiam produzir ou obter por meio de trocas e cooperação. “*Semente. A maioria dos agricultores produz a sua própria semente. Feijão, soja, milho, amendoim. Tem liberdade de plantar e diversificar o que a gente quer.*” (Paulo, agricultor agroecológico).

A questão da produção de insumos é muito importante para a sustentabilidade e é um dos pontos-chave de outra iniciativa voltada para o mercado, desenvolvida pelos agricultores agroecológicos, que é a produção de café orgânico. Essa foi uma iniciativa também para aumentar os ganhos financeiros dos agricultores, mas mesmo assim foi discutida, pensada, testada para ser implementada com uma perspectiva particular – agroecológica –, como se vê nos relatos a seguir:

“A gente tem feito estas discussões: não é o orgânico convencional. A gente está fazendo o orgânico convencional para entrar no mercado, mas também está discutindo esse mercado.” (Técnico do CTA-ZM).

“Então, hoje, inclusive, estamos vendo como é que a gente trabalha essa coisa de orgânico. [...] Por exemplo, o que significa trabalhar com orgânico? Até que ponto a gente não vai tá contribuindo com a diferenciação dos agricultores na medida em que o acesso a este mercado de orgânico não vai ser para todos? Vai ser pra aqueles que conseguirem e tiverem a capacidade de produzir orgânico e nem todos vão conseguir, né? Então, já é um questionamento que a gente tem que pensa seriamente hoje, se vale a pena investimento no mercado orgânico só com única perspectiva. Se a gente tem que pensar em outras alternativas.” (Técnico do CTA-ZM).

A análise do significante flutuante autonomia em relação ao mercado aponta primeiramente para a possibilidade de os agricultores familiares atuarem de forma mais ativa, seja como vendedores ou consumidores. Esse posicionamento se inicia, na experiência agroecológica, com a produção de novos sentidos para o próprio trabalho na agricultura, como algo que envolve também decisões relativas ao mercado e não apenas a replicação de um pacote tecnológico. Assim, esse agricultor, que também se vê como agente no mercado, toma decisões que fogem ao padrão dominante, como, por exemplo: comercializar, com orgulho, um produto que antes era destinado ao consumo da família, mas que passa a ser valorizado como fonte de saúde e, portanto, com valor para outras pessoas; implementar um mercado próprio, com regras específicas para dar visibilidade e comercializar produtos sem agrotóxicos da agricultura familiar local; investir na produção de insumos nas propriedades ou comprar coletivamente aqueles que ainda demandam como forma de reduzir custos e fortalecer suas estratégias produtivas.

Sistema de valores

A construção da resistência pelo movimento agroecológico se dá em várias dimensões conectadas: nas relações com outros agricultores, com movimentos sociais de base e nos processos de organização, no redesenho do relacionamento com

órgãos governamentais, pautado por uma lógica não clientelista, no relacionamento com o mercado, redimensionando a importância e buscando construir novos canais de comercialização, como apontam os entrevistados. No entanto, essa é uma luta constante, já que para cada ruptura o modelo hegemônico reage para tentar incorporar as mudanças ao sistema total. Nesse sentido, a consolidação de uma identidade agroecológica se coloca como um aspecto importante.

"Alguma coisa tem que abrir mão e perder até dinheiro para entrar na agroecologia. Se eu fosse um cara que queria ganhar dinheiro só eu não teria entrado pra a agroecologia, teria ficado na convencional, mesmo com prejuízo pra mim." (Marcos, agricultor agroecológico).

O relato de Marcos reforça que os valores que estão na base do movimento agroecológico são muito distintos: saúde, autonomia, segurança, respeito, aprendizado compartilham espaço com resultados financeiros porque eles não querem "ganhar dinheiro só". A priorização do produtivismo e do ganho financeiro, presentes no modelo hegemônico, não é necessariamente boa para o agricultor e sua família, causando dependência e estreitamento das perspectivas e alternativas de sobrevivência. A experiência agroecológica desconstrói muitos mitos e expectativas defendidas pelo modelo hegemônico, como se observa nos relatos a seguir, de Sônia, João e Marta:

"Antes [da agroecologia] a gente achava que tinha que ir para a cidade, que as terras não valiam nada e agora a gente acha que aqui é o melhor lugar, o lugar mais puro [...]. Mudou o jeito como você olha o lugar onde nasceu. Hoje tem muito amor naquela terra." (Sônia, agricultora agroecológica).

"Ah, as pessoas ficam em dúvida ainda [sobre a agroecologia]. Principalmente aqueles que estão mais longe do trabalho do sindicato e ficam ouvindo a voz de vizinho que pensa diferente." (João, agricultor agroecológico e sindicalista).

"O convencional não tem perspectiva de futuro. Tem pessoas que estão no modelo convencional, como o parceiro: não consegue desenvolver o convencional e não vê opção para ter uma qualidade de vida melhor. Quem tem sua própria terra pelo menos pode sonhar: hoje eu não tenho dinheiro, mas não estou amarrado no patrão. Não uso veneno. Eu como coisa que presta, de qualidade, então o sonho a gente vê claro." (Marta, sindicalista e agricultora agroecológica).

Enquanto o aspecto econômico compõe, mas não determina, as estratégias dos agricultores, representantes de órgãos públicos restringem sua avaliação da experiência e do movimento agroecológico aos elementos que constituem a perspectiva estreita do agronegócio. As oposições ficam evidentes em relatos como:

"Eu não vejo uma melhoria generalizada nas condições de vida desses agricultores. Uma casa melhor, por exemplo, eu não vejo. Tem uma preocupação grande com a agroecologia e muito pouca com as condições de vida da população, renda, etc." (Técnico 1 da Emater local).

"Porque... como o agricultor não está preocupado em maximizar o lucro, o que eles conseguirem ali já está bom? Depois de 15 anos envolvidos nesse trabalho eles não conseguiram nada... melhorias, ganhos. Até quando eles vão esperar?" (Técnico 2 da Emater local).

Os relatos anteriores ignoram e desqualificam os ganhos e avanços do movimento agroecológico em Araponga: enquanto as prioridades dos agricultores são saúde, autonomia, segurança (sentidos constituintes do seu sistema de valores), os técnicos questionam melhorias materiais e financeiras (casa melhor, renda), revelando os sentidos opostos presentes e alimentados pelo discurso do agronegócio. Na perspectiva hegemônica, se o agricultor não se preocupa em maximizar o lucro, ele não tem nada.

Considerando a força da hegemonia, o técnico ainda questiona: "até quando eles vão esperar [por ganhos financeiros]?". No entanto, os relatos mostram que os agricultores agroecológicos não estão esperando. Estão se movimentando, produzindo mudanças nas relações de poder e construindo ideologia e práticas alternativas de

trabalho e de vida para a agricultura no país. A seguir, discorreremos sobre as considerações finais e reflexões para futuras pesquisas sobre o tema.

Considerações finais

É crescente o olhar em torno dos sistemas agroalimentares em diferentes campos disciplinares (PATEL, 2009; JAROSZ, 2011; HOLT-GIMÉNEZ; ALTIERI, 2013). No presente artigo buscamos desvelar: de que forma o movimento agroecológico no município de Araponga promove resistência à hegemonia do agronegócio a partir da reconstrução de diferentes aspectos da realidade social na região?

Para isso, tomamos como base uma abordagem neogramsciana de discurso em Laclau e Mouffe (2001), cujo foco encontra-se na problematização de discursos hegemônicos como algo contingente. Nessa abordagem, a sociedade civil compreende, ao mesmo tempo, o local no qual a hegemonia é consentida, reproduzida, sustentada, canalizada, também, o local em que forças contra-hegemônicas e emancipatórias podem emergir (LEVY, 2008). O foco deste artigo, contudo, encontra-se nos modos de articulação e contestações políticas contra-hegemônicas do movimento da agroecologia frente ao agronegócio. Para isso, destacamos como o movimento criou uma identidade comum por meio da articulação de significantes flutuantes (conhecimento agroecológico, relações sociais, autonomia em relação ao mercado e sistema de valores) que compõem o ponto nodal "agroecologia". A investigação empírica se deu na experiência agroecológica de Araponga, município da zona da Mata de Minas Gerais, durante os anos de 2004 e 2005.

A pesquisa empírica em Araponga evidencia que o movimento agroecológico resiste ao agronegócio, em especial por meio de cinco vias centrais em seu processo de organização e mobilização política contra a hegemonia: 1) por meio de associação e engajamento com outros movimentos sociais de base e agentes não governamentais, cujos valores e práticas respaldam a organização do próprio movimento agroecológico; 2) por intermédio da construção de novos conhecimentos (não apenas científicos, mas também tácitos) e práticas (construídas e reconstruídas tanto em conteúdo quanto em forma, uma vez que não se estabelecem dentro da perspectiva hegemônica); 3) por meio da formação de novas relações de poder (para os agricultores, o respeito conquistado com os órgãos públicos, os trabalhos e as iniciativas em conjunto resultam do processo organizativo deles próprios, pautado na agroecologia); 4) por meio do engajamento com novos mercados e fomento de novas relações de mercado, instância que exerce forte papel disciplinador e legitimador da hegemonia (nessa alternativa de mercado, tanto a nova gestão do mercado quanto a visão do trabalho na agricultura e seus agentes não estão mais centrados na lógica produtivista); por fim, 5) via difusão e consentimento de valores tidos como fundamentais para o fortalecimento do movimento agroecológico (destacam-se valores como saúde, autonomia, segurança, respeito, aprendizagem e aproximação com perspectivas alternativas de sobrevivência, cuja prioridade não se encontra no produtivismo e no ganho financeiro, expectativas essas defendidas pelo modelo hegemônico).

As conexões estabelecidas entre os significantes flutuantes, conhecimento agroecológico, relações sociais, autonomia em relação ao mercado e sistema de valores, perpassam a construção e a consolidação da resistência ao agronegócio, em todas as suas dimensões. Tais significantes, interdependentes, são construídos no cotidiano da agroecologia (ponto nodal), que, por sua vez, se consolida a partir da prática articulatória desses mesmos significantes.

A partir dos resultados finais desta pesquisa, defendemos que o artigo contribui tanto teoricamente quanto empiricamente para o campo disciplinar de Estudos Organizacionais. Em primeiro lugar, o artigo contribui teoricamente para o debate em estudos críticos em resistência dentro de sociedade civil, em especial, para a teoria de movimentos sociais, por meio do aprofundamento teórico dentro do movimento agroecológico, inserido no campo da agricultura no Brasil (parte significativa da economia do país). Em segundo lugar, o artigo também contribui teoricamente para o

entendimento de como os discursos contra-hegemônicos são construídos de forma dinâmica, a partir da adoção de uma abordagem neogramsciana de discurso. Por fim, a principal contribuição empírica do artigo se dá pela problematização de como o movimento agroecológico no município de Araponga promove resistência à hegemonia do agronegócio (como um discurso contra-hegemônico) a partir das relações de poder, experiências, falas, agentes, práticas, instituições, organizações e materialidades envolvidos nesse processo de resistência que, por sua vez, é contínuo e não monolítico. A partir deste estudo, sugerimos que futuras pesquisas em movimentos sociais dentro de Estudos Organizacionais sejam efetuadas a partir da realidade rural brasileira, tão rica e diversificada, mas ainda pouco explorada no nosso campo disciplinar.

Referências

- AIAF. 2014, Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena. Comitê Brasileiro. *Agricultura familiar*. Disponível em: <<http://www.aiaf2014.gov.br/aiaf/agricultura-familiar>>. Acesso em: 15 maio 2015.
- ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaio FEE*, v. 24, p. 1-26, 2003.
- ALMEIDA, S. G.; PETERSEN, P.; CORDEIRO, A. *Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.
- ALTIERI, M. *Agroecology: the science of sustainable agriculture*. CO: Westview Press, Boulder, 1995.
- ALTIERI, M.; ROSSET, P.; THRUPP, L. A. *The potential of agroecology to combat hunger in the developing world*. Washington: International Food Policy Research Institute, 1998.
- ANDRÉE, P. Civil society and the political economy of GMO failures in Canada: a neo-Gramscian analysis. *Environmental Politics*, p. 173-191, 2011.
- BARCELLOS, R.; DELLAGNELO, E. A teoria política do discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso do circuito fora do eixo. *Organizações & Sociedade*, v. 21, n. 70, p. 405-424, jul./set. 2014.
- BAUER, M.; MESQUITA, Z. Organizações sociais e agroecologia: construção de identidades e transformações sociais. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 48, p. 23-34, 2008.
- BIELER, A.; MORTON, A. D. The Gordian Knot of agency-structure in international relations: a neo-gramscian perspective. *European Journal of International Relations*, v. 7, n. 1, p. 5-35, 2001.
- BÖHM, S. G. *Repositioning organization theory*. London: Palgrave, 2006.
- BÖHM, S.; SPICER, A.; FLEMING, P. Infra-political dimensions of resistance to international business: a neo-gramscian approach. *Scandinavian Journal of Management*, v. 24, p. 169-182, 2008.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Projeções do Agronegócio: Brasil 2012/13 a 2022/23, projeções de longo prazo*. 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/projecoes%20-%20versao%20atualizada.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2014.
- BRUNO, R. *A atualidade de Florestan Fernandes: o entrelaçamento entre arcaico e moderno como traço constitutivo da sociedade brasileira*. Palestra proferida na I Conferência Vozes de Nossa América. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. 10 p.

- CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Relatório apresentado pelo relator especial sobre direito à alimentação, Olivier de Schutter*. Brasília: MDS, 2012.
- CAPORAL, F. R.; MORALES HERNANDEZ, J. Rio Grande do Sul: vers l'agroécologie. *L'Écologiste*, v. 5, p. 40, 2004.
- CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. *PIB do Agronegócio*. Dados de 1994 a 2011. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em: 3 mar. 2014.
- DELLAGNELO, E.; BÖHM, S.; MENDONÇA, P. Organizing resistance movements: the contribution of political discourse theory. *Revista de Administração de Empresas - RAE*, v. 54, n. 2, p. 141-153, 2014.
- DELGADO, A. Opening up for participation in agro-biodiversity conservation: the expert-lay interplay in a brazilian social movement. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 21, p. 559-577, 2008.
- DE SCHUTTER, O. *Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food*. Human Rights Council 16th Session. New York: United Nations General Assembly, United Nations, 2010.
- FAO. Food and Agriculture Organization. *The state of food insecurity in the world: how does international price volatility affect domestic economies and food security?* Roma: FAO, 2011.
- GILL, S. New constitutionalism, democratisation, and global political economy. *Pacifica Review*, v. 10, n. 1, p. 23-40, 1998.
- GILL, S. *Power and resistance in the new world order*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.
- GILLS, B. K. *Globalisation and the politics of resistance*. Londres: Palgrave Macmillan, 2000.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecology: the ecology of sustainable food systems*. Nova Iorque: Taylor and Francis, 2007.
- GLYNOS, J.; HOWARTH, D. *Logics of critical explanation in social and political theory*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2007.
- GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.
- GRUPO DE TRABALHO EM AGROECOLOGIA. *Marco referencial em agroecologia*. Brasília: Embrapa, 2006.
- HOLT-GIMÉNEZ, E. Measuring farmers' agroecological resistance after Hurricane Mitch in Nicaragua: a case study in participatory, sustainable land management impact monitoring. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, v. 93, p. 87-105, 2002.
- HOLT-GIMÉNEZ, E.; ALTIERI, M. Agroecology, food sovereignty, and the new green revolution. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, p. 90-102, 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem da população 1996*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/conceitos.shtm>>. Acesso em 20 fev. 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse do Censo Demográfico 2010 Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31>>. Acesso em: 18 mar. 2014.
- JAROSZ, L. Defining world of hunger: scale and neoliberal ideology in international food security policy discourse. *Food, Culture and Society: An International Journal of Multidisciplinary Research*, v. 14, p. 117-139, 2011.

- KLIMECHI, R.; WILLMOTT, H. Hegemony. In: TADAJEWSKI, M.; MACLARAN, P.; PARSONS, E. (Ed.). *Key concepts in critical management studies*. Los Angeles: Sage, 2011.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 2001.
- LEVY, D. L. Political contestation in global production networks. *Academy of management review*, v. 33, p. 943-963, 2008.
- LEVY, D. L.; EGAN, D. A neo-gramscian approach to corporate political strategy: conflict and accommodation in the climate change negotiations. *Journal of Management Studies*, v. 40, p. 803-830, 2003.
- LUZZI, N. *A associação dos agricultores ecológicos das encostas da Serra Geral: análise de uma experiência agroecológica*. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)–Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- MACDONALD, L. Globalising civil society: interpreting international NGOs in Central America. *Millennium-Journal of International Studies*, v. 23, p. 267-285, 1994.
- MAFRA, F. L. N. *Práticas, poder e perspectivas em reconstrução: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araponga, Minas Gerais*. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)–Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MARTINEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. M. La Vía Campesina: the birth and evolution of a transnational social movement. *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 1, p. 149-176, 2010.
- MISOCZKY, M.; FLORES, R.; SILVA, S. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? *Cadernos Ebape*, v. 6, p. 1-14, 2008.
- MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; BÖHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. *Organizações & Sociedade*, v. 45, p. 181-194, 2008.
- MITTELMAN, J. H. *The globalization syndrome: transformation and resistance*. Princeton University Press, 2000.
- MORTON, A. D. Mexico, neoliberal restructuring and the EZLN: a neo-gramscian analysis. In: GILLS, B. K. (Ed.). *Globalization and the politics of resistance*. London: Palgrave, 2000. p. 255-79.
- NORGAARD, R. B. Traditional agricultural knowledge: past performance, future prospects, and institutional implications. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 66, p. 875-878, 1984.
- OTTO, B.; BÖHM, S. "The people" and resistance against international business: the case of the Bolivian "water war". *Critical perspectives on international business*, v. 2, p. 299-320, 2006.
- PATEL, R. Food sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, p. 663-706, 2009.
- PRETTY, J. *Agroecological approaches to agricultural development* (version 1). November, 2006. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/INTWDRS/Resources/477365-1327599046334/8394679-1327599874257/PrettyJ_AgroecologicalApproachesToAgriDevt\[1\].pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTWDRS/Resources/477365-1327599046334/8394679-1327599874257/PrettyJ_AgroecologicalApproachesToAgriDevt[1].pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2015.
- PRETTY, J. N. *Regenerating agriculture: policies and practice for sustainability and self-reliance*. Joseph Henry Press. London: Earthscan, 1995.

- ROSA, A.; MENDONÇA, P. Movimentos sociais e análise organizacional: explorando possibilidades a partir da teoria de frames e a de oportunidades políticas. *Organizações & Sociedade*, v. 18, n. 59, p. 643-660, out./dez. 2011.
- ROSSET, P. M. et al. The Campesino-to-Campesino agroecology movement of ANAP in Cuba: social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, v. 38, p. 161-191, 2011.
- RUIZ-ROSADO, O. Agroecología: una disciplina que tiende a la transdisciplina. *Interciencia*, v. 31, p. 140-45, 2006.
- SAUER, S. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.
- SPICER, A.; BÖHM, S. Moving management: theorizing struggles against the hegemony of management. *Organization Studies*, v. 28, p. 1667-1698, 2007.
- STAVRAKAKIS, Y. Green ideology: a discursive reading. *Journal of Political Ideologies*, v. 2, p. 259-279, 1997.
- THE GUARDIAN. *La Via Campesina celebrates 20 years of standing up for food sovereignty*. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2013/jun/17/la-via-campesina-food-sovereignty>>. Acesso em: 3 mar. 2014.
- TORFING, J. *New theories of discourse: Laclau, Mouffe, and Zizek*. Oxford: Blackwell, 1999.
- UPHOFF, N. *Agroecological innovations: increasing food production with participatory development*. London: Earthscan, 2002.
- VAN BOMMEL, K.; SPICER, A. Hail the snail: hegemonic struggles in the slow food movement. *Organization Studies*, v. 32, n. 12, p. 1717-1744, 2011.
- VELOSO, T. *CNA projeta alta de 3,56% no PIB do agronegócio em 2013*. Valor. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3369216/cna-projeta-alta-de-356-no-pib-do-agronegocio-em-2013>>. Acesso em: 3 mar. 2014.
- WELCH, C. A. Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional. *Revista NERA (Unesp)*, v. 8, p. 35-45, 2005.
- WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, p. 503-515, 2009.

Submissão: 16/12/2014

Aprovação: 22/09/2015

 NORMAS PARA SUBMISSÃO E PUBLICAÇÃO

O texto deve:

Ser uma contribuição original e inédita, não tendo sido publicado em outros periódicos e livros. Exceto para textos convidados pela O&S.

Não estar em processo de avaliação em outra publicação nacional ou internacional.

Estar dentro do escopo da revista.

Ser assinado por no máximo quatro autores.

Não conter qualquer informação sobre os autores, comentários de revisão ou outra forma de identificação de autoria na submissão e rodadas de revisões.

Ser redigido utilizando os editores de texto de maior difusão, com espaço 1,5 entre linhas, fonte Times New Roman tamanho 12, não exceder a 25 páginas (incluindo todos os elementos como figuras, quadros, tabelas e referências). As citações e referências do texto devem obedecer às normas da ABNT.

Ser redigido em Português, Inglês ou Espanhol. Independentemente da língua, o texto deve conter os seguintes elementos em Português e Inglês: título; resumo de até 15 linhas ou 150 palavras; palavras-chave, no mínimo três e no máximo cinco.

Ser submetido somente pelo sistema online da revista – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER), disponível no site da revista (<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes>).

Os metadados dos autores e do texto devem ser incluídos no formulário *online* de submissão.

Estar livre de plágio ou autoplágio.

O(s) autor(es) deve(m)

Estar ciente de que autores ou coautores com artigos aceitos em *desk review* somente poderão submeter outro trabalho após 12 meses da data da última submissão.

Estar ciente de que o trabalho será publicado apenas quando autores ou coautores não tiverem publicado no mesmo ano.

Estar ciente de que o trabalho de autores ou coautores de mesma instituição e localidade será publicado se a quantidade de trabalhos publicados em um ano com autores e coautores nessas condições não exceda 15% do total, de modo a não configurar concentração.

Estar ciente de que o trabalho com autores ou coautores do Conselho Editorial e da Universidade Federal da Bahia será publicado apenas se: esses autores e coautores não participem do processo de avaliação; a quantidade de trabalhos publicados em um ano com autores e coautores nessas condições não exceda 15% do total, de modo a não configurar endogenia.

Estar ciente de que não deve ter como autor ou coautor membros da equipe editorial executiva, incluindo editores de números especiais.

Estar ciente de que, ao ser submetido, o artigo deve passar primeiro por *desk review*, podendo ser recusado de imediato ou encaminhado para o processo de avaliação.

Estar ciente de que, caso o artigo passe por *desk review*, ele será designado sem identificação dos autores, de maneira a permitir a "avaliação cega" para no mínimo dois avaliadores com domínio sobre o conteúdo do tema (avaliação por pares).

Estar ciente de que, ao ser avaliado, o texto pode receber críticas e sugestões em várias rodadas de revisão. Ao final desse processo, o texto ainda pode ser recusado ou aceito para publicação.

Estar ciente de que os autores devem concordar com os seguintes termos relativos aos direitos autorais: (a) autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista *Organizações e Sociedade* (O&S) e à Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA) o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho; (b) autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (p. ex., publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nessa revista; (c) autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho *online* (p. ex., em repositórios institucionais ou na sua página pessoal).

Revista Organizações & Sociedade, O&S

Site: <http://www.revistaoes.ufba.br>

E-mail: revistaoes@ufba.br

Telefone: 55 71 3283 7344

Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, UFBA,
3. andar, sala 31 (I),
Av. Reitor Miguel Calmon, s/n - Vale do Canela,
CEP 40110-903, Salvador - Bahia - Brasil

Versão Online

Organizações & Sociedade (O&S)

ISSN (*Online*) 1984-9230

A experiência estética nas práticas culinárias de
uma organização gastronômica

Ana Sílvia Rocha Ipiranga
Luma Louise Sousa Lopes
Elnivan Moreira de Souza

Fluxos e contrafluxos: a relação global e local
mediada pelo mercado na cultura gaúcha

Marlon Dalmoro
Walter Meucci Nique

A contribuição da sociologia do conhecimento
para os estudos de institucionalização e
legitimação do conhecimento do campo científico

Celso Machado Júnior
Maria Tereza Saraiva de Souza
Iara Regina dos Santos Parisotto
Angelo Palmisano

“Água de lona” e “sangue de serragem” nos
discursos de sujeitos circenses

Ana Rosa Camillo Aguiar
Alexandre de Padua Carrieri

Administração do Desenvolvimento: percepções e
perspectivas da comunidade científica da ANPAD

Elinaldo Leal Santos
Reginaldo Souza Santos
Vitor Braga

Motivos de rejeição dos artigos nos periódicos de
administração

Christian Falaster
Manuel Portugal Ferreira
Renata Canela

Valoração do conhecimento nas organizações:
as concepções dos indivíduos no contexto do
trabalho

Andréa Cherman
Sandra Regina da Rocha-Pinto

Movimento agroecológico no Brasil: a construção
da resistência à luz da abordagem neogramsciana

Yuna Fontoura
Flávia Naves

